

RELATÓRIO & CONTAS 2020



Millennium
bcp



RELATÓRIO & CONTAS 2020

De acordo com o disposto no artigo 8.º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM transcreve-se o

Relatório & Contas de 2020

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto - Capital Social de 4.725.000.000,00 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação
fiscal 501 525 882

Todas as menções, neste documento, à aplicação de quaisquer normativos referem-se à
respetiva versão atualmente vigente

MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	5
INFORMAÇÃO SOBRE O GRUPO BCP	10
BCP EM 2020	10
PRINCIPAIS INDICADORES	11
INFORMAÇÃO SOBRE O GRUPO BCP	14
GOVERNANCE	16
PRINCIPAIS EVENTOS EM 2020	18
AÇÃO BCP	20
PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	29
MODELO DE NEGÓCIO	30
ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR, ECONÓMICO E DO SISTEMA FINANCEIRO	30
MODELO DE NEGÓCIO	35
REDE MILLENNIUM	42
INFORMAÇÃO FINANCEIRA	44
RESULTADOS E BALANÇO	44
ÁREAS DE NEGÓCIO	86
ESTRATÉGIA	104
PLANO ESTRATÉGICO 2018-2021	104
RISCO E OUTLOOK	106
SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	106
PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	110
GESTÃO DO RISCO	113
RATINGS DO BCP	148
CAPITAL	150
FUNDO DE PENSÕES	151
INFORMAÇÃO SOBRE TENDÊNCIAS	154
INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA	158
ENVOLVIMENTO DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	158
TABELA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E O DECRETO-LEI 89/2017	164
VALOR CRIADO PARA CADA GRUPO DE <i>STAKEHOLDER</i>	165
IMPACTO AMBIENTAL	187
INFORMAÇÃO REGULAMENTAR	195
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	195
INDICADORES ALTERNATIVOS DE DESEMPENHO	197
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	200
GLOSSÁRIO	201
CONTAS E NOTAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS	204
CONTAS E NOTAS ÀS CONTAS INDIVIDUAIS	459
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	677
RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA	679
PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	691
RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO	691
RELATÓRIOS DOS AUDITORES EXTERNOS	702
RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	734



Miguel Maya
Presidente da Comissão Executiva
Vice-Presidente do Conselho
de Administração



Nuno Amado
Presidente do Conselho
de Administração

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

O ano de 2020 foi inesperadamente impactado por uma pandemia provocada pelo novo coronavírus que veio a afetar profundamente o desempenho da atividade económica à escala mundial.

Num contexto de fortes restrições à normal condução da atividade económica, esta pandemia terá provocado uma contração da economia mundial de 3,5%, de acordo com o Fundo Monetário Internacional. Porém, o mesmo Organismo avança com um cenário de forte recuperação da atividade económica global, já em 2021, o qual está, naturalmente, sujeito à confirmação de dissipação da pandemia.

O impacto extraordinariamente negativo da pandemia na economia global suscitou uma resposta generalizada e sem precedentes de política económica, tanto na vertente monetária, como na orçamental. Na área do euro, o BCE lançou um programa de compra de dívida pública de emergência e reforçou outros programas de injeção de liquidez no sistema bancário, o que se repercutiu na permanência das taxas Euribor em valores negativos em toda a extensão da curva e na queda das taxas de juro de longo prazo do euro, bem como numa redução das yields das obrigações do tesouro dos estados-membros da periferia, incluindo Portugal.

A economia portuguesa registou uma contração inédita de 7,6% decorrente dos efeitos da pandemia sobre a atividade, os quais se revelaram particularmente perniciosos para o turismo, para o consumo privado e, em menor grau, para o investimento. Não obstante o contexto adverso e a elevada incerteza, a retoma económica deverá prosseguir em 2021, sustentada pelo elevado grau expansionista das políticas monetária e orçamental e pela subida muito significativa da poupança das famílias portuguesas nos últimos trimestres, apesar dos confinamentos impostos a partir de janeiro de 2021 poderem subtrair dinamismo à retoma. De acordo com as previsões do Banco de Portugal, o crescimento do PIB em 2021 deverá ser de 3,9%. O esforço de apoio ao rendimento das famílias e das empresas por parte do governo traduziu-se num agravamento substancial do desempenho orçamental e, consequentemente, dos rácios da dívida pública, evolução que deverá conhecer uma melhoria progressiva nos próximos anos, em sintonia com a recuperação da atividade económica.

Na Polónia, a queda do PIB em 2020 cifrou-se em 2,8%, refletindo os efeitos adversos das medidas de contenção sanitária na atividade económica, sobretudo ao nível do consumo e do investimento. Em 2021, a procura externa e a expectativa de normalização progressiva das medidas restritivas deverão suportar a retoma da atividade, com a Comissão Europeia a projetar uma taxa de crescimento do PIB de 3,1%. No plano cambial, o quadro de forte incerteza que predominou em 2020 nos mercados financeiros internacionais condicionou a evolução do zloti, que no conjunto do ano se depreciou cerca de 7% relativamente ao euro.

Em Moçambique, a recessão económica global, a instabilidade militar nas regiões norte e centro do país e a ocorrência de calamidades naturais, condicionaram fortemente a evolução da atividade económica em 2020, o que se traduziu numa quebra do PIB de 1,3%.

Em Angola, os desafios da economia nacional foram intensificados por efeito do preço do petróleo nos mercados internacionais e resultaram na persistência de um enquadramento macroeconómico desafiante, o qual, não obstante as relevantes reformas estruturais que têm vindo a ser implementadas pelo governo, persiste desde 2016. Em 2021, essas reformas estruturais e a perspetiva de subida dos preços das matérias-primas, num contexto de retoma da economia mundial, deverão traduzir-se numa expansão do PIB de 0,4%, de acordo com o FMI.

Foi neste contexto desafiante que se destacou a agilidade e capacidade de adaptação do Millennium bcp, confrontado por uma envolvente com um enorme grau de incerteza e volatilidade. No início da pandemia o Banco estabeleceu rapidamente um conjunto de prioridades, tendo de imediato alterado o anterior foco no crescimento para se concentrar na defesa da qualidade do balanço, na proteção de Clientes e Colaboradores, no apoio à economia, preservando a continuidade do negócio, e no reforço da componente de suporte social às comunidades que servimos.

A conjugação destas prioridades com o investimento efetuado nos últimos anos na transformação digital e no reforço de competências em inovação e otimização operacional, revelaram-se fundamentais para que o Millennium bcp se tenha afirmado neste período através do apoio que prestou às famílias e às empresas.

Procurando superar desafios transformando-os em oportunidades, o Banco alterou procedimentos e rotinas, preservou os elevados padrões de qualidade que o caracterizam no atendimento presencial e simultaneamente aumentou a interação digital com os Clientes, incrementando a conveniência, intensificando relacionamentos e reforçando a confiança dos Clientes, que elegeram o Millennium bcp como Melhor Banco Digital em Portugal e o selecionaram novamente como Escolha do Consumidor para 2021.

O Millennium bcp destacou-se ainda no apoio prestado às empresas num período em que muitas se deparam com uma situação complexa, sujeitas aos efeitos de uma pronunciada retração da atividade económica, liderando em todos os segmentos empresariais e afirmando-se como o Banco das Empresas em Portugal, posicionamento alicerçado num desempenho superior na concessão de empréstimos com garantia do Estado, nos quais atingiu uma quota de mercado superior a 30%, sem abdicar nem transigir no absoluto rigor e prudência na admissão e seguimento do risco de crédito.

Esta liderança revelou-se particularmente importante para o desempenho conseguido ao nível do volume de negócios, nomeadamente para o aumento de 2,64 mil milhões de euros no crédito *performing* em Portugal, o qual suportou o crescimento de 4,6% no crédito *performing* em termos consolidados, que aumentou 2,3 mil milhões de euros.

Também a capacidade evidenciada no controlo dos custos operacionais tem sido determinante para que o Millennium bcp se continue a afirmar como referência em termos de eficiência, tanto em Portugal como na zona Euro, registando um rácio *cost-to-core income* inferior a 50%.

A qualidade e resiliência do modelo de negócio do Banco continua patente na evolução e robustez dos resultados antes de imparidades e provisões, os quais, em termos consolidados, aumentaram 1,5% em 2020, atingindo 1.186,2 milhões de euros.

Perante um cenário macroeconómico global que se apresenta adverso e ainda condicionado pela evolução da pandemia, foi efetuado um reforço significativo de imparidades em resultado da permanente avaliação do risco da carteira de crédito nas diferentes geografias, elevando o custo do risco consolidado para um nível expectável de 91 pontos base.

A necessidade de medidas de apoio público para atenuar o impacto de uma crise económica de natureza conjuntural, sem desequilibrar as contas do Estado ao ponto de lhe conferir uma dimensão estrutural, levou a que na configuração das medidas de apoio em Portugal as moratórias, enquanto instrumento indireto para apoio às necessidades de liquidez, assumissem uma relevância acrescida face à que assumiram noutros países com condições para optarem por medidas de apoio público com maior preponderância de injeções diretas de liquidez na economia.

A proporção de moratórias na carteira de crédito do Banco, em Portugal, resulta assim da configuração das medidas de apoio público do país, sendo equivalente à proporção verificada no sistema financeiro nacional.

Requerendo as moratórias particular atenção e preparação na adaptação de modelos e procedimentos que permitam ao Banco detetar sinais precoces e antecipar eventuais situações de degradação do perfil de risco, importa referir que uma larga proporção das moratórias a particulares, cerca de 90%, corresponde a crédito hipotecário, com perfil de risco tendencialmente mais estável, e que 68% da totalidade do crédito de empresas e famílias sujeito a moratória em Portugal está coberto por hipotecas residenciais ou comerciais.

Paralelamente, assistimos na Polónia a uma dinâmica de intensificação dos riscos legais associados aos empréstimos em francos suíços, os quais foram concedidos até 2008, facto que conduziu ao aumento expressivo das provisões associadas a esta carteira de crédito.

O resultado líquido de 2020 atingiu 183 milhões de euros, um decréscimo de 39,4% face ao exercício anterior, fortemente influenciado pelo significativo reforço de 55,3% face ao ano anterior em imparidades e provisões, as quais ascenderam a 841,2 milhões de euros.

A atividade em Portugal contribuiu com 134,5 milhões de euros para o resultado líquido consolidado, tendo o contributo da atividade internacional sido de 48,5 milhões de euros.

O resultado líquido do Bank Millennium, na Polónia, ascendeu a 5,1 milhões de euros, representando uma quebra de 95,9%, determinada sobretudo pelo reforço das provisões específicas (incluindo as anteriormente referidas para riscos legais associados à carteira de crédito em francos suíços sem as quais o resultado líquido teria sido de 142,9 milhões de euros), mas também, com menor relevância, pelo aumento das contribuições obrigatórias.

Apesar dos efeitos adversos acima mencionados, o Bank Millennium manteve a dinâmica e o enfoque numa atividade comercial intensa, com reflexo no aumento de 6,7% no crédito a clientes, prosseguindo sem hesitações o processo de integração do Euro Bank, cujas sinergias obtidas já superaram os custos de integração, refletindo-se num impacto líquido de impostos de 18,3 milhões de euros em 2020, e implementando medidas adicionais de racionalização da estrutura.

Em Moçambique, o resultado líquido do Millennium bim foi de 66,8 milhões de euros, uma diminuição de 23,8% face ao resultado alcançado em 2019, refletindo os efeitos adversos da pandemia e da ocorrência de calamidades naturais na atividade económica, bem como uma significativa desvalorização cambial do metical face ao euro.

O contributo do Banco Millennium Atlântico para o resultado consolidado situou-se também num patamar inferior ao verificado no ano anterior, penalizado pela constituição de imparidades e provisões, no montante total de 16,6 milhões de euros, para fazer face aos riscos inerentes ao investimento efetuado pelo Grupo nesta participação.

Em 2020 o Millennium bcp manteve uma posição de capital estável e adequada aos riscos prospetivados para a atividade nas diferentes geografias, com um rácio de capital total de 15,6% e um rácio CET1 de 12,2%, ambos acima dos requisitos regulamentares de 12,31% e 8,3%, respetivamente. Refira-se que a persistência do enquadramento de incerteza quanto à dimensão do impacto da crise económica no balanço dos bancos, prevaleceu na medida excecional e temporária do Banco Central Europeu, em vigor até 30 de setembro de 2021, recomendando extrema prudência na gestão do capital e contenção na distribuição de resultados.

O Millennium bcp continua a registar elevados níveis de liquidez, bastante acima dos requisitos regulamentares, com um rácio *loans-to-deposits* de 85% e com 22,5 mil milhões de euros em ativos elegíveis para financiamento junto do Banco Central Europeu.

Adicionalmente, o Millennium bcp aprofundou em 2020 a sua estratégia de sustentabilidade e as práticas de negócio responsável, dotando o modelo de governo de estruturas próprias e definindo um plano diretor de sustentabilidade que lhe permite assegurar o alinhamento da proposta de valor, dos processos e das práticas de negócio e das operações de suporte com princípios e requisitos ESG (*environmental, social and governance*).

Salienta-se ainda a diminuição em 2020 de 27,2% no montante de NPE em Portugal, uma redução de 883 milhões de euros que coloca o rácio NPE do Millennium bcp (segundo o critério EBA) em 4,2%, confirmando as competências desenvolvidas pelo Banco ao longo do bem-sucedido e consistente percurso de melhoria da qualidade do balanço desde 2013, durante o qual concretizou uma redução acumulada de 10,4 mil milhões de euros em NPE, efetuada de forma equilibrada e sem destruição de capital.

Estas competências distintivas do Millennium bcp na melhoria da qualidade do balanço, revelaram-se essenciais para que, num ano particularmente adverso, o Banco tenha conseguido manter a tendência de redução de NPE, constituindo um indicador de confiança reforçada na capacidade para lidar com o período de maior complexidade e pressão sobre a qualidade do balanço, na sequência de uma pronunciada contração global da atividade económica.

Não obstante a profunda recessão económica verificada em 2020, provocada por sucessivas retrações do consumo por força de medidas restritivas determinadas pelas autoridades para controlar a pandemia que despoletou a crise económica, há sinais positivos que devem ser valorizados.

A mobilização massiva de recursos, públicos e privados, para atenuar o impacto da crise e globalmente se congregarem esforços para se conseguirem conceber, produzir e distribuir múltiplas vacinas em larga escala, possibilitando que menos de um ano após o início da pandemia vários países tenham em curso planos de vacinação alargados, permite vislumbrar a retoma da normalidade e a recuperação económica que sobrevirá com a resolução da crise sanitária.

Os períodos temporários de afrouxamento das medidas restritivas em 2020 foram aliás acompanhados por expressivas subidas pontuais no consumo, que se traduziram em significativos crescimentos económicos, revelando confiança no potencial da procura de bens e serviços que tem permanecido retraída com a pandemia.

Por outro lado, na União Europeia, Governos e Comissão Europeia estão a implementar importantes programas de estímulo económico, que pela sua dimensão e profundidade de intervenção constituirão um forte catalisador para um crescimento económico robusto e sustentado.

Temos por isso razões para encarar o futuro com esperança e absolutamente determinados em prosseguir a estratégia de crescimento e de rentabilidade a que nos propusemos, agradecendo o suporte e a confiança de Clientes, Acionistas, Colaboradores e restantes *Stakeholders*.



Miguel Maya

Presidente da Comissão Executiva

Vice-Presidente do Conselho de Administração



Nuno Amado

Presidente do Conselho de Administração



Da esquerda para a direita:

Maria José Campos (Vogal da Comissão Executiva); **Rui Manuel Teixeira** (Vogal da Comissão Executiva);

Miguel Bragança (Vice-Presidente da Comissão Executiva); **Miguel Maya** (Presidente da Comissão Executiva);

João Nuno Palma (Vice-Presidente da Comissão Executiva); **José Miguel Pessanha** (Vogal da Comissão Executiva).

BCP em 2020

- **Resultado líquido do Grupo de 183,0 milhões de euros** em 2020, influenciado pelo contexto de pandemia COVID-19 e por provisões para riscos legais associados a créditos em francos suíços concedidos na Polónia.
- **Resultado antes de imparidades e provisões aumentou 1,5%** em 2020, para 1.186,2 milhões de euros. **Reforço expressivo das imparidades e provisões**, totalizando 841,2 milhões de euros em 2020.
- **Custos operacionais controlados**. Um dos bancos mais eficientes da zona euro, com *cost to core income* de 48%.
- **Rácio CET1 e rácio de capital total *fully implemented* de 12,2% e 15,6%**.
- **Níveis de liquidez elevados**, muito acima dos requisitos regulamentares. Ativos elegíveis para financiamento junto do BCE de 22,5 mil milhões de euros.
- **Aumento de 2,6 mil milhões de euros no crédito *performing*** em Portugal em 2020, com redução dos NPE de 0,9 mil milhões de euros. **Níveis de cobertura confortáveis**, em contexto adverso. **Crescimento de 2,8 mil milhões de euros nos recursos totais de clientes do Grupo**, face ao final de 2019.
- **Crescimento de Clientes *mobile* (+489 mil, dos quais +216 mil em Portugal)**.
- **Rápida adaptação** ao contexto incerto e **apoio permanente** às empresas e às famílias, com **reconhecimento** por parte dos Clientes.

Principais indicadores ⁽¹⁾

	Milhões de euros					
	2020	2019	2018	2017	2016	Var. % 20/19
BALANÇO						
Ativo total	85.813	81.643	75.923	71.939	71.265	5,1%
Crédito a clientes (líquido)	54.073	52.275	48.123	47.633	48.018	3,4%
Recursos totais de clientes (2)	84.492	81.675	74.023	70.344	65.522	3,4%
Recursos de clientes de balanço	64.764	62.607	56.585	52.688	50.434	3,4%
Depósitos e outros recursos de clientes	63.259	60.847	55.248	51.188	48.798	4,0%
Crédito a clientes (líquido) / Depósitos e outros recursos de clientes (3)	85 %	86%	87%	93%	98%	
Capitais próprios atribuíveis aos Acionistas do Banco e Passivos subordinados	7.626	7.697	6.853	7.250	5.927	-0,9%
RESULTADOS						
Margem financeira	1.533	1.549	1.424	1.391	1.230	-1,0%
Produto bancário (4)	2.306	2.335	2.184	2.197	2.097	-1,3%
Custos operacionais (4)	1.119	1.166	1.024	954	780	-4,0%
Imparidades e Provisões	841	542	601	925	1.598	55,3%
Impostos sobre lucros						
Correntes	113	101	106	102	113	
Diferidos	23	138	32	-72	-495	
Resultado líquido atribuível a Acionistas do Banco	183	302	301	186	24	
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA						
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	3,1 %	5,1%	5,2%	3,3%	0,6%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (3)(5)	4,9 %	8,9%	8,1%	4,8%	-4,5%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	0,2 %	0,5%	0,6%	0,4%	0,2%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (3)(5)	0,4 %	0,8%	0,8%	0,4%	-0,3%	
Taxa de margem financeira	2,0 %	2,2%	2,2%	2,2%	1,9%	
Produto bancário / Ativo líquido médio (3)(5)	2,7 %	2,9%	3,0%	3,0%	2,8%	
Rácio de eficiência <i>core</i> (5)(6)	48,0 %	48,8%	47,2%	47,1%	51,5%	
Rácio de eficiência (3)(5)	48,5 %	49,9%	46,9%	43,4%	37,2%	
Rácio de eficiência (3)(5)(6)	46,5 %	47,1%	45,6%	44,1%	46,1%	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (3)(5)(6)	46,2 %	47,4%	46,5%	44,5%	47,1%	
Custos com o pessoal / Produto bancário (3)(5)(6)	26,3 %	26,9%	25,9%	24,6%	25,9%	
QUALIDADE DO CRÉDITO						
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	2,3 %	2,7%	3,8%	5,8%	6,8%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	159,8 %	164,8%	148,1%	113,2%	107,0%	
<i>Stock de Non-performing exposures</i>	3.295	4.206	5.547	7.658	9.374	
<i>Non-performing exposures</i> / Crédito a clientes	5,9 %	7,7%	10,9%	15,0%	18,1%	
Custo do risco (líquido de recuperações)	91 p.b.	72 p.b.	92 p.b.	122 p.b.	216 p.b.	
Crédito reestruturado	2.661	3.097	3.598	4.184	5.046	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	4,7 %	5,7%	7,1%	8,2%	9,7%	
CAPITAL (7)						
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	12,2 %	12,2%	12,1%	13,2%	12,4%	
Rácio <i>common equity tier I fully-implemented</i>	12,2 %	12,2%	12,0%	11,9%	9,7%	
Rácio total <i>fully implemented</i>	15,6 %	15,6%	13,5%	13,7%	10,5%	
Fundos próprios <i>phased-in</i>	7.212	7.036	5.688	5.932	5.257	
Ativos ponderados pelo risco <i>phased-in</i>	46.413	45.031	41.883	40.171	39.160	
AÇÃO BCP						
Capitalização bolsista (ações ordinárias)	1.862	3.065	3.469	4.111	843	
Resultado líquido por ação básico e diluído ajustados (euros)	0,010	0,018	0,020	0,014	0,019	
Valores de mercado por ação (euros) (8)						
Máximo	0,2108	0,2889	0,3339	0,2720	0,6459	
Mínimo	0,0697	0,1771	0,2171	0,1383	0,1791	
Fecho	0,1232	0,2028	0,2295	0,2720	0,1845	

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário e no capítulo dos indicadores alternativos de desempenho, sendo também apresentadas as respetivas reconciliações com os valores contabilísticos. A partir de 31 de maio de 2019, as demonstrações financeiras do Grupo passaram a refletir a consolidação do Euro Bank S.A., entidade adquirida pelo Bank Millennium S.A.

(2) Em 30 de junho de 2018, os conceitos subjacentes ao apuramento dos recursos de clientes fora de balanço foram alterados no sentido de refletir o novo quadro legal e regulamentar imposto pela Diretiva dos mercados de instrumentos financeiros II (DMIF II), bem como alterações implementadas ao nível do perímetro considerado e dos critérios adotados, nomeadamente no que respeita à inclusão dos montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros, que contribuem para o reconhecimento de comissões ("ativos distribuídos"). A informação com referência a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está apresentada considerando o novo critério.

(3) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente em 31 de dezembro de 2020. Na sequência da revogação, em 2018, da Instrução do Banco de Portugal n.º 22/2011, que definia os critérios para o apuramento do montante do crédito, o rácio "Crédito a clientes (líquido)/Depósitos e outros recursos de clientes", passou a ser calculado de acordo com os critérios de gestão utilizados pelo Grupo, tendo os valores históricos sido reexpressos em conformidade.

(4) Em junho de 2020, alguns valores que até então eram registados, na atividade em Portugal, como outros gastos administrativos, passaram a ser contabilizados como outros proveitos de exploração líquidos, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos respeitantes aos anos de 2019 e 2018, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. As reclassificações efetuadas totalizaram 3 milhões de euros, quer em 2019, quer em 2018. Para os anos de 2017 e 2016 não foram efetuadas quaisquer reclassificações, pelo que os valores apresentados permanecem sem alterações face aos divulgados anteriormente.

(5) Na sequência da classificação contabilística do Banco Millennium Angola como operação em descontinuação em 31 de março de 2016, os saldos do balanço consolidado incluem os valores do Banco Millennium Angola até ao desreconhecimento determinado pela conclusão da operação de fusão com o Banco Privado Atlântico, em abril de 2016, enquanto o respetivo contributo para o resultado consolidado está refletido nas rubricas de resultados em operações descontinuadas ou em descontinuação e de Interesses que não controlam durante todo aquele período, não influenciando assim as restantes rubricas da demonstração de resultados consolidada.

(6) Exclui o impacto dos itens específicos: impacto negativo de 46 milhões de euros em 2020, dos quais 32 milhões de euros reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal (custos de reestruturação, custos com a compensação pelo ajuste temporário dos salários e proveitos decorrentes do acordo celebrado com um ex-administrador do Banco), e 15 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (9 milhões de euros como custos com o pessoal, 5 milhões de euros como outros gastos administrativos e 1 milhão de euros como amortizações do exercício). Em 2019, o impacto também foi negativo no montante de 66 milhões de euros, dos quais 40 milhões de euros referentes a custos de reestruturação e compensação pelo ajuste temporário dos salários, ambos reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e 26 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca, maioritariamente como outros gastos administrativos. Em 2018, o impacto negativo ascendeu a 29 milhões de euros, dos quais 27 milhões de euros referentes a custos de reestruturação, reconhecidos como custos com o pessoal e 3 milhões de euros associados ao projeto de transformação digital em curso, reconhecidos como outros gastos administrativos, ambos na atividade em Portugal. Em 2017 e em 2016, o impacto foi positivo, decorrente dos proveitos gerados pela negociação/revisão do ACT líquidos de custos de reestruturação, no montante de 14 milhões de euros e 186 milhões de euros respetivamente, reconhecido como custos com o pessoal na atividade em Portugal. No cálculo dos indicadores de rentabilidade e eficiência não estão também a ser considerados os itens específicos relevados no produto bancário, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (1 milhão de euros em 2019 e um montante considerado imaterial em 2020).

(7) Os valores apresentados incluem os resultados líquidos acumulados dos respetivos períodos.

(8) Valor de mercado por ação ajustado da operação de reagrupamento das ações representativas do capital social em outubro de 2016 e do aumento de capital, efetuado em fevereiro de 2017.

SÍNTESE DE INDICADORES NÃO FINANCEIROS

	Unid.	2020	2019	2018	2017	2016	Var. % 20/19
CLIENTES							
Número total de Clientes	Milhares	6.667	6.617	5.827	5.429	5.482	0,8%
Número de Clientes Ativos (1)	Milhares	5.705	5.598				1,9%
Juros pagos sobre depósitos e outros recursos	Milhões de euros	188	301	341	343	362	-37,5%
Reclamações registadas (2)	Número	172.674	136.562	108.244	76.918	72.498	26,6%
Reclamações resolvidas	Percentagem	93,0%	92,2%	99,3%	97,7%	93,2%	—
ACESSIBILIDADES							
Sucursais	Número	1.380	1.536	1.101	1.120	1.163	-10,2%
Atividade em Portugal		478	505	546	578	618	-5,3%
Atividade Internacional		902	1.031.000	555	542	545	-12,5%
Sucursais abertas ao Sábado		167	143	122	118	112	16,8%
Sucursais com acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida		937	875	866	800	828	9,6%
Internet	Nº de utilizadores	2.453.555	2.214.885	1.980.905	1.665.987	1.700.114	10,8%
Call Center	Nº de utilizadores	491.969	431.169	429.982	353.003	261.620	14,1%
Mobile banking	Nº de utilizadores	3.214.664	2.601.401	2.106.289	1.520.378	1.268.804	23,6%
ATM	Número	3.022	2.988	2.952	2.950	2.965	1,1%
COLABORADORES							
Colaboradores Portugal	Número	7.013	7.204	7.095	7.189	7.333	-2,7%
Colaboradores Internacional	Número	10.318	11.377	8.972	8.653	8.594	-9,3%
INDICADORES LABORAIS (3)							
Distribuição por categoria profissional							
Comissão Executiva (Portugal, Polónia e Moçambique)	Número	28	28	28	28	26	0,0%
Alta Direção		163	221	178	150	146	-26,2%
Direção		1.874	2.157	1.728	1.642	1.669	-13,1%
Comerciais		9.949	10.664	9.446	9.424	9.453	-6,7%
Técnicos		4.067	4.388	3.682	3.531	3.459	-7,3%
Outros		1.250	1.116	1.027	1.061	1.167	12,0%
Distribuição por faixa etária							
<30	Número	2.841	3.350	2.393	2.235	2.225	40,0%
[30-50[9.872	10.648	9.318	9.498	9.820	14,3%
>=50		4.618	4.583	4.350	4.103	3.875	5,4%
Média de idades	Anos	41	41	41	41	41	0,0%
Distribuição por vínculo contratual							
Contrato permanente		15.969	16.840	14.685	14.668	14.876	-5,2%
Contrato a termo		1.362	1.681	1.376	1.168	1.044	-20,6%
Estagiários		275	453	339	208	0	-39,3%
Colaboradores a trabalhar a tempo parcial	Número	230	254	215	187	202	-9,4%
Taxa de recrutamento	Percentagem	6,4%	12,5%	12,3%	9,7%	8,2%	---
Taxa de mobilidade interna	Percentagem	20,7%	16,3%	16,6%	18,5%	18,0%	---
Taxa de saídas	Percentagem	13,8%	11,9%	11,0%	10,3%	9,1%	---
Livre associação (4)							
Colaboradores abrangidos por Acordo Coletivo de Trabalho	Percentagem	99,8%	99,7%	99,7%	99,6%	99,6%	---
Colaboradores sindicalizados		77,0%	76,9%	78,6%	78,5%	78,9%	---
Higiene e segurança no trabalho (HST)							
Visitas de HST	Número	186	184	159	376	194	1,1%
Índice de acidentes de trabalho (5)	Número	2,19	2,42	1,99	2,91	2,69	-9,5%
Vítimas mortais	Número	0	0	0	1	0	---
Taxa de absentismo	Percentagem	6,3%	4,8%	4,3%	4,2%	4,0%	---
Salário mais baixo e o salário mínimo local	Rácio	1,3	1,3	1,3	1,1	1,9	0,0%
AMBIENTE							
Emissão de gases com efeito de estufa (6)	tCO ₂ eq	31.018	50.714	50.588	55.683	59.864	-37,2%
Consumo de energia elétrica (7)	MWh	59.214	62.527	59.664	63.131	68.055	10,2%
Produção de resíduos	t	768	617	677	2.330	2.547	-16,9%
Consumo de água (8)	m ³	208.817	276.460	281.666	366.872	372.409	-4,7%
FORNECEDORES							
Prazo de pagamento e prazo contratualizado	Rácio	1	1	1	1	1	0,0%
Montante pago a fornecedores locais	Percentagem	92,2%	91,4%	92,2%	86,4%	91,7%	---
DONATIVOS							
	Milhões de euros	2,0	2,1	2,0	1,9	1,7	-4,8%

- (1) Clientes Ativos: Primeiros titulares com, pelo menos, 1 produto com saldo > 50 cêntimos, em valor absoluto e com transações em cartões nos últimos 90 dias, ou com património financeiro ≥ 100 euros
- (2) Inclui efeito de alteração estrutural no processo de tratamento de reclamações no Bank Millennium Polónia, visando a melhoria da experiência do Cliente e a otimização do tratamento imediato.
- (3) Informação do número de Colaboradores (e não FTE's) para: Portugal, Moçambique, Suíça e Polónia.
- (4) Valor reflete as operações em que estes regimes são aplicáveis: Acordo Coletivo de Trabalho - Portugal e Moçambique -, Sindicato - Portugal e Moçambique.
- (5) Número de acidentes por milhão de horas trabalhadas. Em 2020 a metodologia de cálculo foi alterada de acordo com o GRI (*Global Reporting Initiative*), tendo-se efetuado o ajuste retroativo da série.
- (6) Dados não incluem Moçambique.
- (7) Consumo de energia elétrica da rede. Não inclui o consumo de energia elétrica da central de cogeração em Portugal, nem consumo de Moçambique.
- (8) Dados não incluem Suíça nem Moçambique.

Informação sobre o Grupo BCP

Breve descrição

O Banco Comercial Português, S.A. (“BCP”, “Millennium bcp” ou “Banco”) é o maior banco privado português. O Banco, com centro de decisão em Portugal, pauta a sua atuação pelo respeito pelas pessoas e pelas instituições, pelo enfoque no Cliente, pela vocação de excelência, pela confiança, pela ética e pela responsabilidade, sendo líder destacado em várias áreas de negócio financeiro no mercado português e uma instituição de referência a nível internacional. O Banco assume uma posição de destaque em África, através das suas operações bancárias em Moçambique (em Angola, o Banco Millennium Angola - BMA fundiu-se com o Banco Privado Atlântico - BPA e agora o Banco detém uma participação consolidada pelo método de equivalência patrimonial), e na Europa, através das suas operações na Polónia e Suíça. Desde 2010, o Banco opera em Macau através de uma sucursal de pleno direito.

História

O BCP foi constituído em 17 de Junho de 1985 como uma sociedade de responsabilidade limitada (“sociedade anónima”) organizada segundo as leis de Portugal, na sequência da desregulamentação do sector bancário português. O BCP foi fundado por um grupo de mais de 200 acionistas e uma equipa de profissionais bancários experientes que procuraram capitalizar a oportunidade de formar uma instituição financeira independente que servisse o então subdesenvolvido mercado financeiro português de forma mais eficaz do que os bancos estatais.

Enquanto o desenvolvimento do Banco foi inicialmente caracterizado pelo crescimento orgânico, uma série de aquisições estratégicas ajudou a solidificar a sua posição no mercado português e a aumentar a oferta de produtos e serviços financeiros. Em março de 1995, o BCP adquiriu o controlo do Banco Português do Atlântico S.A. (“Atlântico”), que era então o maior banco privado em Portugal. Seguiu-se uma oferta de aquisição conjunta sobre todo o capital do Atlântico. Em junho de 2000, o Atlântico foi incorporado no BCP. Em 2000, o BCP adquiriu a Império, juntamente com o Banco Mello e o Banco Pinto & Sotto Mayor.

Em 2004, com vista a reforçar o seu enfoque no *core business* de distribuição de produtos financeiros e otimizar o consumo de capital, o BCP vendeu ao grupo Caixa Geral de Depósitos as seguradoras Império Bonança, Seguro Directo, Impergesto e Servicomercial. O BCP celebrou ainda acordos com a Fortis (atualmente Ageas) para o controlo da gestão das seguradoras Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA, da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, SA e da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, SA, bem como da gestora de fundos de pensões, PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Após a consolidação da sua posição no mercado bancário português, o Banco concentrou-se no desenvolvimento do seu negócio de retalho em novas regiões, com o objetivo de alcançar posições significativas em mercados emergentes na Europa e em África. O Banco concentrou-se em negócios com fortes perspetivas de crescimento em mercados com uma estreita ligação histórica a Portugal ou com grandes comunidades de origem portuguesa (como Angola, Moçambique, Estados Unidos, Canadá, França, Luxemburgo e Macau), bem como em mercados onde o bem sucedido modelo de negócios do Banco pudesse ser exportado e adaptado para atender às suas particularidades, como por exemplo na Polónia, Grécia e Roménia.

O Banco tem procurado implementar uma estratégia consistente de segmentação de mercado e, até 2003, os diferentes segmentos eram abordados por meio de redes de distribuição autónomas operando sob uma variedade de marcas. Em outubro de 2003, o BCP iniciou o processo de substituição destas marcas em Portugal por uma marca única: Millennium bcp. O *rebranding* noutros mercados foi concluído em 2006. Todas as operações do Banco passaram a ser desenvolvidas sob a marca “Millennium”. Em Portugal, o Banco também opera sob a marca “ActivoBank”.

Em 2004, o Banco alienou os seus negócios de seguros não vida e ainda uma parte do seu negócio de seguros de vida ao estabelecer uma *joint venture* com a Ageas (anteriormente Fortis), denominada Millenniumbcp Ageas, da qual 51% é detida pela Ageas e 49% pelo Banco.

Nos últimos anos, o Banco voltou a concentrar-se nas operações que considera essenciais para os seus negócios. Como parte deste novo enfoque, o Banco alienou várias das suas operações internacionais (em França, Luxemburgo, Estados Unidos, Canadá, Grécia, Turquia e Roménia), mantendo protocolos comerciais para facilitar as remessas de emigrantes portugueses nalguns mercados. Em 2010, o Banco transformou a sua sucursal *off-shore* de Macau numa sucursal *on-shore*.

Em fevereiro de 2012, o Banco adotou uma reestruturação administrativa através da introdução de um modelo de gestão e supervisão monista, em que o Conselho de Administração inclui a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria (esta última composta por membros não executivos, de acordo com a lei aplicável).

Em dezembro de 2012, o Banco preparou e apresentou ao governo português um Plano de Reestruturação, exigido pela legislação nacional e pelas regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios estatais. O Plano de Reestruturação foi formalmente apresentado pelo governo português à Comissão Europeia e, em julho de 2013, o Banco acordou com a Comissão Europeia um Plano de Reestruturação, que implicava atingir uma melhoria da rentabilidade do Banco, em Portugal, através de, entre outros, redução de custos. Em setembro de 2013, a Direção-Geral de Concorrência anunciou o seu acordo formal com as autoridades portuguesas relativamente ao Plano de Reestruturação do Banco. De acordo com a decisão, o Plano de Reestruturação do Banco foi considerado em conformidade com as regras da União Europeia relativas aos auxílios estatais, demonstrando a viabilidade do Banco sem a continuação do apoio estatal. O Plano de Reestruturação implementado visava fortalecer a estratégia do Banco, concentrando-o nas suas atividades *core*.

Em maio de 2014, como parte de um processo que visava reorientar as atividades básicas definidas como prioritárias no seu Plano Estratégico, o Banco anunciou que acordava com o grupo internacional de seguros Ageas em reformular parcialmente os acordos estratégicos de parceria firmados em 2004, que incluiu a venda da sua participação de 49% nas companhias de seguros (atualmente detidas conjuntamente) que operam exclusivamente no ramo dos seguros não vida, ou seja, a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA e a Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, SA.

Em abril de 2016, o Banco anunciou a conclusão da fusão entre o Banco Millennium Angola, SA e o Banco Privado Atlântico, SA, resultando no segundo maior banco privado em crédito à economia em Angola, com uma quota de mercado de aproximadamente 10% em volume de negócios. A entidade resultante desta fusão deixou de ser consolidada pelo BCP.

O BCP anunciou, em janeiro de 2017, uma emissão de capital através de emissão de direitos de subscrição com preferência para os atuais acionistas transferíveis no montante de 1,3 mil milhões de euros. O objetivo desta transação foi antecipar o reembolso integral dos restantes títulos subscritos pelo Estado e a remoção das principais restrições relacionadas com o auxílio estatal, incluindo a proibição de distribuição de dividendos, o risco potencial de alienação de atividades *core* e o risco de conversão. Esta transação foi projetada para fortalecer o balanço através da melhoria do rácio de CET1 *fully implemented* e do *Texas ratio*, alinhando-os com os *benchmarks* do setor e colocando-o acima dos requisitos regulatórios.

Em 27 de dezembro de 2019 foi celebrada a escritura de fusão do Banco de Investimento Imobiliário, S.A., uma subsidiária detida a 100% pelo Banco Comercial Português, S.A., por incorporação neste último.

Em 27 de agosto de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária do Bank Millennium, que contou com a participação de 216 acionistas representando 78,53% do seu capital social, aprovou a fusão Bank Millennium S.A. com o Euro Bank S.A.. A conclusão da integração do Eurobank S.A. no Bank Millennium S.A. ocorreu em novembro, tendo o Banco resultante da fusão passado a operar com uma única marca, um único sistema operativo e uma única entidade jurídica.

O Millennium bcp executou com sucesso uma recuperação operacional, reforçando a sua posição financeira e de capital, apesar da envolvente adversa no setor bancário no seu mercado *core*. Esta posição reflete a implementação com sucesso do seu plano de reestruturação, compreendendo uma redução de custos de aproximadamente 40% em Portugal, desde 2011, e uma redução de NPE de mais de 70% a nível consolidado, desde 2013 (de 13,7 mil milhões de euros para 3,3 mil milhões de euros em dezembro de 2020). Três competências distintas estiveram no centro dessa recuperação: Um modelo de relacionamento voltado para o Cliente, liderança de mercado em eficiência e operações internacionais competitivas.

Governance

O Banco Comercial Português, S.A. adota um modelo de administração e fiscalização monista, composto por Conselho de Administração (CA), que inclui uma Comissão Executiva (CE) e uma Comissão de Auditoria composta unicamente por administradores não executivos. A Sociedade integra ainda um Conselho de Remunerações e Previdência (CRP) e um Conselho Estratégico Internacional.

O Banco conta com um Revisor Oficial de Contas e com uma empresa de auditores externos que procede à auditoria das contas individuais e consolidadas do Banco, eleitos em Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 22 de maio de 2019 foi ratificada a cooptação de um Administrador não executivo, Dr. Fernando da Costa Lima, para o exercício de funções no mandato em curso que termina em 2021; preenchendo uma vaga de vogal da Comissão de Auditoria, foi designada como Presidente da Comissão de Auditoria a Prof.^a Cidália Lopes, que havia sido eleita em 30 de maio de 2018 como vogal desta Comissão; e o Eng.^o Nuno Alves foi eleito vogal do CRP, preenchendo uma vaga existente neste corpo social.

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos acionistas, sendo as suas deliberações vinculativas para todos eles quando tomadas nos termos da lei e dos Estatutos. À Assembleia Geral compete:

- Eleger e destituir a sua própria Mesa, bem como os membros dos órgãos de administração e fiscalização e o CRP;
- Aprovar alterações do contrato da sociedade;
- Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício e propostas de aplicação de resultados;
- Deliberar sobre as matérias que lhe sejam submetidas a pedido dos órgãos de administração e fiscalização;

- Deliberar sobre todas as matérias que lhe sejam especialmente cometidas pela lei ou pelos Estatutos, ou que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade.

O CA é o órgão de governo do Banco competindo-lhe, nos termos da lei e dos estatutos, os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade.

Nos termos dos Estatutos do Banco, o CA é composto por um mínimo de 15 e um máximo de 19 membros com e sem funções executivas, eleitos pela Assembleia Geral por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição. No final de 2020, o Conselho de Administração era composto por 17 membros, sendo 6 executivos e 11 não executivos. Destes, são qualificados como independentes 5 membros.

O CA iniciou funções em 23 de julho de 2018 e em 24 de julho de 2018 nomeou uma CE, composta por seis dos seus membros, tendo o Presidente da CE sido indicado pela Assembleia Geral.

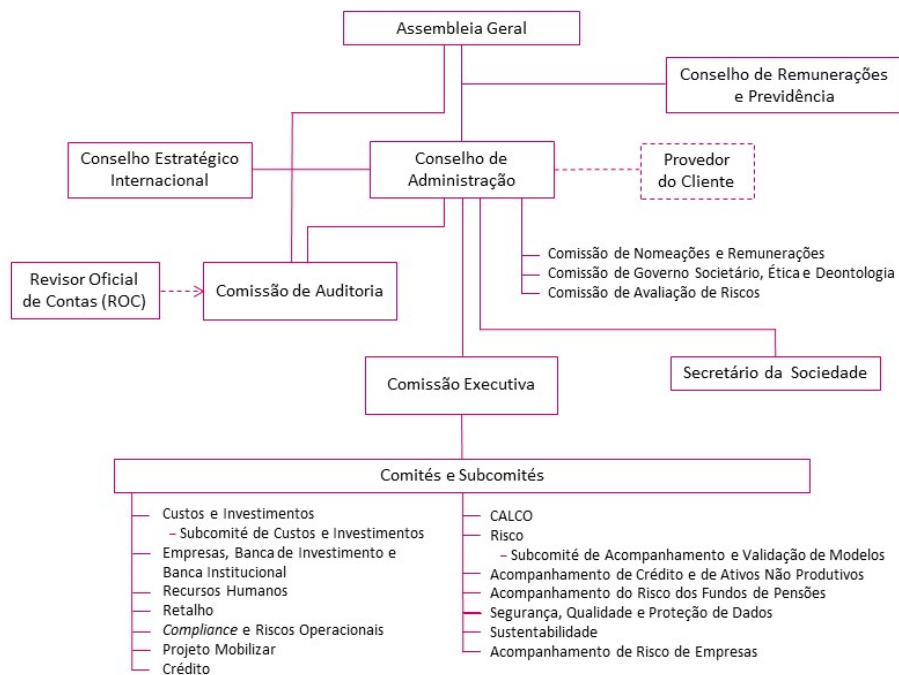
O CA delegou na CE a gestão corrente do Banco, sendo esta Comissão coadjuvada, no exercício dessa função de gestão, por vários comités e subcomités aos quais compete o especial acompanhamento de algumas matérias relevantes.

A fiscalização da sociedade é assegurada por uma Comissão de Auditoria, eleita pela Assembleia Geral, e composta por um mínimo de 3 e um máximo de 5 membros, eleitos em conjunto com os demais administradores, devendo as listas propostas para o CA discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria e indicar o respetivo Presidente.

O CRP é eleito pela Assembleia Geral.

O Secretário da Sociedade e o Secretário Suplente são nomeados pelo CA, cessando funções com o termo do mandato do Conselho que os tenha designado.

Modelo de Governo Corporativo



Identificação e Composição dos Órgãos Sociais e Comissões do Conselho de Administração

	Conselho de Administração	Comissão Executiva	Comissão de Auditoria	Conselho de Remunerações e Previdência	Conselho Estratégico Internacional*	Comissão de Governo Societário, Ética e Deontologia	Comissão de Nomeações e Remunerações	Comissão de Avaliação de Riscos
Nuno Manuel da Silva Amado (Presidente do CA)	●				●			
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia (Vice-Presidente do CA e Presidente do CRP)	●			●				
Valter Rui Dias de Barros (Vice-Presidente do CA)	●		●			●		
Miguel Maya Dias Pinheiro (Vice-Presidente do CA e CEO)	●	●			●			
Ana Paula Alcobia Gray	●			●				●
Cidália Maria Mota Lopes (Presidente da Comissão de Auditoria)	●		●					
Fernando da Costa Lima	●		●					
João Nuno de Oliveira Jorge Palma	●	●						
José Manuel Alves Elias da Costa (Presidente da CNR)	●					●	●	●
José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha	●	●						
Lingjiang Xu (Presidente do CGSED)	●					●	●	
Maria José Henriques Barreto de Matos de Campos	●	●						
Miguel de Campos Pereira de Bragança	●	●						
Rui Manuel da Silva Teixeira	●	●						
Teófilo César Ferreira da Fonseca (Presidente da CAR)	●						●	●
Wan Sin Long	●		●					●
Xiao Xu Gu (Julia Gu)	●							
António Vitor Martins Monteiro					●			
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves				●				

* Presidente e Vice-presidente a nomear

Principais eventos em 2020

O Banco apoiou a economia durante o ano de 2020, marcado pelos efeitos da pandemia COVID-19, e está preparado para continuar a apoiar a economia portuguesa no processo de descarbonização e transição energética e, no cenário pós-pandemia, a sua recuperação sustentável, inclusiva e resiliente.

No âmbito da situação de pandemia COVID-19, destacam-se algumas iniciativas levadas a cabo pelo Millennium bcp de apoio à economia e à comunidade:

- Apoio à economia através das Linhas de crédito garantias e moratórias;
- Participação na conferência de doadores, fazendo parte do contributo português para a iniciativa da UE em desenvolver uma vacina e um tratamento para a COVID-19;
- Apoio ao SNS através de iniciativas como a campanha "Unidos pela Sobrevivência", a reconversão do Hospital Curry Cabral e a construção da Estrutura Hospitalar de Contingência de Lisboa, entre outras;
- Integração do movimento Portugal #EntraEmCena, que junta artistas e empresas públicas e privadas no apoio à Cultura;
- Apoio da Fundação Millennium bcp à Rede de Emergência Alimentar do Banco Alimentar contra a Fome, reforçando a sua contribuição anual;
- Millennium Festival ao Largo, este ano realizado no Palácio Nacional da Ajuda, respeitando as regras de segurança, sem deixar de levar de forma gratuita o melhor da música clássica e do bailado ao público;
- Adesão ao Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020 - Ação Climática 2030, contribuindo para uma dinâmica coletiva em prol da ação climática e rumo à sustentabilidade;
- Inclusão, pela primeira vez, no Bloomberg Gender-Equality Index 2020, juntando-se ao grupo das empresas que a nível mundial se destacam na implementação de práticas e políticas de igualdade de género, diversidade e inclusão;
- Publicação do 1º Relatório de Progresso sobre o contributo do Millennium bcp para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas no contexto do Plano Diretor de Sustentabilidade do Banco;
- Subscrição do *Statement from Business Leaders for Renewed Global Cooperation*, uma declaração internacional do *Global Compact* das Nações Unidas que testemunha o compromisso com uma liderança ética, assente em valores e boas práticas de *governance*.

Outros acontecimentos:

Em **3 de abril**, a Fitch Ratings reafirmou o *rating* de longo prazo do Banco em 'BB' ("IDR" - *issuer default rating*) e o seu *rating* intrínseco em 'bb' ("VR" - *viability rating*), e reviu o *outlook* de longo prazo de Positivo para Negativo, com base na incerteza associada ao coronavírus. Atribuiu o *rating* 'BB-' à dívida sénior não preferencial do Banco, e o *rating* 'B+' à dívida Tier 2, de acordo com a sua nova metodologia de *rating* de bancos. Atribuiu o *rating* 'BB+'/'B' aos depósitos, um nível acima do IDR de longo prazo, refletindo a sua visão do maior nível de proteção dos depositantes.

Em **8 de abril**, a Standard & Poor's reafirmou o *rating* de longo prazo do Banco em 'BB' ("ICR" - *issuer credit rating*) e o seu *rating* intrínseco em 'bb' ("SACP" - *stand alone credit profile*), e reviu o *outlook* de longo prazo de Positivo para Estável, com base na incerteza associada ao coronavírus.

No dia **21 de abril**, o BCP alterou as condições referentes à emissão de Obrigações Hipotecárias com o ISIN PTBCQLOE0036, nomeadamente o montante da referida emissão de 2.000.000.000 euros para 4.000.000.000 euros, tendo por objetivo aumentar a carteira de ativos elegíveis para desconto junto do BCE.

No dia **20 de maio**, realizou-se a Assembleia Geral Anual de Acionistas, por meios exclusivamente telemáticos, com a participação de Acionistas detentores de 61,31% do respetivo capital social, sendo de salientar as seguintes deliberações:

- Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2019, incluindo o Relatório do Governo Societário;
- Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2019;
- Aprovação da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização;
- Recondução dos membros eleitos da Mesa da Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A. para o quadriénio 2020/2023 (Presidente: Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Vice-Presidente: Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo).

Em **28 de maio**, a DBRS reafirmou os *ratings* do BCP e reviu a tendência de longo prazo de Estável para Negativa, com base na incerteza associada ao coronavírus.

Em **9 de setembro**, o Banco informou que decidiu não dar continuidade ao processo junto do Tribunal Geral da União Europeia tendo em vista a anulação parcial da decisão da Comissão Europeia relativa à aprovação por esta do Mecanismo de Capitalização Contingente do Novo Banco.

Em **15 de dezembro**, o Banco informou sobre os requisitos mínimos prudenciais a observar a partir de 1 de janeiro de 2021, que determinam os seguintes rácios mínimos em função do valor dos ativos ponderados pelo risco (RWA): CET1 de 8,83%, Tier 1 de 10,75% e Capital total de 13,31% em *phased-in* e CET1 de 9,27%, Tier 1 de 11,19% e Capital total de 13,75% em *fully implemented*. Os *buffers* incluem a reserva de conservação de fundos próprios (2,5%), a reserva contra cíclica (0%) e a reserva para outras instituições de importância sistémica (O-SII: 0,563%). Foi concedido ao BCP um ano adicional (1 de janeiro de 2023) para o cumprimento gradual do requisito futuro de reserva O-SII de 1,00%, conforme comunicado pelo Banco de Portugal no seu sítio da Internet em 8 de maio de 2020. Tendo em conta os rácios observados em 30 de dezembro de 2020, o BCP cumpre confortavelmente os rácios mínimos exigidos em matéria de CET1, Tier 1 e rácio total.

Eventos subsequentes:

Em **5 de fevereiro de 2021**, emissão de dívida sénior preferencial, no montante de €500 milhões, com um prazo de 6 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final de 5 anos, um preço de emissão de 99,879% e uma taxa de juro de 1,125%, ao ano, durante os primeiros 5 anos (correspondente a um *spread* de 1,55% sobre a taxa *mid-swaps* de 5 anos). No 6º ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 1,55%.

Ação BCP

O ano de 2020 foi caracterizado por quedas expressivas nos principais mercados de capitais. O índice de bancos europeus, Euro Stoxx 600 Banks, desvalorizou-se 24,6%.

A disseminação da COVID-19 a nível mundial levou a que a Organização Mundial de Saúde declarasse a situação de pandemia, o que teve impactos severos a nível económico e social. Não obstante o processo de vacinação ter tido início no mês de dezembro, o percurso até ser atingido um nível de imunidade que permita um regresso gradual à normalidade é ainda longo.

Os Governos Europeus impuseram *lock downs*, com restrição à circulação de pessoas e à atividade económica nalguns setores. A atividade económica foi fortemente afetada pela situação pandémica a nível mundial. Os bancos centrais atuaram com medidas de suporte económico, cortes nas taxas de juro e pacotes de estímulos. Também a nível Governamental foram lançadas diversas medidas

de suporte económico a nível Europeu. Em Portugal, foram lançadas linhas de crédito com garantia estatal, moratórias para empresas e particulares e apoio às famílias afetadas pela crise, através dos processos de *lay-off*, com uma parte significativa dos encargos a serem suportados pelo Estado.

No plano geopolítico, de destacar a finalização do Brexit, após consumado o acordo comercial entre União Europeia (UE) e Reino Unido - oficializando assim a saída do Reino Unido da UE -, deterioração da relação entre EUA e China, bem como a possibilidade de uma guerra comercial transatlântica, perante notícias de que os EUA pretendem avançar com a introdução de tarifas a produtos vindos da UE e do Reino Unido. Por fim, no final do ano, surgiram notas de que a China e a UE estarão perto de formalizar um acordo comercial, permitindo um quadro legal para a intensificação de futuras trocas comerciais.

INDICADORES RELATIVOS À AÇÃO BCP

	Unidades	2020	2019
COTAÇÕES AJUSTADAS			
Cotação máxima de fecho	(€)	0,2108	0,2889
Cotação média de fecho	(€)	0,1170	0,2282
Cotação mínima de fecho	(€)	0,0697	0,1771
Cotação de fecho	(€)	0,1232	0,2028
AÇÕES E CAPITAIS PRÓPRIOS			
Número de ações ordinárias (em circulação)	(M)	15.114	15.114
Capitais próprios atribuíveis ao grupo	(M€)	6.221	6.125
Capitais próprios atribuíveis às ações ordinárias (1)	(M€)	6.221	6.125
VALORES POR AÇÃO			
Resultado líquido ajustado (EPS) (2) (3)	(€)	0,010	0,018
Valor contabilístico (4)	(€)	0,385	0,379
INDICADORES DE VALORIZAÇÃO PELO MERCADO			
Preço de fecho como múltiplo do valor contabilístico	(PBV)	0,30	0,50
Capitalização bolsista de fecho	(M€)	1.862	3.065
LIQUIDEZ			
Volume transacionado	(M€)	1.562	2.528
Volume transacionado médio diário	(M€)	6,1	9,9
Quantidade de ações transacionadas (3)	(M)	13.791	11.144
Quantidade média diária de ações transacionadas (3)	(M)	53,7	43,7
Rotação do capital (5)	(%)	91,2%	73,7%

(1) Capitais próprios atribuíveis ao grupo menos Ações Preferenciais

(2) Considerando o nº médio de ações em circulação

(3) Ajustado pela operação de aumento de capital concluída em fevereiro de 2017

(4) Considerando o número de ações deduzido do número de ações próprias em carteira

(5) Número total efetivo de ações transacionadas sobre número médio de ações emitidas no período

A ação BCP fechou o ano de 2020 com uma desvalorização de 39,3%, o que compara com uma desvalorização de 24,6% do índice de bancos europeus (índice EuroStoxx 600 Banks), no mesmo período.

O desempenho da ação BCP em 2020 foi fortemente condicionado pelas incertezas relacionadas com o aparecimento e propagação da COVID-19 e com os potenciais impactos económicos e sociais gerados pela situação pandémica registada no continente Europeu, que, historicamente, nunca tinha registado uma queda tão abrupta num período temporal tão reduzido. A evolução da ação BCP, ao longo de 2020, foi também influenciada por fatores adicionais de incerteza, em particular com a situação em torno da evolução do tema dos créditos concedidos em moeda estrangeira pela operação polaca.

No final do ano, o ambiente de otimismo nos mercados financeiros após notícias de que várias vacinas atingiram níveis de eficácia superiores a 90% na prevenção de infeções por COVID-19, a vitória de Joe Biden nas eleições norte americanas, o progresso no processo de consolidação do setor bancário - com especial foco em Espanha - e a assinatura de um acordo comercial pós-Brexit, entre a União Europeia (UE) e o Reino Unido, contribuíram, a partir do mês de novembro, para uma recuperação expressiva da ação BCP e em muito superior à do índice de referência para o setor bancário europeu.

Impactos positivos:

Intrínsecos ao BCP:

- Divulgação de resultados de 2019 que, apesar dos efeitos extraordinários, aumentaram face ao ano anterior;
- Divulgação de resultados do 1º trimestre de 2020, onde foi apresentada, com grande detalhe, informação adicional relativamente às ações adotadas, medidas de suporte à economia e potenciais impactos no âmbito da situação de pandemia;
- Divulgação de resultados do 2º e 3º trimestre de 2020, fortemente influenciados pelo contexto COVID-19. A reação aos resultados do 3º trimestre foi bastante positiva, com a ação BCP a valorizar 8,18% na sessão seguinte à divulgação dos mesmos, refletindo a estabilidade do resultado *core*, a manutenção da posição de referência em termos de eficiência, a capacidade de geração orgânica de capital e a redução dos NPE, registada num contexto extremamente adverso;
- Apoio às empresas e famílias, com destaque para as linhas de crédito COVID-19, em que o Banco esteve presente desde o primeiro momento, tendo alcançado uma quota de mercado de 38% sobre os 6,6 mil milhões de euros disponibilizados nas primeiras linhas.

Extrínsecos ao BCP:

- Anúncio de planos de estímulo económico pelos vários governos Europeus;
- Anúncio de medidas de apoio ao setor bancário pelo BCE, focadas no alívio dos requisitos de capital e liquidez, limitação do reconhecimento de provisões e flexibilização em processos de consolidação no setor;
- Extensão dos apoios do BCE, no final do ano, com principal destaque para: extensão do PEPP, em volume (aumento de 500 mil milhões de euros, para um total de 1.350 mil milhões de euros) e em maturidade (estando agora em vigor até março de 2022); extensão da TLTRO III, passando a ter três leilões adicionais (em junho, setembro e dezembro de 2021); continuação do programa de *Quantitative Easing*, com compras líquidas de ativos de 20 mil milhões de euros por mês;
- Reação positiva à confirmação da eleição de Joe Biden como futuro Presidente dos EUA;
- Assinatura do maior acordo mundial de comércio entre a China, Japão, Coreia do Sul e 12 outros países da Ásia-Pacífico, bem como notas, divulgadas no final do ano, de que a China e a UE estariam perto de formalizar um acordo comercial, permitindo um quadro legal para a intensificação de futuras trocas comerciais, o que resultaria em benefícios para ambas as partes;
- Declarações de um representante do BCE, afirmando que existe a possibilidade dos bancos europeus poderem voltar a distribuir dividendos já em 2021;
- Acordo pós-Brexit alcançado entre a UE e o Reino Unido, no final do ano;
- Início do plano de vacinação contra a COVID-19, no final do ano, em vários países, transmitindo maior tranquilidade e otimismo aos investidores.

Impactos negativos:

Intrínsecos ao BCP:

- Revisão em baixa do *outlook* do *rating* do BCP, de Estável para Negativo, pela Fitch Ratings, e revisão em baixa, pela DBRS, da tendência do *rating* do BCP, em linha com a revisão efetuada aos *ratings* dos bancos europeus, de forma a incorporar o impacto da pandemia COVID-19;
- Níveis mais elevados de provisionamento na Polónia, de forma a fazer face a riscos legais (116 milhões de euros) relacionados com a incerteza em torno do tema dos créditos concedidos em moeda estrangeira, nomeadamente em CHF.

Extrínsecos ao BCP:

- Revisão em baixa - por parte de várias entidades nacionais e supranacionais - das projeções macroeconómicas para a Zona Euro;
- Aumento das tensões comerciais entre os EUA e a China, bem como a possibilidade de uma guerra comercial transatlântica, perante notícias de que os EUA pretendiam avançar com a introdução de tarifas a produtos vindos da UE e do Reino Unido;
- Agravamento da propagação da COVID-19, tendo sido iniciada uma 2ª vaga da pandemia na segunda metade do ano, com especial foco no Reino Unido, onde foi detetada uma nova estirpe - mais contagiosa - do vírus, ao mesmo tempo que já se perspectivava uma 3ª vaga da pandemia no início de 2021.

PERFORMANCE

Índice	Varição 2020
Ação BCP	-39,3%
Eurostoxx 600 Banks	-24,6%
PSI20	-6,1%
IBEX 35	-15,5%
CAC 40	-7,1%
DAX	+3,5%
FTSE 100	-14,3%
MIB FTSE	-5,4%
Dow Jones	+7,2%
Nasdaq 100	+47,6%
S&P500	+16,3%

Fonte: Euronext, Reuters, Bloomberg

Liquidez

Durante o ano de 2020, foi transacionado um volume de 1.562 milhões de euros em ações BCP, o que representou um *turnover* médio diário de 6,1 milhões de euros. Neste período, foram transacionadas 13.791 milhões de ações, correspondendo a um volume médio diário de 53,7 milhões de ações. O índice de rotação de capital situou-se nos 91,2% do número médio anual de ações emitidas.

Acompanhamento de investidores

Durante o ano de 2020, o Banco participou em diversos eventos, tendo estado presente em 10 conferências e 5 *roadshows* na Europa e EUA, onde realizou apresentações institucionais, reuniões *one-on-one* e *group meetings* com investidores. Foram realizadas cerca de 240 reuniões com investidores institucionais, o que continua a demonstrar um significativo interesse em relação ao Banco.

Índices em que a ação BCP está representada

O título BCP integra mais de 50 índices bolsistas nacionais e internacionais, entre os quais se destacam o Euronext 150, o PSI 20 e o PSI Geral.

Índice	Peso
Euronext 150	0,56%
PSI 20	9,61%
PSI Geral	2,67%

Fonte: Euronext, 31 de dezembro de 2020

Adicionalmente, no final de 2020, o Millennium bcp integrava ainda os seguintes índices/estatutos de Sustentabilidade: “Ethibel EXCELLENCE Investment Register”, “Ethibel Excellence Europe” e “European Banks Index”. O Bank Millennium, na Polónia, é também parte do “WIG-ESG” da Bolsa de Valores de Varsóvia. Já em 2021, o Grupo BCP voltou a integrar, pelo 2º ano consecutivo, o Bloomberg Gender-Equality Index.

Índices de sustentabilidade



Factos relevantes comunicados ao mercado e impacto na cotação do título

O quadro seguinte sumariza os factos relevantes diretamente relacionados com o Banco Comercial Português ocorridos durante o ano de 2020, bem como as variações da cotação, quer no dia seguinte quer nos 5 dias subsequentes, e a evolução relativa face aos principais índices de referência nacional e bancário europeu nos períodos mencionados.

N.º	Data	Factos Relevantes	Var. +1D	Var. face ao PSI20 (1D)	Var. face ao STOXX® Europe 600 Banks (1D)	Var. +5D	Var. face ao PSI20 (5D)	Var. face ao STOXX® Europe 600 Banks (5D)
1	3/fev	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre resultados do Bank Millennium (Polónia) em 2019	1,7 %	0,9 %	-0,3 %	-2,0 %	-3,1 %	-8,6 %
2	20/fev	Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de dezembro de 2019	-0,4 %	0,0 %	0,5 %	-9,6 %	-1,2 %	2,0 %
3	26/mar	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre conclusões da reunião do seu Conselho de Administração	-4,0 %	-2,2 %	1,3 %	-14,5 %	-14,0 %	-0,2 %
4	3/abr	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre ações de rating da Fitch Ratings	2,6 %	1,4 %	-3,4 %	19,3 %	12,8 %	10,0 %
5	29/abr	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre participação qualificada da BlackRock	1,0 %	1,6 %	5,5 %	-5,4 %	-2,5 %	4,0 %
6	30/abr	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre participação qualificada da BlackRock	-4,4 %	-2,1 %	-3,4 %	-6,5 %	-5,0 %	-3,1 %
7	11/mai	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre resultados do Bank Millennium (Polónia) no 1T 2020	-0,4 %	0,9 %	-0,3 %	0,5 %	1,2 %	0,3 %
8	19/mai	Resultados Consolidados Millennium bcp 31 de março de 2020	2,0 %	1,0 %	0,9 %	5,6 %	2,7 %	0,8 %
9	20/mai	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre deliberações da Assembleia Geral Anual	-1,6 %	-1,4 %	0,4 %	6,7 %	4,8 %	-1,0 %
10	22/mai	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinados perpétuos	0,7 %	-0,2 %	-0,4 %	8,6 %	6,5 %	2,0 %
11	12/jun	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinados perpétuos	-0,4 %	0,3 %	0,6 %	1,8 %	-0,5 %	1,1 %
12	30/jun	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinada perpétua	-0,7 %	0,1 %	-0,1 %	1,9 %	0,5 %	-2,8 %

(Continua)

(Continuação)

N.º	Data	Factos Relevantes	Var. +1D	Var. face ao PSI20 (1D)	Var. face ao STOXX® Europe 600 Banks (1D)	Var. +5D	Var. face ao PSI20 (5D)	Var. face ao STOXX® Europe 600 Banks (5D)
13	30/jun	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre atribuição de ações aos Administradores Executivos e a Detentores de Funções Essenciais	-0,7 %	0,1 %	-0,1 %	1,9 %	0,5 %	-2,8 %
14	23/jul	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre resultados do Bank Millennium (Polónia) no 1S 2020	-1,7 %	-0,7 %	-0,8 %	-7,4 %	-2,2 %	0,5 %
15	28/jul	Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de junho de 2020	-1,5 %	-1,2 %	-0,3 %	0,0 %	0,6 %	3,3 %
16	31/jul	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinada perpétua	1,5 %	0,3 %	0,0 %	3,2 %	1,5 %	1,3 %
17	12/ago	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinada	-0,5 %	-0,4 %	1,4 %	-1,8 %	-0,1 %	1,4 %
18	24/ago	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinada perpétua	-0,1 %	1,0 %	0,1 %	-4,3 %	-1,4 %	-3,7 %
19	9/set	Banco Comercial Português, S.A. informa não ter dado continuidade a processo junto do Tribunal Geral da União Europeia relativo ao Mecanismo de Capitalização Contingente do Novo Banco	-0,3 %	0,3 %	0,2 %	-3,7 %	-2,3 %	-1,8 %
20	28/set	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre participação qualificada da BlackRock	-3,5 %	-2,2 %	-1,3 %	-4,4 %	-5,5 %	-5,0 %
21	29/set	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos	0,9 %	0,0 %	-0,1 %	1,6 %	-2,1 %	-4,8 %
22	27/out	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre resultados do Bank Millennium (Polónia) nos primeiros 9 meses de 2020	-3,4 %	-1,2 %	0,1 %	6,5 %	4,6 %	1,6 %
23	29/out	Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de setembro de 2020	8,2 %	6,1 %	6,7 %	11,2 %	4,9 %	3,1 %

(Continua)

(Continuação)

N.º	Data	Factos Relevantes	Var. +1D	Var. face ao PSI20 (1D)	Var. face ao STOXX® Europe 600 Banks (1D)	Var. +5D	Var. face ao PSI20 (5D)	Var. face ao STOXX® Europe 600 Banks (5D)
24	5/nov	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinada	-1,8 %	-0,2 %	-0,8 %	21,9 %	15,5 %	7,9 %
25	9/nov	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinada	4,3 %	3,3 %	-0,1 %	16,8 %	12,0 %	9,6 %
26	11/nov	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinada	-0,7 %	-1,3 %	1,2 %	19,2 %	17,5 %	15,5 %
27	16/nov	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida perpétua	-2,3 %	-0,9 %	-2,2 %	6,6 %	6,1 %	4,7 %
28	23/nov	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos	6,0 %	3,3 %	1,7 %	5,1 %	1,7 %	4,6 %
29	25/nov	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinada	-2,9 %	-2,5 %	-1,8 %	-1,8 %	-1,7 %	-2,9 %
30	26/nov	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre participação qualificada da BlackRock	-1,3 %	-2,3 %	-2,1 %	0,8 %	0,1 %	-2,3 %
31	2/dez	Banco Comercial Português, S.A. esclarece notícias sobre posição acionista da Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, EP	-0,4 %	-0,7 %	-1,1 %	7,1 %	3,8 %	7,7 %
32	7/dez	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre requisitos mínimos prudenciais	2,3 %	1,1 %	2,9 %	0,1 %	-1,5 %	2,6 %
33	10/dez	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos	-2,8 %	-1,7 %	-1,0 %	-0,2 %	-0,8 %	0,0 %
34	15/dez	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre correção ao comunicado relativo aos requisitos mínimos prudenciais	-1,6 %	-2,0 %	-0,5 %	-6,3 %	-5,3 %	-1,8 %
35	16/dez	Banco Comercial Português, S.A. informa sobre notificação de aquisição de títulos de dívida subordinada	1,1 %	0,5 %	1,2 %	-2,3 %	-2,9 %	-1,8 %

A ilustração do comportamento da ação do BCP durante o ano de 2020 é apresentada no gráfico seguinte:



Política de dividendos

O Banco Central Europeu (BCE), tendo como objetivo que as instituições de crédito conservem fundos próprios a fim de manter a capacidade para apoiarem a economia, num ambiente de crescente incerteza causada pela COVID-19, emitiu uma recomendação relativa à distribuição de resultados. De acordo com esta recomendação, em vigor até 1 de janeiro de 2021, os Bancos deveriam abster-se de pagar dividendos e de assumir compromissos irrevogáveis de pagamento de dividendos relativamente aos exercícios de 2019 e 2020, bem como de efetuar recompras de ações destinadas a remunerar os acionistas.

No que se refere ao pagamento de dividendos, o BCE aprovou em 15 de dezembro de 2020, dada a persistente incerteza sobre o impacto económico da pandemia COVID-19, uma nova recomendação, que revoga a recomendação anterior. O BCE solicitou a todos os bancos que limitassem distribuições a acionistas ou recompras de ações, ou equacionassem mesmo não distribuir quaisquer dividendos em dinheiro ou realizar recompras de ações, até 30 de setembro de 2021. A recomendação do BCE reflete uma avaliação da estabilidade do sistema financeiro e foi feita em estreita cooperação com o *European Systemic Risk Board* (ESRB). Esta decisão recomenda às instituições de crédito o exercício de extrema prudência na distribuição dos lucros, quer através do pagamento de dividendos, quer através da realização de recompra de ações, mantendo esta remuneração inferior a 15% do lucro acumulado dos exercícios de 2019 e 2020, e em qualquer caso, não superior a 20 pontos base do *Common Equity Tier 1* (CET1). A recomendação revista emitida pelo BCE visa salvaguardar a capacidade dos bancos para absorver perdas e para apoiar a economia com crédito.

Segundo o BCE continua a ser necessária uma abordagem prudente, uma vez que o impacto da pandemia nos balanços dos bancos não se manifestou ainda na totalidade, numa altura em que alguns bancos ainda estão a beneficiar de várias medidas de apoio público, e considerando que as imparidades de crédito ocorrem com um atraso temporal.

A política de dividendos do Grupo BCP baseia-se em primeiro lugar na retenção de fundos próprios que sejam consistentes com o seu *Risk Appetite Statement* (RAS), a sua avaliação interna de necessidades de capital (ICAAP) e a existência de uma margem de segurança suficiente em relação às recomendações específicas recebidas da supervisão no âmbito da sua avaliação dos riscos do Banco (SREP). No atual contexto, será naturalmente ainda de ponderar a orientação emitida pelo BCE acima referida.

Em função dos objetivos estratégicos apresentados e na correspondente evolução em termos de necessidades de capital existe um objetivo aspiracional de em *steady state* apresentar um *payout ratio* de 40%, sendo, todavia, a decisão final sempre decorrente da política acima referida.

Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Comercial Português, S.A. não detém ações próprias em carteira, não se tendo realizado nem compras nem vendas de ações próprias ao longo do período. Contudo, estão registados na rubrica Títulos próprios 323.738 ações (31 de dezembro de 2019: 323.738 ações) detidas por clientes. Considerando que para alguns dos referidos clientes existe evidência de imparidade, as ações do Banco por eles detidas foram consideradas como ações próprias e, de acordo com as políticas contabilísticas, deduzidas aos capitais próprios.

As ações próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

Relativamente a títulos próprios detidos por empresas associadas do Grupo, em 31 de dezembro de 2020, o Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. detém 142.601.002 ações do BCP (31 dezembro 2019: 142.601.002 ações), no valor total de Euros 17.568.000 (31 dezembro 2019: Euros 28.891.000), conforme nota 51.

Estrutura acionista

De acordo com informação da Interbolsa, em 31 de dezembro de 2020, o número de Acionistas do Banco Comercial Português ascendia a 149.299.

No final de dezembro de 2020, existiam quatro Acionistas com participação qualificada, dois dos quais com uma posição superior a 5% do capital social do Banco.

Estrutura acionista	N.º de Acionistas	% do Capital social
ACIONISTAS INDIVIDUAIS		
Colaboradores do Grupo	2.709	0,31%
Outros	142.243	25,42%
ACIONISTAS EMPRESAS		
Institucionais	356	18,20%
Qualificados	4	54,28%
Outras empresas	3.987	1,79%
TOTAL	149.299	100%

Os Acionistas com mais de 5 milhões de ações representavam 73,43% do capital.

N.º de ações por Acionista	N.º de Acionistas	% do Capital social
> 5.000.000	110	73,43%
500.000 a 4.999.999	1.320	9,70%
50.000 a 499.999	13.328	11,76%
5.000 a 49.999	38.863	4,55%
< 5.000	95.678	0,57%
TOTAL	149.299	100%

Durante o ano de 2020, a estrutura acionista do Banco manteve-se estável, em termos de distribuição geográfica. Em 31 de dezembro de 2020, os Acionistas em Portugal detinham 33,8% do número total de ações do Banco.

	N.º de Ações (%)
Portugal	33,8%
China	29,9%
África	19,6%
Reino Unido / EUA	9,3%
Outros	7,4%
Total	100%

Participações qualificadas

Em 31 de dezembro de 2020, os Acionistas com participações superiores a 2% do capital social do Banco Comercial Português, S.A. eram os seguintes:

Acionista	N.º ações	31 de dezembro de 2020	
		% do capital social	% dos direitos de voto
Chiado (Luxembourg) S.à r.l., sociedade detida pela Fosun International Holdings Ltd (Grupo Fosun)	4.523.384.503	29,93%	29,93%
TOTAL DO GRUPO FOSUN	4.523.384.503	29,93%	29,93%
Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, EP, diretamente	2.946.353.914	19,49%	19,49%
TOTAL DO GRUPO SONANGOL	2.946.353.914	19,49%	19,49%
BlackRock*	423.574.988	2,80%	2,80%
TOTAL DO GRUPO BLACKROCK	423.574.988	2,80%	2,80%
Fundo de Pensões do Grupo EDP **	311.616.144	2,06%	2,06%
TOTAL DO GRUPO EDP	311.616.144	2,06%	2,06%
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	8.204.929.549	54,28%	54,28%

* De acordo com o comunicado de 26 de novembro de 2020 (última informação disponível).

** Imputação de acordo com a alínea f) do n.º1 do Art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Os direitos de voto acima reportados resultam das participações diretas e indiretas dos Acionistas no capital social do Banco Comercial Português, sendo que não foram comunicadas ou apuradas quaisquer outras imputações de direitos de voto previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Enquadramento regulamentar, económico e do sistema financeiro

Enquadramento regulamentar

No ano de 2020 registou-se um conjunto específico de iniciativas, da parte do poder político, dos reguladores e dos supervisores com vista a atenuar os impactos da pandemia COVID-19 nas economias, nas empresas e nas famílias.

A Comissão Europeia adotou um quadro específico de suporte aos estados membros, nomeadamente revendo as regras de auxílio do Estado para a recuperação económica; o Banco Central Europeu adotou um conjunto de medidas, na política monetária, facilitando o acesso a financiamento do Banco Central, e, no âmbito da supervisão prudencial, reorientando os procedimentos de acompanhamento e de reporte regular e emissão de recomendações relativamente à distribuição de dividendos; a Autoridade Bancária Europeia (“EBA”) definiu os critérios orientadores para efeitos de aplicação de um quadro prudencial e contabilístico uniforme para as moratórias legislativas e privadas (Orientações EBA/GL/2020/02) e emitiu as orientações relativas ao relato e divulgação de informações sobre estas exposições (EBA/GL/2020/07), de par com orientações da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (“ESMA”) relativamente a relato financeiro.

De relevar, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência ao nível Europeu, acordado em fevereiro de 2021, que mobiliza um volume de financiamento sem precedentes para os estados membros disporem ao longo dos próximos anos para fazer face à pandemia e torná-los mais sustentáveis. Este Mecanismo concretizar-se-á na vertente nacional através do Plano de Recuperação e de Resiliência, que se encontra em consulta pública, e que prevê cerca de 30 mil milhões de euros entre subvenções (16,4 mil milhões de euros) e empréstimos (14,2 mil milhões de euros) em financiamento até 2026, constituindo, em conjunto com o orçamento plurianual até 2030, o maior pacote de medidas de estímulo alguma vez financiado pelo orçamento da União Europeia.

As autoridades nacionais adotaram medidas no âmbito da sua competência,

nomeadamente macroprudencial, comportamental e mercados financeiros, em consonância com a realidade local e, quando aplicável, em conformidade com as orientações emanadas das autoridades europeias, sendo de destacar:

- O Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, e subsequentes alterações, que aprovou as medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, materializadas sobretudo numa moratória de reembolso de capital e pagamento de juros, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado (a Associação Portuguesa de Bancos promoveu ainda uma iniciativa de moratória privada, com adesão dos bancos, e no cumprimento das especificações da EBA);
- O Decreto-Lei n.º 10-H/2020, de 26 de março, que estabeleceu medidas excecionais e temporárias de fomento da aceitação de pagamentos baseados em cartões, nomeadamente a suspensão da cobrança da componente fixa de pagamento com cartão efetuada em terminais de pagamento automático, que seja devida pelos beneficiários desses pagamentos aos prestadores de serviços de pagamento;
- O Programa de Estabilização Económica e Social aprovado pelo Governo, parte do Orçamento suplementar aprovado em 19 de junho, prevendo a criação de um adicional de solidariedade sobre o setor bancário, cuja receita é adstrita a contribuir para suportar os custos da resposta pública à atual crise, através da sua consignação ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Neste âmbito, o Banco de Portugal publicou:

- Carta Circular CC/2020/00000020 do Banco de Portugal, de 23 de março de 2020, sobre políticas de seleção e designação de revisores oficiais de contas e de sociedades de revisores oficiais de contas e de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos aos seus revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas ou à respetiva rede;
- A Carta Circular n.º CC/2020/00000022 e a Carta Circular n.º CC/2021/00000001 com as orientações relativas a moratórias públicas e privadas aplicadas a operações de crédito no contexto da pandemia (EBA/GL/2020/02);
- A Carta Circular n.º CC/2020/00000023, que divulga medidas a adotar em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT), no contexto da pandemia de COVID-19;
- O Aviso 2/2020 que regulamenta os deveres de informação aos clientes a observar no âmbito das operações de crédito abrangidas pelas medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia COVID-19 (“moratória pública” e no âmbito de moratórias de iniciativa privada);

Destaca-se, ainda, de entre as iniciativas no plano regulamentar relevantes para o sistema financeiro português que ocorreram em 2020:

- A Lei n.º 53/2020, de 26 de agosto, e a lei 57/2020 de 28 de agosto, que estabelecem normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, implementando restrições à aplicação de determinadas comissões bancárias;
- A Carta Circular n.º CC/2020/00000013, do Banco de Portugal, relativa ao Processo de concessão e reestruturação de créditos a devedores ou grupos de devedores de risco acrescido;
- A Carta Circular n.º CC/2020/00000044, do Banco de Portugal, que recomenda um conjunto de boas práticas a observar na comercialização de produtos e serviços bancários através de canais digitais;
- O Aviso 3/2020 e a Instrução 18/20, do Banco de Portugal, em matéria de conduta e cultura organizacional e sistemas de governo, de controlo interno e de gestão de risco;
- No plano macroprudencial, a reserva contracíclica de fundos próprios aplicável às exposições de crédito ao setor privado não financeiro nacional manteve-se em 0% do montante total das posições em risco;
- A Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto, que transpõe a Diretiva (UE) 2018/843 (vulgo 5.ª Diretiva AML) que reforça os mecanismos previstos para prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, e a Diretiva (UE) 2018/1673 que, complementarmente, visa reforçar o combate ao branqueamento de capitais através do direito penal.
- Foi também lançada a consulta pública do anteprojeto de Código da Atividade Bancária que visa substituir o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF).

Na Polónia o governo adotou um conjunto de medidas de proteção “anti- crise”, incluindo medidas de estímulo à economia, e o supervisor implementou um pacote de medidas com vista à resiliência do sector bancário no âmbito:

- da constituição de provisões e classificação do risco de crédito;
- dos requisitos de capital e liquidez;
- do crédito concedido a micro, pequenas e médias empresas, nomeadamente a possibilidade de extensão dos prazos de maturidade dos contratos.

Também em Moçambique o governo adotou medidas de apoio ao sistema financeiro, reduzindo o valor das reservas obrigatórias e isentando a constituição de provisões adicionais relativas à renegociação de créditos concedidos a clientes afetados pela pandemia. No setor bancário verificou-se ainda a isenção ou redução da cobrança de comissões para algumas operações bancárias, a par de medidas sanitárias de contenção à propagação da pandemia.

Nestes países há ainda a relevar a adoção de moratórias de iniciativa privada, tendo na Polónia também sido adotado o regime de moratória de natureza legislativa.

Não obstante a perspetiva mais otimista decorrente da descoberta e administração de uma vacina para o COVID-19, prevalece um contexto de incerteza com a evolução da pandemia, com a dinâmica da recuperação económica e com a reação aos fortes estímulos dirigidas à atividade nos vários países onde o Grupo exerce a sua atividade. À semelhança do verificado ao longo de 2020, é expectável que o contexto regulamentar continue a ser alvo de ajustamentos regulares, nomeadamente, e também em função da diminuição dos riscos decorrentes da pandemia, a agenda regulatória e de supervisão a adotar para o período pós-COVID-19.

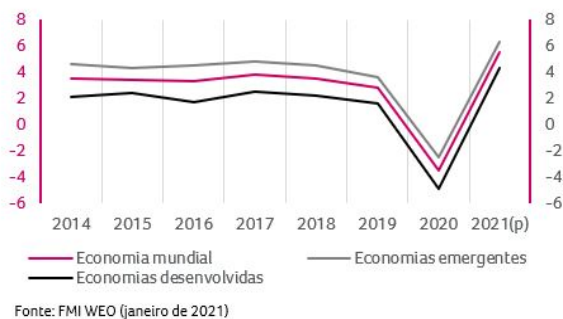
Enquadramento económico

Enquadramento económico mundial

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a pandemia COVID-19 terá provocado uma contração da economia mundial de 3,5% em 2020, num contexto de fortes restrições à normal condução da atividade económica. Ainda que global, a intensidade recessiva revelou-se heterogénea, tendo afetado mais as economias desenvolvidas do que os mercados emergentes.

Para 2021, o FMI avança um cenário de recuperação robusta da atividade global, a qual está, naturalmente, sujeita à dissipação da pandemia.

ECONOMIA MUNDIAL DEVERÁ RECUPERAR EM 2021
Taxa de variação anual do PIB real (em %)



Mercados financeiros globais

A evolução dos mercados financeiros no decurso de 2020 foi determinada pelo elevado teor de acomodação da política económica global, que permitiu, não só, evitar um colapso financeiro mundial, como também contribuiu para estabilizar a procura agregada. Com efeito, após a correção significativa dos mercados financeiros em março, as classes de ativos de maior risco, incluindo as ações, as matérias-primas, as obrigações empresariais e as criptomoedas, exibiram fortes valorizações. No segmento cambial assistiu-se a uma tendência alargada de depreciação do dólar americano, sobretudo na segunda metade do ano transato, incluindo contra o euro.

Na área do euro, o Banco Central Europeu lançou um programa de compra de dívida pública de emergência e reforçou outros mecanismos de injeção de liquidez no sistema bancário, o que se repercutiu na permanência das taxas Euribor em valores negativos em toda a extensão da curva e na queda das taxas de juro de longo prazo do euro, bem como numa redução das *yields* das obrigações do tesouro dos estados-membros da periferia, incluindo Portugal.

ÍNDICE ACIONISTA MUNDIAL VALORIZOU-SE EM ANO DE PANDEMIA



Perspetivas para a economia portuguesa

No ano de 2020, a economia portuguesa registou uma contração inédita de 7,6% decorrente dos efeitos da pandemia sobre a atividade, os quais se revelaram particularmente perniciosos para as exportações, devido ao colapso da atividade turística, para o consumo privado e, em menor grau, para o investimento, que beneficiou da resiliência do setor da construção. A forte quebra da atividade económica teve, no entanto, um impacto limitado no mercado de trabalho, em virtude do amplo conjunto de medidas de apoio às famílias e empresas apresentadas tanto pelas autoridades nacionais, como no quadro da União Europeia (UE).

As políticas orçamentais, que se revelaram cruciais para atenuar os efeitos adversos da pandemia, traduziram-se num agravamento substancial das contas públicas, evolução que deverá, no entanto, conhecer uma melhoria progressiva nos próximos anos, em sintonia com a recuperação da atividade económica.

A taxa de inflação registou em 2020 uma queda de 0,1%, refletindo as pressões deflacionistas associadas ao quadro recessivo vigente. A partir de 2021, à medida que a trajetória de retoma da economia se for acentuando, é expetável que a inflação retome a valores claramente positivos.

Não obstante o contexto de elevada incerteza, a Comissão Europeia (CE) antevê um crescimento do PIB em 2021 de 4,1%, suportado pelo expansionismo das políticas monetária e orçamental, pela retoma do turismo na segunda metade do ano e pelo impulso adveniente da acumulação muito significativa de poupança das famílias portuguesas sobre o aumento do consumo privado.

Operações internacionais

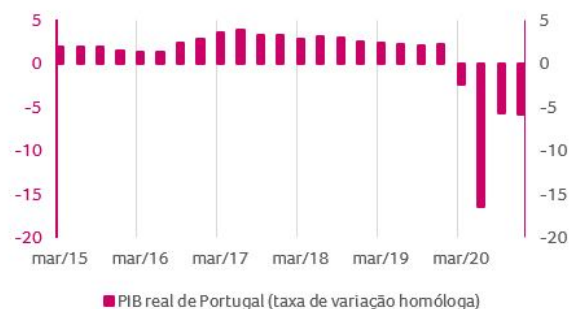
Na Polónia, a queda do PIB em 2020 cifrou-se em 2,8%, refletindo os efeitos adversos das medidas de contenção sanitária na atividade económica, sobretudo ao nível do consumo e do investimento. No entanto, o desempenho melhor do que o esperado das exportações de bens, impulsionadas pela recuperação na segunda metade do ano das economias alemã e chinesa, contribuiu para atenuar a severidade da recessão no ano transato. Em 2021, a procura externa e a expectativa de normalização progressiva das medidas restritivas deverão suportar a retoma da atividade, com a CE a projetar uma taxa de crescimento do PIB de 3,1%. No plano cambial, o quadro de forte incerteza que predominou em 2020 nos mercados financeiros internacionais condicionou a evolução do zloti, que no conjunto do ano se depreciou relativamente ao euro.

Em Moçambique, a recessão económica global, a instabilidade militar nas regiões norte e centro do país e a ocorrência de calamidades naturais determinaram uma contração do PIB em 2020 de 1,3%. Neste contexto, o metical depreciou-se significativamente no decurso do ano, contribuindo para exacerbar as pressões inflacionistas domésticas. Para 2021, o FMI

perspetiva um crescimento moderado do PIB (2,1%), condicionado pelas vulnerabilidades políticas e económicas internas.

Em Angola, as debilidades da economia nacional aliadas a uma forte redução do preço do petróleo agravaram o quadro recessivo que persiste desde 2016. Em 2021, as reformas estruturais que têm vindo a ser implementadas e a perspetiva de subida dos preços das matérias-primas, num contexto de retoma da economia mundial, deverão traduzir-se numa expansão do PIB de 0,4%, de acordo com o FMI.

ECONOMIA PORTUGUESA REGISTOU UMA QUEDA HISTÓRICA EM 2020



Fonte: Datastream

PRODUTO INTERNO BRUTO

Taxa de variação anual (em %)

	2018	2019	2020	2021	2022
UNIÃO EUROPEIA	2,1	1,6	-6,3	3,7	3,9
Portugal	2,8	2,2	-7,6	4,1	4,3
Polónia	5,4	4,5	-2,8	3,1	5,1
ÁFRICA SUBSARIANA	3,3	3,2	-3,0	3,1	4,0
Angola	-1,2	-0,9	-4,0	3,2	3,0
Moçambique	3,4	2,3	-1,3	2,1	4,7

Fonte: FMI e institutos de estatística nacionais

Estimativa FMI (janeiro de 2020)

Enquadramento do sistema financeiro

O ano de 2020 fica fortemente marcado pela pandemia COVID-19, com o seu impacto real no setor financeiro nacional e internacional ainda bastante incerto, dada a inexistência de precedentes relevantes que permitam projetar com confiança a severidade e duração desta crise sanitária e económica ou o vigor da recuperação. No final do ano, começaram a surgir resultados cada vez mais encorajadores sobre o desenvolvimento e distribuição de vacinas, com a maioria dos países a iniciarem, já no início de 2021, o seu programa de vacinação. Mas as incertezas quanto ao fornecimento das mesmas ameaçam o cumprimento dos prazos delineados nos

referidos programas de vacinação e a “normalização” da situação, podendo condicionar a robustez da esperada recuperação económica no decorrer de 2021.

A amplitude e rapidez da resposta das autoridades, à escala planetária, com o anúncio e adoção de um vasto conjunto de medidas que visaram garantir uma ampla provisão de liquidez, o adequado funcionamento do mecanismo de transmissão da política monetária, a par de estímulos orçamentais sem precedentes, contribuíram para a estabilização dos mercados financeiros internacionais e para a suavização do impacto da crise provocada pela

pandemia no setor financeiro quando comparada com as últimas crises económicas (v.g. ‘Crise financeira global’ em 2008/09 e ‘Crise das dívidas soberanas na área do euro’ em 2011/12). As medidas de resposta anunciadas pelas autoridades revelam, no entanto, níveis muito divergentes por parte de cada Estado-membro da União Europeia no apoio às empresas e particulares. A não homogeneidade dos apoios poderá gerar grandes distorções competitivas e também originar níveis distintos de apoio indireto do Estado aos bancos em cada jurisdição da União Europeia (v.g. via níveis muito divergentes de suporte garantístico às exposições de crédito em balanço). Tais circunstâncias poderão constituir-se como *game changer* no processo de consolidação do setor bancário na União Europeia, o qual é cada vez mais incentivado por parte dos Supervisores.

Importa destacar que face à anterior crise financeira internacional, este choque é de origem exógena e não está diretamente relacionado com desequilíbrios financeiros anteriormente existentes. De facto, e na sequência da anterior crise económica e financeira, vários países, entre os quais Portugal, implementaram vários processos de ajustamento das suas economias que permitiram reduzir o grau das vulnerabilidades anteriores. Assim, o setor financeiro nacional enfrenta esta crise em melhores condições do que a crise anterior, com uma posição bastante mais sólida em termos de capital e liquidez, e com melhores indicadores setoriais de qualidade dos ativos, refletindo os esforços realizados nos últimos anos na redução das exposições não produtivas (‘NPAs’) dos balanços dos bancos. Essas melhores condições financeiras pré-pandemia transmitem confiança acrescida ao sistema financeiro nacional na acomodação dos impactos que possam decorrer da materialização de riscos específicos, como os decorrentes do fim do programa das moratórias do Governo. Além disso, permite ao sistema financeiro nacional posicionar-se como um dos principais promotores da esperada recuperação económica em Portugal, apoiando quer famílias, quer empresas, com especial incidência nas PMEs.

Num contexto cada vez mais desafiante, face à revisão em baixa das estimativas macroeconómicas para os próximos anos (os dados recentes confirmam uma recessão mundial em 2020), à manutenção de níveis de taxas de juro negativas por um período consideravelmente mais longo do que o anteriormente antecipado, à crescente pressão legislativa sobre o comissionamento e à manutenção de fatores de perturbação de natureza geopolítica (v.g. tensões comerciais), os principais bancos nacionais mantiveram ainda assim níveis de rentabilidade positivos, apesar

da redução homóloga explicada essencialmente pelo reforço cauteloso do provisionamento, na sequência da revisão das perspetivas macroeconómicas. Os níveis de eficiência operacional, medidos pelo rácio *cost to income*, mantiveram-se entre os melhores em termos europeus. A evolução e o desempenho do sistema bancário continuaram a ser condicionados por supervisão e regulação cada vez mais exigente e onerosa, apesar de alguma flexibilização temporária no contexto da pandemia, e ainda por contribuições regulatórias crescentes (v.g. Contribuição para o Setor Bancário e contribuições para os Fundos de Resolução Europeu e Nacional, neste último caso em clara desvantagem face aos pares europeus).

A posição de liquidez no sistema bancário nacional manteve-se em níveis confortáveis e os rácios de capital continuam a evoluir favoravelmente, assentes quer na geração orgânica de capital, quer na emissão de instrumentos de dívida elegíveis para fundos próprios e/ou para cumprimento dos requisitos MREL no curto/médio prazo, com exceção de um operador que continua a recorrer ao Fundo de Resolução nacional para repor os seus rácios de capital por forma a cumprir requisitos regulamentares mínimos exigidos pelo Supervisor. Esta situação, a par das necessidades financeiras decorrentes das resoluções do Banco Espírito Santo e do BANIF, mantém-se como uma fonte de risco para o processo de normalização da rentabilidade do sistema bancário português.

A pandemia COVID-19 acelerou o processo de mudança do setor bancário e confirmou de forma clara o sucesso da estratégia de reajustamento do modelo de negócio e de relacionamento com os clientes por parte dos bancos iniciada nos últimos anos, tornando-o mais digital, mais seguro, mais cómodo e melhorando globalmente a qualidade do serviço prestado a clientes cada vez mais exigentes. Tal como nos últimos anos, a mitigação de riscos de *compliance* (associados por exemplo ao branqueamento de capitais e ao financiamento de atividades ilícitas, v.g. terrorismo) e de cibersegurança, tem obrigado ao reforço do investimento em políticas adequadas de avaliação e controlo do risco operacional, com destaque para o investimento em sistemas de segurança da informação, que contribuirão para que o sistema financeiro português supere de forma resiliente, sólida e segura esta crise sanitária e económica.

Modelo de negócio

Natureza das operações e principais atividades

O Grupo desenvolve um conjunto de atividades financeiras e serviços bancários em Portugal e no estrangeiro, onde está presente em diversos mercados: Polónia, Suíça, Moçambique, Angola (através da associada BMA) e China (Macau). Todas as operações bancárias desenvolvem a sua atividade sob a marca Millennium. O Grupo assegura ainda a sua presença internacional através de escritórios de representação e/ou protocolos comerciais.

O Banco oferece um vasto leque de produtos e serviços financeiros: Contas à ordem, meios de pagamento, produtos de poupança e de investimento, *private banking*, gestão de ativos e banca de investimento, passando ainda pelo crédito imobiliário, pelo crédito ao consumo, pela banca comercial, pelo *leasing*, pelo *factoring* e pelos seguros, entre outros. As operações de *back-office* para a rede de distribuição encontram-se integradas, de forma a beneficiar de economias de escala.

Em Portugal, o BCP encontra-se centrado no mercado de retalho e empresas, servindo os seus Clientes de uma forma segmentada. As operações das subsidiárias disponibilizam geralmente os seus produtos através das redes de distribuição do Banco, oferecendo um conjunto alargado de produtos e serviços.

Fatores distintivos do modelo de negócio

Maior instituição bancária privada

O BCP é a maior instituição bancária privada em volume de negócios em Portugal, assumindo uma posição de liderança e destaque em diversos produtos, serviços financeiros e segmentos de mercado, estando alicerçada numa rede de sucursais moderna e com uma ampla cobertura a nível nacional. Complementarmente, o Banco dispõe de canais de banca à distância (serviço de banca por telefone, *Mobile Banking* e pela *Internet*), que funcionam como pontos de distribuição dos seus produtos e serviços financeiros.

As prioridades, de acordo com o Plano Estratégico 2021, consistem em redesenhar a experiência digital a partir de uma abordagem centrada em dispositivos móveis, transformando as *top customer journeys*, configurando um modelo omnicanal conveniente e produtivo e transformando as operações através da implementação de tecnologias *NextGen* (como robótica e processamento de linguagem natural). Paralelamente, o Banco adotará uma estratégia de Tecnologias de Informação enfocada na atualização de tecnologia, segurança de informação e promoção de novas formas de trabalho.

A atividade no mercado doméstico está enfocada na banca de retalho, que se encontra segmentada de forma a melhor servir as necessidades dos Clientes, quer através de uma proposta de valor assente na inovação e rapidez destinadas aos designados Clientes Mass-market, quer através da inovação e da gestão personalizada de atendimento, destinada aos Clientes Prestige, Negócios, Empresas, Corporate e Large Corporate. A banca de retalho conta ainda com o ActivoBank, um banco vocacionado para Clientes com um espírito jovem, utilizadores intensivos de novas tecnologias da comunicação, que privilegiem uma relação bancária assente na simplicidade e que valorizem produtos e serviços inovadores.

Presença internacional como plataforma de crescimento

No final de dezembro de 2020, o Millennium bcp era o maior banco privado português em volume de negócios com uma posição relevante nos países em que detém operações.

Em 31 de dezembro de 2020, as operações em Portugal representavam 71% do total de ativos, 69% do total de crédito a Clientes (bruto) e 70% do total de recursos totais de Clientes. O Banco detinha cerca de 2,4 milhões de Clientes ativos em Portugal e quotas de mercado de 17,5% e 18,1% em crédito a Clientes e depósitos de Clientes, respetivamente, em dezembro de 2020.

O Millennium bcp encontra-se presente internacionalmente através das suas operações bancárias, escritórios de representação e/ou através de protocolos comerciais, servindo 5,7 milhões de Clientes ativos no final de dezembro de 2020.

Nas operações em África, o Millennium bcp prossegue a sua atividade através do Millennium bim, um banco universal, a operar desde 1995 em Moçambique, detém mais de 1,2 milhões de Clientes Ativos, sendo um banco de referência neste país, com 16,8% em crédito a Clientes e 24,2% em depósitos, em 31 de dezembro de 2020. O Millennium bim é uma marca com elevada notoriedade no mercado moçambicano, associada à inovação, com grande penetração ao nível da banca eletrónica e excepcional capacidade de atrair novos Clientes, sendo uma referência ao nível da rentabilidade.

Foi outorgada, em 22 de abril de 2016, a escritura de fusão do Banco Millennium Angola, S.A. com o Banco Privado Atlântico, S.A.. O Banco resultante da fusão é uma associada do Banco Comercial Português.

Na Polónia, o Bank Millennium dispõe de uma rede de sucursais bem distribuída e suportada numa moderna infraestrutura multicanal, numa qualidade de serviço de referência, no elevado reconhecimento da marca, na base de capital robusta, na liquidez confortável e na sólida gestão e controlo do risco. O Bank Millennium detinha, em 31 de dezembro de 2020, 6,1% em crédito a Clientes e 5,3% em depósitos.

Na Suíça, o Grupo detém uma operação desde 2003, por intermédio de uma plataforma de *private banking* que presta serviços personalizados e de qualidade a Clientes do Grupo com elevado património, compreendendo soluções de gestão de ativos, baseadas em *research* rigoroso e no profundo conhecimento dos mercados financeiros, assente num compromisso irrevogável com a gestão do risco e numa plataforma de IT eficiente.

O Grupo está ainda presente no Oriente desde 1993. Em 2010 foi realizado o alargamento da atividade da sucursal existente em Macau, através da atribuição da licença plena (*on-shore*), visando o estabelecimento de uma plataforma internacional para a exploração do negócio entre a Europa, China e África lusófona.

O Banco conta ainda com 9 escritórios de representação (1 no Reino Unido, 3 na Suíça, 2 no Brasil, 1 na Venezuela, 1 na China em Cantão e 1 na África do Sul) e 3 protocolos comerciais (EUA, França e Luxemburgo).

Crescimento alicerçado na banca digital / mobile

Desde a sua fundação, o Banco desenvolveu uma reputação associada à inovação. O Banco foi o primeiro banco em Portugal a introduzir certos conceitos e produtos inovadores, incluindo: métodos de *marketing* direto; *layouts* de sucursais com base no perfil do cliente; contas-ordenado; sucursais mais simples (“NovaRede”); serviços bancários por telefone, através do Banco 7, que posteriormente se tornou na primeira plataforma de serviços bancários *online* em Portugal; seguro de saúde (Médis) e seguro direto; e um *site* dedicado a particulares e *corporate banking*. O Banco também foi pioneiro no lançamento de um novo conceito de *Internet banking*, baseado na plataforma do ActivoBank, que fornece um serviço simplificado ao cliente, incluindo a abertura de conta através de soluções de *Mobile Banking*.

Banca digital

2020 foi um ano em que o Banco se teve de adaptar aos enormes desafios e constrangimentos impostos pela pandemia, no qual o Digital assumiu um papel determinante, quer como catalisador dos resultados globais do Banco, quer da relação com o Cliente.

As grandes dimensões de aceleração do negócio digital foram: o crescimento do número de clientes ativos digitais, com particular enfoque no *Mobile*; a migração das principais transações do dia a dia do Cliente para a App; o crescimento das vendas digitais e o *open banking*, potenciando a oferta e expandindo a distribuição.

Nos Clientes Particulares manteve-se a tendência de crescimento da base de Ativos Digitais, com uma variação de +17% face a dezembro de 2019, para o qual contribuiu de forma determinante o crescimento de 29% dos utilizadores do Canal App (face a 2019). Destes, 48% já utilizam este canal em exclusivo. A penetração digital na nova aquisição atingiu os 58% dos clientes adquiridos em 2020.

Nas principais transações digitais, o Banco registou um crescimento de 47% face a dezembro de 2019, muito assente no canal App (+74%). De destacar ainda o impacto que o contexto COVID-19 teve na migração das principais transações do canal *selfbanking* para os canais digitais.

As Vendas Digitais representaram 32% das vendas totais do Banco em 2020.

Mobile Particulares

Acesso e utilização da App Millennium: simplificou-se o processo de registo com a possibilidade de obter os códigos de acesso a partir da App e a utilização da biometria para se validarem as operações e passou-se a categorizar os movimentos nas contas para uma leitura mais intuitiva dos mesmos.

Crédito: os Clientes já podem calcular quanto podem pedir para o seu crédito à habitação, com a nova calculadora de 'Quanto posso pedir'. Acompanhando as necessidades decorrentes da COVID-19, possibilitou-se o pedido de adesão às moratórias de crédito e a posterior aceitação de aditamentos aos respetivos contratos.

Investimentos: Criaram-se as jornadas de consulta à carteira de títulos e de subscrição, reforço ou resgate de Fundos de Investimento.

Open Banking: Estendeu-se a agregação de contas ao Revolut, Transferwise e mais 7 bancos franceses e passou a ser possível a realização de transferências nacionais e internacionais SEPA a partir de contas agregadas.

Pagamentos: No MB Way, melhorou-se a experiência de utilização e disponibilizou-se o Pedido de Dinheiro e a Divisão de Conta. Com estas alterações e uma experiência integrada, os Clientes do Banco que utilizam a App Millennium, em exclusivo, para realizar transferências MB Way já representam 35% do total.

Já é possível pedir um cartão de crédito com resposta no momento e ativá-lo logo após a sua receção. Para que os Clientes se sintam em segurança ao utilizar os cartões de crédito, podem recorrer, sempre que necessário, ao seu bloqueio temporário ou ao seu cancelamento.

Nas transferências internacionais SEPA, já é possível realizar transferências imediatas.

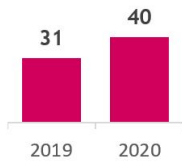
Nos pagamentos por débito direto, foram incluídos ícones de categoria, gráficos com tendência de consumo e diferenciação dos estados das cobranças por cor, tudo para facilitar a gestão dos débitos diretos na App Millennium.

Foi também disponibilizado o Apple Pay.

Seguros: Para quem viaja, o Banco dispõe agora da proteção ideal com o Seguro Viagem ON/OFF: rápido, fácil e que o Cliente só utiliza quando necessita. É só fazer ON!

As nossas capacidades digitais foram especialmente apreciadas pelos Clientes durante a pandemia

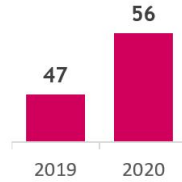
% Clientes Mobile ¹



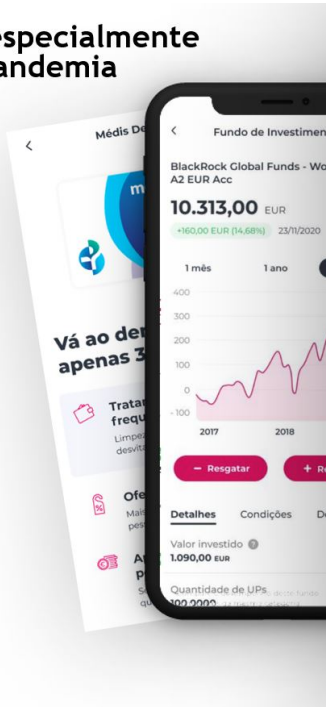
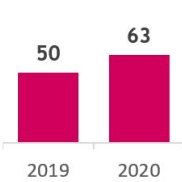
Interações digitais # (mio) ²



% Transações Digitais (#) ³



% Vendas Digitais (#) ⁴



Forte crescimento mobile Y/Y

(Jan-Dez 2020 vs. Jan-Dez 2019)

+68% Logins **+68%** Pagamentos

+84% Transferências **+68%** Vendas

48% dos clientes Digitais são APP Exclusivo

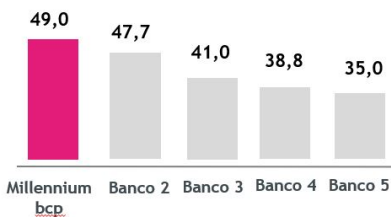
89% Das interações digitais são Mobile

¹ Clientes Mobile ativos, com utilização da App pelo menos uma vez nos últimos 3 meses
² Interações (site e App Millennium)
³ Inclui mobile e online; exclui sucursais e ATMs
⁴ Vendas digitais (site e App Millennium) em número de operações

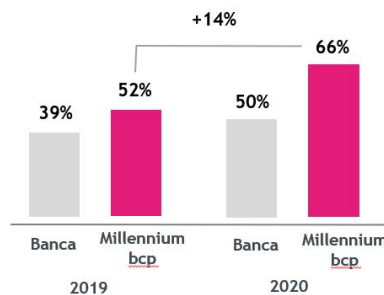
Melhor Banco Digital e Líder na Satisfação dos Clientes em 2020

Marktest

1 NPS¹ Clientes Digitais 2020, 5 maiores Bancos



Melhor Banco Digital em 2020³



1 Índice CSI Clientes Digitais² nas 1.ª e 2.ª vagas 2020

¹ Maior índice de recomendação (NPS), canais digitais: BASEF 5 maiores Bancos ano 2020
² Banco Líder Índice CSI Clientes Digitais 1ª e 2ª vagas 2020, 5 maiores Bancos
³ Estudo BrandScore, nomeação em 'Melhor Banco Digital', 4º Trimestre 2020 - Banca 2020
⁴ Prémio atribuído pela Global Finance, agosto 2020
⁵ Prémio atribuído pela ConsumerChoice, janeiro 2021

App Millennium lidera ratings

4.8



4.8



Best Consumer Digital Bank Award 2020 em Portugal⁴
Best Corporate/Institutional Information Security and Fraud Management 2020 na Europa Ocidental⁴



ActivoBank: Escolha do Consumidor 2021, categoria "Banco digital"⁵

Mobile Empresas

Deu-se continuidade à ambição de continuar a inovar e reforçar as funcionalidades de apoio à gestão do dia a dia das Empresas, tendo sido disponibilizados: o Pagamento da Taxa Social Única e DUC; o Agendamento de transferências nacionais e das Transferências Imediatas para países SEPA.

Site de Empresas

TPA Analytics: ferramenta de apoio ao negócio que permite aos Comerciantes conhecer melhor os hábitos de consumo dos seus Clientes, para que possam ajustar a sua oferta e maximizar a rentabilidade do seu negócio.

Associação de contas: solução que permite aos Clientes empresariais consultar saldos e movimentos bancários e fazer a gestão das contas à ordem que têm noutros Bancos a partir do *site* de empresas do Millennium.

MContabilidade: serviço que liga de forma digital as empresas e os contabilistas, permitindo a partilha de informação bancária de forma segura e ágil, melhorando os processos de reconciliação bancária e contabilística.

Vendas Digitais

Em 2020, o Banco continuou a sua aposta no desenvolvimento e disponibilização na App de processos de venda digitais, mais simples e com significativa melhoria da usabilidade e da comunicação com o Cliente. Procurando tirar proveito do contexto COVID-19 para estimular a venda através dos canais digitais, promoveu-se um intenso plano de entregas de novas funcionalidades e serviços ao longo do ano, suportado em campanhas personalizadas e dirigidas, que permitiram terminar o ano com cerca de 32% das vendas a serem realizadas através dos canais digitais e liderar no mercado português.

Apesar dos ajustes à política de crédito do Banco devido ao contexto de pandemia, o Banco registou uma taxa de penetração do produto de 29% em número de transações. Para este crescimento contribuiu, não só, a realização de campanhas *own media* e *paid media* personalizadas ao perfil de cada Cliente, mas também a melhoria contínua do processo digital, nomeadamente a disponibilização de um assistente de simulação de crédito na App.

Foi lançado uma jornada de pedido de Cartões de Crédito na App com decisão automática de limite de crédito, permitindo também aos nossos Clientes que façam na App a gestão dos seus cartões, além da possibilidade de cancelar e/ou substituir cartões em caso de perda ou roubo.

Nas constituições e reforços de Poupanças, verificou-se um crescimento agregado de 30 p.p.

face a 2019 na taxa de penetração em número de transações. Também a nível dos investimentos se registou uma variação homóloga positiva no peso da generalidade dos produtos comercializados no digital, destacando-se na área de investimentos a venda de Certificados (62%, +16 p.p. face a dezembro de 2019) e fundos (33%, +1 p.p. face a dezembro de 2019). Em julho lançou-se uma nova jornada de venda de fundos de investimento na App Millennium, com uma experiência inovadora que ganhou logo espaço na produção de fundos de investimentos, representando já 14% da produção total digital.

No negócio de *trading online*, destaque para o crescimento expressivo do valor de ordens +23% efetuado nos nossos canais digitais e para o aumento expressivo do peso da plataforma de *trading online* do Banco - o MTrader -, passando de 50% para 71% no número de ordens realizadas, tendo registado mais de 10.000 novas adesões. Na ótica de prestação de serviço ao Cliente, também se disponibilizou a funcionalidade de consulta do detalhe da carteira de títulos através da App Millennium, procurando garantir a cada Cliente um maior acompanhamento dos seus investimentos.

Nos seguros de risco o Banco terminou o ano com um peso de 27% das vendas digitais (+ 4 p.p. face a dezembro de 2019), suportado em campanhas contínuas de informação e promoção no *site*, acompanhando também uma tendência de preocupação crescente dos nossos Clientes por produtos relacionados com Seguros de Saúde - Médis. No início do ano, ainda antes da pandemia, o Banco lançou o Seguro de Viagem ON/OFF, o primeiro produto 100% digital, isto é, uma jornada criada apenas para o digital e que permite ao Cliente pagar um prémio apenas pelo tempo de utilização do seguro em viagem, com um preço diário muito atrativo para um elevado número de coberturas.

Modelo de relacionamento voltado para o Cliente

A Comunicação do Millennium bcp, em 2020, soube responder ao desafio maior de uma conjuntura diferente, exigente e imprevista.

Num ano marcado pela pandemia, foi crítico saber reajustar a estratégia comunicacional, com uma atividade contínua de comunicação com os Clientes, quer através de campanhas comerciais com um grande foco na relação, proximidade e disponibilidade, quer através da reinvenção da forma de realizar eventos, com os *Webinars* temáticos.

A nível de comunicação publicitária, de destacar as campanhas “Vai correr bem”, protagonizada pelos Colaboradores do Banco, pelo artista Boss AC e pelo tenista João Sousa, com vista à divulgação das medidas de apoio a particulares e

empresas; a de lançamento do serviço *Apple Pay*, que permitiu ao Banco consolidar o posicionamento no pioneirismo de novas soluções de meios de pagamento; bem como a de divulgação do prémio da Global Finance, que elegeu o Millennium como “*Best Digital Bank in Portugal*”, com a mensagem central associada à App Millennium, consolidada na *headline* “Esta App é do Melhor”.

De salientar, igualmente, o forte investimento comunicacional junto do segmento de Empresas, com o lançamento de um vasto conjunto de ações e iniciativas, das quais se destaca a campanha assente no conjunto de produtos e soluções inovadoras na área da oferta digital que o Millennium disponibiliza - como o TPA Analytics, o M Contabilidade, a Associação de Contas e o IBAN Digital - traduzida no *claim* “Traga a sua Empresa para este Millennium”.

A realização de *Webinars* permitiu, em complemento, reforçar a relação com os Clientes através de sessões personalizadas sobre as mais variadas temáticas, alguns dos quais com a presença de convidados externos, como Nadim Habib, Sandra Tavares ou Eurico Brilhante Dias.

O Banco manteve o seu apoio à cultura, redefinindo, uma vez mais face aos condicionamentos impostos e exigidos, a forma de patrocinar e organizar um evento tão aguardado como o Millennium Festival ao Largo. Pela primeira vez, o Festival realizou-se no Palácio Nacional da Ajuda, garantindo a máxima segurança no distanciamento social necessário, não deixando, no entanto, de ser um marco na partilha de arte e cultura, com espetáculos de dança, música clássica e teatro com entrada gratuita.

De realçar, também, o reajuste na realização dos eventos internos, com uma aposta constante num contacto regular - agora digital - mas sempre com um sentido de agregação e de forte espírito de equipa.

A marca Millennium bcp continua a marcar e a fazer passar um conjunto de valores que resumem em si um propósito inequívoco de serviço de excelência ao Cliente. O reconhecimento desse compromisso é comprovado nos diversos prémios que continuamente obtém, dos quais se destaca o Prémio Marketeer 2020 na Categoria Banca.

Sustentabilidade do modelo de negócio

A capacidade de resiliência do modelo de negócio assenta essencialmente no enfoque na banca de retalho, por natureza mais estável e menos volátil. O Millennium bcp implementou com sucesso uma recuperação operacional no seu

mercado *core*, reforçando a sua posição financeira e de capital, apesar da envolvente desafiante do setor bancário no mercado português. Foi implementado um programa de reestruturação suportado numa redução de custos operacionais em mais de 40% em Portugal desde 2011 e uma redução de mais de 70% nas NPE do Grupo desde 2013 (de 13,7 mil milhões de euros para 3,3 mil milhões de euros em dezembro de 2020).

Três competências distintivas estiveram no centro desta recuperação: Um modelo de relacionamento voltado para o Cliente, liderança de mercado em termos de eficiência e operações internacionais competitivas.

O Banco tem como objetivo assegurar a rentabilidade sustentável a médio e longo prazo, procurando tornar-se *best in class* em termos de eficiência operacional, melhorando sustentadamente o resultado operacional e mantendo um elevado controlo do risco de crédito, preservando, assim, a sua posição estratégica no mercado português de serviços bancários de retalho. O Banco mantém como prioridade clara a melhoria da qualidade da carteira de crédito do Millennium, reduzindo o *stock* de NPE (para 3 mil milhões de euros até 2021) e, simultaneamente, reduzindo o custo do risco.


Principais prémios atribuídos

            	<p>Millennium bcp: Banco mais próximo dos Clientes e que informa com mais clareza; líder na recomendação, na satisfação global, e na qualidade do atendimento e dos produtos e serviços; líder na satisfação com os canais digitais, em todos os atributos avaliados (base 5 maiores bancos, 2020); líder na satisfação dos Clientes (geral banca e digitais, CSI Marktest, 2.ª vaga 2020)</p> <p>Millennium bcp: Melhor Banco Digital e Melhor Banco das Empresas (3.º ano consecutivo)</p> <p>Millennium bcp: Prémio <i>Melhor Site de Homebanking</i>, atribuído pelos leitores da revista PCGUJA.</p> <p>Millennium bcp: Prémio <i>Marketeer</i> na categoria “Banca”, pelo 4.º ano consecutivo</p> <p>Millennium bcp: Processo mais rápido no crédito habitação (plataforma <i>online</i> “<i>ComparaJá.pt</i>”, barómetro do crédito habitação)</p> <p>Millennium bcp: <i>Best FX Provider 2021</i> em Portugal</p> <p>ActivoBank: Prémio 5 estrelas 2020, categoria “Banca digital”</p> <p>ActivoBank: <i>Best commercial bank</i>, <i>Best consumer digital bank</i> e <i>Best mobile banking app</i> em Portugal</p> <p>Millennium investment banking: <i>Europe M&A deal of the year</i>, pela assessoria na aquisição de uma participação na Brisa</p> <p>Millennium btm: <i>Best bank 2020</i> (11.º ano consecutivo), <i>Best digital bank 2020</i>, <i>Best trade finance provider 2020</i>, <i>Best private bank 2020</i> e <i>Best FX Provider 2021</i> em Moçambique</p> <p>Millennium btm: <i>Bank of the year 2020</i> em Moçambique, pela 13.ª vez</p> <p>Millennium btm: Distinguido pela resposta à crise global provocada pela pandemia</p> <p>Millennium btm: <i>Most innovative banking services</i> em Moçambique</p>	        	<p>Bank Millennium: incluído no Índice WIG-ESG da Bolsa de Valores de Varsóvia das empresas socialmente responsáveis, atingindo o 4.º lugar no ranking ESG</p> <p>Bank Millennium: <i>Best digital bank 2020</i>, <i>Best trade finance provider 2020</i> e <i>Best FX provider 2021</i> na Polónia</p> <p>Bank Millennium: <i>European customer centricity award</i>, categoria de “Reclamações”, pelo projeto “Abraça o Problema”</p> <p>Bank Millennium: Banco mais recomendado e líder na satisfação (estudo “<i>Customer satisfaction monitor of retail banks ARC Rynnek i Opinia</i>”)</p> <p>Bank Millennium: <i>Best online banking</i>, <i>best mobile banking</i> e <i>best remote account opening process</i> na Polónia (<i>ranking “Institutions of the year 2020”</i>)</p> <p>Bank Millennium: <i>CSR golden leaf award</i> da revista “<i>Polytika</i>” pela implementação dos mais rigorosos standards de responsabilidade social corporativa</p> <p>Bank Millennium: vencedor nas categorias “Digital” e “Escolha do público” do prémio “TOP CDR Technologically Responsible Company”</p> <p>Bank Millennium: 1.º na categoria “Fin-tech Innovation” para a solução <i>Autopay</i>, e 2.º na categoria “Crédito habitação”</p> <p>Bank Millennium: <i>Climate Leaders Poland 2021</i> (banco melhor classificado, 2.º entre todas as empresas analisadas)</p> <p>Bank Millennium: vencedor na classificação geral “<i>Banks as assessed by Clients 2020</i>” do <i>Polish Quality Research Institute</i></p> <p>Bank Millennium: <i>Service Quality Star</i> pela qualidade de serviço (avaliação por inquérito aos consumidores)</p> <p>Bank Millennium: 1.º em “Crescimento”, 2.º em “Relacionamento com o cliente” e 3.º no “<i>Ranking global</i>” e em “Inovação” (<i>ranking “Stars of banking” Dziennik Gazetę Prawną/PwC</i>)</p>	    	<p>Millennium bcp Escolha do Consumidor 2021, categoria “Grandes Bancos”</p> <p>Millennium bcp Banco principal das empresas; produtos mais adequados; mais eficiente; mais próximo</p> <p>Millennium bcp Líder do programa PME Líder’20 em número de estatutos atribuídos (3.º ano consecutivo)</p> <p>Millennium bcp <i>Best consumer digital bank 2020</i> em Portugal; <i>Best corporate/ Institutional information security and fraud management</i> na Europa ocidental</p> <p>ActivoBank Escolha do Consumidor 2021, categoria “Banco digital”</p>
---	--	---	--	---	---

Prémios da exclusiva responsabilidade das entidades que os atribuíram.

Rede Millennium

 **EUA**
Protocolos comerciais

 **Venezuela**
1 Escritório de representação

 **Brasil**
2 Escritórios de representação

 **SUCURSAIS**

 SUCURSAIS ABERTAS AO SÁBADO

 SUCURSAIS COM HORÁRIO DIFERENCIADO

 SUCURSAIS COM ACESSIBILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

 ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

 PROTOCOLOS COMERCIAIS

 INSTITUIÇÃO PARCEIRA

* Considera sucursais de diferentes Redes que partilham o mesmo espaço físico.



Portugal 477 Sucursais 200* 420	Reino Unido 1 Escritório de representação	Polónia 702 Sucursais 85 104 327	Macau (China) 1 Sucursal
França Protocolos comerciais	Luxemburgo Protocolos comerciais	África do Sul 1 Escritório de representação	China 1 Escritório de representação
Suíça 1 Sucursal 1	Moçambique 199 Sucursais 30 63 189	Angola Instituição parceira	
3 Escritórios de representação			



	Clientes (Milhares)	Internet	Call Centre	Mobile Banking	ATM ⁽¹⁾	POS ⁽²⁾
Portugal	2.443	650.488	219.096	867.654	2.036	75.682
Polónia	2.402	1.786.578	218.832	1.771.010	479	660
Suíça	2	656	-	-	-	-
Moçambique	856	15.833	54.041	576.000	507	7.945
Macau (China)	3	-	-	-	-	-

Nota: Consideram-se Clientes/Utilizadores ativos aqueles que utilizam a Internet, o Call Centre ou o Mobile Banking, pelo menos, uma vez nos últimos 90 dias. Não inclui Clientes do ActivoBank.

⁽¹⁾ Automated Teller Machines.

⁽²⁾ Points of Sale.

Resultados e Balanço

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de julho (na versão vigente) e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 5/2015, na versão vigente), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Diretiva n.º 2003/51/CE, de 18 de junho, do Parlamento Europeu e do Conselho, na versão atualmente vigente.

Em 1 de janeiro de 2018, o Grupo adotou a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, em substituição da IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2017. A IFRS 9 estabelece novas regras para o reconhecimento de instrumentos financeiros e introduz alterações relevantes nomeadamente ao nível da sua classificação e mensuração e também da metodologia de cálculo da imparidade de ativos financeiros. Conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 9, o Grupo optou por não proceder à reexpressão dos saldos comparativos do período anterior. Neste sentido, todos os ajustamentos aos valores contabilísticos dos ativos e passivos financeiros na data de transição foram reconhecidos em capitais próprios com referência a 1 de janeiro de 2018 e os saldos apresentados nas demonstrações financeiras relativos ao período anterior correspondem à informação efetivamente divulgada em 31 de dezembro de 2017.

De forma a proporcionar uma melhor leitura da evolução da situação patrimonial do Grupo e a garantir a comparabilidade com a informação de períodos anteriores, na presente análise são mencionados um conjunto de conceitos que refletem os critérios de gestão adotados pelo Grupo no âmbito da preparação da informação financeira, cuja correspondência contabilística se encontra apresentada no glossário e ao longo do documento, sempre que aplicável.

Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor a IFRS 16 - Locações, que veio substituir a IAS 17 - Locações e que estabelece os novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação, reconhecimento e mensuração de locações. O Grupo aplicou os princípios preconizados nesta norma retrospectivamente com os impactos da transição a serem reconhecidos a 1 de janeiro de 2019. No que respeita à conta de exploração, a adoção da IFRS 16 originou alterações nas rubricas de amortizações do exercício, outros gastos administrativos e margem financeira, sendo os impactos líquidos reconhecidos imateriais.

O Grupo deixou de aplicar a IAS 29 - Relato financeiro em economias hiperinflacionárias, com efeitos a 1 de janeiro de 2019, às demonstrações financeiras do Banco Millennium Atlântico, na medida em que Angola deixou de reunir os requisitos para ser considerada uma economia hiperinflacionária. A partir do início de 2019, as demonstrações financeiras do Banco Millennium Atlântico consideradas para efeitos de integração nas contas do Grupo passaram a considerar a amortização do impacto decorrente da atualização do valor de balanço dos ativos e passivos não monetários até ao final da sua vida útil.

Em maio de 2019, o Bank Millennium, S.A., subsidiária detida em 50,1% pelo Banco Comercial Português, S.A. concluiu o processo de aquisição de ações representativas de 99,787% do capital social do Euro Bank S.A. à SG Financial Services Holdings, subsidiária integralmente detida pela Société Générale, S.A. A partir desta data, as demonstrações financeiras do Grupo passaram a refletir a consolidação do Euro Bank S.A. Na liquidação da transação foi aplicado o método da aquisição previsto na IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais que estabelece que os bens adquiridos e as responsabilidades assumidas devem ser reconhecidos com base no seu justo valor à data de aquisição. De acordo com a IFRS 3, a liquidação final da aquisição teria de ser concluída no prazo máximo de um ano a contar do dia da aquisição do controlo, o que, entretanto, aconteceu, sem impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

No decorrer do mês de setembro de 2019, o Conselho de Administração do Banco Comercial Português, S.A. e o Conselho de Administração do Banco de Investimento Imobiliário, S.A. aprovaram o projeto de fusão do Banco de Investimento Imobiliário, S.A., uma subsidiária detida a 100% pelo Banco Comercial Português, S.A., por incorporação neste último, tendo o processo ficado concluído em 30 de dezembro de 2019, após a celebração da escritura da fusão e o registo da mesma na Conservatória do Registo Comercial. A fusão produziu os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2019. Desta operação não resultaram impactos nas contas consolidadas para além dos relacionados com ativos por impostos diferidos, nomeadamente os que resultaram da atualização da taxa aplicável às diferenças temporárias provenientes do Banco de Investimento Imobiliário, S.A., considerando a taxa média dos ativos por impostos diferidos associados às diferenças temporárias do Banco Comercial Português, S.A., e do desreconhecimento de parte dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais.

Os valores associados a operações descontinuadas ou em descontinuação são apresentados separadamente, nos períodos relevantes, de acordo com a informação contida nas demonstrações financeiras em base consolidada aprovadas pelos acionistas e publicadas pelo Banco. As operações descontinuadas ou em descontinuação abrangidas pelo período de análise coberto neste documento dizem respeito principalmente ao Grupo Planfipa que foi considerado como operação descontinuada ou em descontinuação com referência ao terceiro trimestre de 2018 (após a comunicação dos resultados trimestrais ao mercado e respetiva publicação) e cuja alienação ocorreu em fevereiro de 2019.

Nos anos de 2019 e 2018 também foram reconhecidos na rubrica de resultados em operações descontinuadas ou em descontinuação ganhos e perdas relacionados com a venda da Millennium bcp Gestão de Ativos, na sequência de ajustamentos efetuados ao preço de venda acordado para a alienação daquela sociedade.

Em junho de 2020, alguns valores que até então eram registados, na atividade em Portugal, como outros gastos administrativos, passaram a ser contabilizados como outros proveitos de exploração líquidos, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. As reclassificações efetuadas totalizaram 3 milhões de euros, para os anos de 2019 e 2018.

Em 2020, não foram introduzidas alterações na apresentação da informação relativa a exercícios anteriores, pelo que as reapresentações efetuadas com o objetivo de garantir a comparabilidade da informação resultam exclusivamente das situações anteriormente referidas.

A evolução da atividade do Millennium bcp em 2020 foi fortemente condicionada pelos impactos decorrentes da pandemia provocada pela COVID-19, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, com o resultado líquido consolidado a totalizar 183 milhões de euros, situando-se aquém dos 302 milhões de euros alcançados em 2019.

Os referidos impactos da pandemia materializaram-se em boa parte na constituição de imparidades adicionais para risco de crédito, na necessidade de reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial e na redução dos proveitos gerados pelas comissões relacionadas com a atividade bancária. Inversamente e também como consequência da redução generalizada da atividade a que se assistiu durante a pandemia, observaram-se poupanças relevantes no que respeita aos outros gastos administrativos, na sequência do adiamento ou cancelamento de vários projetos e eventos. Paralelamente, o desempenho do resultado líquido do Grupo foi também penalizado pelo reforço da provisão extraordinária constituída pela subsidiária polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira, que ascendeu a 152 milhões de euros em 2020 (52 milhões de euros em 2019).

No contexto adverso que se vive atualmente, merece particular destaque a evolução do resultado *core*, que apresentou um crescimento de 2,8% face ao montante alcançado no ano anterior, situando-se em 1.116 milhões de euros em 2020. Este crescimento foi impulsionado pelo desempenho da atividade em Portugal, cujo resultado *core* aumentou 5,9% (4,2% excluindo itens específicos), refletindo não só a já mencionada redução dos custos operacionais, como também a expansão dos proveitos *core*, nomeadamente da margem financeira. Apesar do crescimento sustentado do resultado *core* gerado pela subsidiária polaca, o resultado *core* da atividade internacional situou-se ligeiramente abaixo do montante alcançado no ano anterior devido ao menor contributo da operação em Moçambique, que foi penalizado pela desvalorização cambial do metical face ao euro e por um contexto de acentuada redução das taxas de juro diretoras.

O ativo total do Grupo ascendeu a 85.813 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de 5,1% em relação à posição existente no final do ano anterior, que ascendia a 81.643 milhões de euros. Esta evolução beneficiou da expansão da atividade em Portugal, na medida em que o contributo da atividade internacional revelou uma contração face ao período homólogo, em grande parte, influenciado pela dinâmica verificada nas taxas de câmbio.

O passivo total consolidado acompanhou a tendência de crescimento do ativo, ao evoluir de 74.262 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 para 78.427 milhões de euros em 2020, suportado, por um lado, no aumento dos depósitos e outros recursos de clientes e, por outro, no financiamento adicional obtido junto do Banco Central Europeu, através da participação na nova operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO III).

O crédito a clientes (bruto) cifrou-se em 56.146 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, situando-se acima dos 54.724 milhões de euros existentes no final do ano anterior, essencialmente por via do desempenho da atividade em Portugal, cuja evolução da carteira de crédito reflete principalmente o impacto dos empréstimos concedidos às empresas no âmbito das linhas de crédito garantidas pelo Estado Português, na sequência da pandemia provocada pela COVID-19.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 84.492 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, apresentando uma evolução favorável face aos 81.675 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, graças ao desempenho da atividade em Portugal, que acabou por ser parcialmente mitigado pelo contributo da atividade internacional. Em termos consolidados, os recursos totais de clientes registaram uma evolução favorável em todas as rubricas, sendo de destacar o aumento dos recursos de balanço, mais especificamente dos depósitos e outros recursos de clientes.

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

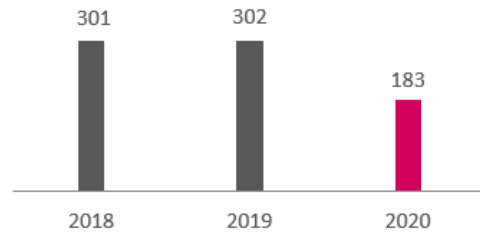
O resultado líquido¹ consolidado do Millennium bcp ascendeu a 183 milhões de euros em 2020, que compara com 302 milhões de euros apurados no ano anterior. Esta evolução encontra-se fortemente condicionada pelos impactos decorrentes da pandemia provocada pela COVID-19, que se materializaram em boa parte na constituição de imparidades adicionais para risco de crédito, na necessidade de reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial e na redução dos proveitos gerados pelas comissões relacionadas com a atividade bancária. Inversamente e também como consequência da redução generalizada da atividade a que se assistiu durante a pandemia, observaram-se poupanças relevantes ao nível dos outros gastos administrativos, nomeadamente relacionadas com despesas de representação, publicidade, *marketing* e patrocínios e também com custos suportados com estudos e trabalhos especializados, na sequência do adiamento ou cancelamento de vários projetos e eventos.

O desempenho do resultado líquido do Grupo em 2020 foi fortemente penalizado pela necessidade de constituição de imparidades extraordinárias, cujos impactos mais diretamente relacionados com o contexto adverso provocado pela pandemia COVID-19 foram reconhecidos maioritariamente na atividade em Portugal, mas também na atividade internacional. De salientar que uma parte significativa do reforço efetuado resultou da necessidade de revisão dos parâmetros de risco de crédito dos modelos de imparidade, por forma a refletirem o novo cenário macroeconómico ditado pelos riscos associados à pandemia, quer em Portugal, quer na Polónia.

Paralelamente, o desempenho do resultado líquido do Grupo foi também penalizado pelo reforço da provisão extraordinária constituída pela subsidiária polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira, que ascendeu a 152 milhões de euros em 2020 (52 milhões de euros em 2019). Este reforço, de montante superior ao reconhecido em períodos anteriores, ocorreu maioritariamente no quarto trimestre do ano, na sequência da decisão, por parte do Bank Millennium, de fazer refletir nas contas as tendências negativas das decisões judiciais e as alterações na metodologia de avaliação de risco.

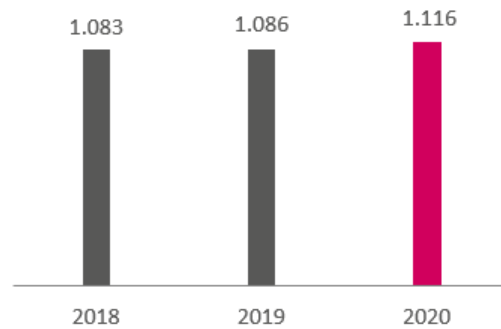
RESULTADO LÍQUIDO

Milhões de euros



RESULTADO CORE

Milhões de euros



Em termos consolidados, os outros proveitos de exploração líquidos evidenciaram também uma quebra relevante, no montante de 51 milhões de euros, explicada essencialmente pelo facto de em 2020 não se terem verificado, na atividade em Portugal, ganhos com a alienação de ativos não correntes detidos para venda com a mesma magnitude dos reconhecidos no ano anterior e também pelos maiores custos com as contribuições obrigatórias suportados em Portugal e pela subsidiária na Polónia. Embora com impacto inferior, a margem financeira também se situou abaixo do valor alcançado em 2019, refletindo essencialmente o contexto de descida das taxas de juro de referência das principais geografias internacionais em que o Grupo opera.

¹ O resultado líquido apresentado em 2020 inclui o impacto negativo de 46 milhões de euros antes de impostos e de 66 milhões de euros em 2019, ambos antes de impostos, considerados itens específicos, relacionados com os custos de reestruturação e com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e com os custos suportados com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A. reconhecidos pela subsidiária polaca como custos operacionais. Em 2020, os itens específicos apurados, na atividade em Portugal, incluem também o impacto positivo decorrente do acordo celebrado com um ex-administrador do Banco. O resultado líquido apresentado incorpora igualmente os itens específicos relevados no produto bancário, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (1 milhão de euros em 2019 e um montante considerado imaterial em 2020).

Para a redução do resultado líquido apresentado pelo Grupo em 2020 face a 2019, contribuiu também o ganho de 13 milhões de euros, que havia sido reconhecido em fevereiro daquele ano, resultante da alienação do Grupo Planfipsa, refletido como resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação. Inversamente, merece especial destaque a redução de custos operacionais alcançada, permitindo que o resultado *core* consolidado do Millennium bcp evoluísse favoravelmente, de 1.086 milhões de euros em 2019, para 1.116 milhões de euros em 2020, não obstante o contexto adverso em que se verificou esta evolução.

ANÁLISE TRIMESTRAL DOS RESULTADOS

	Milhões de euros						
	2020					2019	2018
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total		
MARGEM FINANCEIRA	385	374	391	384	1.533	1.549	1.424
OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS							
Rendimentos de instrumentos de capital	0	3	1	0	5	1	1
Comissões líquidas	180	165	173	185	703	703	684
Resultados em operações financeiras	61	(22)	65	48	153	143	79
Outros proveitos de exploração líquidos	(40)	(79)	(24)	(12)	(155)	(104)	(92)
Resultados por equivalência patrimonial	11	32	11	13	68	43	89
TOTAL DE OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS	212	100	226	234	772	787	760
PRODUTO BANCÁRIO	597	474	617	618	2.306	2.335	2.184
CUSTOS OPERACIONAIS							
Custos com o pessoal	165	163	157	162	647	668	593
Outros gastos administrativos	86	79	80	91	335	373	374
Amortizações do exercício	35	34	34	34	137	125	58
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	286	276	271	287	1.119	1.166	1.024
RESULTADOS ANTES DE IMPARIDADES E PROVISÕES	311	198	346	331	1.186	1.169	1.159
IMPARIDADE							
Do crédito (líquida de recuperações)	86	151	137	136	510	390	465
De outros ativos e outras provisões	116	(2)	62	155	331	151	136
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	110	48	147	40	345	627	558
IMPOSTOS							
Correntes	27	29	31	26	113	101	106
Diferidos	39	(36)	33	(12)	23	138	32
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	44	55	83	26	208	388	420
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	0	(0)	(0)	0	0	13	(1)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	44	55	83	26	208	401	419
Interesses que não controlam	9	14	13	(11)	25	99	118
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DO BANCO	35	41	70	37	183	302	301

Na atividade em Portugal², merece especial destaque o resultado *core* alcançado em 2020 que atingiu 637 milhões de euros, 5,9% acima dos 601 milhões de euros obtidos no ano anterior. Esta evolução reflete o crescimento dos proveitos *core*, assente sobretudo no desempenho da margem financeira, uma vez que as comissões permaneceram em níveis semelhantes aos verificados no período homólogo do ano anterior.

Neste contexto, é igualmente relevante salientar a redução obtida ao nível dos custos operacionais, nomeadamente dos custos com o pessoal e dos outros gastos administrativos. Os custos com o pessoal refletem, em parte, o menor nível de custos de reestruturação, a menor compensação pelo ajuste temporário dos salários e o impacto positivo do acordo celebrado com um ex-administrador do Banco, efeitos estes considerados como itens específicos. Os outros gastos administrativos refletem poupanças relevantes, na sequência da redução generalizada da atividade a que se assistiu durante a pandemia, por via do adiamento ou cancelamento de vários projetos e eventos. Excluindo os itens específicos referidos, em ambos os exercícios, o resultado *core* da atividade em Portugal teria aumentado 4,2%.

No que respeita ao resultado líquido, este foi particularmente penalizado pelo reforço das imparidades e provisões, pelos impactos negativos reconhecidos em resultados de operações financeiras e pelo desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos, cifrando-se em 134 milhões de euros em 2020, 7,2% aquém dos 145 milhões de euros apurados em 2019.

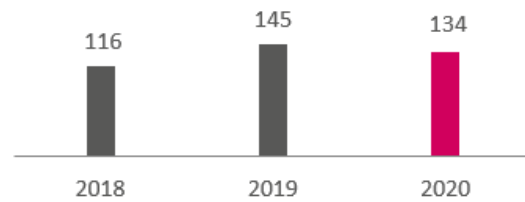
O resultado líquido da atividade em Portugal foi particularmente condicionado pela constituição de imparidades extraordinárias para fazer face à conjuntura económica desfavorável associada à pandemia provocada pela COVID-19, em boa parte resultantes da atualização do cenário macroeconómico implícito nos modelos de cálculo de imparidade para risco de crédito.

A evolução do resultado líquido na atividade em Portugal foi também influenciada pela reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial, que teve um impacto negativo de 72 milhões de euros (31 milhões de euros em 2019), dos quais 65 milhões de euros reconhecidos na sequência da atualização do valor dos ativos subjacentes em função das circunstâncias extraordinárias provocadas pela pandemia COVID-19.

RESULTADO LÍQUIDO

Atividade em Portugal

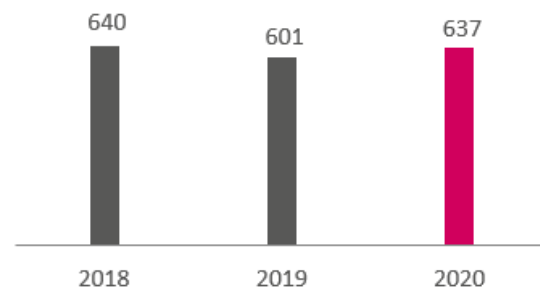
Milhões de euros



RESULTADO CORE

Atividade em Portugal

Milhões de euros



Adicionalmente, a evolução do resultado líquido na atividade em Portugal foi também penalizada pelo desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos, na medida em que em 2019 haviam sido reconhecidos proveitos de montante relevante com a alienação de imóveis, que em 2020 não se repetiram.

Por outro lado, a evolução do resultado líquido na atividade em Portugal beneficiou do desempenho dos resultados por equivalência patrimonial, que apresentaram um crescimento de 44,0% face ao montante apurado no ano anterior, da margem financeira que cresceu 2,1% e dos resultados em operações financeiras que, não obstante o impacto negativo decorrente da reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial anteriormente referido, se situaram 19,5% acima do montante contabilizado em 2019.

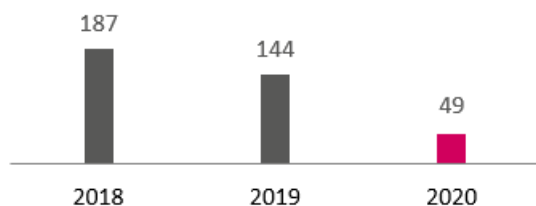
² Não considera o resultado de operações classificadas contabilisticamente como descontinuadas ou em descontinuação, no montante de 13 milhões de euros, registado em 2019.

Por último, é de salientar a evolução favorável dos impostos sobre lucros em 2020, comparativamente com o ano anterior, justificada, por um lado, pela redução substancial do resultado antes de imposto e, por outro, pelo facto de o exercício de 2019 ter sido particularmente penalizado pela anulação de ativos por impostos diferidos associada a impactos decorrentes do cenário de projeção de taxas de juro.

RESULTADO LÍQUIDO

Atividade Internacional

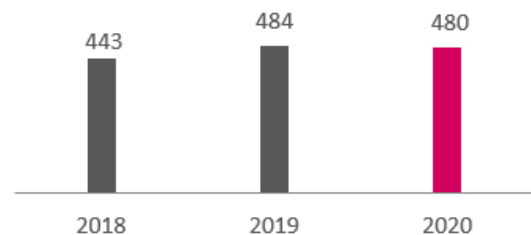
Milhões de euros



RESULTADO CORE

Atividade Internacional

Milhões de euros



O resultado *core* na atividade internacional totalizou 480 milhões de euros em 2020, ligeiramente abaixo dos 484 milhões de euros alcançados em 2019, condicionado pela desvalorização cambial do metical face ao euro que penalizou, em grande parte, o contributo da operação em Moçambique. Inversamente, o resultado *core* da subsidiária polaca continua a apresentar uma tendência de crescimento, beneficiando da integração do Euro Bank S.A. em maio de 2019.

Na atividade internacional, o resultado líquido cifrou-se em 49 milhões de euros em 2020, que compara com 144 milhões de euros apurados no ano anterior, sendo esta evolução maioritariamente devida ao desempenho da subsidiária polaca, pese embora o contributo da operação em Moçambique e a apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico também se tenham revelado inferiores, face ao montante alcançado no ano anterior.

O Bank Millennium na Polónia, apesar do sólido desempenho operacional, apresentou um resultado líquido consideravelmente abaixo dos 131 milhões de euros alcançados no ano anterior, situando-se em 5 milhões de euros em 2020. Este desempenho foi determinado pela decisão do Bank Millennium em reforçar as imparidades e provisões constituídas para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira, que ascenderam a 152 milhões de euros em 2020 (líquido do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser reembolsado pela Société Générale, S.A.; 52 milhões de euros em 2019), refletindo as tendências negativas das decisões judiciais, o incremento do número de casos e as altera es na metodologia de avalia o de risco. Paralelamente, a constitui o de imparidades, no montante de 30 milhões de euros para fazer face ao risco de crédito acrescido decorrente da pandemia provocada pela COVID-19, também contribuiu para o menor resultado alcançado no ano corrente. De referir ainda que, na sequência da decisão tomada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, foram reconhecidas dota es adicionais de provisões, no montante de 21 milhões de euros (líquido do valor originado pelas opera es do Euro Bank S.A., a ser reembolsado pela Société Générale, S.A.) para fazer face   devolu o de comissões aos clientes que reembolsaram antecipadamente os seus créditos ao consumo (7 milhões de euros em 2019). As contribui es obrigatórias a que a subsidiária polaca está sujeita também influenciaram desfavoravelmente a evolu o do resultado, na medida em que atingiram 100 milhões de euros, montante superior em 14 milhões de euros ao valor suportado no ano anterior. Inversamente importa salientar a redu o dos custos operacionais, em parte decorrente das sinergias obtidas com a integra o do Euro Bank S.A., que totalizaram 38 milhões de euros (5 milhões de euros em 2019). A aquisi o do Euro Bank S.A., para além de influenciar o desempenho dos custos operacionais na subsidiária polaca, produziu também outros impactos na conta de explora o, sendo de destacar o contributo positivo para o crescimento da margem financeira e das comissões, influenciado pelos cinco meses adicionais de contributo. Por último, importa referir o impacto positivo do reconhecimento de ativos por impostos diferidos, influenciado pela dedutibilidade de parte das provisões constituídas para fazer face ao risco legal dos créditos concedidos em moeda estrangeira.

O Millennium bim em Moçambique apresentou um resultado de 67 milhões de euros em 2020, situando-se 32,8% abaixo dos 99 milhões de euros alcançados no ano anterior, refletindo n  só os efeitos da normaliza o das taxas de juro e da pandemia COVID-19, como também a desvaloriza o cambial do metical face ao euro. A evolu o do resultado da subsidiária em

Moçambique foi maioritariamente condicionada pela quebra registada na margem financeira e pelo aumento da imparidade do crédito, parcialmente mitigadas pelo desempenho favorável dos custos operacionais, cuja redução foi determinada pela desvalorização cambial verificada no período. O reconhecimento de ativos por impostos diferidos associados ao reporte de prejuízos fiscais contribuiu igualmente para mitigar a redução do resultado líquido face ao ano anterior.

O contributo do Banco Millennium Atlântico para o resultado consolidado evoluiu de 3 milhões de euros positivos em 2019, para 7 milhões de euros negativos em 2020, penalizado pela constituição de imparidades, no montante total de 17 milhões de euros, para fazer face aos riscos inerentes ao investimento efetuado pelo Grupo nesta participação.

RESULTADO LÍQUIDO DA ATIVIDADE INTERNACIONAL

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
Bank Millennium na Polónia (1)	5	131	178	-96,1 %
Millennium bim em Moçambique (1)	67	99	94	-32,8 %
BANCO MILLENNIUM ATLÂNTICO (BMA) (2)				
Antes do impacto da IAS 29	1	8	21	-93,4 %
Impacto da IAS 29	(8)	(6)	1	-35,7 %
TOTAL BMA APÓS IMPACTO DA IAS 29 (2)	(7)	3	21	<-200%
Outros	9	9	13	-9,0 %
Interesses que não controlam	(25)	(98)	(120)	74,8 %
RESULTADO DA ATIVIDADE INTERNACIONAL	49	144	187	-66,2 %
RESULTADO DA ATIVIDADE INTERNACIONAL EXCLUINDO IAS 29	56	149	186	-62,3 %

(1) Os valores apresentados não estão deduzidos dos interesses que não controlam.

(2) Corresponde à proporção dos resultados do Banco Millennium Atlântico apropriados pelo Grupo, considerando o método da equivalência patrimonial.

Nota: Em 2020, o lucro líquido (depois de impostos e interesses que não controlam) das operações internacionais totalizou 49 milhões de euros. Para o mesmo período, o lucro líquido da atividade na Polónia ascendeu a 5 milhões de euros (dos quais 3 milhões de euros atribuíveis ao Banco). O resultado líquido em Moçambique foi de 67 milhões de euros (dos quais 45 milhões de euros atribuíveis ao Banco). O resultado da atividade em Angola, associado ao contributo do Banco Millennium Atlântico para o consolidado, apurado pelo método de equivalência patrimonial, foi de 7 milhões de euros negativos (considerando as imparidades constituídas para o investimento na operação angolana, incluindo o *goodwill*). O resultado das operações na Suíça e nas Ilhas Caimão incluídos na linha Outros, são atribuíveis ao Banco na sua totalidade.

MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira cifrou-se em 1.533 milhões de euros em 2020, situando-se ligeiramente (cerca de 1,0%) aquém dos 1.549 milhões de euros apurados no ano anterior.

Nesta evolução, importa, no entanto, salientar o aumento registado na atividade em Portugal, pese embora o mesmo tenha sido totalmente absorvido pelo desempenho da atividade internacional, nomeadamente pelo contributo da operação em Moçambique.

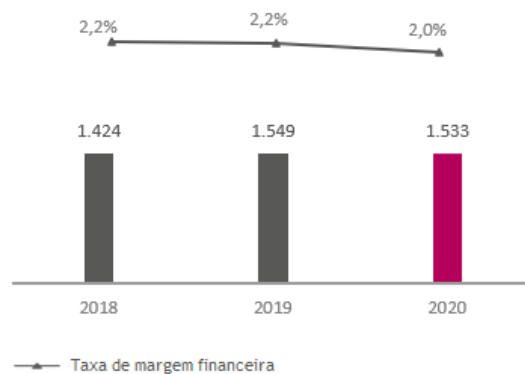
Na atividade em Portugal, a margem financeira evoluiu favoravelmente, evidenciando um aumento de 2,1% face aos 789 milhões de euros alcançados em 2019, ascendendo a 805 milhões de euros em 2020.

Para esta evolução da margem financeira foi determinante a redução do custo do *funding*, para a qual contribuiu, em grande parte, o impacto positivo do financiamento adicional obtido junto do Banco Central Europeu, nomeadamente através da participação na nova operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO III), que o Banco decidiu elevar para 7.550 milhões de euros

no final do segundo trimestre deste ano e cuja remuneração, baseada numa taxa de juro negativa, destinada a incentivar a concessão de crédito à economia, teve um impacto no custo de *funding* de 35 milhões de euros, face ao montante reconhecido no ano anterior.

MARGEM FINANCEIRA

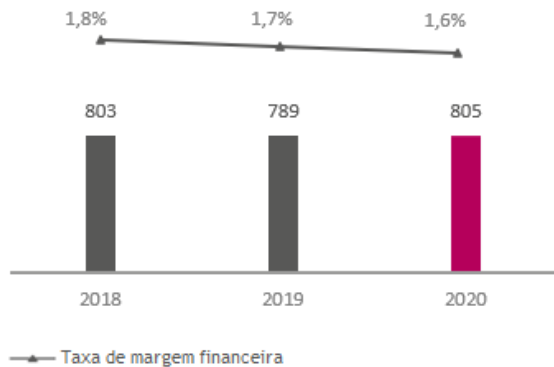
Milhões de euros



MARGEM FINANCEIRA

Atividade em Portugal

Milhões de euros



Adicionalmente, a redução do custo do *funding*, na atividade em Portugal, foi também induzida pelos menores custos suportados com os recursos de clientes, beneficiando, nomeadamente, da descida continuada da remuneração dos depósitos a prazo, especialmente dos depósitos denominados em dólares, embora também se tenha verificado uma diminuição do saldo médio dos depósitos remunerados face ao existente em 2019.

Inversamente, o desempenho da margem financeira na atividade em Portugal encontra-se penalizado pela redução do rendimento dos ativos, nomeadamente pela quebra verificada no rendimento gerado pela carteira de títulos e pela carteira de crédito a clientes.

O menor rendimento gerado pela carteira de títulos ficou a dever-se sobretudo ao desempenho da carteira de dívida pública portuguesa, na medida em que a redução do investimento em títulos emitidos pelo Tesouro Português, no último trimestre de 2019, por via das alienações efetuadas, penalizou a margem financeira do ano corrente, não tendo os novos títulos adquiridos este ano sido suficientes para compensar a perda de rendimento verificada, devido às menores taxas de remuneração implícitas. Adicionalmente, as vendas de títulos concretizadas já em 2020, continuaram a acentuar o diferencial entre a remuneração gerada pela carteira de títulos atual e a carteira existente no ano anterior.

Por sua vez, o rendimento gerado pela carteira de crédito *performing* foi fortemente condicionado pela persistência das taxas de juro situadas em níveis historicamente baixos, pese embora o aumento dos volumes registado, refletindo quer o impacto dos empréstimos concedidos às empresas no âmbito das linhas de crédito garantidas pelo Estado Português, na sequência da pandemia provocada pela COVID-19, quer a promoção de iniciativas comerciais de apoio às famílias e às empresas com planos de negócio sustentáveis.

Paralelamente, o elevado ritmo de redução de *non-performing exposures* contribuiu igualmente, de forma negativa, para a evolução da margem financeira.

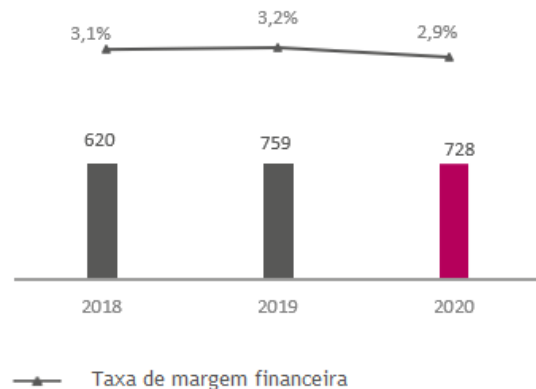
O menor rendimento proveniente da aplicação líquida dos excedentes de liquidez junto de instituições de crédito e os maiores custos suportados com as emissões de dívida subordinada, influenciados pelo impacto da emissão, no montante de 450 milhões de euros, colocada em mercado em setembro de 2019, também influenciaram de forma negativa a evolução da margem financeira na atividade em Portugal.

Na atividade internacional, a margem financeira cifrou-se em 728 milhões de euros em 2020, situando-se 4,2% abaixo dos 759 milhões de euros apurados em 2019, influenciada sobretudo pelo desempenho da subsidiária em Moçambique.

MARGEM FINANCEIRA

Atividade Internacional

Milhões de euros



A evolução da margem financeira na subsidiária em Moçambique reflete, em grande parte, o impacto da redução continuada das taxas de juro, a par da diminuição dos saldos médios da carteira de crédito, fortemente condicionada pela desvalorização cambial do metical face ao euro.

Inversamente, a subsidiária polaca viu a sua margem financeira situar-se num patamar superior ao alcançado no ano anterior, influenciada, por um lado, pelo impacto positivo da integração do negócio comercial do Euro Bank S.A. em maio de 2019, e por outro, pela forte quebra verificada nas taxas de juro, na sequência dos cortes sucessivos das taxas de referência impostos pelo Banco Central Polaco, que se verificou no decurso do primeiro semestre do ano.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira evoluiu de 2,2% em 2019 para 2,0% em 2020, pressionada sobretudo pelo contexto da atividade internacional.

Não obstante o contexto de taxas de juro negativas e o maior peso dos produtos com taxas mais baixas na produção de crédito, decorrente do cenário associado à pandemia, nomeadamente no que respeita às linhas de crédito com garantia do Estado, a taxa de margem financeira na atividade em Portugal, refletiu apenas um ligeiro decréscimo face aos 1,7% obtidos no ano anterior, situando-se em 1,6% em 2020. A taxa de margem financeira na atividade internacional evoluiu de 3,2% em 2019 para 2,9% em 2020, refletindo o impacto da redução acentuada das taxas de juro de referência na Polónia e em Moçambique.

BALANÇO MÉDIO CONSOLIDADO

	Milhões de euros					
	2020		2019		2018	
	Balanço médio	Taxa	Balanço médio	Taxa	Balanço médio	Taxa
ATIVOS GERADORES DE JUROS						
Aplicações em instituições de crédito	5.135	0,6%	4.033	1,0%	2.702	1,0%
Ativos financeiros	17.412	1,1%	15.400	1,7%	13.250	2,2%
Crédito a clientes	53.353	2,9%	50.674	3,2%	47.620	3,2%
TOTAL DE ATIVOS GERADORES DE JUROS	75.900	2,3%	70.107	2,8%	63.572	2,9%
Ativos não geradores de juros	8.959		9.484		9.847	
ATIVO TOTAL	84.859		79.590		73.419	
PASSIVOS GERADORES DE JUROS						
Depósitos de instituições de crédito	8.167	-0,4%	7.086	0,2%	7.457	0,1%
Recursos de clientes e outros empréstimos	62.594	0,3%	58.209	0,5%	53.198	0,6%
Dívida emitida e passivos financeiros	3.083	1,0%	3.271	1,2%	2.787	1,6%
Passivos subordinados	1.449	4,8%	1.364	4,4%	1.116	5,5%
TOTAL DE PASSIVOS GERADORES DE JUROS	75.293	0,3%	69.930	0,6%	64.558	0,7%
Passivos não geradores de juros	2.112		2.089		1.944	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	7.454		7.571		6.917	
TOTAL DO PASSIVO, CAPITAIS PRÓPRIOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	84.859		79.590		73.419	
TAXA DE MARGEM FINANCEIRA (1)		2,0%		2,2%		2,2%

(1) Relação entre os valores da margem financeira e o saldo médio do total do ativo gerador de juros.

Nota: Saldo médio determinado com base na média mensal dos valores de final do mês, acumulada no período. Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em 2020, 2019 e 2018, às respetivas rubricas de balanço.

Em 2020, o ativo líquido médio do Grupo cifrou-se em 84.859 milhões de euros, aumentando 6,6% face aos 79.590 milhões de euros apurados no ano anterior.

Esta evolução encontra-se sustentada no aumento generalizado dos ativos geradores de juros, registado quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, neste último caso refletindo, em parte, o impacto da aquisição do Euro Bank S.A. pela subsidiária polaca, cuja consolidação se refletiu a partir de maio de 2019.

Em 2020, os ativos geradores de juros situaram-se em 75.900 milhões de euros, que compara com 70.107 milhões de euros apurados em 2019, impulsionados pelo crescimento do crédito a clientes, de 50.674 milhões de euros em 2019 para 53.353 milhões de euros em 2020, pelo aumento dos ativos financeiros, de 15.400 milhões de euros em 2019 para 17.412 milhões de euros em 2020, e pela evolução das aplicações em instituições de crédito, de 4.033 milhões de euros em 2019, para 5.135 milhões de euros em 2020. De salientar que, pese embora o aumento generalizado dos saldos médios das principais categorias de ativos, observa-se uma redução da taxa de remuneração implícita, justificada não só pelo contexto de taxas de referência ainda mais negativas em Portugal, mas também pela redução das taxas de juro a que se assistiu quer na Polónia, quer em Moçambique.

Os ativos não geradores de juros, por sua vez, registaram uma diminuição face aos 9.484 milhões de euros apurados em 2019, totalizando 8.959 milhões de euros em 2020.

Em termos de estrutura do balanço médio, os ativos geradores de juros passaram a representar 89,4% do ativo líquido médio em 2020, verificando-se um aumento face ao peso relativo de 88,1% apurado no ano anterior. Não obstante o seu peso relativo na estrutura do balanço ter diminuído de 63,7% em 2019, para 62,9% em 2020, o crédito a clientes manteve-se como o principal agregado da carteira de ativos geradores de juros representando 70,3% do mesmo em 2020 (72,3% em 2019). Em contrapartida, a carteira de ativos financeiros viu reforçado o seu peso relativo na estrutura do balanço, ao aumentar de 19,3% em 2019 para 20,5% em 2020.

O passivo médio do Grupo ascendeu a 77.405 milhões de euros em 2020, aumentando face aos 72.019 milhões de euros registados em 2019, sobretudo devido à evolução dos passivos geradores de juros, que apresentaram uma subida, de 69.930 milhões de euros em 2019, para 75.293 milhões de euros em 2020, induzida pelo crescimento verificado, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional. O desempenho dos passivos geradores de juros reflete maioritariamente o crescimento dos depósitos de clientes, cujo saldo médio, em termos consolidados, evoluiu de 58.209 milhões de euros em 2019, para 62.594 milhões de euros em 2020, influenciado quer pelo aumento dos depósitos captados em Portugal, quer pelo crescimento verificado na atividade internacional, neste caso também explicado, em parte, pelo impacto da aquisição do Euro Bank S.A. com reflexos a partir de maio de 2019. Paralelamente, a subida do saldo médio dos depósitos de instituições de crédito, cujo saldo aumentou de 7.086 milhões de euros em 2019 para 8.167 milhões de euros em 2020, contribuiu igualmente para o aumento registado nos passivos geradores de juros face a 2019.

A estrutura dos passivos médios geradores de juros, revelou-se semelhante à registada no ano anterior, com os depósitos de Clientes a manterem-se como o principal instrumento de financiamento e de suporte da atividade, representando, em 2020, 83,1% (83,2% em 2019) do saldo dos passivos geradores de juros. Os depósitos de instituições de crédito, por sua vez, representavam 10,8% do saldo médio dos passivos geradores de juros em 2020 (10,1% em 2019), enquanto que o agregado dos títulos de dívida emitida e passivos financeiros representava 4,1% (4,7% em 2019).

O saldo médio dos capitais próprios e interesses que não controlam apresentou um ligeiro decréscimo, de 7.571 milhões de euros em 2019, para 7.454 milhões de euros em 2020.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Os outros proveitos líquidos agregam os rendimentos de instrumentos de capital, as comissões líquidas, os resultados em operações financeiras, os outros proveitos de exploração líquidos e os resultados por equivalência patrimonial.

Em junho de 2020, alguns valores que até então eram registados, na atividade em Portugal, como outros gastos administrativos, passaram a ser contabilizados como outros proveitos de exploração líquidos, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. As reclassificações efetuadas totalizaram 3 milhões de euros, tanto em 2019 como em 2018.

Os outros proveitos líquidos³ cifraram-se em 772 milhões de euros em 2020, situando-se aquém dos 787 milhões de euros alcançados no ano anterior, devido ao desempenho, quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos líquidos alcançaram 532 milhões de euros em 2020, que compara com 542 milhões de euros apurados em 2019. Os outros proveitos de exploração líquidos contribuíram fortemente para esta evolução, na medida em que se revelaram inferiores em 39 milhões de euros, face ao montante obtido em 2019. Contudo, esta quebra foi parcialmente absorvida pelo desempenho positivo evidenciado pelos resultados por equivalência patrimonial e pelos resultados em operações financeiras, que registaram aumentos de 18 milhões de euros e de 10 milhões de euros, respetivamente, face ao ano de 2019.

Na atividade internacional, os outros proveitos líquidos cifraram-se em 240 milhões de euros em 2020, diminuindo em relação aos 245 milhões de euros apurados no ano anterior. De salientar que esta evolução incorpora dois efeitos contrários, uma vez que a redução dos outros proveitos líquidos da subsidiária moçambicana, em parte condicionada pela desvalorização do metical face ao euro, foi atenuada pelo aumento da apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico, reconhecidos em resultados por equivalência patrimonial.

³ O montante de outros proveitos líquidos inclui os custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca e considerados itens específicos (1 milhão de euros em 2019 e um montante considerado imaterial em 2020).

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
Rendimentos de instrumentos de capital	5	1	1	>200%
Comissões líquidas	703	703	684	-0,1%
Resultados em operações financeiras	153	143	79	6,6%
Outros proveitos de exploração líquidos	(155)	(104)	(92)	-49,4%
Resultados por equivalência patrimonial	68	43	89	57,5%
TOTAL	772	787	760	-1,8%
dos quais:				
Atividade em Portugal	532	542	507	-1,7%
Atividade internacional	240	245	253	-2,0%

RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os rendimentos de instrumentos de capital, que incorporam os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, aumentaram de 1 milhão de euros em 2019 para 5 milhões de euros no final de 2020. Os montantes referidos, em ambos os exercícios, respeitam quase na íntegra aos rendimentos associados a investimentos que integram a carteira de ações da atividade em Portugal.

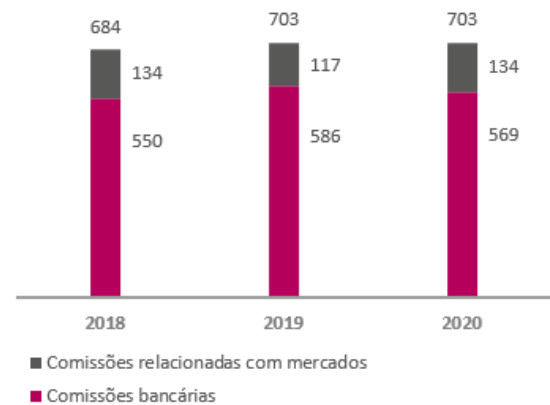
COMISSÕES LÍQUIDAS

Em 2020, os valores registados em Portugal e pela subsidiária polaca em algumas rubricas de comissões foram reclassificados, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os saldos destas rubricas apresentados nesta análise para os anos de 2019 e 2018 são pro forma com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, não tendo o montante total das comissões líquidas sofrido qualquer alteração.

As comissões líquidas, que incorporam as comissões relacionadas com o negócio bancário e as comissões mais diretamente relacionadas com os mercados financeiros, mantiveram-se em linha com o montante contabilizado em 2019, ascendendo, em termos consolidados, a 703 milhões de euros em 2020. Importa salientar que, apesar dos impactos negativos provocados pela pandemia associada à COVID-19, as comissões mantiveram-se num patamar semelhante ao verificado no ano anterior, tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional. De referir ainda que a evolução na atividade internacional foi determinada pela desvalorização cambial, quer do zloti, quer do metical face ao euro, na medida em que o total das comissões líquidas na atividade internacional em moeda local evoluiu favoravelmente em relação ao ano anterior.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros



Na atividade em Portugal, apesar do contexto atual, as comissões líquidas apresentaram apenas uma ligeira quebra de 0,3% face ao montante apurado em 2019, alcançando 482 milhões de euros em 2020.

Esta evolução foi possível graças ao crescimento de 16 milhões de euros evidenciado pelas comissões relacionadas com os mercados, pese embora o mesmo não tenha sido suficiente para compensar a redução registada pelas comissões relacionadas com o negócio bancário, que evoluíram de 424 milhões de euros no final de 2019, para 406 milhões de euros em 2020, condicionadas pelos já referidos impactos da pandemia.

Na verdade, o desempenho das comissões relacionadas com o negócio bancário na atividade em Portugal, a partir da segunda metade do mês de março de 2020, encontra-se penalizado não só pelos impactos diretos da pandemia provocada pela COVID-19, como também pelas iniciativas de apoio à economia adotadas pelo Banco, consubstanciadas em isenções concedidas para fazer face à situação de crise que o país atravessa. Estes impactos são particularmente visíveis nas comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, que globalmente registaram uma quebra de 12 milhões de euros. Estas comissões dizem respeito principalmente a valores cobrados pelas transações realizadas com cartões e respetivas redes de pagamento, transferências bancárias e utilização de pontos de venda (POS), atividades estas que foram transversalmente afetadas pela diminuição da atividade durante o período da pandemia.

Da mesma forma, as comissões relacionadas com operações de crédito e garantias caíram, no seu conjunto, 8 milhões de euros em relação ao ano anterior, neste caso com particular incidência nas comissões geradas por operações de crédito associadas principalmente ao desconto de efeitos e à cobrança de valores. Neste contexto, é de salientar que as comissões associadas aos créditos concedidos às empresas no âmbito das linhas de crédito garantidas pelo Estado Português, reguladas e diferidas, pouco contribuíram para atenuar esta evolução.

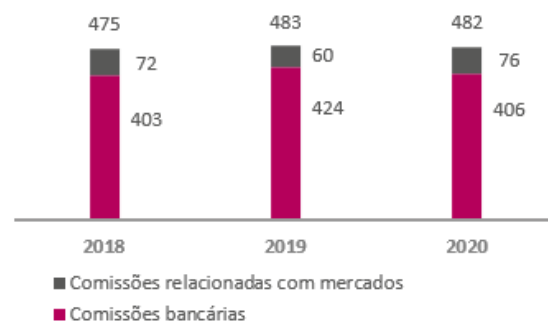
As comissões de gestão e manutenção de contas, apesar dos impactos negativos do contexto atual, apresentaram um crescimento de 7 milhões de euros, explicado pela forte dinâmica de aquisição de novos clientes e pela alteração da política comercial implementada ainda no ano de 2019. De salientar que este crescimento se verificou apesar da aplicação de descontos em comissões no âmbito de campanhas comerciais realizadas no decurso do ano de 2020, com o objetivo de promover a utilização dos canais digitais e *mobile* por parte dos clientes do Banco.

Por sua vez, as comissões relacionadas com os mercados, na atividade em Portugal, atingiram 76 milhões de euros, apresentando um crescimento de 16 milhões de euros face ao montante apurado em 2019, ao beneficiar do aumento das comissões de estruturação e montagem de operações angariadas pela atividade da banca de investimento, assim como das comissões relacionadas com operações de bolsa e com a gestão de ativos, neste caso associadas principalmente à distribuição de fundos de investimento.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Atividade em Portugal

Milhões de euros

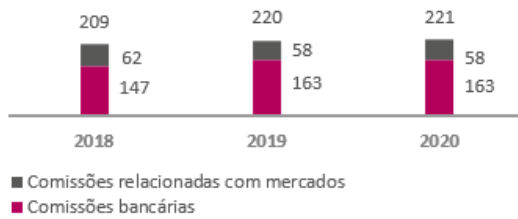


Na atividade internacional, apesar do efeito negativo da desvalorização cambial do zloti e do metical face ao euro, as comissões líquidas situaram-se 0,4% acima do montante alcançado no ano anterior, totalizando 221 milhões de euros em 2020. Para esta evolução contribuiu o desempenho favorável da subsidiária na Polónia, que beneficiou da aquisição do Euro Bank S.A., principalmente com impacto nas comissões relacionadas com cartões, *bancassurance* e gestão e manutenção de contas e da subsidiária na Suíça, pese embora os mesmos tenham sido praticamente neutralizados pela quebra das comissões geradas pela operação em Moçambique. As comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade internacional, situaram-se 0,5% acima do montante alcançado em 2019, com o crescimento das comissões da subsidiária polaca a ser atenuado pela descida observada na operação em Moçambique. Apesar das comissões relacionadas com os mercados financeiros terem permanecido em linha com o montante alcançado no ano anterior, esta evolução incorpora dois efeitos contrários, uma vez que o bom desempenho da subsidiária suíça, associado à atividade de corretagem e ao crescimento dos ativos sob gestão, foi absorvido pela diminuição registada nas subsidiárias polaca e moçambicana.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Atividade internacional

Milhões de euros



Em termos consolidados, o aumento de 13,8% registado pelas comissões relacionadas com os mercados financeiros permitiu neutralizar a quebra de 2,9% verificada nas comissões relacionadas com o negócio bancário face ao montante alcançado em 2019.

Em 2020, as comissões relacionadas com o negócio bancário totalizaram 569 milhões de euros, que compara com 586 milhões de euros alcançados em 2019, devendo-se esta evolução, sobretudo, ao desempenho da atividade em Portugal, condicionado, conforme referido anteriormente, pelo atual contexto de pandemia, penalizando principalmente a evolução das comissões relacionadas com crédito e garantias e com cartões e transferência de valores. Inversamente, importa salientar o crescimento das comissões relacionadas com a gestão e manutenção de contas, permitindo atenuar a quebra que as comissões bancárias sofreram em relação aos valores apurados em 2019.

As comissões associadas ao negócio de cartões e transferências de valores evidenciaram, em termos consolidados, uma quebra de 7,3% face aos 172 milhões de euros apurados em 2019, totalizando 160 milhões de euros no final de 2020. Esta evolução, apesar de refletir o desempenho de todas as geografias, com exceção da subsidiária polaca, resulta maioritariamente do contributo da atividade em Portugal, que se revelou 10,7% inferior ao montante alcançado em 2019, encontrando-se fortemente influenciada quer pelos impactos diretos da pandemia provocada pela COVID-19, quer pelas iniciativas de apoio à economia adotadas pelo Grupo, nomeadamente no que respeita às isenções concedidas para combater a situação de crise que se atravessa atualmente. Por outro lado, a imposição de redução dos preços por parte do Banco de Moçambique, levou também à redução deste tipo de comissões naquele país.

As comissões relacionadas com as operações de crédito e garantias também se encontram penalizadas pelo atual contexto de pandemia provocado pela COVID-19, tendo evoluído de 159 milhões de euros em 2019 para 148 milhões de

euros em 2020, refletindo simultaneamente o desempenho da atividade em Portugal, onde se registou uma quebra de 7,5%, e da subsidiária polaca que contribuiu decisivamente para a quebra de 6,2% verificada na atividade internacional, ditada pela menor produção de crédito ao consumo concedido sem fim específico.

As comissões de *bancassurance*, que incorporam as comissões obtidas pela colocação de produtos de seguros através das redes de distribuição do Banco em Portugal e na Polónia, apresentaram-se ligeiramente inferiores aos 119 milhões de euros reconhecidos em 2019, fixando-se em 118 milhões de euros em 2020. A redução verificada reflete maioritariamente a quebra de 3,2% que se registou na atividade em Portugal, na medida em que a subsidiária polaca alcançou um crescimento de 6,8% que reflete, por um lado, o aumento das comissões cobradas pelo Bank Millennium em seguros vendidos a clientes, associados principalmente a operações de crédito pessoal e hipotecário, e, por outro, o impacto atribuível à integração do Euro Bank S.A.

As comissões associadas à gestão e manutenção de contas de Clientes evoluíram favoravelmente apresentando um aumento de 6,9% em relação aos 123 milhões de euros apurados em 2019, totalizando 131 milhões de euros em 2020. Esta evolução ficou a dever-se quer ao desempenho da atividade internacional, que apresentou um crescimento de 9,5%, quer principalmente ao contributo da atividade em Portugal, cujas comissões de gestão e manutenção de contas, não obstante os impactos negativos associados ao contexto atual, aumentaram 6,4%, refletindo principalmente a alteração da política comercial implementada ainda no ano de 2019.

As comissões relacionadas com os mercados financeiros fixaram-se em 134 milhões de euros no final de 2020, evidenciando um crescimento de 13,8% face aos 117 milhões de euros apurados em 2019, determinado pelo desempenho da atividade em Portugal. No entanto, importa salientar também o crescimento verificado na subsidiária suíça, pese embora o mesmo tenha sido absorvido quase integralmente pela quebra registada nas subsidiárias polaca e moçambicana, ambas penalizadas pela desvalorização cambial das respetivas moedas face ao euro.

As comissões associadas a operações sobre títulos totalizaram 73 milhões de euros em 2020, situando-se 26,7% acima do montante obtido no ano anterior, tendo sido influenciadas essencialmente pelo desempenho da atividade em Portugal, cujo crescimento foi de 28,0%, potenciado pelo sucesso da atividade de banca de investimento na estruturação e montagem de operações. Na atividade internacional, estas comissões aumentaram 21,7%, merecendo particular destaque o contributo da operação na Suíça.

As comissões geradas pela gestão de ativos em 2020 revelaram-se 1,3% superiores ao montante apurado em 2019, sendo de salientar o bom desempenho da atividade em Portugal, ao apresentar um crescimento de 24,9%, não obstante

o mesmo ter sido parcialmente absorvido pela quebra de 5,6% registada na atividade internacional, sobretudo induzida pela operação polaca.

COMISSÕES LÍQUIDAS

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
COMISSÕES BANCÁRIAS				
Cartões e transferências	160	172	167	-7,3 %
Crédito e garantias	148	159	152	-7,1 %
<i>Bancassurance</i>	118	119	105	-0,5 %
Gestão e manutenção de contas	131	123	113	6,9 %
Outras comissões	12	13	12	-7,3 %
SUBTOTAL	569	586	550	-2,9 %
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS				
Operações sobre títulos	73	58	70	26,7 %
Gestão de ativos	60	60	64	1,3 %
SUBTOTAL	134	117	134	13,8 %
COMISSÕES LÍQUIDAS TOTAIS	703	703	684	-0,1 %
das quais:				
Atividade em Portugal	482	483	475	-0,3 %
Atividade internacional	221	220	209	0,4 %

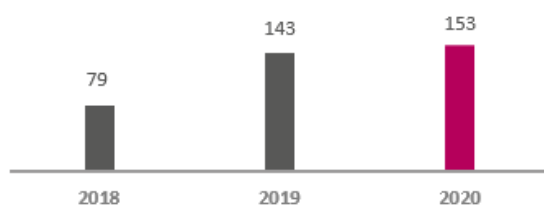
RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Os resultados em operações financeiras incorporam os resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, os resultados cambiais, os resultados de contabilidade de cobertura, os resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e os resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Em 2020, os resultados em operações financeiras cifraram-se em 153 milhões de euros, apresentando um aumento de 6,6% face aos 143 milhões de euros apurados no ano anterior, graças ao desempenho da atividade em Portugal. Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras situaram-se num patamar semelhante ao verificado em 2019.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Milhões de euros



Na atividade em Portugal assistiu-se a um crescimento de 19,5% dos resultados em operações financeiras, que evoluíram de 51 milhões de euros em 2019, para 61 milhões de euros em 2020, impulsionado pelos ganhos obtidos com operações cambiais, nomeadamente pelos proveitos, no montante de 39 milhões de euros, provenientes da cobertura da posição cambial inerente à participação que o Grupo detém na Polónia, na sequência da desvalorização do zloti. Adicionalmente, as condições de mercado e a composição da carteira do Grupo permitiram que as perdas geradas com instrumentos derivados em 2019, provenientes principalmente do impacto da descida das taxas de juro, não se repetissem em 2020, contrastando, desta forma, com os proveitos gerados no ano corrente. De referir que, os custos suportados com a alienação de créditos em 2020, no montante de 28 milhões de euros, contribuíram igualmente, embora em menor escala, para a evolução favorável dos resultados em operações financeiras na atividade em Portugal, na medida em que se situaram num patamar inferior aos 29 milhões de euros reconhecidos no ano anterior.

Inversamente, os resultados em operações financeiras no último ano foram penalizados pelo

impacto de 72 milhões de euros (31 milhões de euros em 2019) resultante da reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial, dos quais 65 milhões de euros reconhecidos na sequência da incorporação de pressupostos consistentes com as consequências da pandemia provocada pela COVID-19 na avaliação dos ativos subjacentes. Os ganhos reconhecidos com títulos de dívida pública portuguesa também influenciaram negativamente a evolução dos resultados em operações financeiras na atividade em Portugal, ao evoluírem de 70 milhões de euros em 2019, para 58 milhões de euros em 2020.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras mantiveram-se próximos do montante alcançado em 2019, cifrando-se em 91

milhões de euros em 2020. Esta evolução foi determinada pela desvalorização cambial do zloti e do metical face ao euro, na medida em que os resultados em operações financeiras, em moeda local, se revelaram superiores aos registados no ano anterior, tanto na subsidiária polaca como na operação em Moçambique. No caso particular da subsidiária polaca, importa sublinhar que para este bom desempenho contribuíram os ganhos com a alienação de títulos e com a reavaliação das ações da VISA, que suplantaram os proveitos, no montante de 10 milhões de euros, que haviam sido reconhecidos em setembro de 2019 com a reavaliação das ações da PSP - Polish Payment Standard na sequência do acordo celebrado para a entrada da Mastercard no capital daquela entidade.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
Resultados em operações financeiras ao justo valor				
através de resultados	(10)	5	1	<-200%
Ganhos / (perdas) cambiais	92	69	75	32,8 %
Resultados de contabilidade de cobertura	(2)	(6)	3	59,1 %
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	(28)	(25)	(50)	-10,6 %
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	100	100	49	0,4 %
TOTAL	153	143	79	6,6 %
dos quais:				
Atividade em Portugal	61	51	12	19,5 %
Atividade internacional	91	92	66	-0,6 %

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos incluem os outros proveitos de exploração, líquidos de outros custos de exploração, os resultados da atividade seguradora e os resultados com a alienação de subsidiárias e outros ativos. Em junho de 2020, alguns valores que até então eram registados, na atividade em Portugal, como outros gastos administrativos, passaram a ser contabilizados como outros proveitos de exploração líquidos, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. As reclassificações efetuadas totalizaram 3 milhões de euros, tanto em 2019 como em 2018.

Em 2020, os outros proveitos de exploração líquidos cifraram-se em 155 milhões de euros negativos, que compara com 104 milhões de euros, também negativos registados no ano anterior. Os montantes referidos incluem itens específicos reconhecidos pela subsidiária polaca associados a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., no valor de 1 milhão de euros em 2019 e num montante considerado imaterial em 2020.

A evolução observada nos outros proveitos de exploração líquidos, em termos consolidados, ficou a dever-se maioritariamente ao desempenho demonstrado pela atividade em Portugal, mas também ao menor contributo da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos em 2020 atingiram 73 milhões de euros negativos, mais do que duplicando as perdas de 34 milhões de euros reconhecidas no ano anterior. Este desempenho ficou a dever-se sobretudo à redução dos resultados gerados com a alienação de ativos não correntes detidos para venda, condicionada pelo registo de ganhos relevantes com a venda de imóveis em 2019, que não se repetiram em 2020.

Os outros proveitos de exploração líquidos incluem os custos suportados com as contribuições obrigatórias que se cifraram em 72 milhões de euros em 2020, aumentando 4,9% face aos 69 milhões de euros apurados em 2019, penalizados pela introdução da contribuição adicional de solidariedade a aplicar sobre o sector bancário, para financiar os custos com a resposta pública ao impacto da crise atual provocada pela pandemia COVID-19, que no caso particular do Millennium bcp ascendeu a 6 milhões de euros. Além desta contribuição adicional, o montante global suportado com as contribuições obrigatórias em Portugal, em 2020, incorpora o custo com a contribuição para o Fundo Europeu de Resolução (FER), no montante de 19 milhões de euros (19 milhões de euros também em 2019), a contribuição de 15 milhões de euros exigida para o Fundo de Resolução Nacional (16 milhões de euros em 2019), a contribuição sobre o sector bancário de 30 milhões de euros (32 milhões de euros em 2019), o *fee* de supervisão cobrado pelo BCE, que se manteve em cerca de 2 milhões de euros quer em 2020, quer em 2019, e a contribuição para o fundo de garantia de depósitos, cujo valor é relativamente imaterial.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos, incluindo os itens específicos anteriormente referidos, evoluíram de 71 milhões de euros negativos em 2019, para 83 milhões de euros também negativos em 2020, induzidos pelo desempenho quer da operação em Moçambique, quer da subsidiária polaca. Na operação em Moçambique, a redução registada decorreu dos menores resultados provenientes da alienação de outros ativos, em grande parte dos ganhos com a venda de títulos em 2019 que não se verificaram em 2020 e da desvalorização cambial do metical face ao euro. A subsidiária polaca, por sua vez, foi penalizada pelo aumento das contribuições obrigatórias que se situaram 14 milhões de euros acima do montante apurado no ano anterior, fixando-se em 100 milhões de euros no final de 2020. Os aumentos face ao ano anterior dizem respeito à contribuição para o fundo de garantia de depósitos e ao imposto especial sobre o setor bancário polaco, tendo sido parcialmente compensados pela redução da contribuição para o fundo de resolução. Por outro lado, em 2020, os outros proveitos de exploração líquidos incluem o reconhecimento de proveitos, no montante de 20 milhões de euros, correspondentes ao valor a receber da Société Générale, na sequência do contrato de aquisição do Euro Bank S.A., dos quais 8 milhões de euros associados aos créditos hipotecários em moeda estrangeira e 11 milhões de euros relativos à devolução de comissões aos clientes que reembolsaram antecipadamente os seus créditos ao consumo, mitigando parcialmente o impacto das provisões adicionais constituídas para o efeito.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Os resultados de empresas associadas reconhecidos por equivalência patrimonial incluem os resultados apropriados pelo Grupo em entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional. Em 2020, os resultados por equivalência patrimonial cifraram-se em 68 milhões de euros, situando-se acima dos 43 milhões de euros apurados no ano anterior, beneficiando sobretudo da evolução da atividade em Portugal, mas também do crescimento verificado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial alcançaram 58 milhões de euros em 2020, aumentando significativamente face aos 40 milhões de euros registados em 2019. O aumento de 18 milhões de euros ficou a dever-se sobretudo ao maior contributo gerado pela Millennium Ageas, decorrente da avaliação dos passivos de contratos de seguro locais com base em pressupostos que refletem um maior alinhamento com os utilizados pela casa-mãe. Os resultados gerados pela participação na Unicre também revelaram um desempenho favorável, ao apresentar um aumento de 3 milhões de euros, face ao montante alcançado no ano anterior.

Os resultados por equivalência patrimonial na atividade internacional evoluíram de 3 milhões de euros apurados em 2019, para 9 milhões de euros em 2020, devido à maior apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico. De referir que, a evolução positiva dos resultados gerados pela participação no Banco Millennium Atlântico se deve, em grande parte, ao facto de o resultado apurado em 2019 ter sido penalizado pelo reforço da cobertura de riscos por imparidade e provisões e pelo efeito negativo do término da aplicação da IAS 29.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, SGPS, S.A.	44	28	35	56,0 %
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	6	3	7	78,1 %
Banco Millennium Atlântico, S.A.	9	3	34	>200%
Banque BCP, S.A.S.	3	4	4	-38,2 %
SIBS, SGPS, S.A.	5	6	8	-12,2 %
Outros	—	(1)	1	103,6 %
TOTAL	68	43	89	57,5 %

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais agregam os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício. Em junho de 2020, alguns valores que até então eram registados, na atividade em Portugal, como outros gastos administrativos, passaram a ser contabilizados como outros proveitos de exploração líquidos, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. As reclassificações efetuadas totalizaram 3 milhões de euros, tanto em 2019 como em 2018.

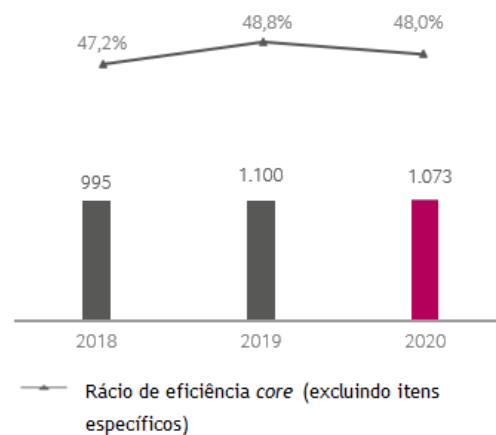
Excluindo o efeito dos itens específicos⁴, os custos operacionais totalizaram 1.073 milhões de euros em 2020, evidenciando uma redução de 2,4% face aos 1.100 milhões de euros observados no ano anterior, graças à evolução favorável registada quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais, não considerando o efeito dos itens específicos anteriormente mencionados, situaram-se 1,9% abaixo dos 631 milhões de euros contabilizados em 2019, fixando-se em 619 milhões de euros no final do ano corrente. A redução, no montante de 12 milhões de euros, dos custos operacionais ficou a dever-se maioritariamente às poupanças obtidas

nos outros gastos administrativos, mas também, embora em menor escala, à diminuição dos custos com o pessoal, tendo estas poupanças sido, no entanto, parcialmente absorvidas pelo aumento das amortizações do exercício.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros



⁴ Impacto negativo de 46 milhões de euros em 2020, dos quais 32 milhões de euros reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal (custos de reestruturação, custos com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração e proveitos decorrentes do acordo celebrado com um ex-administrador do Banco), e 15 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (9 milhões de euros como custos com o pessoal, 5 milhões de euros como outros gastos administrativos e 1 milhão de euros como amortizações do exercício). Em 2019, o impacto também foi negativo, no montante de 66 milhões de euros, dos quais 40 milhões de euros referentes a custos de reestruturação e compensação pelo ajuste temporário dos salários, ambos reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e 26 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca como outros gastos administrativos, que registou também montantes considerados imateriais em custos com o pessoal e amortizações do exercício. Em 2018, o impacto foi igualmente negativo, no montante de 29 milhões de euros, dos quais 27 milhões de euros referentes a custos de reestruturação reconhecidos como custos com o pessoal e 3 milhões de euros associados ao projeto de transformação digital em curso, reconhecidos como outros gastos administrativos, ambos na atividade em Portugal.

Na atividade internacional, os custos operacionais, excluindo o efeito dos itens específicos anteriormente referidos, cifraram-se em 454 milhões de euros em 2020, evidenciando uma redução de 3,1% face aos 469 milhões de euros contabilizados no ano anterior. Esta evolução dos custos operacionais reflete um montante inferior ao contabilizado no ano anterior, quer nos custos com o pessoal, quer nos outros gastos administrativos. Inversamente e à semelhança do que se verificou na atividade em Portugal, assistiu-se a um aumento das amortizações do exercício face a 2019. A diminuição dos custos operacionais na atividade internacional reflete o contributo tanto da subsidiária polaca, como da subsidiária em Moçambique, em ambos os casos influenciados pela desvalorização cambial das respetivas moedas face ao euro.

Na subsidiária polaca, pese embora o impacto proveniente da consolidação do Euro Bank S.A, os custos operacionais revelaram-se inferiores aos registados em 2019, beneficiando, em parte, da desvalorização cambial do zloti face ao euro. Importa ainda referir que, em 2020, como consequência das sinergias obtidas após a fusão com o Euro Bank S.A., os custos operacionais da operação na Polónia, incorporam poupanças, no montante de 38 milhões de euros, mais do que duplicando os custos reconhecidos no período com a integração do Banco adquirido (15 milhões de euros).

A redução dos custos operacionais na operação em Moçambique beneficiou principalmente da evolução dos outros gastos administrativos e dos custos com o pessoal, em ambos os casos, justificadas pela desvalorização do metical face ao euro.

Apesar do contexto adverso que se vive atualmente, influenciado pela pandemia COVID-19, o rácio de eficiência *core* do Grupo, excluindo os itens específicos, situou-se abaixo dos 48,8% apurados no ano anterior, fixando-se em 48,0% em 2020, refletindo a redução obtida nos custos operacionais que, em termos relativos, se revelou superior à diminuição dos proveitos *core*.

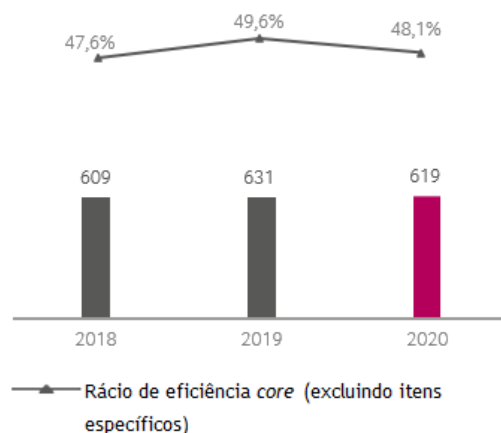
Na atividade em Portugal, o rácio de eficiência *core*, excluindo os itens específicos, também apresentou uma evolução favorável, de 49,6% em 2019 para 48,1% em 2020, refletindo, simultaneamente a redução dos custos operacionais e o aumento dos proveitos *core*.

Na atividade internacional, o rácio de eficiência *core*, não considerando os itens específicos, situou-se em 47,9% em 2020, mantendo-se em linha com o valor apurado no ano anterior, tendo a redução dos custos operacionais, em termos relativos sido equivalente à descida dos proveitos *core*.

CUSTOS OPERACIONAIS

Atividade em Portugal

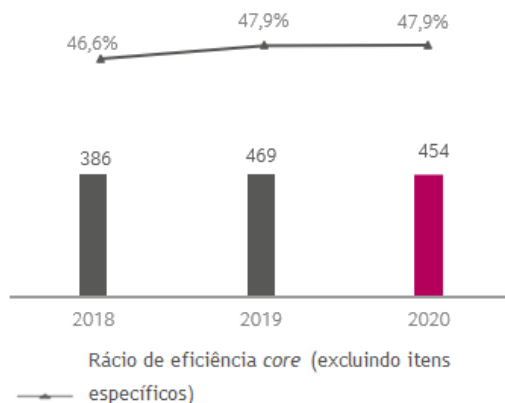
Milhões de euros



CUSTOS OPERACIONAIS

Atividade Internacional

Milhões de euros



CUSTOS OPERACIONAIS

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
ATIVIDADE EM PORTUGAL (1)				
Custos com o pessoal	364	371	359	-2,0 %
Outros gastos administrativos	178	191	213	-6,5 %
Amortizações do exercício	76	69	36	10,8 %
	619	631	609	-1,9 %
ATIVIDADE INTERNACIONAL (1)				
Custos com o pessoal	242	257	207	-5,8 %
Outros gastos administrativos	152	156	158	-2,8 %
Amortizações do exercício	60	56	21	8,3 %
	454	469	386	-3,1 %
CONSOLIDADO (1)				
Custos com o pessoal	606	628	566	-3,5 %
Outros gastos administrativos	330	347	371	-4,8 %
Amortizações do exercício	137	125	58	9,7 %
	1.073	1.100	995	-2,4 %
ITENS ESPECÍFICOS				
	46	66	29	-30,0 %
TOTAL	1.119	1.166	1.024	-4,0 %

(1) Exclui o impacto dos itens específicos anteriormente referidos.

CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal evoluíram favoravelmente, tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional, evidenciando, em termos consolidados, uma quebra de 3,5%, de 628 milhões de euros contabilizados em 2019, para 606 milhões de euros reconhecidos em 2020. Os montantes referidos não consideram o efeito dos itens específicos que totalizaram 41 milhões de euros em 2020 e 40 milhões de euros em 2019.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal totalizaram 364 milhões de euros em 2020, revelando-se 2,0% inferiores aos 371 milhões de euros apurados em 2019. Os itens específicos, não incluídos nos montantes referidos, ascenderam a 32 milhões de euros em 2020 e a 40 milhões de euros em 2019 e referem-se a custos de reestruturação e a custos com a compensação pelo ajuste temporário dos salários. Em 2020, os itens específicos incluem também um impacto positivo decorrente do acordo celebrado com um ex-administrador do Banco.

A evolução favorável dos custos com o pessoal, na atividade em Portugal, encontra-se influenciada pela redução do número de colaboradores que, em termos líquidos, passou de 7.204 colaboradores no final de dezembro de 2019, para 7.013 colaboradores em 31 de dezembro de 2020, pese embora se tenha assistido, durante o último ano, à

contratação de novos colaboradores, sobretudo com competências para reforçar as áreas digitais.

Na atividade internacional, não considerando o impacto dos itens específicos integralmente reconhecidos pela subsidiária polaca, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A, no montante de 9 milhões de euros em 2020 (imateriais em 2019), os custos com o pessoal totalizaram 242 milhões de euros em 2020, situando-se 5,8% abaixo dos 257 milhões de euros registados no ano anterior.

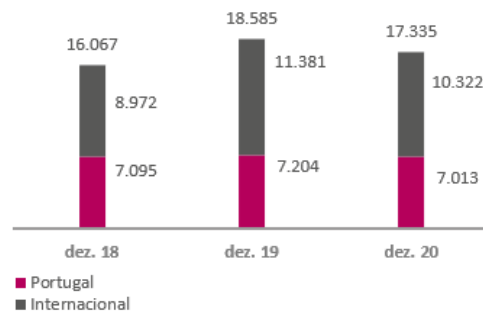
Importa salientar que, apesar do impacto da aquisição do Euro Bank S.A. nos custos com o pessoal, a redução verificada na atividade internacional, excluindo os itens específicos, ficou a dever-se sobretudo ao desempenho da subsidiária polaca, que beneficiou da desvalorização cambial do zloti face ao euro. Refira-se que os custos com o pessoal reconhecidos pela subsidiária polaca incorporam o efeito das sinergias obtidas no processo de fusão do Euro Bank S.A., quantificado em 19 milhões de euros. De salientar que as sinergias refletem, em boa parte, o impacto associado à progressiva redução do número total de colaboradores que, não obstante a inclusão, em maio de 2019, de 2.425 colaboradores provenientes do Euro Bank S.A.,

evoluiu de 8.615 colaboradores (8.464 FTE - *full-time equivalent*) no final de 2019, para 7.645 colaboradores, (7.493 FTE - *full-time equivalent*) em 31 de dezembro de 2020, ultrapassando o objetivo inicialmente definido pelo Bank Millennium de redução do quadro de pessoal em 260 FTE - *full time equivalent*.

A operação em Moçambique também contribuiu para o bom desempenho dos custos com o pessoal na atividade internacional, embora assente na desvalorização do metical face ao euro.

O número total de colaboradores afetos à atividade internacional diminuiu 1.059, evoluindo de 11.381 colaboradores em 31 de dezembro de 2019, para 10.322 colaboradores no final de 2020.

COLABORADORES



CUSTOS COM O PESSOAL

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
Remunerações	496	507	458	-2,3 %
Encargos sociais e outros custos	110	121	108	-8,9 %
TOTAL EXCLUINDO ITENS ESPECÍFICOS	606	628	566	-3,5 %
ITENS ESPECÍFICOS	41	40	27	1,9 %
TOTAL	647	668	593	-3,2 %

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

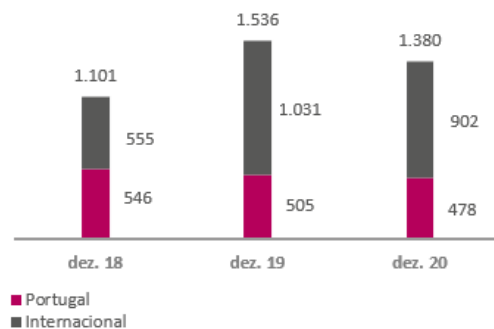
Em junho de 2020, alguns valores que até então eram registados, na atividade em Portugal, como outros gastos administrativos, passaram a ser contabilizados como outros proveitos de exploração líquidos, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. As reclassificações efetuadas totalizaram 3 milhões de euros, tanto em 2019 como em 2018.

Os outros gastos administrativos, não considerando o impacto dos itens específicos, evidenciaram uma quebra de 4,8% face aos 347 milhões de euros contabilizados em 2019, totalizando 330 milhões de euros em 2020. Os itens específicos mencionados totalizaram 5 milhões de euros em 2020 e 26 milhões de euros em 2019, tendo sido integralmente reconhecidos pela subsidiária polaca, na sequência do processo de aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

A evolução favorável dos outros gastos administrativos, em termos consolidados, beneficiou quer das poupanças alcançadas pela atividade em Portugal, quer da redução registada na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos apresentaram uma redução de 6,5% face aos 191 milhões de euros contabilizados em 2019, totalizando 178 milhões de euros em 2020.

SUCURSAIS



A evolução dos outros gastos administrativos na atividade em Portugal foi significativamente influenciada pelo contexto subjacente à pandemia COVID-19, na medida em que se verificou uma redução expressiva dos custos normalmente suportados com serviços de consultoria e despesas de representação, por via da suspensão ou adiamento de determinados projetos e deslocações. Também os custos habitualmente suportados com contencioso e trabalho independente apresentaram uma diminuição relevante em relação ao período homólogo, na medida em que se verificou uma redução da atividade de recuperação judicial na sequência da pandemia COVID-19, registando-se menores gastos com custas e serviços judiciais, com escritórios de advogados e agentes de execução. Da mesma forma, as despesas com publicidade e patrocínios também foram inferiores às reconhecidas no ano anterior, uma vez que por força das condições impostas pela pandemia foi realizado um menor número de campanhas publicitárias, tendo-se verificado inclusive o cancelamento de alguns eventos que haviam sido realizados em 2019. Por último, acresce referir que a ausência de um número significativo de colaboradores das instalações do Banco contribuiu também para as poupanças obtidas no que respeita aos outros gastos administrativos, uma vez que os mesmos passaram a executar as suas funções em regime de teletrabalho. Neste contexto, assumem assim particular relevância as poupanças obtidas com deslocações, estadias e representações e água, energia e combustíveis, mas também as reduções verificadas em rubricas como outros serviços especializados, estudos e consultas, trabalho independente, publicidade, contencioso e comunicações a par de outras com menor impacto como sejam, transportes, formação de pessoal e material de consumo corrente.

Inversamente, assistiu-se a um aumento dos custos com *outsourcing*, com informática e com serviços prestados pela SIBS, bem como ao aumento dos custos associados sobretudo à compra de material de proteção, serviços de limpeza e mudança de instalações.

De uma forma geral, o desempenho dos outros gastos administrativos continua a refletir a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos, nomeadamente os impactos decorrentes do redimensionamento da rede de sucursais, que evoluíram de 505 no final de 2019, para 478 em 31 de dezembro de 2020.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos, não considerando o impacto dos itens específicos, totalizaram 152 milhões de euros em 2020, situando-se 2,8% abaixo dos 156 milhões de euros apurados no ano anterior.

O desempenho dos outros gastos administrativos na atividade internacional foi determinado pela evolução registada na subsidiária em Moçambique, decorrente da desvalorização do metical face ao euro, uma vez que na moeda local estes custos permaneceram em linha com o montante apurado no ano anterior.

Na subsidiária polaca, excluindo os itens específicos, os outros gastos administrativos em 2020 foram superiores aos registados no ano anterior, sendo todavia de salientar que este desempenho se encontra fortemente influenciado pelo impacto da aquisição do Euro Bank S.A., na medida em que os outros gastos administrativos contabilizados em 2020 incorporam custos relativos a um período superior aos contabilizados no ano anterior, que apenas consideram a nova entidade a partir do mês de maio de 2019. Por outro lado, merecem referência as medidas de reestruturação em curso que permitiram obter um conjunto de sinergias materializadas em poupanças, no montante de 14 milhões de euros em 2020, entre as quais se incluem poupanças conseguidas ao nível dos sistemas de informação, *marketing* e publicidade, custos com consultoria e com as rendas das sucursais encerradas, na medida em que o número total de sucursais evoluiu de 830 sucursais existentes em 31 de dezembro de 2019, para 702 sucursais no final de 2020.

De salientar que, os efeitos da pandemia COVID-19 também produziram um impacto positivo na evolução dos outros gastos administrativos da subsidiária polaca, na medida em que os custos com *marketing* e publicidade e as despesas com deslocações evidenciaram decréscimos relevantes. Inversamente, os custos com serviços jurídicos incorridos com os processos de crédito à habitação concedidos em moeda estrangeira, bem como as despesas com a aquisição de material de proteção para fazer face à pandemia COVID-19 penalizaram a evolução dos outros gastos administrativos.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
Água, energia e combustíveis	14	16	15	-13,3 %
Material de consumo corrente	4	5	4	-26,6 %
Rendas e alugueres	21	23	73	-8,4 %
Comunicações	27	25	23	6,0 %
Deslocações, estadas e representações	4	10	9	-59,1 %
Publicidade	23	29	27	-19,3 %
Conservação e reparação	18	18	16	-4,8 %
Cartões e crédito imobiliário	8	8	8	-0,9 %
Estudos e consultas	22	19	11	16,1 %
Informática	46	45	37	2,1 %
<i>Outsourcing</i> e trabalho independente	75	77	77	-1,5 %
Outros serviços especializados	28	29	32	-3,0 %
Formação do pessoal	1	3	3	-49,6 %
Seguros	3	4	4	-8,1 %
Contencioso	3	5	6	-33,2 %
Transportes	9	10	10	-10,7 %
Outros fornecimentos e serviços	24	22	16	9,5 %
TOTAL EXCLUINDO ITENS ESPECÍFICOS	330	347	371	-4,8 %
ITENS ESPECÍFICOS	5	26	3	-80,7 %
TOTAL	335	373	374	-10,1 %

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

As amortizações do exercício, excluindo os itens específicos reconhecidos pela subsidiária polaca no âmbito da aquisição do Euro Bank S.A. (1 milhão de euros em 2020 e um montante considerado imaterial em 2019), totalizaram 137 milhões de euros em 2020, aumentando 9,7% face aos 125 milhões de euros apurados no ano anterior.

Esta evolução resultou dos desempenhos da atividade em Portugal e da atividade internacional, que apresentaram subidas de 10,8% e de 8,3% respetivamente, face a 2019, em ambos os casos maioritariamente justificadas pelo aumento de investimento em *software* e equipamento informático.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício ascenderam a 76 milhões de euros em 2020, acima dos 69 milhões de euros registados em 2019, refletindo o investimento efetuado nos últimos anos e o empenho existente na inovação tecnológica e na transformação digital em curso, dotando o Banco da capacidade de resposta necessária para enfrentar os desafios impostos pelo impacto da pandemia associada à COVID-19.

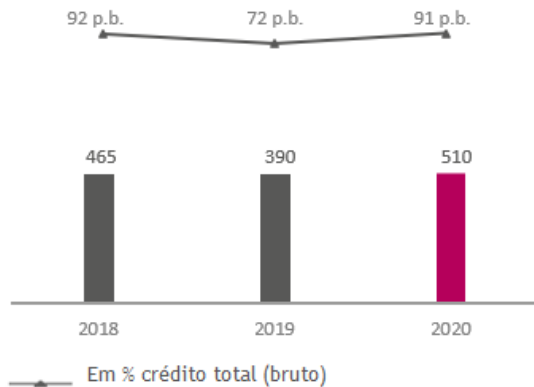
Na atividade internacional, as amortizações do exercício, excluindo os itens específicos anteriormente referidos, totalizaram 60 milhões de euros em 2020, que compara com 56 milhões de euros reconhecidos em 2019, devendo-se esta evolução maioritariamente ao desempenho da subsidiária polaca, influenciado pelo impacto decorrente da aquisição do Euro Bank S.A. De salientar, no entanto, que as medidas de reestruturação em curso permitiram obter sinergias, no montante de 4 milhões de euros em 2020.

IMPARIDADE DO CRÉDITO

As dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) fixaram-se em 510 milhões de euros em 2020, situando-se num patamar superior aos 390 milhões de euros reconhecidos no ano anterior.

IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA)

Milhões de euros



O contexto de crise económica que se vive atualmente, provocada pela pandemia associada à COVID-19, condicionou fortemente a evolução da imparidade do crédito, tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional, na medida em que os riscos que lhe estão associados levaram a que tivesse sido efetuado um reforço extraordinário das imparidades para a carteira de crédito, no montante de 187 milhões de euros, em termos consolidados.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) efetuadas em 2020 atingiram 354 milhões de euros, 26,8% acima do montante que havia sido reconhecido em 2019 (279 milhões de euros). Esta evolução reflete, em boa parte, o reconhecimento de imparidades adicionais, no montante de 153 milhões de euros, para fazer face ao aumento dos riscos implícitos ao contexto adverso que se vive atualmente. Em junho de 2020, os parâmetros de risco de crédito dos modelos de imparidade foram revistos, com vista a refletir o novo cenário macroeconómico ditado pelos riscos associados à pandemia COVID-19, tendo sido atualizado no final do ano no sentido de alinhar algumas das variáveis macroeconómicas com as previsões do Banco de Portugal. No seu conjunto, a atualização do cenário macroeconómico implícito nos modelos de cálculo de imparidade para crédito levou à constituição de imparidades adicionais, no montante de 55 milhões de euros. Adicionalmente, no âmbito da análise individual dos clientes de crédito, foram igualmente constituídas imparidades extraordinárias de forma a antecipar os impactos esperados da pandemia.

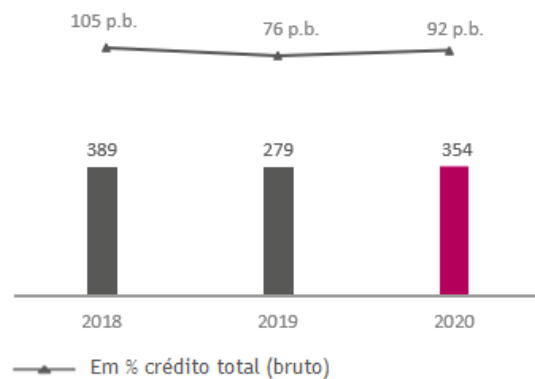
Este reforço extraordinário das imparidades interrompeu a tendência decrescente evidenciada até ao início de 2020 e a progressiva melhoria da qualidade da carteira a que se vinha assistindo nos períodos anteriores.

De salientar ainda que, no final do ano foram também reconhecidas imparidades para fazer face às necessidades de cobertura mínima das perdas para exposições não produtivas no sentido de promover um maior alinhamento da situação patrimonial do Banco com a regulamentação prudencial em vigor, nomeadamente com o Regulamento (EU) 2019/630 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019 e com as expectativas da supervisão sobre a necessidade de redução destas exposições no Balanço das instituições, evitando a sua acumulação futura.

IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA)

Atividade em Portugal

Milhões de euros



Na atividade internacional, as dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) aumentaram, de 111 milhões de euros em 2019, para 156 milhões de euros em 2020, refletindo o reforço adicional, no montante de 35 milhões de euros para fazer face ao risco de crédito acrescido, na sequência do atual contexto de crise económica.

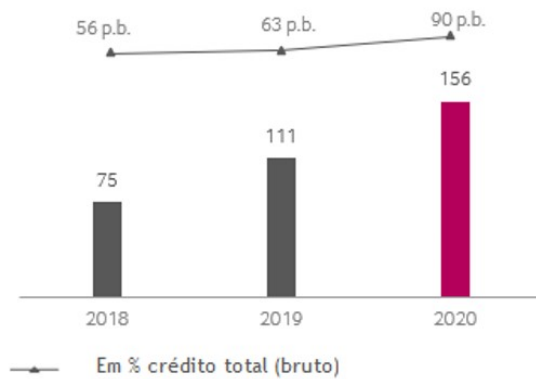
A subsidiária polaca, foi a principal responsável pelo desempenho da atividade internacional, fortemente condicionada pela constituição de imparidades, no montante de 30 milhões de euros, para fazer face aos riscos associados à pandemia provocada pela COVID-19. Adicionalmente, o impacto negativo provocado pelos novos parâmetros da definição de *default* que ocorreu no segundo semestre do ano, contribuiu para um nível superior de imparidades face ao ano anterior, pese embora a imparidade que havia sido constituída

em junho de 2019 para fazer face aos riscos implícitos na carteira de crédito adquirida, resultante da consolidação do Euro Bank S.A.

IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA)

Atividade internacional

Milhões de euros



Na subsidiária em Moçambique, a imparidade do crédito também apresentou uma evolução desfavorável, refletindo, em parte, a constituição de imparidades adicionais para os riscos implícitos na carteira de crédito, influenciadas pelo contexto da pandemia COVID-19 em 5 milhões de euros.

O custo do risco (líquido de recuperações) do Grupo situou-se em 91 pontos base em 2020, tendo a sua evolução face aos 72 pontos base observados em 2019 sido condicionada pelo reforço extraordinário das imparidades para riscos de crédito associados à pandemia COVID-19 em 2020, bem como pelo impacto da aquisição do Euro Bank S.A. em 2019.

Na atividade em Portugal, o custo do risco (líquido de recuperações) evoluiu de 76 pontos base em 2019 para 92 pontos base em 2020, sendo que na atividade internacional passou de 63 pontos base para 90 pontos base, no mesmo período, essencialmente devido ao desempenho da subsidiária polaca e da operação em Moçambique.

IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA DE RECUPERAÇÕES)

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
Dotações para imparidade do crédito (líquidas de reversões)	533	414	478	28,5 %
Recuperações de crédito	23	24	13	-6,5 %
TOTAL	510	390	465	30,7 %
CUSTO DO RISCO:				
Dotações líquidas de recuperações em % do crédito (bruto)	91 p.b.	72 p.b.	92 p.b.	20 p.b.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

As outras imparidades e provisões incluem (i) a imparidade, líquida de reversões, para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado; (ii) a imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito); (iii) as dotações para imparidade de outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e (iv) as outras provisões.

Em 2020, as outras imparidades e provisões totalizaram 331 milhões de euros, mais do que duplicando o montante reconhecido no ano anterior (151 milhões de euros) devido às maiores necessidades de provisionamento da atividade em Portugal, mas sobretudo da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões evoluíram de 92 milhões de euros em 2019, para 119 milhões de euros em 2020, refletindo essencialmente o reforço da imparidade para outros riscos e encargos em 25 milhões de euros. As dotações de imparidades para outros ativos financeiros, neste caso particular para os instrumentos de dívida, em conjunto com o reforço efetuado para garantias e compromissos totalizaram 22 milhões de euros no ano corrente, condicionadas sobretudo pela revisão dos parâmetros de risco de crédito que, no cômputo global do ano, tiveram um impacto de 14 milhões de euros.

Por outro lado, refira-se o menor nível de provisionamento requerido pelos ativos não correntes detidos para venda, que em 2020 se situou 16 milhões de euros abaixo do montante reconhecido no ano anterior, contribuindo favoravelmente para a evolução das outras imparidades e provisões.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões situaram-se em 213 milhões de euros, evidenciando um aumento de 153 milhões de euros face aos 60 milhões de euros reconhecidos em 2019.

Este aumento resultou essencialmente da atividade da subsidiária polaca, induzido, maioritariamente, pelo reforço da provisão extraordinária, no montante de 160 milhões de euros (52 milhões de euros em 2019), constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, refletindo as tendências negativas nas decisões judiciais e as alterações verificadas na metodologia de avaliação de risco.

Paralelamente, a evolução das outras imparidades e provisões na operação polaca também foi penalizada pelas dotações adicionais de provisões, no montante de 32 milhões de euros (7 milhões de euros em 2019) para fazer face à devolução de comissões aos clientes que reembolsaram antecipadamente os créditos ao consumo, na sequência da decisão tomada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. Importa referir que, em 2020, o impacto das provisões, associadas aos créditos hipotecários em moeda estrangeira e à devolução de comissões aos clientes que reembolsaram antecipadamente os seus créditos ao consumo foi parcialmente mitigado pelo reconhecimento de proveitos, no montante de 19 milhões de euros (refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos), correspondentes ao valor a receber da Société Générale, na sequência do contrato de aquisi o do Euro Bank S.A.

No exercício de 2020, as outras imparidades e provisões incluem ainda imparidades, no montante de 17 milhões de euros, para o investimento na participa o no Banco Millennium Atlântico (incluindo para o *goodwill*), destinadas a fazer face aos riscos inerentes ao contexto em que opera o angolana desenvolve a sua atividade.

IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros totalizaram 137 milhões de euros em 2020, montante que compara com 239 milhões de euros apurados no ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, em 2020, impostos correntes de 113 milhões de euros (101 milhões de euros em 2019) e impostos diferidos no montante de 23 milhões de euros (138 milhões de euros em 2019).

O aumento do gasto com impostos correntes em 2020 face a 2019   explicado pelo acréscimo das contribui es sobre o setor bancário e das provisões para outros riscos e encargos, não dedutíveis para efeitos fiscais. O gasto por impostos diferidos em 2019 decorreu essencialmente da anula o de ativos por impostos diferidos relativos a prej zos fiscais em consequência da manuten o do regime de taxas de juro baixas e do efeito das perdas atuariais ocorridas ao nível do fundo de pensões.

INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os interesses que não controlam incorporam a parte atribuível a terceiros dos resultados de empresas subsidiárias consolidadas pelo método integral nas quais o Grupo Banco Comercial Português não det m, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

Os interesses que não controlam registam, no essencial, os resultados do exercício atribuíveis a terceiros relacionados com as participa es detidas no capital social do Bank Millennium na Polónia (49,9%) e do Millennium bim em Moçambique (33,3%).

Em 2020, os interesses que não controlam cifraram-se em 25 milhões de euros que compara com 99 milhões de euros apurados em 2019, refletindo sobretudo a diminui o dos resultados da subsidiária polaca, mas também, ainda que de menor magnitude, da subsidiária em Moçambique.

ANÁLISE DO BALANÇO

Na sequência da entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos financeiros em 1 de janeiro de 2018 e dos consequentes impactos na estrutura das demonstrações financeiras do Millennium bcp face a períodos anteriores, alguns indicadores foram definidos com base em conceitos que refletem os critérios de gestão adotados pelo Grupo no âmbito da preparação da informação financeira. A correspondência entre os critérios de gestão e a informação contabilística encontra-se descrita no glossário e ao longo do documento, sempre que aplicável, salientando-se os conceitos relacionados com o crédito a clientes, os recursos de clientes de balanço e a carteira de títulos.

BALANÇO CONTABILÍSTICO AGREGADO EM 31 DE DEZEMBRO

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
ATIVO				
Disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais e instituições de crédito (1)	5.566	5.487	3.081	1,4 %
Ativos Financeiros ao custo amortizado				
Aplicações em instituições de crédito	1.015	893	890	13,7 %
Créditos a clientes	52.121	49.848	45.561	4,6 %
Títulos de dívida	6.235	3.186	3.375	95,7 %
Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados				
Ativos Financeiros detidos para negociação	1.031	878	870	17,4 %
Ativos Financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.315	1.406	1.405	-6,4 %
Ativos Financeiros designados ao justo valor através de resultados	—	31	33	-100,0 %
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Investimentos em associadas	435	400	405	8,6 %
Ativos não correntes detidos para venda	1.026	1.280	1.868	-19,8 %
Outros ativos tangíveis, <i>goodwill</i> e ativos intangíveis	887	972	636	-8,8 %
Ativos por impostos correntes e diferidos	2.645	2.747	2.949	-3,5 %
Outros (2)	1.396	1.298	1.004	7,6 %
TOTAL DO ATIVO	85.813	81.643	75.923	5,1 %
PASSIVO				
Passivos Financeiros ao custo amortizado				
Recursos de instituições de crédito	8.899	6.367	7.753	39,8 %
Recursos de clientes e outros empréstimos	63.001	59.127	52.665	6,6 %
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.389	1.595	1.686	-12,9 %
Passivos subordinados	1.405	1.578	1.072	-10,9 %
Passivos Financeiros ao justo valor através de resultados				
Passivos Financeiros detidos para negociação	279	344	327	-18,9 %
Passivos Financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.599	3.201	3.604	-50,0 %
Outros (3)	1.855	2.051	1.853	-9,5 %
TOTAL DO PASSIVO	78.427	74.262	68.959	5,6 %
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital	4.725	4.725	4.725	
Prémio de emissão	16	16	16	
Outros instrumentos de capital	400	400	3	
Títulos próprios	(0)	(0)	(0)	60,8 %
Reservas e resultados acumulados (4)	897	676	735	33,4 %
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	183	302	301	-39,4 %
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	6.221	6.120	5.780	1,8 %
Interesses que não controlam	1.165	1.262	1.183	-7,7 %
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7.386	7.381	6.964	0,1 %
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	85.813	81.643	75.923	5,1 %

(1) Inclui Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais e Disponibilidades em outras instituições de crédito.

(2) Inclui Ativos com acordo de recompra, Derivados de cobertura, Propriedades de investimento e Outros ativos.

(3) Inclui Derivados de cobertura, Provisões, Passivos por impostos correntes e diferidos e Outros passivos.

(4) Inclui Reservas legais e estatutárias e Reservas e resultados acumulados.

Seguidamente são apresentadas as reconciliações entre os critérios de gestão definidos e os valores contabilísticos publicados nas demonstrações financeiras consolidadas.

O crédito a clientes (bruto) inclui o crédito ao custo amortizado antes de imparidade, os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e o crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor. O montante de imparidade de balanço considerado para efeitos de apuramento do crédito a clientes (líquido) e dos graus de cobertura da carteira de crédito inclui a imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, a imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Crédito a clientes

	Milhões de euros		
	2020	2019	2018
Crédito a clientes ao custo amortizado (Balanço contabilístico)	52.121	49.848	45.561
Títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito	1.598	2.075	2.271
Valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados	354	352	291
Crédito a clientes (líquido) considerando os critérios de gestão	54.073	52.275	48.123
Imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado	2.037	2.417	2.852
Imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito	11	12	40
Ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados	26	20	17
Crédito a clientes (bruto) considerando os critérios de gestão	56.146	54.724	51.032

No que respeita aos depósitos e outros recursos de clientes, manteve-se o critério anteriormente utilizado para a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos”, reunindo os recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e os depósitos de clientes ao justo valor através de resultados. Os recursos de clientes de balanço incluem, para além dos depósitos e outros recursos de clientes, os débitos para com clientes titulados, quer estejam classificados ao custo amortizado, quer tenham sido designados ao justo valor através de resultados.

Recursos de balanço de clientes

	Milhões de euros		
	2020	2019	2018
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (1)	1.599	3.201	3.604
Empréstimos obrigacionistas e certificados ao justo valor através de resultados (2)	1.341	1.481	1.020
Depósitos de clientes ao justo valor através de resultados considerando os critérios de gestão (3) = (1) - (2)	259	1.720	2.584
Recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (4)	63.001	59.127	52.665
Depósitos e outros recursos de clientes considerando os critérios de gestão (5) = (3) + (4)	63.259	60.847	55.248
Títulos de dívida não subordinada emitidos ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (6)	1.389	1.595	1.686
Empréstimos obrigacionistas e certificados ao justo valor através de resultados (7)	1.341	1.481	1.020
Títulos de dívida não subordinada colocados em clientes institucionais (8)	1.225	1.316	1.369
Débitos para com clientes titulados considerando os critérios de gestão (9) = (6) - (7) - (8)	1.505	1.760	1.337
Recursos de clientes de balanço considerando os critérios de gestão (10) = (5) + (9)	64.764	62.607	56.585

A carteira de títulos inclui os títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquidos de imparidade), os ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os ativos com acordo de recompra até 2018.

Carteira de títulos

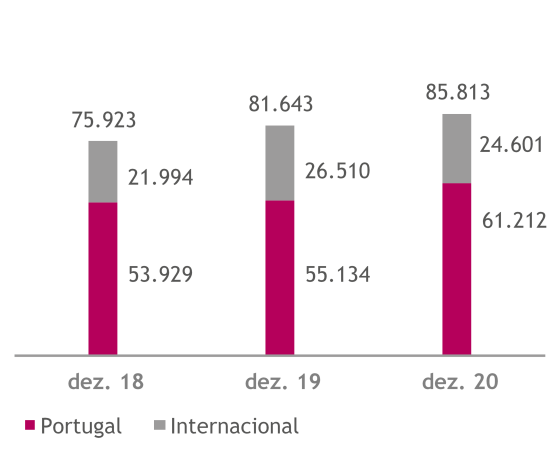
	Milhões de euros		
	2020	2019	2018
Títulos de dívida ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (1)	6.235	3.186	3.375
Títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade (2)	1.598	2.075	2.271
Títulos de dívida ao custo amortizado considerando os critérios de gestão (3) = (1) - (2)	4.637	1.111	1.104
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (4)	1.315	1.406	1.405
Valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados (5)	354	352	291
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados considerando os critérios de gestão (6) = (4) - (5)	961	1.053	1.114
Ativos financeiros detidos para negociação (Balanço contabilístico) (7)	1.031	878	870
dos quais: derivados de negociação (8)	544	620	645
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (9)	—	31	33
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Balanço contabilístico) (10)	12.140	13.217	13.846
Ativos com acordo de recompra (Balanço contabilístico) (11)	—	—	58
Carteira de títulos considerando os critérios de gestão (12) = (3) + (6) + (7) - (8) + (9) + (10) + (11)	18.226	15.671	16.380

O ano de 2020 caracterizou-se por um aumento do balanço consolidado do Millennium bcp, sendo de destacar, do lado do ativo, o crescimento da carteira de crédito e da carteira de títulos e, do lado do passivo, a subida dos recursos de clientes e outros empréstimos. Esta evolução foi notoriamente influenciada, nas três categorias referidas, pelo contributo da atividade em Portugal.

A estrutura do balanço consolidado não sofreu alterações significativas face ao ano anterior, na medida em que a dinâmica de crescimento dos depósitos e outros recursos de clientes foi, em grande parte, acompanhada pela evolução da carteira de crédito a clientes, o que se traduziu numa ligeira redução do *gap* comercial e, consequentemente, do rácio de transformação (medido pelo quociente entre o crédito líquido e os depósitos e outros recursos de clientes), que evoluiu de 85,9% no final de 2019, para 85,5% em 31 de dezembro de 2020.

ATIVO TOTAL

Milhões de euros



O ativo total do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 85.813 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, evidenciando um crescimento de 5,1% face aos 81.643 milhões de euros apurados no final de 2019, assente sobretudo na expansão da atividade em Portugal, uma vez que o contributo da atividade internacional revelou uma contração face ao período homólogo, em grande parte, influenciado pela dinâmica verificada nas taxas de câmbio. Em termos consolidados, além dos crescimentos verificados na carteira de crédito e na carteira de títulos, mencionados anteriormente, verificou-se também um aumento das disponibilidades em Banco Centrais, especialmente no Banco de Portugal. Esta evolução foi parcialmente contrariada pelo decréscimo dos ativos não correntes detidos para venda, principalmente através da redução do *stock* de imóveis recebidos por resolução de contratos de crédito, bem como dos outros ativos tangíveis.

O passivo total situou-se em 78.427 milhões de euros em 2020, apresentando um crescimento de 5,6% face aos 74.262 milhões de euros relevados no final de 2019, determinado pela evolução dos depósitos e outros recursos de clientes, que registaram um incremento de 2.412 milhões de euros neste período. O aumento dos depósitos e outros recursos de clientes é o reflexo do forte desempenho da atividade em Portugal, cujo crescimento atingiu 3.816 milhões de euros,

repercutindo essencialmente o aumento da poupança dos particulares, em parte, explicada pela redução do consumo associado às restrições de mobilidade que limitaram as despesas habituais das famílias. Para a evolução do passivo, contribuiu também, ainda que em menor escala, o aumento dos recursos de bancos centrais, pese embora a diminuição revelada pelos recursos de outras instituições de crédito. O contributo da atividade internacional em 2020 foi, em grande parte, influenciado pela dinâmica verificada nas taxas de câmbio, com destaque para o metical moçambicano, na medida em que o crescimento do balanço da operação em Moçambique foi absorvido pela desvalorização da moeda local face ao euro.

Os capitais próprios, incluindo interesses que não controlam, totalizaram 7.386 milhões de euros no final do exercício de 2020, em linha com os 7.381 milhões de euros contabilizados no final do ano anterior. A evolução observada teve um contributo relevante originado pelas diferenças cambiais resultantes da consolidação, espelhando desta forma a volatilidade verificada nas taxas de câmbio correspondentes às moedas das respetivas subsidiárias da atividade internacional, cujo impacto acabou, no entanto, por ser contrariado pela geração de capital associada ao resultado líquido gerado no exercício.

CRÉDITO A CLIENTES

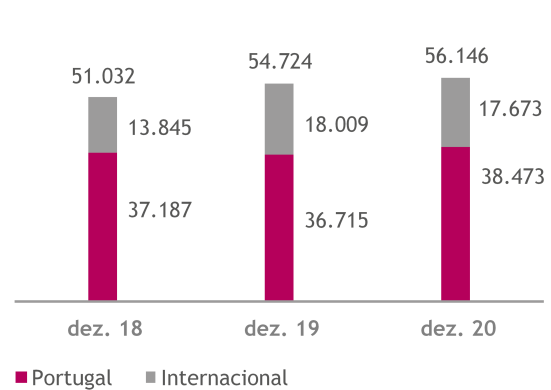
A carteira de crédito (bruto) consolidada do Millennium bcp, tal como definida anteriormente, cifrou-se em 56.146 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, apresentando um crescimento de 2,6% face aos 54.724 milhões de euros apurados no final do ano anterior, determinado, sobretudo, pelo bom desempenho da atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, a evolução da carteira de crédito a clientes, face a 31 de dezembro de 2019, ficou a dever-se sobretudo ao crescimento do crédito a empresas, largamente explicado pelo sucesso do Banco na disponibilização às empresas das linhas de crédito lançadas pelo Governo para fazer face aos impactos originados pela pandemia associada à COVID-19, reforçando assim o papel de apoio do Millennium bcp ao tecido empresarial Português. É de salientar ainda que o crescimento líquido da carteira de crédito verificado em Portugal ocorreu num contexto de prossecução da estratégia de desinvestimento em *non performing exposures* (NPE), de forma a atingir os objetivos definidos no plano aprovado pelo Banco para a redução deste tipo de exposição.

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes (bruto) fixou-se em 38.473 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, situando-se 4,8% acima dos 36.715 milhões de euros apurados no final de 2019. Importa referir que esta evolução foi determinada pela redução de 883 milhões de euros de NPE, que passaram de 3.246 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 para 2.363 milhões de euros no final de 2020. Inversamente, é de salientar o bom desempenho da carteira de crédito *performing* que

CRÉDITO A CLIENTES (*)

Milhões de euros



(*) Antes de imparidade e de ajustamentos de justo valor.

creceu 2.641 milhões de euros no mesmo período, com o forte contributo do segmento de empresas, conforme sublinhado anteriormente.

Na atividade internacional, após o expressivo crescimento da carteira de crédito a clientes (bruto) verificado em 2019, motivado pela aquisição do Euro Bank S.A. por parte da operação Polaca, assistiu-se em 2020 a uma relativa estabilização da carteira face aos 18.009 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2019, totalizando 17.673 milhões de euros no final de 2020. Esta evolução reflete, principalmente, o comportamento verificado na subsidiária da Polónia, onde o efeito da desvalorização do zloti face ao euro absorveu o crescimento que se verificou na carteira de crédito local.

CRÉDITO A CLIENTES BRUTO

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
PARTICULARES				
Hipotecário	26.461	25.894	23.781	2,2 %
Pessoal	5.789	6.016	4.017	-3,8 %
	32.250	31.910	27.798	1,1 %
EMRESAS				
Serviços	8.280	8.578	8.762	-3,5 %
Comércio	4.031	3.487	3.504	15,6 %
Construção	1.796	1.702	1.961	5,5 %
Outros	9.789	9.047	9.008	8,2 %
	23.896	22.814	23.234	4,7 %
CRÉDITO A CLIENTES				
Particulares	32.250	31.910	27.798	1,1 %
Empresas	23.896	22.814	23.234	4,7 %
	56.146	54.724	51.032	2,6 %

A estrutura da carteira de crédito a clientes (bruto) consolidada manteve padrões equilibrados de diversificação, com o peso relativo do crédito a particulares no montante total da carteira a estabelecer-se em 57,4% em 31 de dezembro de 2020, que compara com 58,3% no final de 2019. Por outro lado, o peso do crédito a empresas fixou-se em 42,6% no final de 2020, face aos 41,7% apurados em 31 de dezembro de 2019. Para o maior equilíbrio na diversificação da carteira de crédito verificado em 2020 contribuiu de forma relevante o sucesso do Banco na colocação junto das empresas das linhas de crédito lançadas pelo Governo no contexto da pandemia associada à COVID-19.

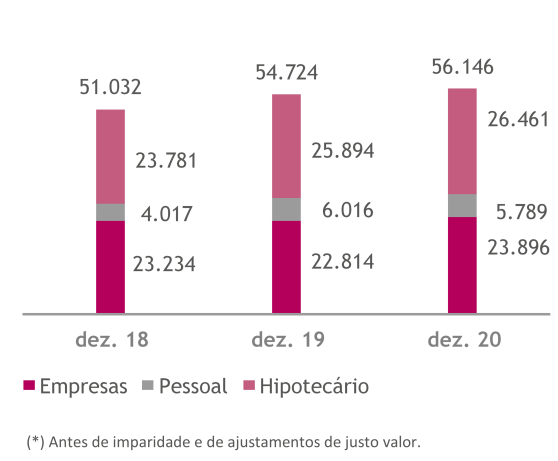
O crédito a particulares, em 31 de dezembro de 2020, fixou-se em 32.250 milhões de euros, 1,1% acima dos 31.910 milhões de euros apurados no final do ano anterior, devido sobretudo à evolução da atividade internacional, na qual se registou um crescimento de 1,7% no mesmo período. A expansão da carteira de crédito a particulares na atividade internacional, de 12.511 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 para 12.722 milhões de euros no final de 2020 foi motivado pela evolução positiva do crédito hipotecário, que em 31 de dezembro de 2020 atingiu 8.999 milhões de euros, resultado de um crescimento de 4,5%. Na atividade em Portugal, o crédito a particulares também apresentou um crescimento, embora mais modesto, face aos 19.399 milhões de euros existentes em 31 dezembro de 2019, situando-se em 19.528 milhões de euros na mesma data de 2020, impulsionado pela dinâmica verificada no crédito hipotecário que, face a 31 de dezembro de 2019 registou um crescimento de 1,0%, beneficiando de uma recuperação dos níveis de produção na fase final do ano e também do impacto das moratórias concedidas pelo Banco que contribuíram para a redução do montante do crédito reembolsado no período.

Em termos consolidados, o crédito hipotecário representava 82,1% do crédito a particulares, sendo que o crédito pessoal representava 17,9%.

Por outro lado, o crédito pessoal registou um decréscimo de 3,8% em termos consolidados face ao final do ano anterior, cifrando-se em 5.789 milhões de euros em 2020, refletindo a tendência verificada, tanto em Portugal como na atividade

CRÉDITO A CLIENTES (*)

Milhões de euros



internacional, ditada pela menor propensão das famílias para o consumo num contexto de incerteza provocado pela pandemia.

O crédito a empresas totalizou 23.896 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, o que representa uma expansão de 4,7% face aos 22.814 milhões de euros obtidos no final de 2019, situação que decorre largamente do contributo da atividade em Portugal. De facto, o crédito a empresas em Portugal registou um crescimento de 9,4% em comparação com os 17.316 milhões de euros existentes em 31 de dezembro de 2019, cifrando-se em 18.945 milhões de euros no final de 2020, sendo de relevar que, para além do impacto positivo do crédito concedido no âmbito das linhas garantidas pelo Estado Português, este nível crescimento foi conseguido num contexto de prossecução pelo Banco de uma estratégia consubstanciada na redução do *stock* de NPE em 2020.

De salientar que o crescimento do crédito a empresas na atividade em Portugal foi suficiente para compensar a redução verificada na atividade internacional, onde o crédito a empresas se cifrou em 4.951 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, o que representa uma diminuição de 10,0% comparativamente com a posição existente em 31 de dezembro de 2019.

CRÉDITO A CLIENTES BRUTO

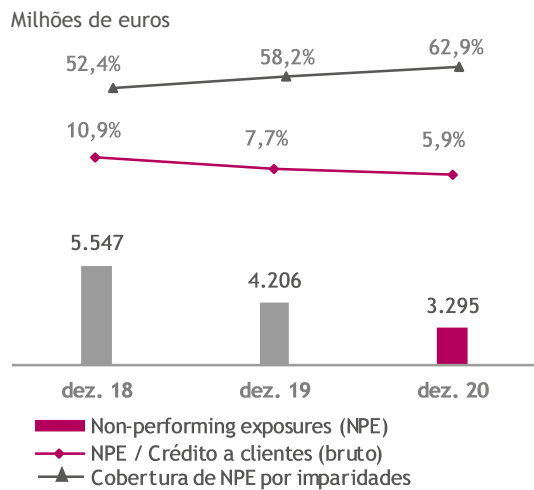
	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
HIPOTECÁRIO				
Atividade em Portugal	17.462	17.281	17.179	1,0 %
Atividade Internacional	8.999	8.612	6.602	4,5 %
	26.461	25.894	23.781	2,2 %
PESSOAL				
Atividade em Portugal	2.065	2.118	1.992	-2,5 %
Atividade Internacional	3.723	3.898	2.026	-4,5 %
	5.789	6.016	4.017	-3,8 %
EMPRESAS				
Atividade em Portugal	18.945	17.316	18.017	9,4 %
Atividade Internacional	4.951	5.499	5.217	-10,0 %
	23.896	22.814	23.234	4,7 %
CRÉDITO A CLIENTES				
Atividade em Portugal	38.473	36.715	37.187	4,8 %
Atividade Internacional	17.673	18.009	13.845	-1,9 %
TOTAL	56.146	54.724	51.032	2,6 %

O enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito e as iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, no sentido de reduzir o valor do crédito em incumprimento têm permitido melhorar a qualidade da carteira de crédito ao longo dos últimos anos.

Esta melhoria encontra-se evidenciada na evolução favorável dos respetivos indicadores, nomeadamente do rácio de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, que passou de 2,7% em 31 de dezembro de 2019 para 2,3% em 31 de dezembro de 2020 e dos rácios de NPL há mais de 90 dias e de NPE em percentagem da carteira de crédito total que evoluíram de 4,1% e 7,7% no final de 2019 para 3,1% e 5,9% em 31 de dezembro de 2020, respetivamente, refletindo essencialmente o desempenho da carteira de crédito doméstica.

Simultaneamente, os graus de cobertura por imparidades dos vários agregados de crédito apresentados também registaram uma evolução positiva, sendo de salientar o reforço da cobertura de NPE por imparidades, de 58,2% em 31 de dezembro de 2019 para 62,9% no final de 2020. Esta evolução é explicada pelo nível de provisionamento efetuado na atividade em Portugal, onde a cobertura de NPE por imparidades aumentou 5 pontos percentuais, situando-se em 63,0% em 31 de dezembro de 2020, face aos 57,8% relevados no final do ano anterior. A cobertura de

QUALIDADE DO CRÉDITO



NPL há mais de 90 dias, em termos consolidados, também evoluiu muito favoravelmente, tendo aumentado cerca de 9 pontos percentuais em relação a 2019. O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades, em base consolidada era de 159,8% em 31 de dezembro de 2020, o que compara com um rácio de 164,8% em igual data de 2019 (em Portugal e para as mesmas datas, este rácio fixava-se em 172,5% e 162,0%, respetivamente).

O crédito vencido há mais de 90 dias evidenciou um decréscimo de 12,7% face aos 1.486 milhões de euros contabilizados no final de 2019, cifrando-se em 1.297 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. O volume de crédito vencido total registou igualmente uma redução de 11,5% em relação aos 1.605 milhões de euros contabilizados em 31 de dezembro de 2019, fixando-se em 1.420 milhões de euros na mesma data de 2020, beneficiando da evolução verificada na atividade em Portugal, onde se assistiu a uma redução de 184 milhões de euros

face aos 1.117 milhões de euros registados no final de 2019.

O stock de NPE diminuiu para 3.295 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, apresentando uma redução de 911 milhões de euros face ao final de 2019. Na atividade em Portugal, a redução foi igualmente expressiva: 883 milhões de euros no mesmo período, representando uma redução homóloga de 27,2%.

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo				Atividade em Portugal			
	dez.20	dez.19	dez.18	Var. % 20/19	dez.20	dez.19	dez.18	Var. % 20/19
STOCK (M€)								
Crédito a clientes (bruto)	56.146	54.724	51.032	2,6%	38.473	36.715	37.187	4,8%
Crédito vencido > 90 dias	1.297	1.486	1.964	-12,7%	918	1.088	1.681	-15,6%
Crédito vencido	1.420	1.605	2.084	-11,5%	933	1.117	1.733	-16,5%
Crédito reestruturado	2.661	3.097	3.598	-14,1%	2.174	2.529	3.062	-14,0%
<i>Non-performing loans</i> (NPL) > 90 dias	1.766	2.260	3.050	-21,8%	1.255	1.688	2.596	-25,7%
<i>Non-performing exposures</i> (NPE)	3.295	4.206	5.547	-21,7%	2.363	3.246	4.797	-27,2%
Imparidade do crédito (balanço)	2.073	2.449	2.909	-15,4%	1.488	1.877	2.383	-20,7%
RÁCIOS EM PORCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES								
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	2,3%	2,7%	3,8%		2,4%	3,0%	4,5%	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	2,5%	2,9%	4,1%		2,4%	3,0%	4,7%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	4,7%	5,7%	7,1%		5,7%	6,9%	8,2%	
<i>Non-performing loans</i> (NPL) > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	3,1%	4,1%	6,0%		3,3%	4,6%	7,0%	
<i>Non-performing exposures</i> (NPE) / Crédito a clientes (bruto)	5,9%	7,7%	10,9%		6,1%	8,8%	12,9%	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES								
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	159,8%	164,8%	148,1%		162,0%	172,5%	141,8%	
Cobertura do Crédito vencido	146,0%	152,6%	139,6%		159,6%	168,1%	137,6%	
Cobertura de <i>Non-performing loans</i> (NPL) > 90 dias	117,4%	108,4%	95,4%		118,6%	111,2%	91,8%	
Cobertura de <i>Non-performing exposures</i> (NPE)	62,9%	58,2%	52,4%		63,0%	57,8%	49,7%	
EBA								
Rácio NPE (incluindo títulos e extra-patrimoniais)	4,0%	5,3%	7,6%		4,2%	6,1%	9,3%	

Nota: NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no Glossário.

APOIO À ECONOMIA PORTUGUESA NO ÂMBITO DA PANDEMIA COVID-19

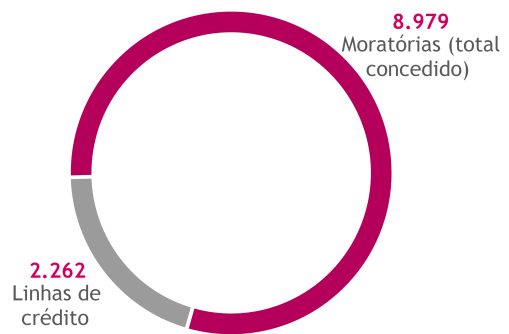
No contexto de pandemia provocada pela COVID-19, o Governo Português, à semelhança dos seus congéneres europeus, decretou medidas de apoio à economia de forma a mitigar os impactos nefastos nas famílias e empresas - cuja dimensão é ainda desconhecida - advindos da necessidade de confinamentos mais ou menos prolongados e intermitentes no tempo, que limitam a atividade do tecido empresarial português e o movimento de pessoas no território nacional. Assim, foram criadas linhas de apoio para as empresas, de forma a poderem aceder a crédito em condições mais favoráveis que as praticadas até à data pelo sistema bancário Português; simultaneamente, foram igualmente instituídas moratórias públicas e privadas com o objetivo de suspender o pagamento de juros e/ou capital (dependendo do cariz da moratória aplicável em cada caso e momento do tempo) relativo a contratos de crédito concedido, quer a particulares, quer a empresas.

Neste contexto, o Millennium bcp assumiu desde cedo o seu papel na proteção das famílias e empresas, ao materializar apoios à economia nacional de mais de 11 mil milhões de euros, assegurando, desta forma, a manutenção da sua situação de solvabilidade até ao momento da normalização da atividade económica nacional, com principal destaque na disponibilização das referidas linhas de crédito junto do tecido empresarial Português.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de crédito a clientes (bruto) registado em balanço disponibilizado no âmbito das referidas linhas de crédito ascendeu a 2.262 milhões de euros, concretizados no apoio a cerca de 18 mil empresas, representando 6% da carteira de crédito a clientes da atividade em Portugal.

MEDIDAS DE APOIO À ECONOMIA – COVID-19

Milhões de euros



Adicionalmente, o Banco procedeu à suspensão do pagamento de juros e/ou capital de operações de crédito abrangidas pelas moratórias de iniciativa pública e privada a mais de 79 mil clientes, perfazendo um total de 8.979 milhões de euros de créditos a clientes contemplados por esta medida de apoio. De salientar que, o montante total de moratórias referido inclui 300 milhões de euros de moratórias expiradas, isto é, relativas a contratos cujo prazo de suspensão do pagamento de juros e/ou capital já havia terminado em dezembro. Refira-se ainda que do montante acima mencionado, 47% diz respeito a operações de crédito contratadas por famílias, 52% por empresas e o remanescente por outro tipo de clientes.

RECURSOS DOS CLIENTES

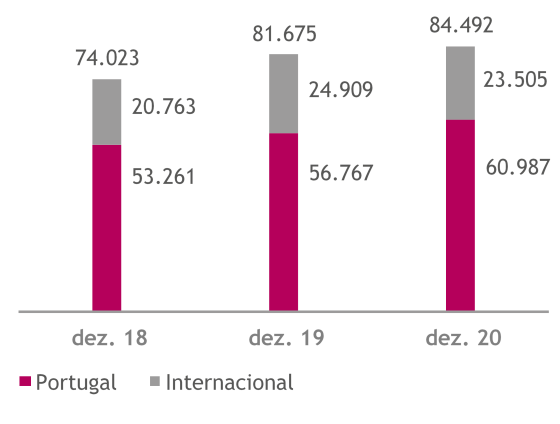
Em 31 de dezembro de 2020, os recursos totais de clientes ascenderam a 84.492 milhões de euros, apresentando uma evolução favorável, ao aumentar 3,4% face aos 81.675 milhões de euros obtidos na mesma data do ano anterior. Este aumento, no montante de 2.816 milhões de euros, foi possível graças ao bom desempenho da atividade em Portugal, que registou um crescimento de 4.220 milhões de euros, parcialmente mitigado pelo contributo da atividade internacional que apresentou um decréscimo de 1.403 milhões de euros. A evolução dos recursos totais de clientes, em termos consolidados, reflete a evolução favorável da generalidade das rubricas, sendo de destacar o aumento dos recursos de balanço e mais especificamente dos depósitos e outros recursos de clientes que cresceram 2.412 milhões de euros, face ao montante apurado em 31 de dezembro de 2019.

Destaca-se ainda a resiliência exibida pelos recursos de clientes fora de balanço durante o ano de 2020, especialmente se for tida em conta a volatilidade dos mercados financeiros, motivada pela pandemia provocada pela COVID-19. O valor total destes recursos, em termos consolidados, registou um aumento de 659 milhões de euros comparativamente com a posição existente em 31 de dezembro de 2019. Os ativos distribuídos tiveram o contributo mais relevante para esta evolução, cifrando-se em 5.416 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros



clientes também beneficiaram da evolução favorável registada na generalidade das rubricas, alcançando 60.987 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, que compara com 56.767 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, merecendo particular destaque o aumento de 3.816 milhões de euros dos depósitos e outros recursos de clientes no mesmo período.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes decresceram 5,6% face aos 24.909 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2019, ascendendo a 23.505 milhões de euros no final de 2020.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO				
Depósitos e outros recursos de clientes	63.259	60.847	55.248	4,0%
Débitos para com clientes titulados	1.505	1.760	1.337	-14,5%
	64.764	62.607	56.585	3,4%
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO				
Ativos sob gestão	6.135	5.745	5.018	6,8%
Ativos distribuídos (*)	5.416	4.312	3.793	25,6%
Seguros de poupança e de investimento	8.177	9.011	8.627	-9,3%
	19.728	19.069	17.438	3,5%
TOTAL	84.492	81.675	74.023	3,4%

(*) Exclui os ativos sob gestão.

Os recursos de clientes de balanço do Grupo, que compreendem os depósitos e outros recursos de clientes e os débitos para com clientes titulados, ascenderam a 64.764 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, evidenciando um acréscimo de 3,4% face aos 62.607 milhões de euros alcançados no final do ano anterior, impulsionados pelo aumento dos depósitos e outros recursos de clientes, na medida em que os débitos para com clientes titulados apresentaram uma redução face ao ano anterior. O bom desempenho dos recursos de balanço verificado na atividade em Portugal compensou o contributo em contraciclo verificado na atividade internacional que refletiu principalmente o efeito cambial de desvalorização das moedas locais das respetivas operações internacionais face ao euro.

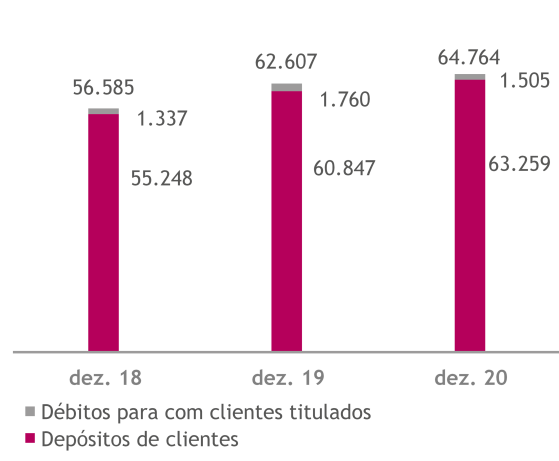
Em 31 de dezembro de 2020, os recursos de clientes de balanço representavam 76,7% dos recursos totais de clientes, com os depósitos e outros recursos de clientes a representarem 74,9% dos recursos totais de clientes.

Os depósitos e outros recursos de clientes, apresentaram uma subida de 4,0% face aos 60.847 milhões de euros obtidos em 31 de dezembro de 2019, ao totalizar 63.259 milhões de euros no final de 2020, confirmando o seu peso na estrutura de financiamento do ativo ao longo dos últimos anos. O aumento de 2.412 milhões de euros em relação ao montante apurado em dezembro de 2019, resultou do bom desempenho relevado pela atividade em Portugal, cujo aumento foi de 3.816 milhões de euros, refletindo, por um lado, o menor volume de despesas das famílias durante o período de confinamento e, por outro, as poupanças efetuadas pelas pessoas motivadas quer pelo natural sentimento de insegurança desencadeado pela crise, quer com o objetivo de utilização futura, nomeadamente em períodos em que a mobilidade se encontre restabelecida. Na atividade internacional, em dezembro de 2020, o montante dos depósitos e outros recursos de clientes fixou-se em 20.038 milhões de euros, o que compara com 21.442 milhões de euros no período homólogo, tendo a evolução verificada na operação na Polónia, potenciada pela desvalorização do zloti face ao euro, representado o impacto mais relevante para justificar redução verificada nesta rubrica.

Os débitos para com clientes titulados, que correspondem às emissões de títulos de dívida do Grupo subscritas pelos clientes, registaram um decréscimo de 14,5% face ao final de 2019, situando-se em 1.505 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, refletindo maioritariamente a evolução da atividade em Portugal, sendo que a atividade internacional, nomeadamente a subsidiária polaca, também registou um decréscimo no mesmo período, pese embora de menor dimensão.

RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO

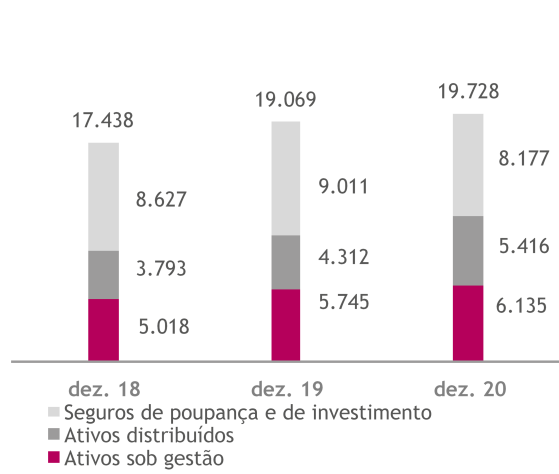
Milhões de euros



Os recursos de clientes fora de balanço, que incorporam os ativos sob gestão, os ativos distribuídos e os seguros de poupança e investimento totalizaram 19.728 milhões de euros no final de dezembro de 2020, registando um acréscimo de 3,5% face aos 19.069 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, mesmo num contexto marcado pela volatilidade que pautou os mercados financeiros, motivada pela pandemia associada à COVID-19. O aumento mais significativo resultou da atividade em Portugal, cujos recursos fora de balanço evoluíram de 15.751 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 para 16.329 milhões de euros no final de 2020.

RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO

Milhões de euros



Os ativos sob gestão, que resultam da prestação do serviço de gestão de carteiras de ativos de clientes no âmbito de acordos existentes para a sua colocação e administração, cifraram-se em 6.135 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, situando-se 6,8% acima dos 5.745 milhões de euros verificados no final de 2019, devido ao desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional, onde o montante dos ativos sob gestão subiu 9,4% e 3,1%, respetivamente.

Os ativos distribuídos, que por sua vez correspondem aos montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões, também evoluíram favoravelmente em 2020, tendo registado um crescimento de 25,6%

face aos 4.312 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2019, ascendendo a 5.416 milhões de euros. O aumento de 1.049 milhões de euros registado na atividade em Portugal, potenciado sobretudo pela distribuição de fundos de investimento, foi o principal responsável por esta evolução, sendo que na atividade internacional os ativos distribuídos também se situaram num patamar superior ao observado no final de 2019, embora com menor expressão.

Os seguros de poupança e investimento cifraram-se em 8.177 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, registando um decréscimo de 9,3% face aos 9.011 milhões de euros contabilizados na mesma data do ano anterior, com a atividade em Portugal a contribuir com menos 789 milhões de euros para esta evolução.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO				
Atividade em Portugal	44.658	41.016	38.900	8,9%
Atividade Internacional	20.106	21.591	17.685	-6,9%
	64.764	62.607	56.585	3,4%
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO				
Atividade em Portugal	16.329	15.751	14.361	3,7%
Atividade Internacional	3.399	3.318	3.077	2,5%
	19.728	19.069	17.438	3,5%
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES				
Atividade em Portugal	60.987	56.767	53.261	7,4%
Atividade Internacional	23.505	24.909	20.763	-5,6%
TOTAL	84.492	81.675	74.023	3,4%

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes detidos para venda registaram um decréscimo de 19,8% em 31 de dezembro de 2020, face ao período homólogo, ascendendo a 1.026 milhões de euros no final do ano. Para esta variação destaca-se o contributo, no mesmo sentido, de todas as componentes da rubrica, com especial ênfase para os imóveis: em 31 de dezembro de 2019, cifravam-se em 1.222 milhões de euros, enquanto que na mesma data de 2020 totalizavam 978 milhões de euros (montantes líquidos de imparidades constituídas), espelhando assim o empenho do Banco na prossecução da estratégia de desinvestimento neste tipo de ativos não produtivos. Importa referir que esta redução de 243 milhões de euros, foi concretizada num cenário particularmente adverso, com a pandemia associada à COVID-19 a reduzir a mobilidade de investidores nacionais e internacionais e a influenciar negativamente a amplitude das alienações potencialmente alcançada.

Os outros ativos (que incluem, principalmente, os equipamentos e ativos financeiros), assumem um peso diminuto na rubrica e registaram uma diminuição de 17,6% face a 31 de dezembro de 2019.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
IMÓVEIS				
Por resolução de créditos a clientes	702	881	1.307	-20,4%
De fundos de investimento imobiliário e sociedades imobiliárias	257	317	369	-18,9%
Para uso próprio	19	23	35	-17,0%
	978	1.222	1.711	-19,9%
OUTROS ATIVOS				
Equipamentos	28	34	59	-18,3 %
Outros (*)	20	24	99	-16,6%
	48	58	158	-17,6%
TOTAL	1.026	1.280	1.868	-19,8%

(*) Em 2018, inclui 69 milhões de euros referentes a sociedades adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo.

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos, tal como definida anteriormente, cifrou-se em 18.226 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, evidenciando um aumento em relação aos 15.671 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, passando a representar 21,2% do ativo total face a 19,2% no final de 2019. Nesta evolução, salienta-se o aumento de 2.646 milhões de euros da carteira de títulos de dívida pública detida pelo Grupo, que viu o seu valor aumentar de 12.426 milhões de euros no final de 2019 para 15.072 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, embora a sua representatividade no montante total da carteira tenha permanecido em linha com o ano anterior (82,7% e 79,3% no final dos anos 2020 e 2019, respetivamente).

O desempenho da carteira de títulos do Grupo foi determinado pelo crescimento em 3.842 milhões de euros da carteira afeta à atividade em Portugal, cujo valor de balanço se fixou em 13.324 milhões de euros no final de 2020 face a 9.482 milhões de euros existentes em 31 de dezembro de 2019. Este crescimento resultou, em larga medida, do reforço do investimento efetuado em dívida soberana portuguesa, espanhola e também italiana.

CARTEIRA DE TÍTULOS

	Milhões de euros			
	2020	2019	2018	Var. % 20/19
Ativos financeiros ao custo amortizado (1)	4.637	1.111	1.104	>200%
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (2)	1.449	1.343	1.372	7,9 %
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	12.140	13.217	13.846	-8,1 %
Ativos com acordo de recompra	—	—	58	— %
TOTAL	18.226	15.671	16.380	16,3 %
dos quais:				
Atividade em Portugal	13.324	9.482	10.283	40,5 %
Atividade internacional	4.902	6.189	6.097	-20,8 %

(1) Corresponde a títulos de dívida não associados a operações de crédito.

(2) Exclui os montantes relacionados com crédito a clientes e os derivados de negociação.

APLICAÇÕES E RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Os recursos de outras instituições de crédito, líquidos das disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito, totalizaram 7.621 milhões de euros no final de 2020 que comparam com 5.153 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019. O aumento verificado resulta, principalmente, da adaptação da política de financiamento, em resposta à pandemia associada à COVID-19, tendo o Banco decidido, numa ótica cautelosa de gestão, recorrer às medidas de mitigação de liquidez adicional disponibilizadas pelo BCE, desde logo em abril de 2020 (através de operações principais de refinanciamento, denominadas LTRO).

O valor das tomadas colateralizadas junto do BCE cifrou-se em 7,6 mil milhões de euros, correspondente ao saldo das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas, denominadas TLTRO. A disponibilização em 2020 da TLTRO III ocorreu, como descrito anteriormente, no âmbito de um conjunto de medidas de liquidez adicional promovido pelo BCE, em que o Banco realizou uma tomada de 7,6 mil milhões em junho deste ano, data de vencimento da TLTRO II e LTRO previamente tomadas. Consequentemente, o endividamento líquido junto do BCE, que deduz ao valor das tomadas a liquidez depositada junto do Banco de Portugal e outra liquidez denominada em euros em excesso sobre as reservas mínimas de caixa, incrementou 3,0 mil milhões de euros em comparação com o ano transato.

A liquidez adicional providenciada por estas medidas, a par da redução do *gap* comercial na atividade em Portugal, permitiu, por ordem decrescente de materialidade dos impactos, reforçar a carteira de títulos (maioritariamente em dívida soberana, conforme descrito na secção anterior), reembolsar empréstimos de longo prazo junto do Banco Europeu de Investimentos e ainda reforçar a liquidez depositada no Banco de Portugal.

OUTROS ELEMENTOS PATRIMONIAIS

Os outros elementos patrimoniais, que integram os derivados de cobertura e de negociação, os investimentos em associadas, as propriedades de investimento, os outros ativos tangíveis, o goodwill e os ativos intangíveis, os ativos por impostos correntes e diferidos e os outros ativos, situaram-se em 5.907 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, representando 6,9% do total do ativo consolidado, sendo que no final de 2019, os outros elementos patrimoniais representavam 7,4% do total do ativo consolidado, totalizando 6.037 milhões de euros.

CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de dezembro de 2020, os capitais próprios totais (incluindo os interesses que não controlam) ascenderam a 7.386 milhões de euros, mantendo-se num nível semelhante aos 7.381 milhões de euros verificado no final do ano anterior.

A estabilidade da situação líquida do Grupo, incluindo os interesses que não controlam incorpora, no entanto, dinâmicas distintas, na medida em que se verificou, por um lado, um aumento dos capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco, de 6.120 milhões de euros no final de dezembro de 2019 para 6.221 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e, por outro, um decréscimo dos interesses que não controlam, de 1.262 milhões de euros no final do ano anterior para 1.165 milhões de euros em 2020, neste caso motivada pela redução da situação líquida das principais subsidiárias do Banco na Polónia e em Moçambique, por via da desvalorização das respetivas moedas locais face ao euro.

O crescimento dos capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco resultou maioritariamente da geração de capital associada ao resultado líquido do exercício, que totalizou 183 milhões de euros e do impacto positivo da reserva de justo valor que em 2020 aumentou 178 milhões de euros, líquidos de impostos. Inversamente, os capitais próprios foram penalizados pelas diferenças cambiais de consolidação, que tiveram uma evolução desfavorável de 146 milhões de euros, em resultado principalmente da desvalorização do metical face ao euro, mas também do zloti e do kwanza, pelos desvios atuariais negativos associados aos fundos de pensões, que totalizaram 70 milhões de euros, depois de impostos e pelos juros da emissão de instrumentos *Additional Tier 1*, que ascenderam a 37 milhões de euros.

Áreas de negócio

ATIVIDADE POR SEGMENTOS

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de atividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de *Private Banking*.

SEGMENTOS DE NEGÓCIO	PERÍMETRO
Retalho	Rede de Retalho do Millennium bcp (Portugal) Direção de Recuperação de Retalho Banco ActivoBank
Empresas, Corporate & Banca de Investimento	Rede de Empresas e Corporate do Millennium bcp (Portugal) Direção de Recuperação Especializada Interfundos Rede de Large Corporate do Millennium bcp (Portugal) Direção de Acompanhamento Especializado Banca de Investimento Departamento de Trade Finance (*)
Private Banking	Rede de Private Banking do Millennium bcp (Portugal) Millennium Banque Privée (Suíça) (**) Millennium bcp Bank & Trust (Ilhas Caimão) (**)
Negócios no Exterior	Bank Millennium (Polónia) BIM - Banco Internacional de Moçambique Banco Millennium Atlântico (***) Millennium Banque Privée (Suíça) (**) Millennium bcp Bank & Trust (Ilhas Caimão) (**)
Outros	Inclui a atividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português, S.A. não compreendida no negócio comercial em Portugal correspondente aos segmentos acima identificados, incluindo a atividade desenvolvida pela Sucursal de Macau. Inclui também os outros negócios e valores não especificamente afetados, nomeadamente a gestão centralizada de participações financeiras, as atividades e operações de caráter corporativo e a atividade seguradora.

(*) Incluído na Direção de Tesouraria Mercados e Internacional

(**) Para efeitos de segmentos de negócios, o Millennium Banque Privée (Suíça) e o Millennium bcp Bank & Trust (Ilhas Caimão) estão incluídos no segmento *Private Banking*, enquanto em termos de segmentos geográficos ambas as operações são consideradas como Negócios no Exterior.

(***) Consolidado pelo método da equivalência patrimonial.

Os valores reportados para cada segmento resultaram da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada um desses segmentos. No caso das unidades de negócio em Portugal, a agregação efetuada reflete o impacto, quer ao nível do balanço, quer da demonstração de resultados, do processo de afetação de capital e de balanceamento com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada unidade de negócio e das subsidiárias em Portugal foram recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetados através do processo de alocação de capital com base nos critérios regulamentares de solvabilidade.

Assim, tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece aos critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afetado aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia III, tal como definida na CRD IV/CRR. A afetação de capital a cada segmento resultou da aplicação de um rácio de capital *target* aos riscos geridos por cada um dos segmentos, refletindo a aplicação da metodologia de Basileia III referida. O

balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, com impacto ao nível da margem financeira e do valor dos impostos de cada segmento, não determinando, contudo, alterações ao nível consolidado.

Os resultados de cada segmento não estão deduzidos, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores dos resultados líquidos apresentados incorporam os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, e os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos.

Os custos operacionais afetados aos segmentos de negócio não incluem os custos de reestruturação e outros custos considerados itens específicos reconhecidos em 2020 e 2019, respetivamente.

A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 31 de dezembro de 2020.

RETALHO

Mass Market

Num ano fortemente marcado pelas restrições às deslocações e interações sociais, foi criado um novo modelo de gestão remota do segmento, complementar à rede física de sucursais, com o objetivo de melhorar, servir e acompanhar os Clientes. O Banco continua focado no incentivo à utilização dos seus canais digitais.

Das várias campanhas realizadas destaca-se a campanha de incentivo à adesão ao Extrato Digital em associação ao projeto da AMI - Assistência Médica Internacional, de reflorestação do Pinhal de Leiria, designado "Vamos todos ser Dinis". O assinalável sucesso desta parceria sustentável, que decorreu até final de setembro, traduziu-se na entrega à AMI de um donativo de 50.000 euros, valor que permitirá reflorestar 5 hectares do Pinhal de Leiria, que foi bastante afetado pelos incêndios de 2017, bem como no forte impacto verificado no envolvimento digital dos Clientes.

Para aumentar a fidelização de Clientes, no último trimestre esteve em vigor uma campanha de captação de ordenados e reformas com a oferta de 5% do valor das compras efetuadas com cartão de crédito (*cashback*). Com esta campanha, pretendeu-se ainda contribuir para o incremento da colocação das Soluções Integradas de Produtos e Serviços Bancários e estimular as compras efetuadas com cartão de crédito.

Prestige

No 1º trimestre verificou-se uma forte dinâmica de captação de Clientes e de concessão de Crédito por via da sistemática comercial de campanhas realizadas, contudo, a partir do 2º trimestre verificou-se um decréscimo motivado pela crise pandémica.

A nível de produtos e serviços para a poupança e investimento, apoiaram-se os Clientes no período de maior volatilidade de mercados no seguimento da incerteza sobre a pandemia e deu-se continuidade às atividades de melhoria das jornadas de Cliente em todos os canais, para corresponder às expectativas e objetivos dos Clientes, com diversificação do seu património financeiro.

Na Gestão Remota Personalizada continuou-se a apostar num serviço de qualidade aos Clientes Prestige Digitais.

Diáspora Portuguesa & Estrangeiros

Lançou-se uma oferta não financeira dedicada a Clientes estrangeiros detentores de uma Solução Prestige, resultante de uma parceria com a Kleya.

Destaca-se a Campanha de boas vindas aos Clientes Portugueses que residem no exterior e que visitaram Portugal este Verão. Sob o mote "Um Brinde ao Seu Regresso", realizou-se o *check-up* digital dos Clientes. Colocou-se à disposição dos Clientes, que visitaram as sucursais do Banco, uma moldura digital com a inclusão da assinatura para este Segmento: "Juntos Somos Portugal". A iniciativa estendeu-se também aos Escritórios de Representação na África do Sul, Brasil, Reino Unido, Suíça e Venezuela.

Foi reformulada a oferta de soluções integradas para Clientes residentes no exterior e lançado o serviço de agregação de contas de Bancos Franceses na App Millennium, que veio permitir aos Clientes da Diáspora Portuguesa poderem centralizar todas as suas contas, sejam elas portuguesas ou francesas, numa só App.

Pelo 2º ano consecutivo o Banco associou-se à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, em conjunto com a Cap Magellan (signatária da Carta Europeia de segurança rodoviária), como Parceiro Premium, e esteve presente nas fronteiras de Vilar Formoso, Chaves e Valência para desejar as boas-vindas a Portugal aos automobilistas.

Negócios

O 1º trimestre foi pautado pela consistência do crescimento da carteira de crédito e pela captação de novos Clientes. O 2º trimestre, foi marcado pela pandemia COVID-19 e o Banco esteve desde a primeira hora mobilizado no apoio às empresas e à economia.

O Banco cresceu de forma sustentada no crédito especializado e nas soluções financeiras no âmbito de projetos candidatos a Programas Nacionais (Portugal 2020) e Europeus. Com um contributo expressivo dos Clientes empresariais do Retalho, o Millennium bcp reforçou a sua posição de Banco #1 no *Factoring & Confirming*, nos *Leasings* e no Portugal 2020.

O Millennium bcp alcançou a liderança no sistema de Garantia Mútua, completamente mobilizado no apoio aos Clientes no combate às dificuldades geradas pelo enquadramento da crise pandémica e venceu o PME Líder 2020, mantendo a liderança pelo 3º ano consecutivo.

Produtos

Crédito Pessoal

O Banco manteve:

- Uma oferta competitiva, simples e ágil, ajustada às necessidades dos Clientes;
- Forte aposta na captação de Crédito Pessoal à distância através dos canais digitais, tendo sido disponibilizada no último trimestre uma oferta mais competitiva através do Crédito Pessoal com vinculação;
- Apoio à formação dos jovens, através da comercialização do Crédito Universitário com Garantia Mútua;
- Investimento contínuo no processo de contratação de crédito com a finalidade Automóvel.

Crédito Imobiliário

- Oferta competitiva, orientada ao perfil dos Clientes visando a simplificação, agilidade e rapidez nos processos.
- No 2º semestre, o Banco implementou uma campanha de grande visibilidade em diversos meios e no Digital, assente em soluções de crédito atrativas e vantajosas, evidenciando-se muito adequadas ao atual contexto económico, possibilitando aos Clientes um apoio adicional, em termos do seu orçamento disponível. Foi também disponibilizado um novo serviço de contratação, contribuindo assim para melhorar o nível de serviço e a experiência do Cliente.
- Soluções e campanhas muito atrativas para Clientes que pretendem transferir, para o Millennium bcp, o crédito em curso noutras instituições de crédito e para os que pretendem mudar de casa.
- Para os Clientes que privilegiam a estabilidade da prestação, o Banco continuou a disponibilizar soluções de taxa mista.
- Paralelamente, ao longo de todo o ano, o Banco melhorou os aplicativos e plataformas, *site* e App Millennium, visando sempre a inovação, simplificação, agilidade e rapidez nos processos.

Soluções de investimento

- Atendendo ao ambiente atual de taxas de juro negativas, a Rede de Retalho focou a dinâmica comercial na apresentação das soluções de investimento adequadas ao perfil de cada Cliente, nomeadamente através de produtos de diversificação do património financeiro, como fundos de investimento e seguros financeiros.
- Paralelamente, o Banco manteve a preocupação em ajudar os Clientes a planear o seu futuro, nomeadamente através de soluções de reforma com base numa oferta variada de fundos e seguros PPR.
- Para os reformados, o destaque vai para a dinamização da nova solução Mais Rendimento Flexível, com vista à preservação do capital e em simultâneo proporcionando uma renda mensal como complemento à reforma.
- Para o investimento, o Banco continuou o processo de melhoria contínua da oferta, e das condições que permitem consolidar a "Prestação de Informação" em soluções de investimento. Adicionalmente, foi disponibilizada uma zona dedicada aos fundos de investimento na App, permitindo a subscrição, reforço e liquidação dos mesmos, de forma fácil e intuitiva, com seleção por temática ou outros filtros, e com toda a informação necessária para a tomada de decisão, numa perspetiva totalmente centrada no Cliente.

Soluções integradas

- Início do ano com forte campanha de captação de Clientes jovens adultos em início de carreira profissional com adesão à Solução Millennium GO! e utilização de canais digitais.
- O Banco, face à situação pandémica, aprovou um conjunto de benefícios para compradores / detentores de Soluções Integradas com o objetivo de ajudar os seus Clientes Particulares e Negócios, dos quais destacamos acesso/manutenção a condições preferenciais de preço durante 6 meses.
- Reforço das "Vantagens Família", alargando as ofertas família a avós e netos e as Vantagens para Residentes no Exterior, detentores da Solução Mais Portugal, com reforço da oferta.

ActivoBank

- Desenvolvimento e implementação do plano de contingência COVID-19 nos Pontos Activo e serviços centrais com ajustamentos dos horários de atendimento, aquisição de Equipamento de Proteção Individual, definição de Equipas de serviços mínimos, adoção do teletrabalho e descentralização do *Call Center*.
- Implementação da moratória de crédito Pública e moratória privada no âmbito do acordo com a APB num total de 3.848 adesões (387 Estado e 3.461 Privadas).
- Lançamento das “Conversas Activo” em *live streaming* para esclarecimento de dúvidas em ambiente COVID-19.
- Campanha #aprimeiracoisaquevofazer, nas Redes Sociais, representando uma mensagem de esperança durante a quarentena, reconhecida com o prémio Bronze nos Prémios Lusófonos de Criatividade e Top 1 Mundial no Top semanal do Ad Forum.
- Lançamento na App ActivoBank do serviço de transferências internacionais em parceria com a Transferwise, que permite aos Clientes do Banco aceder a este serviço de forma rápida, com taxas mais baixas, e com base na taxa de câmbio real do mercado.
- Lançamento do novo *site* público do ActivoBank, mais alinhado com a imagem atual do Banco e com uma experiência de utilização melhorada.
- Lançamento da campanha de captação de Clientes “Quem simplifica, fica” envolvendo, pela primeira vez, Clientes do Banco no testemunho das vantagens de ser Cliente e com forte plano de meios digital em Youtube.
- Entrada em vigor de novo preçário de títulos, por forma a reforçar a competitividade nas operações de Bolsa e a promover a diversificação de investimentos.
- Disponibilização do serviço Apple Pay para os cartões do Banco.
- Lançamento do *unit-linked* Reforma Activa, direcionado a quem pretende investir na reforma com uma visão de médio/longo prazo e com tolerância ao risco.
- Crescimento de 6% da carteira de diversificação e aumento da base de Clientes com este tipo de produto em 23%.
- Disponibilização de novas jornadas de produto na App ActivoBank: Aquisição de cartões de crédito com decisão na hora e novo simulador de Crédito Habitação “Quanto Posso Pedir” destinado apoiar a tomada de decisão prévia à procura de casa.
- No âmbito dos investimentos, foi disponibilizada a possibilidade de subscrição de fundos de investimento através da App numa jornada que contou até ao final do ano com 35% das ordens de subscrição recebidas neste produto.
- No final do ano de 2020, o número de Clientes no ActivoBank situou-se em 343 mil, o que representa um crescimento de 13% face ao período homólogo.
- Crescimento da carteira de crédito pessoal em 13% e da carteira de crédito habitação em cerca de 37%.
- Ao nível das campanhas comerciais, destacam-se as campanhas de crédito pessoal, baseadas no reconhecimento de Escolha Acertada, e ainda a campanha de crédito à habitação com oferta de voucher KINDA na aquisição de primeira habitação.
- O ActivoBank foi reconhecido como Escolha do Consumidor, na categoria de Banco Digital; com o Prémio Cinco Estrelas, na categoria de Banca Digital; como Marca mais reputada da Marktest, na categoria Banca Online; e como *Best Mobile Banking App*, *Best Consumer Digital Bank* e *Best Commercial Bank* pela World Finance.

Microcrédito

Num cenário marcado pela pandemia COVID-19, a atividade institucional de divulgação do Microcrédito ficou muito condicionada. Por outro lado, com a atividade económica muito afetada, particularmente na área dos serviços e pequeno comércio - principais destinatários deste modelo de financiamento -, a decisão de arranque de novos negócios por parte dos empreendedores foi muito mais ponderada. Assim, e apesar da notada redução de procura, o trabalho desenvolvido, no ano de 2020, pelo Microcrédito do Millennium bcp permitiu a aprovação do financiamento de 87 novas operações, traduzindo-se num total de 1,5 milhões de euros de crédito e 158 novos postos de trabalho criados.

Foram celebrados 21 Acordos de Cooperação com municípios (4), consultoras (6), associações empresariais (6) e entidades da economia social (5).

Para estabelecer novas ligações de cooperação e fortalecer as pré-estabelecidas, o Microcrédito do

Millennium bcp realizou ao longo de 2020, presencialmente ou via telemática, 100 reuniões de apresentação e 79 reuniões de *follow-up* com os seus parceiros institucionais.

O trabalho de dinamização do Microcrédito e promoção do empreendedorismo com os parceiros institucionais teve limitações e sofreu adaptações às condições que as Autoridades de Saúde foram definindo. Dentro deste contexto foi possível realizar 17 sessões de formação/divulgação, 8 presenciais e 9 *webinars*, que alcançaram 441 pessoas. Das 17 sessões destacam-se as realizadas com o Município do Porto (Projeto Cidade das Profissões) e Município de Lisboa (Projeto Lisboa Empreende +), com a Escola Profissional Profensino de Penafiel, com as consultoras Atlantic Hub e Eurofranquias e com os Contratos Locais de Desenvolvimento Social de Albergaria-a-Velha, Tabuaço, Águeda, Peso da Régua e Caldas da Rainha.

A equipa de Dinamização do Microcrédito esteve ainda presente em mais 12 *webinars* realizados pelos seus parceiros institucionais.

Milhões de euros			
RETALHO em Portugal	31 dez. 20	31 dez. 19	Var. 20/19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	490	475	3,1%
Outros proveitos líquidos	383	399	-4,1 %
	873	874	-0,2 %
Custos operacionais	474	488	-2,8 %
Imparidade	99	25	>200%
Resultado antes de impostos	300	361	-17,0 %
Impostos	91	111	-18,2 %
Resultado após impostos	209	250	-16,4 %
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afeto	1.234	1.128	9,3%
Rendibilidade do capital afeto	16,9%	22,1%	
Riscos ponderados	9.947	9.440	5,4%
Rácio de eficiência	54,3%	55,8%	
Crédito a Clientes (líquido de imparidades)	23.493	22.029	6,6%
Recursos de Clientes de balanço	33.080	30.255	9,3%

Notas:

Capital afeto, Crédito a Clientes (líquido de imparidades) e Recursos de Clientes de balanço com base em saldos médios.

Resultados

Em 31 de dezembro de 2020, o resultado após impostos do segmento de Retalho do Millennium bcp em Portugal ascendeu a 209 milhões de euros, evidenciando um decréscimo de 16,4% face aos 250 milhões de euros alcançados no mesmo período de 2019, penalizado sobretudo pelas imparidades constituídas no ano de 2020. No que respeita à evolução das principais rúbricas da demonstração de resultados, são de salientar os seguintes aspetos:

- A margem financeira situou-se em 490 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, registando um crescimento de 3,1% face ao período homólogo de 2019 (475 milhões de euros), influenciado positivamente pelo maior rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes, nomeadamente por via do aumento dos volumes existentes e pela redução continuada dos custos suportados com os depósitos a prazo, atenuado pelo menor rendimento proveniente da aplicação interna dos excedentes de liquidez.
- Os outros proveitos líquidos diminuíram de 399 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 para 383 milhões de euros no final de dezembro de 2020, evidenciando um decréscimo de 4,1%, que reflete essencialmente as menores comissões bancárias relacionadas com transferências de valores e com cartões, que foram penalizadas não só pelos impactos diretos da pandemia provocada pela COVID-19, como também pelas iniciativas de apoio à economia adotadas pelo Banco, consubstanciadas em isenções concedidas para fazer face à situação de crise que o país atravessa, não obstante o aumento das comissões de gestão e manutenção de contas.
- Os custos operacionais diminuíram 2,8% face aos montantes reconhecidos no período homólogo do ano anterior, potenciados, por um lado, pela progressiva redução do número de colaboradores e, por outro, pelas poupanças observadas nos outros gastos administrativos, como consequência da redução generalizada da atividade a que se assistiu durante a pandemia.
- A imparidade total situou-se em 99 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, valor que quase quadruplicou em relação aos 25 milhões de euros reconhecidos no mesmo período de 2019, refletindo nomeadamente a deterioração dos parâmetros de risco de crédito considerados no modelo de cálculo de imparidade na sequência da atualização do cenário macroeconómico, que passou a incorporar os impactos da pandemia COVID-19.
- O crédito a clientes (líquido) situou-se em 23.493 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, o que reflete um crescimento de 6,6% face à posição existente no final de dezembro de 2019 (22.029 milhões de euros), enquanto os

recursos de clientes de balanço aumentaram 9,3% no mesmo período, totalizando 33.080 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 (30.255 milhões de euros no final de dezembro do ano anterior), explicado sobretudo pelo crescimento dos depósitos de clientes.

EMPRESAS, CORPORATE E BANCA DE INVESTIMENTO

Empresas e Corporate

O ano de 2020 ficou marcado pela adversidade e pelo premente apoio aos empresários e às empresas portuguesas, pela disponibilização das ajudas financeiras e pela implementação das medidas governamentais que se tornaram uma prioridade para a economia.

Com 18.187 operações de financiamento e um montante de 2.514 milhões de euros, ao abrigo das Linhas COVID-19, o Millennium bcp apoiou mais de 17.500 empresas. Com esse resultado, o Millennium bcp conquistou em 2020 a liderança do Sistema Nacional de Garantia Mútua, tendo sido o Banco#1 no apoio às empresas afetadas pela pandemia COVID-19, superando 33% de quota de mercado no ano e liderando com mais de 28% de quota de mercado na carteira global do crédito com Garantias de Estado do Sistema Nacional de Garantia Mútua.

Além desse financiamento com Garantia de Estado, o Banco ampliou o apoio à economia através de 190 milhões de euros de outras Linhas de Investimento SGM, 484 milhões de euros de Linhas com Garantias do FEI e do BEI e ainda 1.020 milhões de euros de Empréstimos para Investimento.

Ao todo, em 2020, o Millennium bcp financiou 4.208 milhões de euros em 29.411 operações de crédito, que permitiram salvaguardar o equilíbrio nacional no acesso ao financiamento.

Além do Crédito direto, o ano de 2020 ficou ainda marcado pelas moratórias empresariais. A esse respeito, foram apoiados 14.073 Clientes com a implementação de 27.436 pedidos de moratórias empresariais, representando um total de 4.897 milhões de euros de crédito.

Globalmente, entre os 4.208 milhões de euros de novo financiamento e os 4.897 milhões de euros de crédito em moratória, o apoio direto do Millennium bcp à economia nacional cifrou-se em 9.105 milhões de euros (cerca de 4,5% do PIB).

Em 2020, o Millennium bcp devolveu à sociedade portuguesa, apenas no sector das empresas, 3 vezes o valor do apoio recebido em 2011-2012, sendo o principal Banco da Economia Portuguesa com uma posição global de 19.100 milhões de euros.

O ano de 2020 permitiu ao Banco crescer nas suas principais quotas de mercado, tendo atingido:

- 19,3% de quota de crédito nas Sociedades Não Financeiras;
- 20,2% de quota de crédito nas PMEs;
- 22,1% de quota de crédito nas Empresas Exportadoras.

Contando com todas as adversidades, foi possível criar condições para múltiplas conquistas e renovadas lideranças em 2020:

- Banco principal das Empresas, mais próximo, mais eficiente e com produtos mais adequados. Banco #1 na utilização dos Clientes, no comércio, serviços, indústria e construção e na satisfação com o Net Banking (BFin Data-E 2020).
- Mais de 2.700 empresas chegaram a PME Líder com o Millennium bcp. Pelo 3º ano consecutivo (2018-2020), o Millennium bcp foi o Banco que apoiou mais pequenas e médias Empresas a alcançar o seu estatuto de PME Líder, com uma quota de mercado e liderança de 28%.

Além disso, o reforço de soluções financeiras competitivas, a ampliação da oferta a novos Clientes e novos setores empresariais permitiram reforçar a liderança do Millennium bcp como o Banco #1 das Empresas em Portugal, com 19.100 milhões de euros de crédito empresarial superado, destacando-se:

- Portugal 2020: No quadro do apoio às empresas com candidaturas e projetos de investimento aprovados no âmbito do Programa Portugal 2020, foram concedidos novos financiamentos em cerca de 343 milhões de euros ao longo do ano.
- Reforço da liderança enquanto Banco #1 na escolha das empresas nos novos avisos de SI Inovação, com opção pelo sistema híbrido de financiamento. No acumulado das várias fases dos Avisos de SI Inovação recebemos 332 candidaturas com um valor de investimento total de mais de 774 milhões de euros e potencial para financiamento ao abrigo da Linha Protocolada Capitalizar Mais de 224 milhões de euros.
- Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU): enfoque crucial no apoio financeiro a operações que totalizam cerca de 34 milhões de euros de investimento total na reabilitação, na sustentabilidade e na eficiência energéticas de edifícios.
- Liderança do SNGM (Sistema Nacional de Garantia Mútua) e de todas as SGMs (Norgarante, Lisgarante, Garval e Agrogarante) pela primeira vez na história do Millennium bcp com o apoio a cerca de 19.600 Clientes, representando cerca de 20 mil operações e

mais de 2,7 mil milhões de euros desembolsados.

- Liderança na colocação soluções de garantia europeia do Fundo Europeu de Investimento (FEI COVID COSME, FEI Economia Social EASI, FEI Setores Culturais e Criativos CCS, FEI COSME e FEI Inovação) com 3.279 novos financiamentos, no valor de 484 milhões de euros (acumulado).
- Liderança do mercado em *leasing* com uma quota de mercado de 22% (dados relativos a maio de 2020).
- Liderança de mercado no *factoring* & *confirming*, de acordo com a ALF - Associação de Leasing e Factoring, com uma quota de mercado de 28% (dados relativos a maio de 2020).
- Liderança de mercado no *confirming*, de acordo com a ALF - Associação de Leasing e Factoring, com uma quota de mercado de 38% (dados relativos a maio de 2020).
- Faturação tomada de *factoring* & *confirming* em 8 mil milhões de euros, com mais de 3.200 milhões de euros no *factoring* e mais de 4.700 milhões de euros no *confirming* (dados relativos a dezembro de 2020).
- Mais de 230 operações de *factoring* & *confirming* contratadas *online*, com processo de simulação e contratação *end to end* digital, num total de 13 milhões de euros.

Proximidade

Com uma equipa especializada e dedicada ao negócio dos setores agroalimentar e agroflorestal, o Banco reforçou em 2020 o seu compromisso de proximidade com os empresários, atento aos desafios e ao universo das suas necessidades financeiras, destacando:

- Linha de Crédito de Apoio ao Setor da Pesca, protocolada com o IFAP, para financiamento à tesouraria das pessoas singulares ou coletivas com atividade no setor da pesca, aquicultura, indústria de transformação e comercialização de produtos da pesca, afetadas pela pandemia COVID-19.
- Linhas de Crédito de Apoio aos Setores da Floricultura e das Intempéries-2020, protocolada com o IFAP, no contexto dos apoios extraordinários concedidos pelo Estado no combate aos efeitos da COVID-19.
- Manutenção da publicação trimestral da AgroNews, já na 6ª edição, que dá a conhecer o que mais significativo ocorre no setor agrícola e promovendo em cada edição um exame a uma fileira ou a um setor particular de atividade.
- Presença no SISAB-2020, que teve lugar no Parque das Nações, em Lisboa.

- Presença e participação no Seminário da Almencor, em Portel e no Encontro de Empresários, em Mértola, com intervenção sobre a oferta setorial do Banco.
- Participação na edição *online* da Agroglobal 2020, com presença através de stand virtual e com intervenção na conferência principal sobre a Agenda de Inovação para a Agricultura 2030, pelo Vice-Presidente da Comissão Executiva.
- Realização de *webinar* dedicado à Política Agrícola Comum da União Europeia e às suas previsíveis aplicações em Portugal, no período 2021-2027.
- Aposta na comunicação interna e externa do setor primário, com ações de divulgação e de promoção, visando a notoriedade da oferta Millennium Agro.

Trade Finance

- O ano caracterizou-se pela rápida resposta às necessidades dos Clientes com negócio internacional, decorrentes da pandemia COVID-19. O Banco adaptou a oferta para o negócio internacional com soluções de apoio à tesouraria das empresas exportadoras e importadoras, garantindo em simultâneo a segurança das transações. Esta adaptação permitiu uma atuação proativa junto do mercado, com reflexo positivo na quota de mercado em *Trade Finance*.
- O negócio internacional do Banco representou, em 2020, um volume de negócios de 58,8 mil milhões de euros, que se traduziu numa quota de mercado de 26,5%, medida através da variação anual no SwiftWatch. Relativamente ao financiamento às empresas exportadoras, o Millennium bcp reforçou a sua quota de mercado para 22,1% (de acordo informação do Banco de Portugal), o que representa um acréscimo de 2,4 pontos percentuais face ao ano anterior.

Banca de Investimento

- Na área de *Corporate Finance*, o Banco participou em numerosos projetos, quer em Portugal quer nos mercados internacionais, prestando assessoria financeira aos seus Clientes e ao próprio Banco em *dossiers* envolvendo o estudo, desenvolvimento e realização de operações de M&A, avaliações de empresas, reestruturações e reorganizações empresariais, bem como análises e estudos económico-financeiros de projetos. No segmento de fusões e aquisições, destaca-se em particular a assessoria à Arcus *Infrastructure Partners* na venda da sua participação na Brisa, ao consórcio composto pela APG, NPS e Swiss Life; assessoria à Arena Atlântico na venda de uma participação da Blueticket à Altice Portugal e assessoria




































financeira à Neuce na aquisição do negócio de tintas em pó ao grupo espanhol Titan.

- Relativamente a *Project Finance*, em Portugal, destaca-se o fecho das seguintes operações de financiamento: (i) financiamento para a aquisição de 74,7% do capital da Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A.; (ii) refinanciamento da dívida da Iberwind; e (iii) financiamento da aquisição de seis barragens com uma capacidade instalada de 1,7 GW. Adicionalmente destaca-se um conjunto de iniciativas de originação no setor de energias renováveis. Na área internacional, destacam-se os esforços de originação no setor da energia com realce para os grandes projetos do gás natural, que deverão a prazo posicionar Moçambique como um dos 3 maiores exportadores de LNG a nível mundial.
- Na atividade de *Structured Finance* salienta-se a análise, estruturação, negociação e montagem de novas operações de financiamento em Portugal em diversos setores (*agribusiness*, metalurgia, *utilities*, transportes, automóvel, retalho e distribuição, farmacêutico, hotelaria e turismo, entre outros). Não obstante o atípico contexto económico vivido em 2020, concretizaram-se diversas operações, merecendo particular destaque o financiamento de médio e longo prazo à Empresa de Eletricidade da Madeira para fazer face ao seu plano de investimento, ao Grupo Medinfar no âmbito do investimento relacionado com a aquisição da marca Aero-OM, à Tremond no desenvolvimento de projeto de amendoal no Alentejo, à Nors no âmbito da aquisição de *player* canadiano e ainda o refinanciamento da dívida do Lagoas Park num contexto de alteração da estrutura acionista, entre outros.
- Destaca-se na área de *Capital Markets*, a liderança conjunta da emissão de dívida híbrida “verde” da EDP, no valor de 750 milhões de euros, a organização, montagem e colocação conjunta de uma emissão de obrigações da Região Autónoma dos Açores e duas emissões de obrigações da Madeira. Em relação a esta última, salienta-se a emissão realizada no final do ano que marcou o regresso da Região Autónoma da Madeira ao mercado com a realização de uma emissão sem aval, colocada com muito sucesso junto de investidores institucionais internacionais.
- No segmento acionista, destaque especial para a participação do Millennium investment banking na organização, estruturação e colocação do aumento de capital da EDP, realizado por oferta pública de subscrição reservado a acionistas, atuando como *Joint Global Coordinator e bookrunner*, integrando o sindicato de *underwriters* que assegurou a operação. O Mib foi o único banco português envolvido nesta Oferta de 1,02 mil milhões de

euros que, apesar de ter sido realizada em ambiente de mercado COVID-19, registou uma procura de 256% dos direitos disponíveis para subscrição e resultou num enorme sucesso de colocação para a EDP.

- Na área de Abordagem Setorial, mapearam-se os ecossistemas setoriais de forma a gerar oportunidades de negócio e a maximizar a captação de novos Clientes, aumentando, em articulação com as Redes do Banco, o valor acrescentado a empresas e investidores.

- Por último, em 2020 o Millennium investment banking foi, pelo segundo ano consecutivo, eleito como *Best Investment Bank* em Portugal pela revista *Global Finance*, refletindo o reconhecimento do seu trabalho pelo Mercado.

 <p>arcus INFRASTRUCTURE PARTNERS</p> <p>ASSESSORIA FINANCEIRA</p> <p>Assessoria à Arcus IP na venda de um stake na Brisa</p> <p>Undisclosed</p> <p>2020</p> 	 <p>apg NPS SwissLife</p> <p>MANDATED LEAD ARRANGER</p> <p>Financiamento à aquisição</p> <p>770.000.000 €</p> <p>2020</p> 	<p>Lagoas Park</p> <p>MANDATED LEAD ARRANGER</p> <p>Refinanciamento Lagoas Park</p> <p>251.000.000 €</p> <p>2020</p> 	 <p>Iberwind Natural Efficiency</p> <p>MANDATED LEAD ARRANGER</p> <p>Refinanciamento dos portfólios edícios</p> <p>754.500.000 €</p> <p>2020</p> 	 <p>edp</p> <p>JOINT GLOBAL COORDINATOR</p> <p>Aumento de capital com reserva de preferência para acionistas</p> <p>1.020.172.800 €</p> <p>2020</p> 
 <p>NEUCE A ALIADA DA TITAN</p> <p>ASSESSORIA FINANCEIRA</p> <p>Assessoria financeira à Neuce na aquisição da Titan Powder Coatings</p> <p>Undisclosed</p> <p>2020</p> 	 <p>Região Autónoma da Madeira Governo Regional</p> <p>JOINT LEAD MANAGER</p> <p>Emissão de Obrigações sem Aval Vencimento 2034</p> <p>458.000.000 €</p> <p>2020</p> 	 <p>BLUE TICKET</p> <p>ASSESSORIA FINANCEIRA</p> <p>Assessoria financeira na venda de 51% do capital da Blueticket à Altice Portugal</p> <p>Undisclosed</p> <p>2020</p> 	 <p>edp</p> <p>JOINT LEAD MANAGER</p> <p>1,7% dívida subordinada verde</p> <p>750.000.000 €</p> <p>2020</p> 	 <p>Região Autónoma da Madeira Governo Regional</p> <p>JOINT LEAD MANAGER</p> <p>Emissão de Obrigações Vencimento 2023</p> <p>200.000.000 €</p> <p>2020</p> 
 <p>YILPORT HOLDING INC.</p> <p>MANDATED LEAD ARRANGER</p> <p>Financiamento das concessões portuárias Yilportiberia em PT</p> <p>279.806.000 €</p> <p>2018</p> 	 <p>Região Autónoma da Madeira Governo Regional</p> <p>JOINT LEAD MANAGER</p> <p>Emissão de Obrigações 2020-2023</p> <p>50.000.000 €</p> <p>2020</p> 	<p>Jerónimo Martins</p> <p>LEAD MANAGER</p> <p>Programa de Papel Comercial</p> <p>50.000.000 €</p> <p>2020</p> 	 <p>Electricidade da Madeira</p> <p>MANDATED LEAD ARRANGER</p> <p>Financiamento de plano de investimento</p> <p>25.000.000 €</p> <p>2020</p> 	 <p>Região Autónoma da Madeira Governo Regional</p> <p>JOINT LEAD MANAGER</p> <p>Emissão de Obrigações com Aval Vencimento 2032</p> <p>299.000.000 €</p> <p>2020</p> 
<p>AMORIM</p> <p>LEAD MANAGER</p> <p>Programa de Papel Comercial</p> <p>20.000.000 €</p> <p>2020</p> 	<p>TREEMOND</p> <p>MANDATED LEAD ARRANGER</p> <p>Financiamento de projeto de arrendoal</p> <p>Undisclosed</p> <p>2020</p> 	<p>NORS</p> <p>MANDATED LEAD ARRANGER</p> <p>Acquisition Finance</p> <p>15.000.000 €</p> <p>2020</p> 	 <p>BA</p> <p>LEAD MANAGER</p> <p>Programa de Papel Comercial</p> <p>50.000.000 €</p> <p>2020</p> 	 <p>medinfar</p> <p>MANDATED LEAD ARRANGER</p> <p>Financiamento para aquisição da marca Aero-QM</p> <p>Undisclosed</p> <p>2020</p> 

Negócio imobiliário

Principais eixos de atuação no decurso de 2020:

- Gestão de Imóveis disponíveis para venda - o Banco manteve os seus objetivos de redução da carteira de ativos disponíveis para venda, mesmo perante a pandemia e todo impacto gerado no negócio com relevo para o fecho de serviços essenciais para a conclusão de operações, que impossibilitava a realização de escrituras e a inerente fuga momentânea e natural dos investidores. Nesse sentido, existiu a necessidade de adequar estratégias à nova realidade e desenvolver diversas iniciativas promocionais, algumas inovadoras, recorrendo também a plataformas digitais e *online*, estando mais perto dos potenciais interessados, transmitindo todo o apoio na tomada de decisão e demonstrando confiança ao mercado e seus agentes. Considerando a atual composição da carteira em venda, maioritariamente constituída por ativos não residenciais, o enfoque e o maioritário investimento de comunicação foram dirigidos a estes segmentos, tendo-se realizado uma campanha, envolvendo diversos meios e transmitindo maior visibilidade e acrescida confiança com o mote “O Comércio Local não pode parar”, com resultados muito positivos.
- A estratégia adotada foi a mais adequada para a obtenção dos excelentes resultados em vendas de imóveis, tendo sido alicerçada na proximidade e acompanhamento diário de cada região e segmento de negócio de imóveis, de forma personalizada e a preços justos, permitindo acautelar da melhor forma a conta de exploração do banco;
- Gestão de Imóveis não disponíveis para venda - uma competente regularização física, jurídica, administrativa e implementação de ações de valorização/não degradação dos imóveis adquiridos por recuperação de crédito ou que deixem de estar afetos à exploração em ordem à sua alienação/venda permitiu ultrapassar os objetivos inicialmente delineados para a passagem destes imóveis para venda;
- Gestão das Participações controladas pelo Banco em Entidades que gerem risco imobiliário, Fundos e Sociedades numa estratégia de desinvestimento com preservação de valor.

Interfundos

- A Interfundos tinha sob gestão, a 31 de dezembro de 2020, vinte e nove (29) Organismos de Investimento Imobiliário (Fundos de Investimento Imobiliário e Sociedades de Investimento Imobiliário de Capital Fixo), correspondentes a 1.270 milhões de euros de ativos líquidos sob gestão, que compara com 1.309 milhões de euros registados em igual período de 2019, evidenciando face ao período homólogo um decréscimo de 3% no volume de ativos geridos. Este património assegura à Interfundos a liderança da indústria dos Organismos de Investimento Imobiliário (OII), com uma quota de mercado de 12,2%.
- A Interfundos prosseguiu a estratégia de reforço da sustentabilidade financeira dos Organismos de Investimento Imobiliário e de criação de condições de liquidez para os Participantes e Acionistas, situação evidenciada pela concretização de operações de aumento de capital em um Fundo de Investimento Imobiliário (Oceanico II) e de redução de capital em cinco Fundos de Investimento Imobiliário (Fimmo, Imopromoção, Renda Predial, Neudelinveste e Funsita).
- Na sequência de deliberações dos respetivos Participantes, procedeu-se à prorrogação do prazo de duração de três Fundos de Investimento Imobiliário de duração determinada (Renda Predial, Imopromoção e Cimóvel).
- Foram ainda liquidados quatro Fundos de Investimento Imobiliário (Intercapital, Grand Urban, Oceanico e Gestão Imobiliária) e transferida a gestão de um Fundo de Investimento Imobiliário (Imovalue).
- Em 2020, as vendas globais ascenderam a 38 milhões de euros, correspondentes a um total de 205 imóveis.
- O resultado líquido da Interfundos em 2020 ascendeu a 3.492 milhares de euros, o que corresponde a um decréscimo de 2% face ao valor apurado em período homólogo (3.581 milhares de euros). Este desempenho é maioritariamente atribuível à evolução desfavorável dos resultados de serviços e comissões, decorrente da redução de 39 milhões de euros verificada nos ativos sob gestão, e parcialmente compensada pela evolução favorável dos custos operacionais.
- As comissões líquidas registaram um decréscimo de 7,0% justificado pelo decréscimo de 6,5% nas comissões recebidas fundamentalmente explicado pela redução dos ativos sob gestão decorrente de operações de redução de capital em cinco Fundos de Investimento Imobiliário, da liquidação de quatro Fundos de Investimento Imobiliário e da transferência de um Fundo de Investimento Imobiliário.
- Os custos operacionais registaram um decréscimo de 10%, decorrente de reduções em todas as rúbricas, com realce para a redução de 20% em FST's. Em resultado desta situação, o rácio de eficiência registou uma evolução favorável de 42,6% para 41,1%.

Internacional

2020 foi um ano fortemente condicionado pelos efeitos da pandemia e pelas mudanças de enquadramento daí resultantes, sobretudo por via da súbita contração do comércio internacional e pelo aprofundamento da política monetária do BCE, que prolongou o ambiente de taxas de juro negativas.

Os impactos no negócio fizeram-se sentir em diferentes domínios, designadamente: i) na redução na atividade de *trade finance* e pagamentos transfronteiriços; ii) na necessidade de fazer chegar crédito em condições competitivas às empresas nacionais, aproveitando os instrumentos negociados junto do grupo BEI/FEI (máximas garantias de carteira) e iii) no desafio de rapidamente colocar em prática planos de contingência, com a oportunidade de rever processos de trabalho e respetiva *governance*, acelerando a agenda digital.

O ajustamento de protocolos de atuação na banca de correspondência, em particular nas formas de interagir com as contrapartes, aprofundou também processos de inovação já em curso, reforçando o compromisso de eficiência e sustentabilidade do modelo de negócio.

Com este enquadramento destaca-se na atividade de 2020:

- **Multilaterais:** Período especialmente dinâmico na negociação de instrumentos financeiros em especial junto do grupo BEI/FEI, permitindo manter uma posição de referência no mercado nacional neste domínio, o que se traduz na oferta de condições especialmente atrativas no apoio ao tecido empresarial nacional. Refira-se em especial:
 - assinatura contrato com FEI *Cultural and Creative Sectors* (CCS), no montante de 200 milhões de euros, cujos destinatários são empresas dos setores culturais e criativos, com 70% garantia FEI;
 - assinatura de contrato no âmbito do Programa para o Emprego e a Inovação Social (EaSI) no valor de 120 milhões de euros, iniciativa europeia tendente a promover o emprego sustentável e inclusão social e com 80% de garantia FEI;
 - candidaturas a novas garantias InnovFin, Cosme e CCS, que incluíram a componente COVID-19.

Adicionalmente, melhoraram-se os produtos já existentes - designadamente na garantia COSME e InnovFin - incorporando as iniciativas nesse sentido promovidas pelo FEI.

- **Pagamentos:** conclusão do projeto *Global Payment Initiative* da SWIFT, serviço que possibilita, entre outros aspetos, pagamentos internacionais mais rápidos, seguros e com total visibilidade e rastreabilidade, com consequentes efeitos na redução de erros, mitigação de riscos e melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes. Em paralelo manteve-se o acompanhamento de iniciativas como o ISO 20022, um novo *standard* de mensagens global e mais um passo da indústria no sentido de assegurar pagamentos transfronteiriços rápidos, fiáveis e seguros.
- **Custódia:** continuou a consolidar-se o papel de referência no mercado nacional que se manteve particularmente dinâmico em especial no segmento dos Fundos de Capital de Risco. O ano terminou com um crescimento significativo (aproximadamente 40% face a 2019) das novas entidades a quem o Banco presta o serviço de banco depositário de FCRs, claramente acima das expectativas iniciais.
- **Trade finance:** assistiu-se a um movimento inverso, com quebra na atividade de confirmação de cartas de crédito, em linha com a já referida contração do comércio internacional.

O resultado final, em função da atuação em linhas de negócio diversificadas e com desempenho assimétrico - e sempre com grande foco e proximidade nas necessidades dos segmentos-alvo que o Banco serve - foi positivo, apesar do contexto particularmente adverso.

Este resultado foi atingido prosseguindo o aumento do peso das comissões no *mix* de proveitos totais, ao mesmo tempo que se continuou a adotar medidas para a mitigação de riscos idiossincráticos, reputacionais e de *compliance*, com acompanhamento próximo da atividade de Clientes e contrapartes, com uma filosofia de parceria e criação recíproca de valor nos diferentes ecossistemas de negócio em o Banco atua.

Milhões de euros

EMPRESAS, CORPORATE & BANCA DE INVESTIMENTO em Portugal	31 dez. 20	31 dez. 19	Var. 20/19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	255	275	-7,4 %
Outros proveitos líquidos	146	136	7,6 %
	401	411	-2,5 %
Custos operacionais	123	126	-2,2 %
Imparidade	268	271	-1,4 %
Resultado antes de impostos	10	14	-25,5 %
Impostos	2	3	-33,3 %
Resultado após impostos	8	11	-22,9 %
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afeto	1.272	1.218	4,4 %
Rendibilidade do capital afeto	0,6 %	0,9 %	
Riscos ponderados	10.784	11.165	-3,4 %
Rácio de eficiência	30,8 %	30,7 %	
Crédito a Clientes (líquido de imparidades)	11.990	11.971	0,2 %
Recursos de Clientes de balanço	8.605	7.885	9,1%

Notas:

Capital afeto, Crédito a Clientes (líquido de imparidades) e Recursos de Clientes de balanço com base em saldos médios.

Resultados

O resultado após impostos gerado pelo segmento de Empresas, *Corporate* e Banca de Investimento em Portugal ascendeu a 8 milhões de euros em dezembro de 2020, evidenciando um decréscimo de 22,9% face aos 11 milhões de euros alcançados no mesmo período de 2019. O desempenho deste segmento permanece condicionado pela progressiva implementação do plano de redução de *non performing exposures*, com impacto no volume da carteira de crédito e nos seus níveis de provisionamento. De salientar, neste contexto, que as imparidades constituídas acabaram por ser penalizadas pelas dotações adicionais, fruto da revisão dos parâmetros de risco de crédito efetuada na sequência da atualização do cenário macroeconómico subjacente ao modelo de cálculo de imparidade. O desempenho deste segmento em 2020 é explicado pelas seguintes variações:

- A margem financeira atingiu 255 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, mostrando-se 7,4% abaixo do valor apurado no período homólogo de 2019 (275 milhões de euros), penalizada sobretudo pelo menor rendimento gerado pela carteira de crédito, em grande parte como consequência de taxas de juro médias inferiores. De salientar que, não obstante o reforço da carteira com as operações de crédito concedidas ao abrigo das linhas garantidas pelo Estado Português para apoio à economia durante a pandemia, a remuneração da carteira continua pressionada pelo contexto macroeconómico atual caracterizado por um cenário de persistência de baixas taxas de juro.
- Os outros proveitos líquidos fixaram-se em 146 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, evidenciando um aumento de 7,6% face ao valor apresentado no período homólogo de 2019, explicado maioritariamente pelo crescimento das comissões, nomeadamente pelas comissões de estruturação e montagem de operações angariadas pela atividade da banca de investimento.
- Os custos operacionais totalizaram 123 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, observando-se um decréscimo de 2,2% face ao período homólogo do ano anterior, justificado, principalmente, pela redução dos outros gastos administrativos que refletem a diminuição da atividade verificada durante o período da pandemia.
- As imparidades constituídas evidenciaram um decréscimo de 1,4%, tendo diminuído de 271 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 para 268 milhões de euros em 31 dezembro de 2020. Esta evolução resulta de dois efeitos contrários, na medida em que, se por um lado, incorpora um reforço das imparidades na sequência do agravamento dos parâmetros de risco de crédito fruto da atualização do cenário macroeconómico subjacente aos modelos de cálculo de imparidade, por outro, reflete uma redução das imparidades afetas a créditos

acompanhados pelas áreas de recuperação, como consequência do esforço de provisionamento feito no ano anterior.

- O crédito a clientes (líquido) situou-se em 11.990 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, em linha com a posição existente no final de dezembro de 2019 (11.971 milhões de euros), refletindo simultaneamente o desempenho positivo do Banco na concessão de crédito ao abrigo das linhas de crédito garantidas pelo Estado Português e o esforço de redução das *non performing exposures* anteriormente referido. Os recursos de clientes de balanço ascenderam a 8.605 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, aumentando 9,1% face ao valor apresentado em 31 de dezembro de 2019.

PRIVATE BANKING

Preparado para lidar com os desafios criados pela pandemia e demonstrando versatilidade e capacidade de adaptação à nova realidade, o Millennium Private Banking manteve-se próximo, ainda que à distância, dos seus Clientes.

Promoveu com particular incidência a colocação de canais digitais juntos dos Clientes que ainda não haviam aderido às soluções digitais, o que se traduziu num crescimento exponencial do número de Clientes ativos com App instalada, do número de utilizadores do site Millennium e de aderentes ao extrato digital.

Fomentou uma cultura de ainda maior proximidade entre Private Bankers e Clientes, através da utilização das ferramentas habituais e de plataformas como o Teams, ou outras da preferência do Cliente. Foram alinhados procedimentos, a produtividade das equipas, e os níveis de serviço aos Clientes foram continuamente monitorizados, garantindo a manutenção da produtividade e dos níveis de serviço a que os Clientes Private Banking estão habituados.

Destaca-se ainda o forte e contínuo acompanhamento dos ativos dos Clientes e também a implementação das medidas excecionais de proteção ao nível do crédito, com vista a apoiar as famílias e as empresas afetadas pela situação de pandemia.

Paralelamente, grande parte das medidas identificadas no âmbito do Projeto Private 2.0, um projeto a 3 anos que havia tido início no final de 2019, foram implementadas:

- alargamento e reforço da estrutura comercial, sendo de destacar a inauguração de um novo espaço denominado “Private Direct” criado a pensar nos Millennials e Generation X (c/ perfil digital);
- evolução no serviço prestado a Clientes de execução através da criação de um Núcleo de Investimentos, o qual veio reforçar a visão de curto prazo dos mercados por parte da rede;
- adoção de novas ferramentas adequadas aos desafios impostos pela diversificação da tipologia de Cliente e da oferta. Em particular, continuou-se a investir na implementação e promoção de processos paperless (e consequentemente na assinatura digital) e apostou-se no processo de abertura de conta digital, sendo que esta atualmente já pode ser feita apenas com base no cartão de cidadão;
- capitalização na inovação, desenvolvendo novos produtos e novas formas de contacto e formalização do negócio;
- investimento na sistematização da rede comercial e do negócio, garantindo a proximidade aos Clientes e a maximização da eficácia comercial, privilegiando uma abordagem multi-assunto, e
- lançamento de uma nova linha de comunicação que reflete o espírito do novo Millennium Private Banking virado para o futuro.

Por outro lado, o Millennium Private Banking quis continuar a fazer a diferença nas diferentes vertentes da vida dos seus Clientes, promovendo espaços de diálogo sobre temáticas atuais que realmente acrescentem valor e proporcionando aos seus Clientes experiências interessantes e desafiantes. Reforçou a comunicação com os Clientes, mantendo-os informados sobre os impactos da pandemia através de comunicações por e-mail.

Tendo em conta a distância imposta pela pandemia, desenvolveu-se e implementou-se uma nova tipologia de eventos de tónica não presencial, inserida no âmbito de uma nova estratégia de comunicação mais atual do que nunca. Promoveram-se:

- *webinars* sobre a Sociedade do Futuro conduzidos por oradores de destaque (Nadim Habib e Professor Doutor António Costa Silva);
- micro conferências digitais com clientes sobre o Impacto do COVID-19 nos mercados financeiros, as *performances* das carteiras e o que se esperava até ao final de 2020, durante as quais os Clientes tiveram a possibilidade de interagir em tempo real com o Vice-Presidente do Millennium bcp, o Diretor Coordenador

do Private Banking e o Chief Economist do Millennium bcp; e organizou-se o primeiro *Private Dinner*. Esta experiência de grupo de *live cooking* consistiu na preparação de uma refeição com recurso a uma seleção dos melhores produtos nacionais, sem sair de casa, na companhia do Chef Alexandre Silva, o qual acompanhou os Clientes à distância e os ensinou passo-a-passo a confeccionar um menu por ele escolhido.

	Milhões de euros		
PRIVATE BANKING em Portugal	31 dez. 20	31 dez. 19	Var. 20/19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	12	10	15,8 %
Outros proveitos líquidos	26	26	3,7 %
	38	36	7,2 %
Custos operacionais	21	20	5,3 %
Imparidade	3	(1)	<-200%
Resultado antes de impostos	14	17	-16,6 %
Impostos	4	5	-16,6 %
Resultado após impostos	10	12	-16,6 %
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afeto	73	68	7,8 %
Rendibilidade do capital afeto	13,4 %	17,4 %	
Riscos ponderados	642	595	7,8 %
Rácio de eficiência	55,3 %	56,3 %	
Crédito a Clientes (líquido de imparidades)	276	274	0,8 %
Recursos de Clientes de balanço	2.569	2.288	12,3 %

Notas:

Capital afeto, Crédito a Clientes (líquido de imparidades) e Recursos de Clientes de balanço com base em saldos médios.

Resultados

O resultado após impostos do *Private Banking* em Portugal, apurado de acordo com a ótica dos segmentos geográficos, ascendeu a 10 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, o que representa uma redução de 16,6% face ao resultado apurado no mesmo período de 2019 (12 milhões de euros), justificada essencialmente pela evolução desfavorável da imparidade. No que respeita ao desempenho das principais rubricas da conta de exploração, salientam-se as seguintes situações:

- O produto bancário ascendeu a 38 milhões de euros em dezembro de 2020, traduzindo um crescimento de 7,2% face ao mesmo período do ano anterior (36 milhões de euros). Este aumento é explicado principalmente pelo comportamento favorável da margem financeira, mas também, embora em menor escala, pela evolução dos outros proveitos líquidos. A margem financeira ascendeu a 12 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, que compara com os 10 milhões de euros alcançados no final do ano anterior, beneficiando sobretudo dos menores custos suportados com os depósitos a prazo, não obstante o menor rendimento gerado pela aplicação interna dos excedentes de liquidez. Os outros proveitos líquidos atingiram 26 milhões de euros em dezembro de 2020, refletindo um aumento de 3,7% face ao período homólogo do ano anterior, devido ao maior volume de comissões angariadas com operações de bolsa e com a gestão de carteiras de clientes, bem como com a colocação de fundos de investimento.
- Os custos operacionais situaram-se em 21 milhões de euros em dezembro de 2020, superiores aos reconhecidos no final de 2019 (20 milhões de euros).
- A imparidade teve um impacto negativo de 3 milhões de euros na conta de exploração, contrastando com as reposições que tinham sido reconhecidas no ano anterior.
- O crédito a clientes (líquido) situou-se em 276 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, observando-se um crescimento de 0,8% face à carteira existente no período homólogo de 2019 (274 milhões de euros), tendo os recursos de clientes de balanço crescido 12,3% no mesmo período, de 2.288 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 para 2.569 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, determinado fundamentalmente pela maior captação de depósitos de clientes.

NEGÓCIOS NO EXTERIOR E OUTROS

Polónia

- Resultado líquido de 5,1 milhões, influenciado por provisões específicas (incluindo 151,9 milhões para riscos legais associados a créditos CHF) e pelo crescimento das contribuições obrigatórias.
- Euro Bank com impacto positivo líquido de 18,3 milhões em 2020: sinergias totalizaram 37,6 milhões, superando custos de integração de 15,0 milhões.
- Continuação da implementação de medidas de racionalização do quadro de pessoal e de otimização da presença geográfica: redução do quadro de pessoal em 971 Colaboradores e do número de sucursais em 128 unidades.
- Recursos de Clientes estáveis e aumento de 6,7% da carteira de crédito.
- Continuação da redução da carteira de crédito hipotecário em francos suíços, que se cifrou em 3,0 mil milhões (17,4% da carteira de crédito), menos 8,1% que no final de 2019.
- Rácio CET1 de 16,5% e rácio de capital total de 19,5%.

Suíça

- Resultado líquido de 7,1 milhões de euros em 2020 (+2,6%), com ROE de 9,1%.
- Redução do produto bancário (-1,8%), essencialmente por via da queda da margem financeira (-38,1%), apesar da subida das comissões (+5,5%).
- Custos operacionais aumentaram 2,8% para 25,7 milhões de euros, contudo reduziram-se em CHF de 27,78 para 27,44 milhões.
- Recursos totais de clientes reduziram-se em 114 milhões de euros para 3,3 mil milhões de euros.
- Carteira de crédito a clientes reduziu-se em 18 milhões de euros para 354 milhões de euros.

Moçambique

- Resultado líquido de 66,8 milhões, refletindo o impacto das provisões e da normalização das taxas de juro.
- Recursos de Clientes crescem 17,7%; carteira de crédito reduz-se em 4,4%.

- Rácio de capital de 43,9%.

Macau⁵

- Resultado líquido de 7,5 milhões de euros (-29,9%), devido principalmente ao aumento da provisão genérica para crédito a clientes (1% sobre a carteira de crédito), originada pelo expressivo aumento do crédito (+156,1%) e menores ganhos em operações financeiras, que mais que compensaram o excelente desempenho das comissões. A forte apreciação do euro em relação à pataca (+9,4%) teve um impacto negativo significativo na conversão das contas locais para euros.
- Atuação da sucursal como uma plataforma de apoio aos negócios de empresas portuguesas em Macau e na China continental.
- Operações de *trade finance* para apoio a empresas portuguesas com exportações para e/ou importações da China.
- Captação de empresas de *trading* com operações de comércio internacional com a China.
- Captação de Clientes chineses que pretendam investir em Portugal, quer a nível individual quer a nível empresarial.
- Promoção de contactos entre a área de banca de investimento do Millennium bcp e empresas chinesas na procura de soluções de investimento nos países lusófonos.

Ilhas Caimão

- Resultado líquido de 1,5 milhões de euros (-44%), com ROE de 0,5%.
- Prossecução do processo de redução da atividade comercial, traduzido na redução dos proveitos *core*, não obstante a redução verificada nos custos operacionais.
- Em dezembro de 2020, os recursos de clientes do Millennium bcp Bank & Trust situaram-se em 2 milhões de euros e o crédito bruto reduziu-se para 0 milhões de euros.

⁵ Para efeitos de apuramento dos resultados gerados pelos segmentos, a atividade de Macau está incluída no segmento "Outros", uma vez que é exercida através de uma sucursal.

	Milhões de euros		
NEGÓCIOS NO EXTERIOR	31 dez. 20	31 dez. 19	Var. 20/19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Margem financeira	728	759	-4,1 %
Outros proveitos líquidos (*)	240	245	-2,0 %
	968	1.004	-3,6 %
Custos operacionais	469	495	-5,3 %
Imparidade	369	171	116,0 %
Resultado antes de impostos	130	338	-61,5 %
Impostos	56	95	-40,7 %
Resultado após impostos	74	243	-69,6 %
SÍNTESE DE INDICADORES			
Capital afeto (**)	2.939	3.009	-2,3 %
Rendibilidade do capital afeto	2,5 %	8,1 %	
Riscos ponderados	16.114	15.465	4,2 %
Rácio de eficiência	48,5 %	49,3 %	
Crédito a Clientes (líquido de imparidades)	17.088	17.437	-2,0 %
Recursos de Clientes de balanço	20.106	21.591	-6,9 %

(*) Inclui resultados por equivalência patrimonial respeitantes à participação no Banco Millennium Atlântico.

(**) Capital afeto com base em saldos médios.

Resultados

O resultado após impostos dos Negócios no Exterior, apurado de acordo com a segmentação geográfica, situou-se em 74 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, traduzindo um decréscimo de 69,6% face aos 243 milhões de euros alcançados no mesmo período de 2019. Esta evolução é explicada sobretudo pelo comportamento das imparidades e também, embora em menor escala, pela diminuição do produto bancário.

No que respeita às diferentes rubricas da conta de exploração, o desempenho dos Negócios no Exterior pode ser analisado como segue:

- A margem financeira situou-se em 728 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, comparando com 759 milhões de euros alcançados em 31 de dezembro de 2019. Excluindo o impacto decorrente do efeito cambial, a margem financeira teria aumentado 1,4%, refletindo maioritariamente o desempenho da subsidiária na Polónia, parcialmente mitigado pela evolução observada nas subsidiárias em Moçambique e na Suíça.
- Os outros proveitos líquidos apresentaram uma diminuição de 2,0%. Excluindo os efeitos cambiais, os outros proveitos líquidos aumentaram 3,5%, como consequência dos resultados por equivalência patrimonial gerados pelo Banco Millennium Atlântico e pelo desempenho da subsidiária na Polónia, não obstante esta ter sido penalizada pelo aumento das contribuições obrigatórias. O desempenho da subsidiária em Moçambique, cujos resultados em 2019 haviam beneficiado de ganhos relevantes com a alienação de ativos, revelou-se inferior em 2020.
- Os custos operacionais em 31 de dezembro de 2020 situaram-se em 469 milhões de euros, diminuindo 5,3% face ao valor registado no período homólogo de 2019. Excluindo os efeitos cambiais, os custos operacionais teriam registado uma diminuição de 0,5%, essencialmente influenciados pela evolução da subsidiária na Polónia, nomeadamente pelos menores custos associados à aquisição, fusão e integração do Euro Bank, S.A., mas também, em parte, pelas sinergias obtidas com a respetiva integração.
- A imparidade, no final de 2020, apresentou um aumento significativo quando comparada com o período homólogo de 2019, traduzindo principalmente: (i) o reforço da provisão extraordinária para os processos judiciais relacionados com os créditos hipotecários concedidos em francos suíços pela subsidiária na Polónia; (ii) o reforço de imparidades para refletir os riscos acrescidos associados à pandemia COVID-19, quer na subsidiária na Polónia, quer na subsidiária em Moçambique; (iii) as dotações adicionais de provisões,

igualmente reconhecidas pela subsidiária polaca, para fazer face à devolução de comissões aos clientes que reembolsaram antecipadamente os créditos ao consumo, na sequência da decisão tomada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia; e (iv) a constituição de imparidades para o investimento na participação no Banco Millennium Atlântico para fazer face aos riscos em que aquela operação desenvolve a sua atividade.

- O crédito a clientes (líquido) situou-se em 17.088 milhões de euros no final de dezembro de 2020, abaixo dos 17.437 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2019. Excluindo o efeito cambial, a carteira de crédito cresceu 5,5%, beneficiando do contributo da operação na Polónia. Os recursos de clientes de balanço na atividade internacional registaram uma diminuição de 6,9% face aos 21.591 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2019, situando-se nos 20.106 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020. Não considerando os efeitos cambiais, os recursos de clientes de balanço da atividade internacional cresceram 0,9%, influenciados essencialmente pelo desempenho da subsidiária em Moçambique.

Venda de seguros no canal bancário

Durante o ano de 2020 deu-se continuidade a todos os pilares estratégicos e projetos em curso, que permitem um serviço de excelência ao Cliente e a manutenção da liderança do Grupo na venda de seguros através do canal bancário (*Bancassurance*), destacando-se as seguintes temáticas:

- Transformação digital e intensificação do enfoque em modelos de *insights* analíticos apoiando a captação, gestão e retenção de Clientes, de forma transversal em Vida e Não Vida;
- Lançamento de campanhas em diversos produtos com vantagens ao nível do preço (oferta de mensalidades) e, no caso da Médis, forte investimento na visibilidade de novos serviços (telemedicina) na campanha “todos cuidam de todos” - duas vagas (julho e setembro). Efetuadas, igualmente, campanhas com doação de fundos a favor da “Animarco” (Seguro Pétis para animais domésticos) e com a “Just a Change” (Seguro de Vida Yolo);
- Lançamento do Médis Vintage, com reforço das componentes de prevenção e serviço, como são exemplo o *check-up* anual, a vacina contra a gripe, as análises ao domicílio e o Médico Online;
- Lançamento do seguro de vida YOLO, um produto flexível, feito à medida das necessidades de cada Cliente. Este seguro destaca-se por permitir capitais mais altos em coberturas de vida do que na cobertura de morte e por disponibilizar coberturas de doenças graves;

- Desenvolvimento da rede de cuidados dentários “Clínicas Médis”, com a abertura de cinco novas clínicas, nas Av. Novas e Parque das Nações (Lisboa), em Almada, em Aveiro e no Porto (Boavista); o ano de 2019 deu continuidade a todos os pilares estratégicos e projetos em curso, que permitem um serviço de excelência ao Cliente e a manutenção da liderança do Grupo na venda de seguros através do canal bancário (*Bancassurance*).

COVID-19

O ano de 2020 fica marcado pelo impacto da pandemia COVID-19, o qual foi transversal a toda a sociedade. A proteção nas diversas linhas de negócio é um fator de segurança inestimável para os nossos Clientes, constituindo exemplos:

- Seguros de vida, que garantem as situações de morte e invalidez por COVID-19;
- Seguro de acidentes de trabalho, que cobrem teletrabalho;
- Seguros de Plano de Proteção de Pagamentos, que garantem a cobertura em caso de doença provocada pela infeção da COVID-19;
- Seguros de Saúde Médis, em que a Médis, como serviço pessoal de Saúde, criou uma série de medidas para apoiar e proteger a saúde dos seus Clientes, nomeadamente a implementação do serviço Médico *Online* na App, o serviço de entrega de medicamentos ao domicílio, o avaliador de sintomas COVID-19 e suportar os custos dos testes de diagnóstico;
- Moratórias de seguros: prolongamento da flexibilização do pagamento dos prémios de seguros.

Plano Estratégico 2018-2021

O Millennium bcp implementou com sucesso o programa de reestruturação que definiu para alcançar a recuperação operacional no seu mercado *core*, reforçando a posição financeira e de capital. Esta posição é reflexo de um persistente percurso, ao longo do qual se atingiram diversos objetivos, tais como a redução de custos operacionais de aproximadamente 40% em Portugal desde 2011 e a redução de mais de 70% nos NPE desde 2013 ao nível consolidado (de 13,7 mil milhões de euros para 3,3 mil milhões de euros em dezembro de 2020). Três competências distintivas foram fulcrais para esta recuperação: Um modelo de negócio centrado no cliente, uma referência em termos de eficiência e um conjunto de operações internacionais competitivas e rentáveis.

O Millennium bcp está agora preparado para iniciar um novo ciclo de crescimento, com rentabilidade e que assegure uma posição sustentável, o qual exige competências complementares para lidar com um mundo em mudança. Estas competências incluem a liderança na digitalização, na oferta de soluções centradas em dispositivos móveis, nas capacidades analíticas (preparando a organização para ser competitiva nesta nova era) e na integração em cadeias de valor e em ecossistemas (incorporando as soluções comerciais do Banco ao longo das diferentes necessidades dos Clientes em cada fase), complementados por um balanço sólido e uma rigorosa alocação de capital, definidos por uma estrutura de governação robusta (continuando o esforço de redução do risco e de enfoque acrescido em negócios de valor acrescentado).

Neste contexto, o Millennium bcp definiu cinco prioridades centrais para o futuro:

Mobilização do talento, motivando os colaboradores para, em equipa, impulsionarem a agenda do Banco, promovendo maior envolvimento e proatividade, com responsabilização pela tomada de decisões num modelo colaborativo. O talento do Banco será também revigorado, através de um modelo de progressão baseado no mérito, incentivando o desenvolvimento de novas competências. Será ainda efetuada uma revisão transversal dos processos de compensação para assegurar o respetivo alinhamento com a nova agenda estratégica e com o desempenho alcançado.

Digitalização centrada em dispositivos móveis, ambicionando uma expressiva transformação da experiência de interação dos Clientes e a obtenção de ganhos de produtividade em todas as geografias, realçando o cariz inovador do Millennium bcp. As principais prioridades consistem em redesenhar a experiência dos Clientes na interação digital a partir de uma abordagem centrada em dispositivos móveis, transformando as principais jornadas dos Clientes, e em configurar um modelo omnicanal assente na conveniência e na produtividade, transformando as operações através da implementação de tecnologias de próxima geração (como robótica e processamento de linguagem natural). Paralelamente, para o sucesso dessas prioridades, será necessário prosseguir uma estratégia de IT enfocada na atualização da tecnologia, da informação, da segurança e dos procedimentos de trabalho.

Crescimento e liderança em Portugal, procurando aproveitar todo o potencial que advém da posição distintiva com que o Banco emergiu da crise financeira (o maior banco privado português), implicando um compromisso renovado para aumentar a base de Clientes e expandir relacionamentos. Este compromisso materializa-se no apoio ao desenvolvimento das empresas portuguesas (por exemplo, posicionando-se como parceiro preferencial de pequenas empresas de bom risco), servindo simultaneamente todas as necessidades dos Clientes particulares. O Millennium bcp procura ainda capturar todo o potencial da oferta comercial simplificada e baseada na criação de valor do ActivoBank, avaliando o respetivo potencial de internacionalização.

Crescimento da presença internacional, com o objetivo de capitalizar as oportunidades nos mercados de elevado crescimento onde o Banco tem presença significativa e onde dispõe de vantagens competitivas. Na Polónia, implica intensificar o crescimento, desenvolvendo e aprofundando relacionamentos no retalho, aumentando a base de negócios com Clientes; na Suíça, passa por implementar uma profunda mudança, baseada no crescimento dos negócios existentes, na entrada em novos mercados e no aconselhamento por via digital; em Moçambique, o Banco alavancará na liderança de mercado para focar na rentabilidade e capturar as oportunidades associadas aos grandes projetos de investimento previstos realizar em *commodities*; em Angola, reforçará o seu posicionamento como parceiro de negócios confiável e sólido com relacionamentos locais distintivos; e analisará oportunidades emergentes relacionadas com a China (fluxos de comércio e investimento, pagamentos, *private banking*).

Sustentabilidade do modelo de negócio, mantendo como prioridade clara a melhoria da qualidade da carteira de crédito do Millennium bcp, diminuindo o volume de NPE (redução para 3 mil milhões de euros até 2021) e, simultaneamente, o custo do risco. O modelo de gestão de riscos e de *compliance* será reforçado para garantir um crescimento sustentável do volume de crédito, com um sólido perfil de risco.

A execução com sucesso destas prioridades permitirá que o Millennium bcp alcance o conjunto de objetivos estratégicos definidos para 2021: crescer o *franchise* (atingir mais de 6 milhões de Clientes ativos⁴ até 2021), estar preparado para as oportunidades do futuro (passar dos atuais 58% para mais de 60% de Clientes digitais até 2021), ter um modelo de negócio sustentável (redução de NPE, atingindo cerca de 3 mil milhões de euros em 2021) e permitir níveis interessantes de retorno para os acionistas (cerca de 40% de *cost-to-income* e cerca de 10% de ROE em 2021).

		2020	2021 Steady State (Plano Original)
Crescimento do <i>Franchise</i>	Clientes ativos totais *	5,7 milhões	>6 milhões
	Clientes digitais*	64 %	>60%
	Clientes <i>Mobile</i> *	48 %	>45%
Criação de valor	<i>Cost-to-income</i>	49% (47% sem itens não habituais)	≈40%
	ROE	3,1 %	≈10%
	CET1**	12,2 %	≈12%
	LTD	85 %	<100%
	<i>Dividend payout</i>	—	≈40%
Qualidade dos ativos	<i>Stock</i> de NPE***	3,3 mil milhões de euros	€3,0 mil milhões de euros
	Custo do risco	91 bp	<50 pb

*Conceito de Clientes utilizado no Plano Estratégico 2021.

**Inclui os resultados não auditados relativos a 2020.

*** Inclui apenas crédito a clientes.

⁴ Clientes que tiveram um movimento de cartão de crédito ou débito nos últimos três meses, ou com volume de ativos superiores ou iguais a 100 euros.

Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno define-se como o conjunto de princípios, estratégias, políticas, sistemas, processos, regras e procedimentos estabelecidos no Grupo com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da atividade, no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos ativos e recursos, a continuidade do negócio e a própria sobrevivência do Grupo através, nomeadamente, de uma adequada gestão e controlo dos riscos da atividade, da prudente e correta avaliação dos ativos e responsabilidades, bem como da implementação de mecanismos de prevenção e proteção contra erros e fraudes;
- A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e atempada, que suporte as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno como externo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis emanadas das entidades de supervisão, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com Clientes, das orientações dos órgãos sociais e das recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) e da Autoridade Bancária Europeia (EBA), de modo a preservar a imagem e reputação da instituição perante os seus Clientes, Acionistas, Colaboradores e Supervisores.

Para atingir estes objetivos, o sistema de controlo interno é instituído com base na função de compliance, na função de gestão de riscos e na função de auditoria interna, que são exercidas por direções centralizadas e com atuação transversal ao Grupo. Os responsáveis destas três direções são nomeados pelo Conselho de Administração do Banco, a quem compete aprovar o perfil técnico e profissional destes responsáveis, enquanto adequado ao exercício das respetivas funções, por proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações, ouvidas as Comissões de Auditoria e de Avaliação de Riscos.

O sistema de controlo interno assenta:

- Num ambiente de controlo suportado em elevados padrões de integridade e honestidade, promovendo um estrito cumprimento das leis e regulamentos, num eficaz sistema de verificação e equilíbrios, incluindo a adequada segregação de funções com o objetivo de evitar conflitos de interesses e ainda num modelo de gestão operacional baseado em processos e atividades de controlo que permitam a respetiva identificação e avaliação da sua eficiência;
- Num sólido sistema de gestão de riscos, destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar as atividades do Grupo;
- Num eficiente sistema de informação e comunicação, instituído para garantir a captação, tratamento e transmissão de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição;
- Num efetivo processo de monitorização, executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio sistema de controlo interno ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação imediata de eventuais deficiências (entendidas estas como o conjunto das insuficiências existentes, potenciais ou reais, ou das oportunidades de introdução de melhorias que permitam fortalecer o sistema de controlo interno), assegurando o desencadear de ações corretivas;
- No rigoroso cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares em vigor, por parte dos Colaboradores do Grupo, em geral, bem como pelas pessoas que exercem cargos de direção ou chefia, incluindo os membros dos órgãos de administração, assegurando-se, nomeadamente, o cumprimento do Código de Conduta do Grupo e das atividades bancárias, financeira, seguradora e de intermediação em valores mobiliários ou produtos derivados;
- Num modelo de governo que define a responsabilidade pela assunção de riscos pelas áreas de negócio, que assegura o acompanhamento efetivo, o controlo e a gestão dos riscos assumidos, e que suporta a avaliação independente dos níveis de risco assumidos em conformidade com o Risk Appetite Framework.

O sistema de controlo interno é aplicado de forma consistente em todas as entidades do Grupo, sem prejuízo do cumprimento dos requisitos locais, legais ou regulamentares dos países onde as operações estão sediadas, dispondo o Banco de um código de grupo emitido para este efeito.

O sistema de controlo interno assenta no modelo das três linhas de defesa, com o objetivo de assegurar:

- Uma responsabilização clara das áreas de negócio pela respetiva assunção de riscos;
- A efetiva monitorização, controlo e gestão dos riscos assumidos; e
- Uma avaliação independente, com reporte ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, dos níveis de risco assumidos, da sua conformidade com o Risk Appetite Framework e da eficácia dos sistemas de controlo estabelecidos.

Sistemas de Gestão de Riscos, de Informação e Comunicação e de Monitorização do Sistema de Controlo Interno

O sistema de controlo interno engloba os seguintes subsistemas: o sistema de gestão de riscos, o sistema de informação e comunicação, e o processo de monitorização do sistema de controlo interno entre outros.

O Chief Risk Officer do Banco Comercial Português é o administrador responsável pela coordenação do sistema de gestão de riscos a nível do Grupo, através dos Risk Officers e dos Compliance Officers de cada Entidade que lhe reportam funcionalmente.

O Chief Financial Officer do Banco Comercial Português é o administrador responsável pela coordenação do sistema de informação de elementos contabilísticos e financeiros e pelo processo de planeamento a nível do Grupo, contando para o efeito com a colaboração da função de gestão de riscos.

O sistema de gestão de riscos corresponde ao conjunto de processos integrados e permanentes que permitem a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materiais - de origem interna ou externa - a que se encontram expostas as instituições do Grupo, de forma a mantê-los em níveis pré-definidos pelos órgãos de administração e fiscalização, e tem em consideração a taxonomia de riscos do Banco a qual engloba os riscos identificados pelas entidades reguladoras e de supervisão, bem como todos os outros riscos que, em face da situação concreta das instituições do Grupo, se possam revelar materiais. A responsabilidade de atualizar a taxonomia de riscos cabe ao Risk Office que é igualmente responsável por assegurar o regular processo de identificação de riscos no Grupo.

Este sistema é adequadamente planeado, revisto e documentado e está suportado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de riscos, que integram políticas e procedimentos apropriados e claramente definidos, visando assegurar que os objetivos da instituição são atingidos e que são implementadas as ações necessárias para responder adequadamente aos riscos previamente identificados.

O sistema de gestão de riscos assegura a segregação entre a função de gestão dos riscos e as atividades de negócio geradoras de risco, respetivamente segunda e primeira linhas de defesa. A Direção de Auditoria, como terceira linha de defesa, assegura as análises independentes e orientadas para o risco relativamente à atividade das primeira e segunda linhas.

O sistema de informação e comunicação garante a existência de informação substantiva, atual, compreensível, coerente, atempada e fiável, que permita uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, o perfil de risco da instituição e o comportamento e perspectivas de evolução dos mercados relevantes. Para o efeito, cada entidade do Grupo desenvolve, implementa e mantém processos formais de obtenção e tratamento da informação adequados à respetiva dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, promovendo processos de comunicação e linhas de reporte que garantam a transmissão adequada e célere da informação relevante para os intervenientes apropriados, internos e externos.

O processo de informação financeira é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de apoio à gestão que registam, classificam, associam e arquivam, de forma atempada, sistematizada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

O processo de monitorização inclui todas as ações e avaliações de controlo desenvolvidas com vista a garantir a eficácia e adequação do sistema de controlo interno, nomeadamente, através da identificação de deficiências no sistema, quer na sua conceção, quer na sua implementação e/ou utilização. Executadas numa base contínua e como parte integrante das rotinas do Grupo, as ações de controlo e monitorização são complementadas com avaliações autónomas, periódicas ou extraordinárias. As deficiências com impacto material que possam ser detetadas através dos procedimentos de controlo são devidamente registadas, documentadas e reportadas aos órgãos de gestão e supervisão apropriados.

Neste contexto, a função de auditoria interna é exercida pela Direção de Auditoria com caráter permanente e independente, avaliando, em cada momento e de acordo com o plano estabelecido, a adequação e eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno como um todo, emitindo recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas. Neste âmbito, a Direção de Auditoria é informada das conclusões das ações de inspeção e auditoria interna realizadas em cada entidade do Grupo, sobretudo aquelas que incidem sobre a eficácia e a integridade do sistema de controlo interno da entidade.

Estes subsistemas do sistema de controlo interno são geridos, na vertente de gestão de riscos, pelo Risk Office e pelo Compliance Office a que se somam, na vertente de informação e *reporting*, a Direção de Estudos, Planeamento e ALM, a Direção de Tesouraria, Mercados e Internacional, a Direção de Contabilidade e Consolidação e as áreas responsáveis pela contabilidade nas diversas subsidiárias, que asseguram a existência dos procedimentos necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação, informação contabilística e financeira e demais elementos de apoio à gestão, bem como ao acompanhamento e controlo dos riscos ao nível do Grupo.

A atividade do Risk Office centra-se essencialmente em assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos no Grupo, nomeadamente ao desenvolver, propor, implementar e controlar a aplicação de um conjunto de metodologias e métricas de avaliação, capazes de permitir uma correta avaliação dos riscos incorridos e decorrentes das atividades do Grupo, que se encontram documentadas por normas e regulamentos internos. É ainda responsável por promover e coordenar as políticas e regras aplicáveis à gestão e controlo de risco em todas as entidades do Grupo, competindo-lhe garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objetivos em base consolidada. Neste quadro, o Risk Office tem acesso a todas as fontes de informação das entidades do Grupo que sejam necessárias para o exercício da identificação, medição, limitação, monitorização, mitigação e *reporting* dos vários tipos de risco a nível consolidado

A atividade do Compliance Office é transversal a todas as Instituições do Grupo, em termos de políticas de *compliance* aplicáveis, tendo em atenção as especificidades legais de cada jurisdição. O Compliance Office tem acesso aos sistemas de informação preventivos do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo adotados pelas diferentes entidades do Grupo, sendo igualmente informado e dando parecer sobre todas as alterações aos sistemas informáticos de alerta e aos processos de identificação dos Clientes e de comunicação de irregularidades verificadas nas entidades do Grupo, no âmbito do controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, por forma a promover um alinhamento de sistemas, metodologias e critérios com os utilizados no BCP.






A Direção de Contabilidade e Consolidação e a Direção de Estudos, Planeamento e ALM recebem e centralizam a informação financeira de todas as subsidiárias. À Direção de Auditoria compete a função de monitorização *in loco* do sistema de controlo interno, exercendo esta função transversalmente.



Assim, o *Risk Office*, o *Compliance Office*, a Direção de Contabilidade e Consolidação, a Direção de Estudos, Planeamento e ALM e a Direção de Auditoria asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação de informação ao nível do Grupo - tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e relativa ao acompanhamento e controlo dos riscos - que contemplam, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
- A identificação e controlo das operações intra-Grupo;
- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos;
- Validação e acompanhamento da implementação das medidas corretivas para resolução das deficiências de controlo interno com potencial impacto material.

Principais riscos e incertezas

Risco	Fontes de risco	Nível de Risco	Tendência	Interações
ENVOLVENTE				
Regulamentar	<ul style="list-style-type: none"> Riscos relacionados com acórdãos vinculativos emitidos por tribunais polacos em ações judiciais, instauradas contra os bancos (incluindo o Bank Millennium) por mutuários em empréstimos hipotecários indexados a moeda estrangeira e respetivos impactos no provisionamento Prática regular de realização de Testes de <i>Stress</i> pelo BCE Linhas de orientação da Comissão Europeia e do BCE em matéria de provisionamento de NPL Linhas de orientação da EBA sobre os modelos IRB 	Elevado	↑	<ul style="list-style-type: none"> Provisionamento para riscos legais na Polónia Proposta de resolução do conflito entre bancos e mutuários fora dos tribunais, por parte do Regulador Financeiro polaco (KNF) Requisito total de CET1 em 2021: 8,83% (9,27% <i>fully implemented</i>) Aprovação de um conjunto de medidas no sentido da flexibilização temporária dos requisitos de capital, por forma a permitir aos bancos europeus terem condições para apoiar a economia durante a crise motivada pela pandemia COVID-19 Maioria das linhas de orientação da EBA já está refletida nos modelos de risco do BCP, na sequência do diálogo contínuo com o BCE
Soberano	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação económica lenta em Portugal pode levar à degradação das finanças públicas a que cresce a elevada exposição estatal através da concessão de garantias nas linhas de crédito de apoio à economia Interrupção do processo de consolidação orçamental e da redução do endividamento dos setores público e privado em Portugal Menor capacidade para implementar estímulos orçamentais e fiscais Baixas taxas de juro e compressão dos <i>spreads</i> nas taxas de juro ativas em Portugal, em resultado, em parte, da concessão de crédito no âmbito das linhas COVID-19 Exposição à dívida soberana Portuguesa, Moçambicana e Angolana Velocidade de execução do plano de vacinação abaixo do esperado, originando um atraso imunidade de grupo, com repercussões na retoma económica 	Elevado	↑	<ul style="list-style-type: none"> Possível aumento das falências e do desemprego Queda dos mercados de capitais Implementação de medidas de contingência a nível europeu e nacional Recuperação da rendibilidade limitada pelo reduzido nível de taxas de juro em termos nominais e pelo baixo crescimento potencial <i>Stock</i> ainda elevado de NPA Aumento dos custos de financiamento Incerteza quanto ao <i>timing</i> da normalização da política monetária do BCE Disponibilização de vacinas e aumento da eficiência do plano de vacinação contra a COVID-19 na Zona Euro e em Portugal
FUNDING E LIQUIDEZ				
Acesso aos mercados de WSF e estrutura de <i>funding</i>	<ul style="list-style-type: none"> MMI a funcionar irregularmente Alargamento dos <i>spreads</i> e ausência de liquidez nos mercados de dívida WSF, como resultado do aumento da volatilidade nos mercados financeiros relacionada com a COVID-19 Custo da emissão de dívida para cumprir com os requisitos do MREL Interesse dos Clientes em aplicações fora de balanço, face ao reduzido nível de taxas de juro 	Reduzido	↔	<ul style="list-style-type: none"> Depósitos e recursos de Clientes de balanço determinantes na estrutura de <i>funding</i> Crescimento significativo dos recursos totais de Clientes originado pela pandemia e períodos de confinamento Necessidade de acesso aos mercados financeiros para cumprir com os requisitos do MREL, estimando-se que o <i>gap</i> seja gerível

Risco	Fontes de risco	Nível de Risco	Tendência	Interações
CAPITAL				
Risco de crédito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possível interrupção da tendência de descida dos NPAs, devido ao impacto económico da COVID-19 ▪ Aumento do número de incumprimentos de empresas e famílias, num cenário de retoma retoma económica lenta ▪ Aumento do endividamento de empresas devido à adesão a moratórias e linhas de crédito COVID-19 ▪ <i>Stock</i> de NPA ainda elevado ▪ Risco de execução do Plano de Redução de NPA, incluindo a redução da exposição a FRE ▪ Exposição a ativos imobiliários, diretamente ou através da participação em fundos de investimento imobiliário e de reestruturação ▪ Exposição significativa a dívida pública, num contexto de elevado nível de endividamento soberano ▪ Exposição creditícia a empresas moçambicanas ▪ Exposição a países emergentes com forte dependência de <i>commodities</i> 	Elevado		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução do Plano de Redução de NPA é crítica, tendo presente os requisitos de capital (SREP) e avaliações regulares de Agências de <i>Rating</i> ▪ Forte participação na distribuição das linhas de crédito COVID-19 (positivamente) e redução de NPE (negativamente) influenciam o crescimento da carteira de crédito ▪ Necessidade de reduzir a morosidade dos processos de recuperação de crédito e/ou empresas ▪ Necessidade da redução da exposição ao risco imobiliário, apesar da evolução positiva dos preços no imobiliário ▪ Necessidade de reduzir a exposição a FRE ▪ Deterioração da qualidade de crédito concedido diretamente a países emergentes ou empresas desses países ou empresas nacionais com relações comerciais com esses países
Risco de mercado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Volatilidade extrema nos mercados de capitais ▪ Aumento dos custos de <i>funding</i>, prémios de risco e risco de refinanciamento, como resultado do aumento da volatilidade provocado pela pandemia ▪ Agravamento das taxas de juro de curto prazo para valores mais negativos ▪ Perda de valor dos ativos e colaterais 	Reduzido		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incerteza nos mercados ▪ Políticas monetárias dos Bancos Centrais ▪ Rendibilidade dos ativos do fundo de pensões ▪ Redução dos resultados de <i>trading</i>
Risco operacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Restrições ao normal funcionamento das instituições financeiras, como resultado do impacto da COVID-19 ▪ Inerente à atividade do Grupo ▪ Crescimento do ciberrisco 	Reduzido		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Restrições ao atendimento nas sucursais ▪ Trabalho remoto ▪ Simplificação de processos ▪ Degradação dos controlos ▪ Risco de fraude ▪ Política de segurança de dados / cibersegurança ▪ Continuidade do negócio
Risco de concentração	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concentração do ativo em algumas dimensões 	Médio		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de reduzir o peso dos principais Clientes no total da carteira de crédito
Risco reputacional, legal e de compliance	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inerente à atividade do Grupo ▪ Desenvolvimento da atividade de aplicações fora de balanço e investimento ▪ Perdas individuais incorridas em disputas judiciais com Clientes relacionadas com os empréstimos hipotecários indexados a moeda estrangeira, na Polónia 	Médio		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eventuais reclamações de Clientes ▪ Eventuais sanções ou outros procedimentos desfavoráveis resultantes de inspeções ▪ Instabilidade e maior exigência do quadro normativo aplicável à atividade financeira ▪ Procedimento AML e contra o financiamento do terrorismo ▪ Desenvolvimento de possíveis soluções para conversão de empréstimos hipotecários indexados a moeda estrangeira, na Polónia

Risco	Fontes de risco	Nível de Risco	Tendência	Interações
CAPITAL				
Rendibilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possíveis impactos na margem financeira, comissões e custo do risco como resultado dos impactos da COVID-19 ▪ Possível deterioração da qualidade dos ativos poderá condicionar os níveis de rendibilidade, principalmente através do aumento de provisionamento ▪ Taxas de juro em níveis reduzidos em termos nominais ▪ Riscos relacionados com sentenças emitidas por tribunais polacos em ações judiciais, instauradas contra os bancos (incluindo Bank Millennium) por mutuários em empréstimos hipotecários indexados a moeda estrangeira. ▪ Imposição de limitações regulamentares assimétricas à política de <i>pricing</i> dos ativos e passivos ▪ Espaço mais limitado para reduzir taxas nos depósitos a prazo na nova produção ▪ Limitações regulamentares e pressão mediática sobre os níveis de comissionamento ▪ Imposição de limitações à cobertura dos ativos problemáticos por imparidades ▪ Exposição a economias emergentes ▪ Concorrência de novos agentes de mercado como as Bigtechs e as Fintechs 	Médio		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impactos negativos na margem financeira: efeito preço, efeito volume e efeito crédito vencido ▪ Impactos negativos nas comissões, em caso de abrandamento da atividade bancária ou de medidas extraordinárias adotadas para apoiar empresas ▪ Necessidade de prosseguir o controlo sobre os custos operacionais ▪ Aumento do custo do risco ▪ Manutenção de uma cobertura de ativos problemáticos por provisões adequada ▪ Reforço do nível de provisionamento relacionado com riscos legais associados a empréstimos hipotecários indexados a moeda estrangeira ▪ Reformulação do modelo de negócio e transformação digital
Risco ESG	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciativas regulatórias no sentido de incluírem os riscos ESG, com impactos ainda não totalmente definidos, nomeadamente em termos de requisitos de capital ou RWA ▪ Crescente inclusão de critérios ESG na decisão de investimento em ações ou títulos de dívida ▪ Crescente escrutínio por parte de analistas, incluindo Agências de rating, sobre o impacto dos riscos de ESG ▪ Risco legal associado à carteira de créditos denominada em CHF 	Reduzido		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano Diretor de Sustentabilidade 2021 com objetivos e métricas que norteiam atuação nas três dimensões ESG ▪ Inclusão de critérios ESG no <i>Risk Appetite Statement</i> ▪ Criação do Comité de Sustentabilidade e de uma Direção dedicada ao ESG ▪ Reforço da inovação e desenvolvimento de soluções ESG para Clientes dos vários segmentos ▪ Adoção de medidas de impacto ambiental ▪ Aperfeiçoamento do plano para a Igualdade de Género

Gestão do risco

Enquadramento

Apetite pelo risco

O Grupo BCP desenvolve as suas atividades de negócio de uma forma controlada, prudente e sustentável, assente a todo o momento na adequação e compatibilidade entre os objetivos fixados para o negócio e os níveis de tolerância ao risco definidos em função da sustentabilidade e rentabilidade, no longo-prazo.

Assim, o Grupo define e implementa controlos e limites para os riscos materiais a que a sua atividade está sujeita, a partir da sua “Declaração de apetite pelo risco” - o RAS (*Risk Appetite Statement*) - o que concorre de forma relevante para uma postura de prudência e sustentabilidade do negócio, tendo em vista a rentabilidade do mesmo, bem como a satisfação dos diferentes *stakeholders*: Acionistas, Clientes e Colaboradores.

O RAS do Grupo é constituído por um conjunto de 27 indicadores considerados de importância primordial e representativos de diversos riscos classificados como “materiais” no âmbito do processo formal de identificação e quantificação de riscos, levado a cabo com uma periodicidade mínima anual.

Para cada um dos indicadores em causa, são estabelecidos 2 níveis de limitação: um ‘nível de alerta’, até ao qual o nível do risco representado é aceitável e a partir do qual devem, desde logo, ser tomadas medidas corretivas (por forma a que o nível de risco regrida para um nível aceitável) e um ‘nível de rotura’, que obriga a medidas imediatas com impacto significativo, destinadas a corrigir uma situação de risco considerada inaceitável.

A partir dos indicadores do RAS são estabelecidos indicadores de nível inferior (e respetivos limites), com maior nível de granularidade e assegurando uma monitorização mais detalhada e adequada a uma perspetiva de controlo de riscos mais orientada para o dia-a-dia dos processos de negócio, com base em métricas especializadas e com um cariz acentuadamente técnico. Todos os limites de risco são aprovados pelos órgãos de Governo competentes definidos nos normativos internos, sendo periodicamente revistos e atualizados.

Para as principais geografias em que o Grupo opera são também estabelecidos indicadores de apetite ao risco específicos (RAS “individuais”). Assim, a definição de RAS envolve indicadores para Portugal, Polónia, Moçambique e Suíça, sendo que alguns destes indicadores integram o conjunto do RAS Corporativo, ou seja, são métricas comuns e obrigatórias em todas as geografias (mas com limites adequados a cada uma das operações e estrutura em causa) traduzindo a desagregação do apetite pelo risco do Grupo no apetite pelo risco de cada geografia. Para além das métricas corporativas, o RAS local integra outras métricas que visam medir riscos idiossincráticos de cada geografia.

Estratégia

A delimitação do apetite de risco, traduzida no RAS, enquanto o conjunto primordial de indicadores que traduzem e materializam o apetite pelo risco, constitui um dos vetores orientadores da “Estratégia de Risco” do Grupo, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração do BCP, sob proposta da Comissão de Avaliação de Riscos. Com efeito, a partir do RAS, são estabelecidas as principais linhas de ação a desenvolver pelo Grupo por forma a endereçar a mitigação ou controlo de todos os riscos materiais identificados. O conjunto destas linhas de ação constitui, formalmente, a Estratégia de Risco do Grupo. Logo, o RAS e a Estratégia de Risco são elementos indissociáveis e fulcrais da gestão de risco do Grupo, ambos visando o controlo e a mitigação dos riscos classificados no âmbito do processo de identificação de riscos.

Integração entre o negócio e a gestão de risco

A estrutura de apetite pelo risco - que inclui a identificação dos riscos materiais, o RAS e a Estratégia de Risco - é revista pelo menos uma vez por ano e sempre que a monitorização trimestral o aconselhe (e.g. conclusão de que há novos riscos materiais). Esta estrutura (*Risk Appetite Framework*) providencia um quadro de referência para a monitorização permanente dos riscos que incidem sobre as atividades de negócio e de suporte ao negócio, para o acompanhamento de todas as variáveis, indicadores e respetivos limites que decorrem do RAS. O acompanhamento permanente baseado nesta estrutura é, pois, o

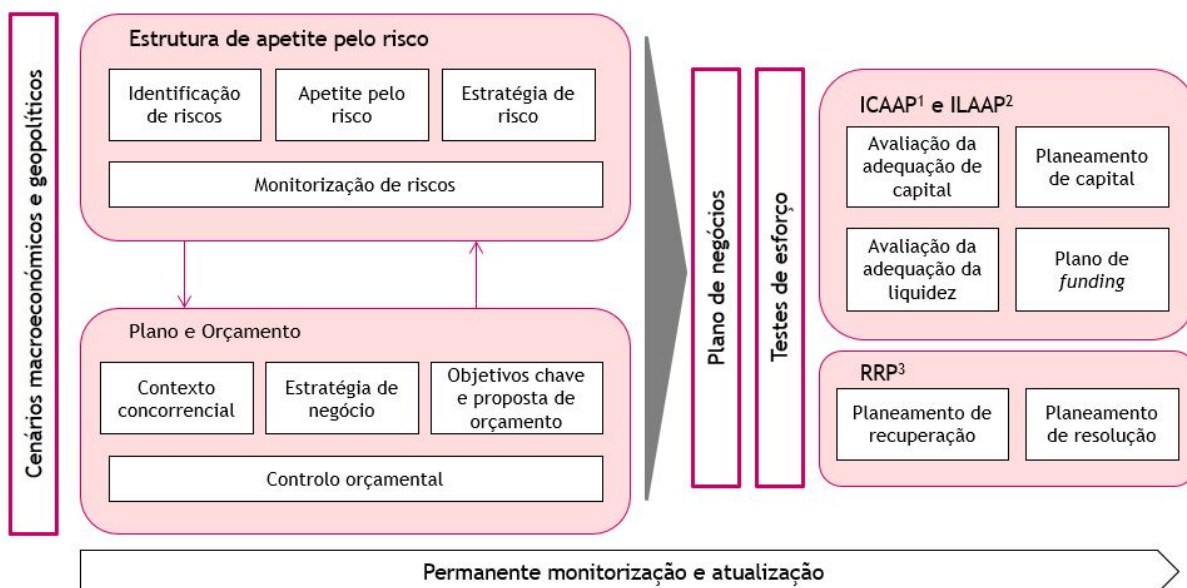
resultado de uma ligação robusta entre o quadro de referência da gestão de riscos assim definido e a grande diversidade de métricas e indicadores aplicáveis às diversas atividades desenvolvidas, sendo esta ligação imprescindível para um desempenho eficaz da gestão de risco no Grupo.

Além disso, existe uma interação, em ambos os sentidos, entre a definição da estrutura de apetite pelo risco do Grupo e os seus objetivos de negócio, representados no planeamento e orçamentação do negócio.

Assim, a estrutura de apetite pelo risco condiciona a envolvente de objetivos de negócio uma vez que o plano de negócio respeita os limites de risco definidos pelo Conselho de Administração.

Por sua vez, as estruturas de objetivos de negócio e de apetite pelo risco constituem as fundações para todas as atividades e linhas de negócio desenvolvidas, balizando igualmente os controlos globais sobre a robustez financeira do Grupo, como sejam os testes de esforço e os processos internos para avaliação da adequação do capital (ICAAP) e da liquidez (ILAAP), bem como o Plano de Recuperação e as atividades no âmbito do planeamento de resolução.

A figura seguinte ilustra de forma sintética as relações acima descritas, proporcionando uma representação gráfica da integração da gestão de risco no âmbito do negócio desenvolvido pelo Grupo BCP.



1 Internal Capital Adequacy Assessment Process (Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital)

2 Internal Liquidity Adequacy Assessment Process (Processo Interno de Avaliação da Adequação da Liquidez)

3 Recovery and Resolution Planning (Planeamento de Recuperação e de Resolução)

Controlo interno

A função de Gestão de Risco é parte integrante do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, a par das funções de Compliance e de Auditoria Interna, contribuindo para o sólido ambiente de controlo e delimitação de riscos sobre o qual o Grupo desenvolve as suas atividades de negócio (e de suporte ao negócio).

No âmbito do SCI, as funções de Gestão de Risco e de Compliance formam o Sistema de Gestão de Risco (SGR) do Grupo, que se materializa num conjunto integrado e abrangente de recursos, normas e processos que asseguram um enquadramento apropriado às diferentes naturezas e materialidade dos riscos subjacentes às atividades desenvolvidas, para que os objetivos de negócio do Grupo sejam atingidos de forma sustentável e prudente.

Neste sentido, o SCI e o SGR proporcionam ao Grupo a capacidade para identificar, avaliar, acompanhar e controlar os riscos - internos ou externos - a que o Grupo se encontra exposto, por forma a garantir que os mesmos se mantêm em níveis aceitáveis e dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração.

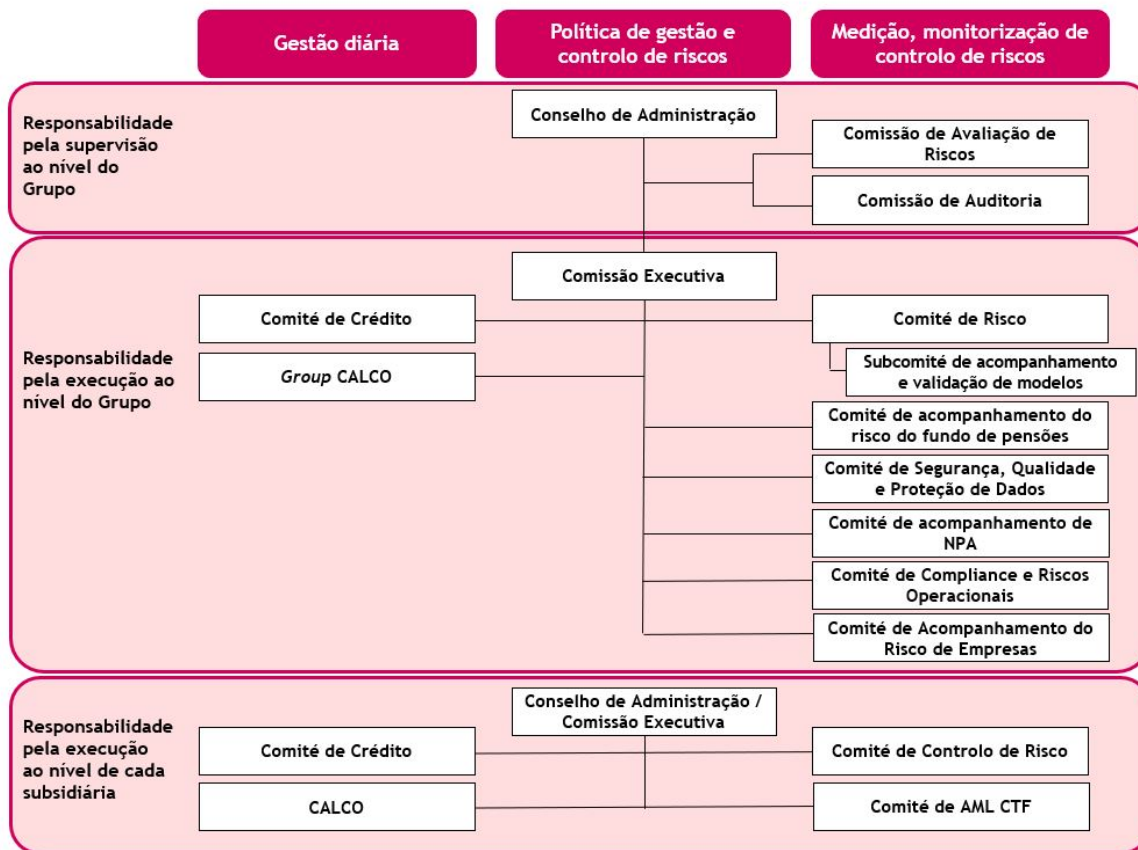
Assim, o SGR corporiza a chamada “2ª Linha de Defesa” em relação aos riscos que impendem sobre todas as atividades do Grupo. Nesta abordagem, a 1ª Linha de Defesa é assegurada, no dia-a-dia, por todas as unidades organizacionais do Grupo - com base numa adequada formação e consciencialização quanto aos riscos e na delimitação das atividades através de uma estrutura normativa completa e detalhada - enquanto a 3ª Linha de Defesa é desenvolvida através da supervisão interna/revisão independente (*Internal Review Function - IRF*), assegurada pela função de Auditoria Interna.

Refira-se, ainda, que o SCI:

- É suportado por um sistema de informação e comunicação que assegura a captação, tratamento, partilha e divulgação interna/externa de dados relevantes, abrangentes e consistentes sobre o negócio, as atividades desenvolvidas e os riscos incidentes sobre as mesmas, de forma tempestiva e fiável. Esta infraestrutura de gestão e tratamento de dados (e de informação de gestão) está alinhada com os princípios do Comité de Basileia no que se refere a uma eficiente agregação de dados de risco e reporte de risco (BCBS 239 - *Principles for effective risk data aggregation and risk reporting*);
- É continuamente monitorizado pelo Grupo, sendo registadas as situações de insuficiente controlo interno - sob a forma de recomendações/deficiências ou oportunidades de melhoria - para correção/erradicação e reporte regulamentar.

Governo da Gestão de Risco

A figura seguinte, referida a 31/12/2020, representa o Governo do SGR, exercido através de diversos órgãos e unidades organizacionais com competências específicas no âmbito da gestão de risco ou da respetiva supervisão interna.



As composições, competências e responsabilidades dos órgãos de gestão e supervisão intervenientes no governo da gestão de risco - para além do Conselho de Administração (CA) e da sua Comissão Executiva (CE) - são as seguintes:

Comissão de Avaliação de Riscos

A Comissão de Avaliação de Riscos, nomeada pelo CA, é composta por três a cinco administradores não-executivos, tendo, designadamente as seguintes competências:

- Aconselhar o CA sobre o apetite pelo risco e a estratégia de risco, acompanhando e intervindo no processo de definição e revisão do *Risk Appetite Framework* do Grupo e dando parecer ao CA sobre a respetiva adequação;
- Acompanhar a evolução das métricas do RAS, verificando o alinhamento das mesmas com os patamares e níveis definidos e monitorizando os planos de ação desenhados para assegurar o cumprimento dos limites de risco estabelecidos;
- Aconselhar o CA quanto às políticas relativas à identificação, gestão e controlo dos riscos no Grupo, acompanhando os níveis globais de risco para assegurar que os mesmos são compatíveis com os objetivos, recursos financeiros disponíveis e estratégias aprovadas para o desenvolvimento das atividades do Grupo;
- Acompanhar os processos de planeamento de capital (ICAAP) e de liquidez (ILAAP), dando parecer ao CA sobre as respetivas conclusões, bem como analisar e aprovar as conclusões resultantes da monitorização regular destes processos;
- Acompanhar e intervir na revisão do Plano de Recuperação, dando parecer ao CA quanto à respetiva adequação.

No âmbito do planeamento da resolução, a Comissão de Avaliação de Riscos aprova o respetivo plano de trabalhos anual e monitoriza a sua execução.

O Risk Officer reporta funcionalmente a esta comissão e participa nas respetivas reuniões, apresentando a evolução dos principais indicadores e métricas de risco, bem como todas as incidências, alterações e evoluções relativas ao SGR.

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria, eleita pela Assembleia Geral, é composta por três a cinco administradores não-executivos. No âmbito da governação da gestão de riscos, esta comissão tem competências globais de supervisão/fiscalização societária - no que se refere, designadamente, ao acompanhamento dos níveis de risco do Grupo - bem como as que lhe são cometidas na esfera do SCI, designadamente:

- Supervisionar/controlar a eficácia do SGR (materializado pelas funções de Gestão de Risco e de *Compliance*), do SCI e, também, do próprio sistema de auditoria interna;
- Analisar, acompanhando regularmente, as demonstrações financeiras e os principais indicadores prudenciais, os relatórios de risco preparados pelo Risk Office, a atividade do Compliance Office, o tratamento de queixas e reclamações e a principal correspondência trocada com as autoridades de supervisão;
- Emitir pareceres referentes a operações com a contratação de bens e serviços e partes relacionadas, por forma a evitar conflitos de interesse.

A Comissão de Auditoria mantém reuniões periódicas com os responsáveis da Direção de Auditoria, do Compliance Office e do Risk Office.

O Compliance Officer reporta funcionalmente a esta comissão e participa nas respetivas reuniões, apresentando a evolução da monitorização dos riscos de conformidade, bem como todos os desenvolvimentos e interações com a regulação/supervisão em matéria de cumprimento normativo.

O Risk Officer participa nas reuniões regulares desta comissão, informando sobre a evolução dos principais indicadores e métricas de risco e da imparidade do crédito, bem como o estado de resolução das recomendações do âmbito do SGR, de controlo interno ou emitidas pelas autoridades de regulação/supervisão.

Comité de Risco

Este comité, nomeado pela CE, é responsável pela definição, ao nível executivo, do *framework* e das políticas e instrumentos de gestão de riscos no Grupo, estabelecendo os respetivos princípios, regras, limites e práticas para as Entidades do Grupo, tendo em conta os limiares de risco definidos.

O Comité de Risco acompanha os níveis globais de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, bem como todos os restantes riscos considerados materialmente relevantes para o Grupo, assegurando que os níveis de risco são compatíveis com os objetivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade do Grupo. O Comité de Risco valida ainda a conformidade da gestão de riscos com a legislação/regulamentação aplicável.

Integram este comité o *Chief Executive Officer* (CEO), o *Chief Financial Officer* (CFO) e o *Chief Risk Officer* (CRO), bem como, facultativamente, o *Chief Operations Officer* (COO) e os membros da CE com os pelouros de Empresas e Banca de Investimento e de Retalho (*Chief Corporate Officer/CCorpO* e *Chief Retail Officer/CRetO*, respetivamente).

São igualmente membros do Comité: o Risk Officer, o Compliance Officer e os primeiros responsáveis das Direções de Tesouraria e Mercados & Internacional (DTMI), de Crédito (DCR), de Rating (DRAT), do Gabinete de Acompanhamento e Validação de Modelos (GAVM) e do Gabinete de Acompanhamento Regulatório e da Supervisão (GARS). O primeiro responsável da Direção de Auditoria (DAU) é membro convidado permanente do Comité de Risco, sem direito de voto.

O Subcomité de Acompanhamento e Validação de Modelos acompanha o desempenho e confirma a validade dos sistemas de rating e modelos utilizados pelo Banco no âmbito da função de gestão de riscos (e.g. PD, LGD, CCF, riscos de mercado, ICAAP, etc.) informando o Comité de Risco sobre a adequação dos mesmos e propondo alterações sempre que aplicável. Apresenta, ainda, os resultados da gestão do risco dos modelos e propõe medidas concretas de melhoria do risco específico dos modelos.

Comité de Acompanhamento de NPA (Non-performing Assets)

Este Comité, nomeado pela CE, tem a responsabilidade de acompanhar a evolução do risco de crédito, sob diversos aspetos:

- Acompanhar o Plano de Redução de NPA/NPE, incluindo a respetiva vertente operacional e o cumprimento dos objetivos quantitativos assumidos; para além da redução de NPE (*non-performing exposures/exposições* de crédito não produtivas), o comité acompanha também o processo de desinvestimento da carteira de imóveis e de ativos recebidos em resultado de processos de recuperação de crédito (*foreclosed assets*), bem como de outros ativos considerados improdutivos;
- Análise da performance dos processos de recuperação de crédito;
- Qualidade da carteira e principais indicadores de performance e risco;
- Imparidade, incluindo os principais casos de análise individual.

São membros deste Comité o CEO, o CRO, o CRetO e o COO, bem como, facultativamente, o CFO. Quaisquer outros membros da CE podem participar nas reuniões deste órgão sempre que considerem conveniente fazê-lo. São também membros do Comité os primeiros responsáveis das seguintes Direções: Risk Office (ROFF), Crédito (DCR), Rating (DRAT), Acompanhamento Especializado (DAE), Recuperação de Retalho (DRR), Recuperação Especializada (DRE), Assessoria Jurídica e Contencioso (DAJC), Informação de Gestão (DIG) e Crédito Especializado e Imobiliário (DCEI). O primeiro responsável da DAU é membro convidado permanente deste comité, sem direito de voto.

Comité de Acompanhamento do Risco dos Fundos de Pensões

Este Comité, nomeado pela CE, tem por competências:

- Apreciar a *performance* e o risco dos Fundos de Pensões do Grupo em Portugal;
- Estabelecer, para os mesmos, as políticas de investimento e estratégias de cobertura de risco adequadas.

Integram este comité: o CEO, o CFO e o CRO. Quaisquer outros membros da CE podem participar nas reuniões deste órgão se assim o considerarem como conveniente. Os restantes membros deste comité são os primeiros responsáveis das seguintes Direções: ROFF, Estudos, Planeamento e ALM (DEPALM), Wealth Management (DWM) e Recursos Humanos (DRH). Por convite e sem direito de voto, participam ainda nas reuniões do comité representantes da entidade gestora dos Fundos de Pensões e da Ocidental Pensões.

Comité de Compliance e Riscos Operacionais

Este Comité, nomeado pela CE tem as seguintes atribuições e responsabilidades, com vista a assegurar que a atividade do Banco contribui para uma adequada cultura de risco e controlo interno:

- Acompanhar a atividade do Banco e das restantes entidades do Grupo, coordenando e gerindo com regularidade as políticas e obrigações do Banco e das suas filiais/subsidiárias, de forma a garantir o cumprimento das normas legais e internas, garantir o alinhamento das estratégias de Grupo e a definição de prioridades em matérias de *compliance*;
- Acompanhar o *framework* de gestão dos riscos operacionais, o qual inclui a gestão dos riscos de IT (*Information Technologies*) e de *Outsourcing* (subcontratação);
- Monitorizar as exposições a riscos operacionais, bem como o estado de implementação e eficácia das medidas de mitigação de riscos e das medidas destinadas a reforçar o ambiente de controlo interno;
- Acompanhar a gestão e a melhoria dos processos do Banco, com vista a monitorizar e a reduzir os níveis de exposição aos riscos de *compliance* e operacionais.

São membros deste Comité: o CEO, o COO, o CRO e o CRetO. Podem participar das reuniões deste órgão quaisquer outros membros da CE que considerem conveniente fazê-lo. São também membros deste Comité os primeiros responsáveis das seguintes Direções: Compliance Office (COFF), ROFF, Informática e Tecnologia (DIT), Operações (DO) e Qualidade e Apoio à Rede (DQAR). São convidados permanentes deste Comité, sem direito a voto: o primeiro responsável pela DAU, o AML^(*) Officer e os responsáveis pelas áreas do COFF que tratam das matérias em discussão.

(*) Anti-money laundering (combate à lavagem de dinheiro)

Comité de Segurança, Qualidade e Proteção de Dados

Este Comité, nomeado pela CE tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

- Definição de orientações e aprovação das políticas de gestão da segurança dos sistemas de informação, de gestão e qualidade de dados, de gestão da segurança física, de gestão da continuidade de negócio e de proteção de dados pessoais;
- Revisão periódica das ameaças emergentes e tendências mais relevantes em termos de segurança de dados e tecnologias de informação, com foco particular na cibersegurança;
- Análise dos relatórios periódicos dos incidentes de segurança dos sistemas de informação, de gestão e qualidade de dados e de segurança física, identificando medidas de remediação e melhoria adequadas;
- Acompanhamento de iniciativas e projetos nas áreas de segurança de sistemas/dados, segurança física e proteção de dados e monitorização das métricas de *performance* nestas áreas;
- Aprovação dos planos anuais de exercícios de avaliação de segurança, *DRP (Disaster Recovery Plan)* e de continuidade de negócio, bem como a respetiva avaliação quantitativa/qualitativa;

São membros deste Comité: o COO, o CRO e o CRetO. Quaisquer outros membros da CE podem participar nas reuniões deste Comité, sempre que considerem conveniente fazê-lo. São também membros deste Comité os primeiros responsáveis das seguintes Direções: COFF, ROFF, Informática e Tecnologia (DIT), Qualidade e Apoio à Rede (DQAR) e Segurança de Informação (DSI). O primeiro responsável pelo Departamento de Segurança e Continuidade do Negócio, o Data Protection Officer (DPO) e o Data Officer (CDO) são também membros permanentes deste Comité, bem como o primeiro responsável pela DAU (este último sem direito de voto).

Comité de Acompanhamento de Risco de Empresas

Este Comité, nomeado pela CE tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

- Acompanhar a evolução das exposições de crédito dos maiores Clientes empresas em cumprimento, em particular avaliando as implicações decorrentes da pandemia de COVID-19 face aos fatores de risco específicos de cada cliente (setor de atividade, situação financeira de partida, estrutura de custos, etc.), emitindo pareceres relativamente à estratégia de crédito a adotar;
- Acompanhar o risco de contraparte e o risco de concentração das maiores exposições;

São membros deste comité: o CEO, o CRO, o CCorpO e o CRetO. Quaisquer outros membros da CE podem participar nas reuniões deste Comité, sempre que considerem conveniente fazê-lo. São também membros deste Comité os primeiros responsáveis das seguintes Direções: ROFF, Direções de Coordenação de Empresas Norte/Sul (DCEN/DCES), Direção de Large Corporates (DLC), Direção de Coordenação da Banca de Investimento (DCBI), Direção de Banca Institucional (DBI), DRE, DCR, DRAT e Marketing de Empresas e Negócios.

Comité de Crédito

Este Comité, nomeado pela CE, tem por funções apreciar e decidir sobre propostas de concessão de crédito a Clientes do Banco Comercial Português, segundo as competências que lhe são atribuídas no Regulamento de Crédito do Banco. Para além disso, o Comité de Crédito poderá emitir pareceres consultivos relativos a propostas de crédito de entidades subsidiárias do Grupo.

Os membros deste Comité são os seguintes: CEO, CFO (facultativo), CCorpO, CRetO (facultativo), CRO (com direito de veto) e COO (facultativo). São também membros do comité os primeiros responsáveis da DCR, das DCEN e DCES, da DLC, da DAE, da DRE e da DCBI, bem como os diretores de crédito de segunda linha e, em função das propostas em decisão, poderão ser convidados a participar diretores coordenadores de outras Áreas de Negócio (e.g. Private Banking, Retalho ou Recuperação de Retalho) ou membros dos Comités de Crédito das entidades participadas no exterior. São convidados permanentes deste Comité e sem direito de voto: o Risk Officer, o Compliance Officer, o primeiro responsável da DBI e o Secretário da Sociedade. Poderão ainda ser convidados a participar (igualmente, sem direito de voto) outros Colaboradores do grupo que sejam relevantes para os assuntos em discussão.

CALCO

Também designado por “Comité de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Ativos e Passivos”, é o órgão responsável pela gestão do capital global do Grupo, gestão de ativos e passivos e definição de estratégias de gestão da liquidez ao nível consolidado. Em concreto, é responsável pela gestão estrutural dos riscos de taxa de juro e liquidez, incluindo, entre outros, os seguintes aspetos:

- Estabelecimento de orientações de gestão de ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais, ao nível consolidado;
- Definição da política de alocação de capital e de prémios de risco;
- Definição da política de preços de transferência, nomeadamente, no que se refere a prémios de liquidez;
- Monitorização dos indicadores de capital e liquidez, dos indicadores do Plano de Recuperação e da execução do Plano de Liquidez;
- Definição das políticas e estratégia de acesso a mercados de *wholesale funding* e definição da composição do *buffer* de liquidez;
- Definição da política de investimento do *Investment Portfolio* e monitorização da respetiva performance;
- Definição da estratégia e posicionamento no âmbito da gestão do risco de taxa de juro, bem como das políticas e limites para a mesma, tendo em consideração as condições de mercado em cada momento.

O CALCO reúne mensalmente compõe-se dos seguintes administradores executivos: CEO (facultativo), CFO, CCorpO, CRetO, CRO e COO (facultativo). São também membros deste órgão os primeiros responsáveis da DEPALM, do ROFF, da DIG, da DTMI e da DWM, bem como o Chief Economist, o responsável pela área de ALM^(*) da DEPALM e dois elementos designados pelos Comitês de Retalho e de Empresas e da Banca de Investimento.

Risk Office

O Risk Office (ROFF) é a unidade de estrutura responsável pela função de controlo de risco a nível consolidado do Grupo, promovendo o alinhamento global de conceitos e práticas na avaliação e controlo de riscos. Compete ao ROFF informar a Comissão Executiva, a Comissão de Avaliação de Riscos e o Comité de Risco do nível geral de risco, propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os mecanismos que assegurem o cumprimento dos limites aprovados. As funções do ROFF, sinteticamente descritas e enumeradas, são as seguintes:

- Suportar o estabelecimento de políticas e metodologias de gestão de risco para a identificação, medição, limitação, monitorização, mitigação e reporte dos diversos tipos de risco;
- Promover a revisão da apetência ao risco do Grupo e o processo de identificação de riscos;
- Emitir pareceres sobre a compatibilidade das propostas e decisões relativas aos riscos face aos limites RAS aprovados;
- Participar na definição da estratégia de risco e nas decisões relativas à gestão de riscos
- Coordenar o Plano de Redução de NPA/NPE e os processos do ICAAP e do ILAAP;
- Assegurar a existência de um corpo de regras e procedimentos, de uma plataforma de IT efetiva e de uma base de dados para suporte de uma gestão de risco robusta e completa;
- Controlar, numa base permanente, da evolução dos diferentes riscos e a conformidade com as políticas, regulações e limites aplicáveis;
- Participar no SCI;
- Preparar informação relativamente à gestão de risco para ser divulgada, internamente e ao mercado;
- Apoiar os trabalhos dos Comitês de Risco, de Acompanhamento de NPA e de Acompanhamento do Risco dos Fundos de Pensões, participando ainda nos Comitês de Crédito, CALCO, de Segurança, Qualidade e Proteção de Dados, de Compliance e Riscos Operacionais e de Acompanhamento de Risco de Empresas.

O primeiro responsável pelo ROFF é nomeado pelo CA, reportando hierarquicamente ao CA e à sua CE, reportando também funcionalmente à Comissão de Avaliação de Riscos.

(*) *Assets and liabilities management* (gestão de ativos e passivos).

Compliance Office

O Compliance Office (COFF) assegura funções de segunda linha de defesa, no âmbito denominado "Modelo das 3 linhas de defesa", relativamente ao risco de *compliance*, i.e., ao risco de não conformidade com leis e regulamentação aplicáveis.

As principais missões do COFF, relativamente a todas as instituições do Grupo, são as seguintes:

- Dinamizar a adoção e o cumprimento das normas, internas e externas, que enquadram a atividade do Grupo, zelando pelo cumprimento dos compromissos contratuais relevantes assumidos;
- Promover os valores éticos da organização e contribuir para uma cultura de controlo interno, por forma a mitigar o risco de imputação de sanções ou da ocorrência de prejuízos patrimoniais ou reputacionais.

O Compliance Officer é nomeado pelo CA reportando hierarquicamente à Comissão Executiva e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria, exercendo as suas funções de forma independente, permanente e efetiva, incumbindo-lhe definir as políticas, orientações e ferramentas adequadas a uma atuação pró-ativa e preventiva e de avaliação dos riscos.

Enquanto estrutura da segunda linha de defesa responsável pelo cumprimento normativo e risco de conformidade, pelos riscos associados ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, pelos riscos de conduta e de abuso de mercado e por outros riscos de natureza operacional, o Compliance Office emite decisões, com força vinculativa para os seus destinatários, visando a conformidade legal e regulamentar das diversas áreas de negócio e de suporte ao negócio. A atuação do COFF é baseada numa abordagem de risco, monitorizando os riscos de negócio, de Clientes e de transações, contribuindo assim para a promoção de um eficaz ambiente de controlo interno e de rigor

No âmbito da elaboração de pareceres e estudos associados, a pedido das diversas áreas e direções do Banco, o COFF:

- Identifica e avalia os diversos tipos de riscos - tanto no âmbito do processo de aprovação de produtos e serviços, como em processos corporativos e de conflitos de interesses;
- Elabora propostas de correção de processos e de mitigação dos riscos;
- Proceda à análise permanente do ambiente geral de supervisão e, em geral, presta apoio especializado em matérias de controlo e cumprimento normativo.

No âmbito das suas funções específicas, o COFF assegura também uma avaliação e intervenção quanto:

- Ao controlo e monitorização dos riscos de *compliance*;
- À prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo (PBC/FT);
- À mitigação do risco reputacional em todas as entidades do Grupo, visando o alinhamento de conceitos, práticas e objetivos nestas matérias

Compete-lhe, ainda, a elaboração e apresentação aos órgãos de administração e fiscalização, de relatórios, com periodicidade mínima anual, identificando as não-conformidades verificadas e referindo as recomendações emitidas no sentido da respetiva correção.

O COFF promove, intervém e participa ativamente na formação de Colaboradores, através da realização de ações de formação de *compliance* para todo o universo do Grupo, mantendo um elevado repositório de conhecimentos sobre temas da sua competência, designadamente, no que se refere à PBC/FT.

Principais desenvolvimentos e realizações em 2020

Em 2020, a função de gestão de riscos manteve o enfoque no aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controlo de riscos do Grupo, na monitorização permanente dos níveis de risco incorridos em relação aos limites de tolerância do RAS assegurando, ao mesmo tempo, total conformidade com os requisitos regulamentares e de supervisão e mantendo atualizada a estrutura de regulamentação interna adequada ao controlo e gestão de riscos.

As atividades mais relevantes desenvolvidas durante 2020 foram, sinteticamente, as seguintes:

- Participação na implementação do plano de contingência do Banco face à pandemia do COVID-19, em particular no respeitante ao ajuste aos desafios à gestão de risco derivados da pandemia (e.g. desenho e implementação de reporte específico para acompanhamento da carteira de crédito no âmbito da pandemia; identificação de ativos não produtivos; ajuste das metodologias IFRS9; isolamento dos custos operacionais relativos ao coronavírus e no acompanhamento das medidas de apoio à economia no âmbito do impacto da pandemia COVID-19, nomeadamente da sua implementação e reporte às Entidades de Supervisão); acompanhamento das medidas implementadas pelo Banco com o objetivo de responder adequadamente aos impactos decorrentes do surto pandémico COVID-19, designadamente do fim das medidas de apoio a empresas e particulares;
- Melhoria contínua do modelo de governo interno, gestão, medição e controle de risco ao nível do Grupo, incluindo a implantação de um novo departamento no Risk Office especificamente dedicado à monitorização de risco de crédito, de uma estrutura dedicada à análise de amostragem de operações reestruturadas por dificuldades financeiras e o reforço do quadro de pessoal do Risk Office;
- Coordenação da Estratégia de Risco e da revisão do RAS ao nível do Grupo, incluindo o processo de identificação de riscos;
- Conclusão dos relatórios anuais do ICAAP e ILAAP, a sua monitorização corrente assegurando a adequação de capital e liquidez do Grupo de forma contínua e ainda a participação em outros processos de planeamento do Banco como o Funding and Capital Plan e o planeamento de Recuperação e Resolução do Grupo;
- Reforço da supervisão e de um risco sólido e comum, implementando um sistema de reporte diário dos principais indicadores de risco de todas as geografias;
- Enfoque na melhoria da eficácia do sistema de controle interno;
- Definição dos procedimentos para atender aos requisitos de concessão de crédito para devedores de risco acrescido na sequência da Carta Circular CC/2020/00000013 do Banco de Portugal;
- Implementação das disposições e do sistema de reporte, do provisionamento *backstop* para operações não *performing*, conforme os *guidelines* e orientações do SSM;
- Implementação do Plano de redução de NPA/NPE, incluindo a venda de carteiras de créditos a investidores institucionais em processo competitivo no mercado;
- Consolidação e acompanhamento da implementação da nova definição de *default* e da sua divulgação dentro da organização;
- Lançamento dos trabalhos para a implementação das novas diretrizes da EBA sobre originação e monitorização do crédito;
- Submissão de diversos pedidos de autorização no âmbito de modelos IRB, em Portugal e na Polónia, respostas a inspeções TRIMIX, alargamento do âmbito do desenvolvimento e monitorização de modelos (modelos de PD para Retalho) e lançamento do re-desenvolvimento de vários modelos;
- Melhoria contínua dos sistemas de gestão e controlo do risco de liquidez e de financiamento ao nível do Grupo (revisão anual do *framework* interno de teste de esforço de liquidez incorporando o impacto das medidas de flexibilização do colateral elegível promovidas pelo BCE em resposta à crise do COVID-19; implementação de novos testes de esforço de liquidez intradiária; melhoramento do *framework* de gestão do risco de liquidez no Banco Internacional de Moçambique);
- Aperfeiçoamento do *framework* de controlo de risco de taxa de juro da carteira bancária em linha com as mais recentes orientações do regulador em vigor sobre o tema;
- Participação no exercício 2020 EBA benchmarking;
- Reforço dos processos de monitorização e controlo de riscos de mercado e continuação do projeto de implementação da FRTB - *Fundamental Review of the Trading Book*;
- Melhoria contínua da qualidade dos dados de suporte às decisões de gestão de risco no Grupo, nomeadamente na participação em projetos relacionados a implementação do BCBS 239 e no *upgrade* da plataforma tecnológica de suporte ao Risk Office;
- Realização dos exercícios anuais de autoavaliação de riscos operacionais e dos riscos de ICT (*Information and Communications Technologies*);
- Monitorização do risco de *outsourcing* para os contratos mais importantes, em articulação com os respetivos gestores de contrato (*contract managers*) e implementação normativa das Orientações EBA/GL/2019/02 relativas à subcontratação.

- Revisão contínua da regulamentação interna sobre políticas e procedimentos relacionados com a gestão e controlo de riscos e governo interno;
- Reforço dos processos de abertura de conta e da filtragem de operações, por forma a garantir o cumprimento dos regimes de sanções e embargos decretados pelas autoridades nacionais e supranacionais competentes, bem como a sua monitorização, com vista a detetar e prevenir situações potencialmente irregulares;
- Desenvolvimento de novas soluções, mais eficientes, com base em processos de automação para análise dos fatores de risco inerentes ao estabelecimento de novas relações de negócio ou ao aprofundamento de relações existentes;
- Reforço e especialização das equipas do Compliance Office no âmbito da PBC/FT nas suas várias dimensões;
- Execução do Plano de Comunicação dedicado às primeiras linhas de defesa com os aspetos mais importantes a ter em conta tanto na vertente do risco de crime financeiro, como nos restantes riscos de conformidade e cumprimento normativo;
- Desenvolvimento de um conjunto sistemático de comunicação interna para prevenir o risco de fraude interna;
- Reforço dos mecanismos de monitorização sobre os riscos de conflito de interesses, com o desenvolvimento de uma nova plataforma de registo de operações e entidades;
- Integração da função da gestão documental no Compliance Office, por forma a aproveitar os benefícios de uma gestão conjunta dos riscos legais e de compliance no reforço do quadro normativo do Banco;
- Implementação de novas estruturas de gestão para o acompanhamento e monitorização do risco PBC/FT, designadas por Comitês Internacionais de PBC/FT, com a participação de órgãos de gestão e de Compliance das unidades subsidiárias, com vista à avaliação e acompanhamento dos fatores de risco específicos de compliance de cada geografia, bem como dos segmentos de negócio existentes em cada operação;
- Desenvolvimento de projetos conjuntos do Compliance Office com as equipas das subsidiárias e sucursais no estrangeiro com vista à análise e melhoria da eficácia dos controlos existentes para a mitigação dos principais riscos em matéria de PBC/FT;
- Robustecimento do processo de subcontratação no que diz respeito à identificação de situações de conflito de interesse;
- Desenvolvimento de um novo processo de acompanhamento de alterações Legislativas/ Regulamentares.
- Desenvolvimento de um conjunto de iniciativas com o objetivo de promover o cumprimento dos requisitos expressos no Aviso 3/2020, que regulamenta os sistemas de governo, de controlo interno e de cultura organizacional, que terão continuidade em 2021;
- Submissão às Entidades de Supervisão do Relatório de Prevenção e Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo relativo a 2019;
- Submissão às Entidades de Supervisão dos Relatórios de Controlo Interno das Entidades do Grupo Banco Comercial Português, relativo ao período de 1 junho de 2019 a 31 de maio de 2020;
- Atualização dos conteúdos e programas de formação referentes a PBC/FT e ao Código de Conduta;
- Acompanhamento de *On Site Inspections* das Entidades de Supervisão.

Risco de crédito

Este risco materializa-se em perdas registadas na carteira de crédito, por incapacidade dos tomadores de empréstimos (ou dos seus garantidos, quando existam), dos emissores de títulos ou, ainda, das contrapartes de contratos, em cumprir com as suas obrigações creditícias. Este tipo de risco é muito relevante, representando a maior parcela da exposição global ao risco do Grupo.

O controlo e a mitigação do risco de crédito são assegurados através de uma estrutura sólida e fiável de análise, avaliação e acompanhamento de riscos, suportada em sistemas internos de rating adequados aos diversos segmentos de negócio, em mecanismos para deteção antecipada da potencial sinistralidade da carteira, em processos de gestão e monitorização do valor dos colaterais em unidades de estrutura exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito, para tratamento das situações de incumprimento.

Evolução e composição da carteira de crédito

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução do volume da carteira do grupo sujeita a risco de crédito e a risco de crédito de contraparte, entre 31/12/2019 e 31/12/2020, em termos de EAD (*Exposure at Default*)(*), nas três principais geografias em que o Grupo opera - Portugal, Polónia e Moçambique - as quais representavam cerca de 99,1% da EAD do Grupo em 31/12/2020.

Geografia	dez 20	dez 19	Variação	
			Em valor	Em %
Portugal	59.708	50.979	8.730	17,1%
Polónia	22.148	23.439	(1.291)	(5,5%)
Moçambique	1.869	2.177	(308)	(14,1%)
TOTAL	83.726	76.594	7.131	9,3%

(*) Sem dedução da imparidade às exposições tratadas prudencialmente pelo Método Padrão (STD) e incluindo todas as classes de risco (i.e., para além de crédito a clientes, incluem-se igualmente posições devedoras de entidades soberanas e de instituições financeiras).

Tendo como base de comparação a posição em 31/12/2019, a carteira de crédito do Grupo, medida em euros (EUR), registou um crescimento de 9,3% durante o ano de 2020, ligeiramente acima do verificado no ano de 2019 (+8,3%). No entanto, ao contrário do verificado em 2019, ano em que o crescimento foi proveniente sobretudo das geografias no exterior, com destaque para o impacto da aquisição do Euro Bank na Polónia, em 2020 a evolução é explicada praticamente na totalidade pelo crescimento de € 8,7 mil milhões em Portugal, a que corresponde a uma taxa de variação anual de 17,1%.

A dimensão significativa do incremento em Portugal é explicada, por um lado, pelo nível expressivo com que o Banco apoiou as empresas através do recurso às linhas protocoladas patrocinadas pelo Estado para responder ao impacto do surto pandémico COVID-19 (cerca de €2,5 mil milhões) e, por outro lado, pela exposição a Bancos e Soberanos, que aumentou aproximadamente €5,9 mil milhões, destacando-se a posição em dívida pública do Estado português e aplicações no Banco de Portugal com um crescimento de € 3 mil milhões. Será de salientar que esta evolução foi efetuada num contexto de redução da carteira de NPE em € 883 milhões.

Na carteira de crédito da Polónia verificou-se um decréscimo de 5,5%, medido em EUR, explicado, na sua quase totalidade, pela descida da exposição a Bancos e Soberanos, que representam um decréscimo de € 1,3 mil milhões.

De igual modo, no que diz respeito a Moçambique, há a registar uma redução da carteira de crédito em 14,1%, medida em EUR, relacionada, sobretudo, com o decréscimo da exposição a Bancos e Soberanos no total de € 265 milhões.

Relativamente à composição da carteira por classes de risco, a mesma é ilustrada pelos seguintes gráficos, representativos da estrutura de carteira em 31/12/2020:



No que diz respeito à estrutura das carteiras por segmento de contraparte, em Portugal a parcela mais significativa continua a ser assumida pelo segmento de retalho com 39,6% do total, sendo 29,9% respeitantes às exposições que beneficiam de garantia hipotecária. As empresas apresentam uma ponderação de cerca de 32,5%, ligeiramente inferior à de final de 2019, destacando-se o crescimento do peso do segmento de Bancos e Soberanos, que registou um incremento da sua representatividade para um nível próximo de 27,9%, vindo de um peso de 21% em 31/12/2019.

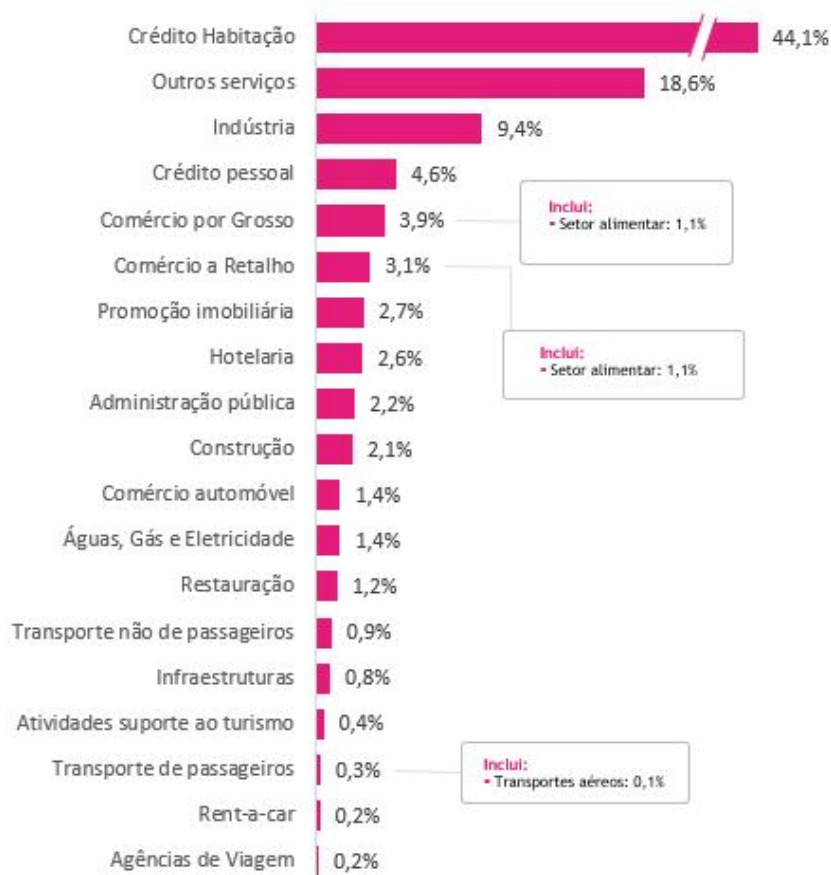
Na Polónia, após a alteração estrutural da carteira, decorrente da aquisição do Euro Bank em 2019, as alterações de estrutura em 2020 foram de dimensão mais limitada. Neste domínio destacamos o segmento de retalho colateralizado por garantia hipotecária com o peso mais relevante, em torno dos 31,7%, uma estabilização do segmento de Empresas, e um aumento de 3,6 pontos percentuais da representatividade dos segmentos remanescentes de retalho por contrapartida de uma redução da componente de Bancos e Soberanos, terminando o ano de 2020 com ponderações de 29,8% e 20,3%, respetivamente.

Durante o ano de 2020 há a assinalar a ocorrência do surto pandémico COVID-19. Com o objetivo de traduzir a dimensão da exposição em Portugal aos setores considerados mais sensíveis aos efeitos da referida pandemia, a tabela apresenta os seis setores de atividade considerados mais vulneráveis, concluindo-se que estes representam 4,9% do total da exposição doméstica.

Exposição aos setores mais sensíveis à pandemia

(Milhões de euros)	
Setor	Exposição
Hotelaria	979
Restauração	444
Atividades de suporte ao turismo	164
Transporte de passageiros	97
Rent-a-car	84
Agências de viagens	57
Total	1824
% do Total	4.9%

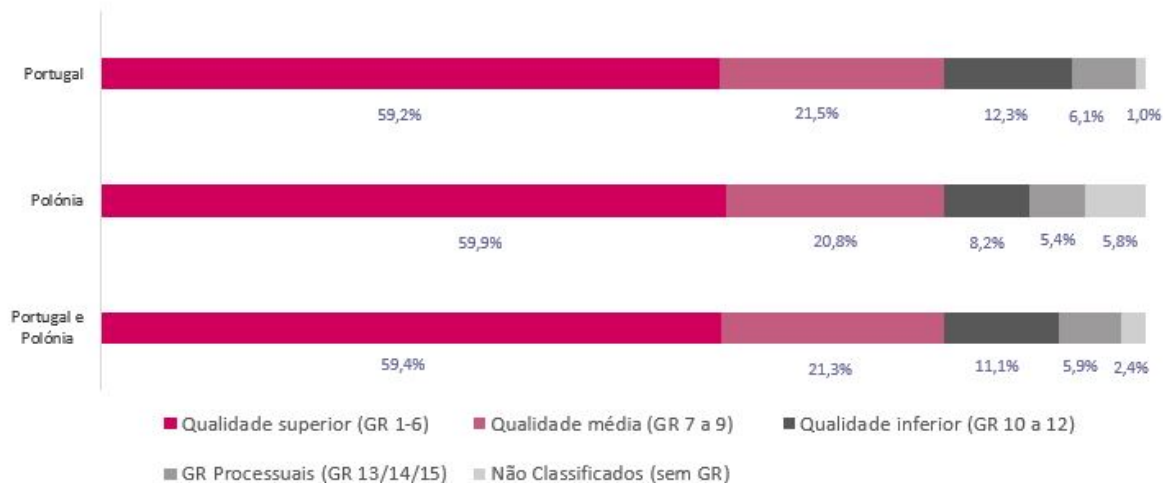
Tal como traduzido no gráfico abaixo, será importante referir que o Banco apresenta uma carteira adequadamente dispersa em termos sectoriais, sobretudo em comparação com a situação verificada aquando da crise financeira anterior, destacando-se igualmente o peso da carteira de crédito habitação que se caracteriza por níveis elevados de colateralização e reduzida sinistralidade.



Probabilidade de Default (PD) e Perda em caso de Default (LGD)

Os principais parâmetros de avaliação do risco de crédito, utilizados no apuramento de ativos ponderados pelo risco (*Risk Weighted Assets - RWA*) no âmbito do método das notações internas (*Internal Ratings Based - IRB*) - a Probabilidade de *Default* (PD) e a Perda em caso de *Default* (*Loss Given Default - LGD*) - afetos às operações de crédito em carteira, têm vindo a registar uma evolução continuamente positiva, traduzindo uma clara tendência de melhoria da qualidade da carteira.

O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos valores da carteira (em termos de *Exposure at Default - EAD*) pelos graus de risco (notações internas) atribuídos aos titulares de posições de crédito em Portugal e na Polónia, em 31/12/2020. Estes graus de risco (GR) são os definidos numa escala interna, transversal ao Grupo (*Rating Masterscale*), com 15 graus, a que correspondem diferentes níveis de PD dos devedores. Os graus de risco 13 a 15 são designados por “processuais” e correspondem a crédito problemático; o GR 15 corresponde à situação de *Default*.



Não se incluem exposições a "Bancos e Soberanos" e de Empréstimos Especializados, nem as exposições oriundas do eurobank (tratadas em STD)

Conforme espelhado no gráfico acima, o peso da EAD correspondente a graus de risco de qualidade média e superior, no conjunto das duas geografias em causa, representava 80,7% do total de EAD em 31/12/2020, sendo a estrutura muito similar nas duas geografias. Esta ponderação compara com pesos homólogos de 76,8%, 73,6% e 69,8% nos finais de 2019, 2018 e 2017, respetivamente, traduzindo uma evolução favorável consistente e que em 2020 foi comum e em dimensão idêntica nas duas geografias.

No que diz respeito ao peso da exposição no conjunto das duas geografias principais correspondente a Clientes com GR processuais (sem acesso a novo crédito), verifica-se que atingiu um valor de 5,9% em 31/12/2020, mantendo a trajetória descendente que já vinha de anos anteriores: 7,8% (2019), 11,3% (2018), 14,8% (2017) e 18,5% (2016). No caso de Portugal também se manteve a tendência de redução mais acelerada da exposição a Clientes com GR processuais: 6,1 % (2020), 8,8% (2019), 12,8% (2018), 17,1% (2017) e 21,8% (2016).

Relativamente aos parâmetros LGD, representativos das perdas esperadas em caso de *Default* e que, em boa medida, traduzem não só a eficiência da recuperação de créditos em função dos diferentes tipos de segmentos/produtos de crédito, mas também os níveis de colateralização das operações de crédito em carteira, o quadro seguinte apresenta os respetivos valores médios (ponderados por EAD) no final de 2020 e de 2019:

	Crédito à habitação	SME Retailho	Retailho (outros)	Promoção imobiliária	SME Corporate	Corporate	MÉDIA GLOBAL
2020	16,1 %	32,0 %	32,6 %	37,8 %	38,3 %	42,8 %	27,0 %
2019	16,0 %	32,7 %	32,3 %	39,6 %	39,9 %	45,1 %	27,4 %

Assim, em 2020, os parâmetros LGD em Portugal apresentam valores próximos dos verificados no final de 2019, melhorando ligeiramente em termos globais e na maior parte dos segmentos.

Principais indicadores de risco de crédito

No quadro seguinte apresenta-se a evolução trimestral dos principais indicadores de risco de crédito entre 31/12/2019 e 31/12/2020, para o Grupo e para as carteiras de Portugal, Polónia e Moçambique:

	dez/20	set/20	jun/20	mar/20	dez/19
CONSOLIDADO					
NPE/Crédito bruto	5,9%	6,5%	7,0%	7,2%	7,7%
Crédito vencido > 90 dias / Crédito bruto	2,3%	2,5%	2,5%	2,6%	2,7%
Crédito Vencido / Crédito bruto	2,5%	2,7%	2,7%	2,9%	2,9%
Imparidade / Crédito bruto	3,7%	4,1%	4,1%	4,0%	4,5%
PORTUGAL					
NPE/Crédito bruto	6,1%	7,0%	7,6%	7,8%	8,8%
Crédito vencido > 90 dias / Crédito bruto	2,4%	2,4%	2,5%	2,7%	3,0%
Crédito Vencido / Crédito bruto	2,4%	2,5%	2,5%	2,8%	3,0%
Imparidade / Crédito bruto	3,9%	4,3%	4,3%	4,3%	5,1%
POLÓNIA					
NPE/Crédito bruto	5,0%	4,8%	5,1%	5,1%	4,7%
Crédito vencido > 90 dias / Crédito bruto	2,1%	2,2%	2,3%	2,1%	2,0%
Crédito Vencido / Crédito bruto	2,7%	2,8%	2,9%	2,8%	2,5%
Imparidade / Crédito bruto	3,3%	3,2%	3,2%	2,9%	2,8%
MOÇAMBIQUE					
NPE/Crédito bruto	16,9%	25,1%	25,5%	25,7%	24,4%
Crédito vencido > 90 dias / Crédito bruto	6,2%	12,4%	12,1%	11,4%	8,4%
Crédito Vencido / Crédito bruto	6,3%	12,5%	12,2%	11,5%	8,4%
Imparidade / Crédito bruto	7,4%	14,4%	13,8%	12,6%	11,9%

Crédito bruto = Crédito a clientes, incluindo crédito titulado associado a operações de crédito, antes de imparidade e ajustamentos de justo valor; NPE incluem apenas crédito a clientes.

Apesar dos impactos desfavoráveis decorrentes do surto pandémico COVID-19, a evolução dos indicadores de risco de crédito durante o ano 2020 foi favorável a nível consolidado, em Portugal e Moçambique, em particular no último trimestre, e registou uma ligeira degradação na Polónia. Globalmente a evolução é positiva conforme evidenciado no rácio 'NPE/Crédito bruto' com uma redução de 1,8 pontos percentuais a nível consolidado e de 2,7 pontos percentuais em Portugal. Idêntica evolução favorável se verifica no que respeita aos rácios de Crédito Vencido e Crédito Vencido a 90 dias sobre o Crédito Bruto, ao nível doméstico e consolidado.

A dinâmica destes rácios resulta de um efeito positivo que decorre não só da continuação do esforço de redução dos créditos classificados como não produtivos e como vencidos prosseguido nos últimos anos, mas também de um crescimento do Crédito Bruto, em grande medida pelo impacto da forma destacada e de liderança com que o Banco apoiou a economia através das linhas protocoladas patrocinadas pelo Estado para responder ao impacto do surto pandémico COVID-19. Em qualquer circunstância importa salientar que este aumento de carteira continua a ser baseado em critérios de concessão prudentes, com vista à preservação da qualidade da carteira no longo-prazo, sendo de realçar a elevada cobertura conferida pela garantia subjacente às operações realizadas nas referidas linhas protocoladas.

Será igualmente de salientar que entre o final de 2019 e o de 2020 o rácio 'Imparidade/Crédito bruto' consolidado se reduziu numa dimensão inferior à do rácio 'NPE/Crédito Bruto' (0,8 vs. 1,8 pontos percentuais), o que traduz a política de provisionamento conservadora.

Contrariamente ao verificado em Portugal e a nível consolidado, na Polónia registou-se um ligeiro agravamento dos indicadores de risco, que situou em 0,3 pontos percentuais no rácio 'NPE/Crédito Bruto' e 0,2 pontos percentuais no rácio 'Crédito Vencido/Crédito Bruto' explicado igualmente pelos impactos adversos da pandemia global e por uma degradação do nível de risco sobretudo no segmento *Corporate*. Será de salientar o incremento superior do rácio de 'Imparidade/Crédito Vencido' (0,5%), revelando níveis de provisionamento mais prudentes.

Refletindo a persistência de um enquadramento económico-financeiro menos favorável, agravado pelo impacto da pandemia COVID-19, a operação em Moçambique registou uma degradação dos indicadores de risco de crédito nos primeiros 9 meses do ano, mas o último trimestre apresentou uma expressiva evolução favorável, com especial relevo no rácio 'NPE/Crédito Bruto', sobretudo pelo efeito do *write off* de uma exposição significativa. Atendendo ao elevado nível de imparidade da referida exposição, o rácio de cobertura por imparidade registou igualmente uma redução.

Plano de redução de NPA

A implementação do Plano de Redução de NPA do Grupo manteve-se como prioritária ao longo do ano de 2020, nas suas duas vertentes - créditos problemáticos (NPE-*non performing exposures*) e ativos recebidos em reembolso de crédito (FA-*foreclosed assets*) - incidindo, fundamentalmente, sobre as carteiras de crédito NPE e de imóveis FA detidos para venda, em Portugal, embora fortemente condicionado pela incerteza nos mercados decorrente do surto COVID-19 a partir do final do primeiro trimestre.

O Plano de Redução de NPA é enquadrado por um modelo de *Governance* específico e por um *framework* de gestão robusto, assente em áreas especializadas de recuperação de crédito e estratégias de recuperação sistematizadas - tanto decorrentes de modelos automáticos de análise e decisão (para Retalho) como baseadas no relacionamento dos gestores de recuperação com os seus Clientes *Corporate*, com soluções *tailor-made*. No sentido de responder aos desafios que a pandemia COVID-19 representa, o Banco tem vindo a desenvolver e reforçar as metodologias e capacidade instalada das áreas de recuperação, de forma a garantir um adequado acompanhamento das exposições que se revelem mais impactadas.

A gestão dos FA baseia-se numa estrutura especializada, privilegiando circuitos e procedimentos orientados para a rapidez do ciclo receção/preparação/venda e a valorização dos imóveis FA, com vista à facilitação da venda destes ativos.

O Plano de Redução de NPA beneficia também de uma envolvente tecnológica suportada em infraestruturas específicas de tecnologias de informação para as atividades ligadas à recuperação de créditos, redução de NPE e gestão de FA, com acompanhamento reforçado pelo Plano Operacional de redução de NPA, no qual estão definidas iniciativas destinadas a acelerar, maximizar a eficácia e assegurar maior enfoque aos processos de recuperação ou alienação (de créditos e imóveis), distribuídas pelas diversas fases dos processos recuperatórios e de redução de NPA: prevenção, cobrança, recuperação, execução, insolvência e, finalmente, a receção, posse e tratamento dos FA e respetivas vendas.

O cumprimento dos objetivos de cada área envolvida na redução de NPA, é medido mensalmente, tanto em sede de informação de gestão para as respetivas estruturas dedicadas, como para as atividades e iniciativas de enfoque específico definidas no Plano Operacional acima referido, com reporte à gestão de topo, designadamente ao Comité de Acompanhamento de NPA.

Apesar do surto pandémico COVID-19, o Plano de Redução de NPA registou de forma consistente durante todo o exercício, resultados muito positivos ainda que numa dimensão inferior à projetada no início do ano, devido ao surgimento deste impacto não antecipável.

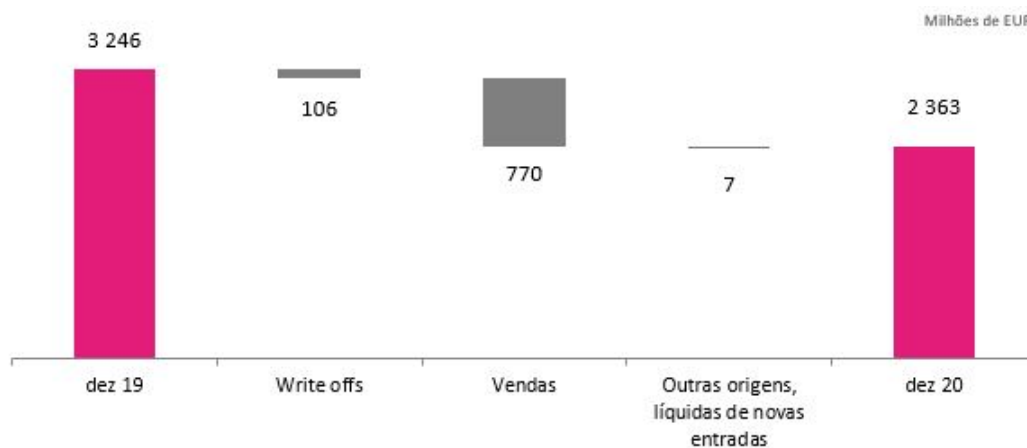
No quadro seguinte apresenta-se a evolução de volumes de NPE entre 31/12/2019 e 31/12/2020, para o Grupo e para Portugal:

		(Milhões de EUR)				
		dez/20	set/20	jun/20	mar/20	dez/19
CONSOLIDADO		3.295	3.663	3.934	3.928	4.206
	Varição anual	-911				
PORTUGAL		2.363	2.701	2.908	2.918	3.246
	Varição anual	-883				

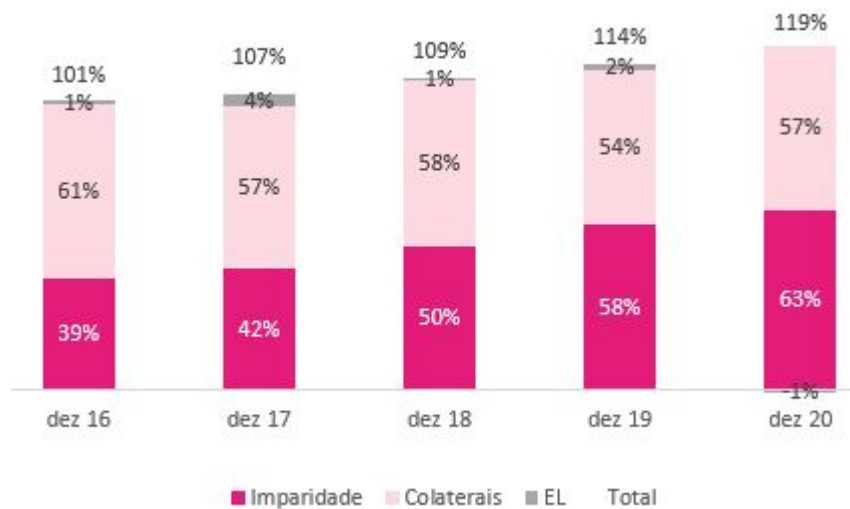
Comparando a dimensão em valor dos Clientes classificados como NPE no final de 2020 com o verificado no final de 2019, constata-se uma evolução muito positiva, com uma redução de 911 milhões de euros a nível consolidado e de 883 milhões de euros na atividade em Portugal, o que corresponde a uma contração relativa de 21,7% e 27,2%, respetivamente. Este resultado, reflete a manutenção do percurso de sucesso realizado ao longo dos últimos anos na identificação e concretização de soluções que permitam a redução destes ativos não produtivos, mesmo num contexto adverso.

Será de realçar que essa evolução se verificou de uma forma consistente com valores expressivos em todos os trimestres, com exceção do segundo que se caracterizou por uma estabilização dos níveis de NPE, na medida que foi o primeiro período integralmente impactado pelos efeitos da pandemia COVID-19, e no qual o Banco procedeu a uma reavaliação da situação e ajustamento das estratégias de redução de ativos *non-performing*.

No que se refere ao tipo de operações que explicam a redução de NPE em Portugal durante o ano de 2020, o gráfico seguidamente apresentado procede à sua descrição, onde é possível destacar a contribuição das vendas de créditos, que ascenderam a um valor bruto de € 770 milhões. O valor de *write offs* ascendeu a € 106 milhões, representando as outras fontes de redução de NPEs uma dimensão muito similar às novas entradas resultantes nomeadamente da classificação como *unlikeness to pay* (UTP) de clientes, incluindo aqueles com atividade mais vulnerável aos efeitos adversos da pandemia COVID-19.



Por outro lado, é de destacar o crescimento consistente da cobertura da carteira de NPE por imparidade, colaterais e *Expected Loss Gap*, quer a nível consolidado, quer em Portugal. O gráfico seguinte, que se reporta à evolução doméstica, demonstra um incremento de cinco pontos percentuais no grau de cobertura, alcançando 119% no final de 2020, com um aumento da cobertura por colaterais para 57%, um aumento para 63% da componente de imparidades.



A tendência verificada no ano de 2020 no que respeita aos ativos em balanço resultantes da recuperação de créditos (*foreclosed assets FA*) revelou-se favorável, tal como demonstrado no quadro seguinte, que apresenta a evolução do stock total de FA em Portugal e a sua desagregação nas diferentes tipologias de ativos, bem como o valor agregado de ativos desta natureza das participadas no exterior (valores antes de imparidade):

	(Milhões de EUR)			
	dez/20	dez/19	dez/18	dez/17
Imóveis	809	1.020	1.474	1.778
Fundos de investimento imobiliário e sociedades imobiliárias	246	306	330	466
Outros ativos (não imobiliários)	92	87	156	95
SUB-TOTAL relativo a Portugal	1.146	1.413	1.960	2.339
FA de outras geografias	40	52	58	37
TOTAL GRUPO	1.186	1.465	2.019	2.376

Apesar de 2020 se ter pautado por um contexto mais adverso no setor imobiliário, em especial para a realização de operações de alienação de ativos de maior dimensão, há a registar em 31/12/2020 uma redução de 19% da carteira de FA em relação à posição de final de 2019. O valor global da redução em Portugal correspondeu a um montante de 267 milhões de euros, explicado essencialmente pela componente de Imóveis, que ascendeu a 211 milhões.

2020 foi ainda um ano de especial esforço das áreas de acompanhamento dos FA na preparação dos ativos para alienação. Neste domínio, há ainda a destacar o fluxo de novas entradas de FA durante o ano de 2020, que ascendeu a 162 milhões de euros, explicada pela menor dimensão da carteira de NPE assim como pela reduzida atividade dos tribunais no segundo trimestre de 2020, constituído quase exclusivamente por ativos imobiliários residenciais e comerciais, os quais são os que claramente se caracterizam por uma maior liquidez.

Risco de concentração de crédito

No quadro seguinte, apresentam-se os valores para os pesos, na exposição total, das 20 maiores exposições produtivas (não-NPE) do Grupo, em 30/12/2020, em termos de EAD e considerando o conceito de “Grupos económicos/Grupos de cliente”, com exclusão de exposições do segmento de risco “Bancos e Soberanos”:

	dez/20	dez/19
Clientes/Grupos económicos	Peso da exposição no total (EAD)	Peso da exposição no total (EAD)
Cliente/Grupo económico 1	0,8 %	1,1 %
Cliente/Grupo económico 2	0,6 %	0,6 %
Cliente/Grupo económico 3	0,5 %	0,6 %
Cliente/Grupo económico 4	0,5 %	0,5 %
Cliente/Grupo económico 5	0,4 %	0,5 %
Cliente/Grupo económico 6	0,4 %	0,4 %
Cliente/Grupo económico 7	0,4 %	0,4 %
Cliente/Grupo económico 8	0,3 %	0,4 %
Cliente/Grupo económico 9	0,3 %	0,3 %
Cliente/Grupo económico 10	0,3 %	0,3 %
Cliente/Grupo económico 11	0,3 %	0,3 %
Cliente/Grupo económico 12	0,3 %	0,3 %
Cliente/Grupo económico 13	0,3 %	0,3 %
Cliente/Grupo económico 14	0,3 %	0,2 %
Cliente/Grupo económico 15	0,2 %	0,2 %
Cliente/Grupo económico 16	0,2 %	0,2 %
Cliente/Grupo económico 17	0,2 %	0,2 %
Cliente/Grupo económico 18	0,2 %	0,2 %
Cliente/Grupo económico 19	0,2 %	0,2 %
Cliente/Grupo económico 20	0,2 %	0,2 %
Total	6,9 %	7,4 %

No seu conjunto, estas 20 maiores exposições produtivas representavam 6,90% da EAD total em 31/12/2020, o que compara com um peso de 7,4% em 31/12/2019. Assim, registou-se uma diminuição de concentração de crédito nas 20 maiores exposições produtivas, medida em termos de EAD.

Recorde-se que, para além do cumprimento dos limites regulatórios relativos a Grandes Riscos, o Grupo define objetivos específicos para controlo da concentração de crédito, materializados em métricas incluídas no seu RAS. Para além disso, são acompanhados periodicamente outros indicadores relativos a vários tipos de concentração de crédito: *single-name*, sectorial, por país, de Instituições e de riscos Soberanos.

Com exceção da concentração de crédito sectorial, os limites de concentração são definidos em função do grau de risco interno/externo atribuído aos devedores (ou países) em causa, sendo considerada a respetiva “exposição líquida” (*Net Exposure = LGD x EAD*, com *LGD = 45%* sempre que não exista ou não seja aplicável uma estimativa própria para *LGD*. Quando não *IRB*: assume-se proxy de *LGD* de 61% para Clientes default e de 33% para Clientes não default). Na medição da concentração de Soberanos e países, são excluídas as geografias nas quais o Grupo opera (Portugal, Polónia, Moçambique e Suíça).

No caso da concentração *single-name* os limites são definidos apenas para Clientes com exposições produtivas, já que os Clientes NPE estão abrangidos pelo Plano de redução de NPA e têm objetivos de redução individualizados. Para os Clientes cuja exposição se situe acima do limite estabelecido, são desenhados planos de redução específicos.

Risco operacional

O risco operacional materializa-se pela ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequação dos processos, sistemas ou pessoas ou, ainda, resultantes de eventos externos.

O Grupo adota princípios e práticas devidamente documentados na gestão do risco operacional, que se traduzem em mecanismos de controlo passíveis de melhoria contínua. Integram este *framework* diversos elementos, como sejam: a segregação de funções, a definição de linhas de responsabilidade e respetivas autorizações, a definição de limites de tolerância e de exposição aos riscos, um adequado quadro normativo incluindo os códigos deontológicos e de conduta, os exercícios de autoavaliação dos riscos (RSA - *risks self-assessment*), os indicadores de risco (KRI - *key risk indicators*), os controlos de acessos (físicos e lógicos), as atividades de reconciliação, os relatórios de exceção, a captura de perdas operacionais, o processo estruturado para a aprovação de novos produtos, os planos de contingência, a contratação de seguros (para a transferência total ou parcial de riscos), o acompanhamento dos contratos de *outsourcing* do Banco e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

O *framework* de gestão do risco operacional abrange as três principais geografias do Grupo - Portugal, Polónia e Moçambique - e o sistema de gestão do risco operacional adota o modelo das 3 Linhas de Defesa, assente numa estrutura integrada de processos (*end-to-end*). Cada geografia define a sua própria estrutura de processos, procedendo periodicamente à respetiva revisão/atualização. Este tipo de abordagem, transversal às unidades funcionais das estruturas organizacionais, é a mais adequada para identificar os riscos e implementar medidas corretivas para os mitigar. Além disso, as estruturas de processos suportam também outras iniciativas, como sejam as ações para melhoria da eficiência operativa e a gestão da continuidade do negócio.

A responsabilidade pela gestão diária do risco operacional cabe à 1ª Linha de Defesa, com especial relevância para as áreas de operações e os *process owners* (secundados por *process managers*) e que têm por missão, além de gerir o seu processo do ponto de vista da eficácia/eficiência operacional, capturar e caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos, monitorizar os respetivos KRI, realizar os exercícios de RSA, bem como identificar e implementar as ações adequadas para mitigação das exposições ao risco operacional, contribuindo assim para o reforço dos mecanismos de controlo e para a melhoria do ambiente de controlo interno.

O Sistema de Gestão de Risco constitui a 2ª Linha de Defesa, que implementa a política de risco definida para o Grupo, tendo a responsabilidade de propor e desenvolver metodologias para a gestão deste risco, supervisionar a sua implementação e confrontar a 1ª Linha de Defesa relativamente aos níveis de risco incorridos.

Enquanto destaques da atividade em Portugal, relativamente à gestão e controlo do risco operacional em 2020, referem-se:

- A apresentação dos resultados do exercício de RSA realizado em 2019 para o conjunto dos processos operacionais e execução do exercício homólogo de 2020 no último trimestre do ano;
- Apuramento e apresentação dos resultados do exercício de RSA para riscos ICT (*Information and Communication Technology*) realizado no último trimestre de 2019 e execução do exercício homólogo de 2020 no último trimestre do ano;

A pandemia COVID-19

O ano de 2020 ficou marcado pela crise sanitária resultante da pandemia COVID-19, uma situação de contingência global sem precedentes que afetou de forma significativa todas as atividades do Grupo.

Neste contexto, a operacionalidade do Grupo, a par da proteção de Clientes e Colaboradores, foi assegurada através da ativação dos planos de contingência para continuidade do negócio, que implicaram o recurso extensivo a teletrabalho - com reforço considerável da infraestrutura de informática e comunicações em Portugal, a par de medidas específicas e de uma vigilância redobrada na área da segurança de sistemas -, a distribuição/instalação de materiais de proteção e a regras de ocupação de espaços e de movimentação nos mesmos, com utilização de sinalética adequada.

Sob o ponto de vista transaccional, importa também relevar o impacto - traduzido em esforço operativo e em risco operacional acrescido - que as moratórias sobre créditos concedidos a particulares e empresas (bem como as linhas de crédito com garantia mútua coberta pelo Estado, em Portugal) implicaram a partir da

segunda metade de março. Na operação doméstica, este impacto foi mitigado através da introdução, num muito curto espaço de tempo, de mecanismos de processamento automático e massificado que asseguraram uma resposta operativa não só eficaz, como também robusta (sob o ponto de vista do controlo do risco de erros na tramitação das operações).

Autoavaliação dos riscos operacionais (RSA)

Os exercícios de RSA são realizados através de *workshops*, assistidos pelo Risk Office e com a participação dos *process owners* e *process managers*, ou através de respostas a questionários enviados aos *process owners* para revisão dos resultados de RSA anteriores, em função de critérios de atualização pré-definidos.

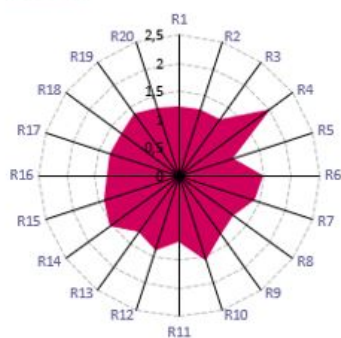
Têm por objetivo promover a identificação e a mitigação (ou eliminação) de riscos, atuais ou potenciais, no âmbito de cada processo, através da classificação das 20 sub-tipologias de risco operacional consideradas. Essas classificações são posicionadas numa matriz de tolerância ao risco, considerando-se o pior caso que pode ocorrer em cada processo (*worst-case event*), para três diferentes cenários: Risco Inerente (sem considerar os controlos já existentes/implementados), Risco Residual (considerando os controlos já existentes/implementados) e o Risco Objetivo (nível de risco desejável, após implementação de controlos e fatores de mitigação adicionais).

O exercício de RSA de processos de risco operacional de 2020 em Portugal entrou em linha de conta:

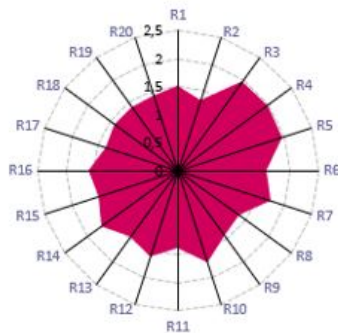
- De forma qualitativa, com os resultados do exercício de RSA de ICT apurados no início do ano, enquanto informação de input para os *process owners*, relativa a 3 dos 20 riscos avaliados. O exercício de RSA de ICT foi realizado para 109 ativos tecnológicos críticos (ATC) - *software*, *hardware*, linhas e estruturas de comunicações, sob 3 dimensões de avaliação: disponibilidade /integridade /confidencialidade dos dados.
- Com o input decorrente dos fatores CORPE (*Compliance and Operational Risk Process Evaluation*), os quais introduzem e realçam componentes de risco operacional decorrentes do status de conformidade e de controlo interno dos processos.

Nos gráficos seguintes apresentam-se os resultados do exercício de 2020, em termos do score médio para cada uma das 20 sub-tipologias de risco operacional consideradas, no conjunto dos processos de cada geografia, em que a linha exterior representa um score de 2,5 numa escala de 1 (menor exposição) a 5 (maior exposição).

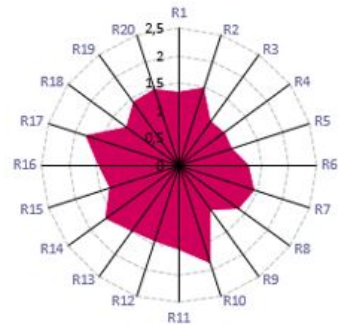
PORTUGAL



POLÓNIA



MOÇAMBIQUE



- R1 Fraude interna e roubo
- R2 Execução de transações não autorizadas
- R3 Relações com Colaboradores
- R4 Violação dos regulamentos de higiene e segurança
- R5 Discriminação sobre Colaboradores
- R6 Perda de Colaboradores-chave
- R7 Hardware e Software
- R8 Infra-estruturas de comunicações
- R9 Segurança de sistemas
- R10 Execução e manutenção de transacções

- R11 Monitorização e reporte
- R12 Relações com Clientes
- R13 Concessão de produtos/serviços
- R14 Fraude externa e roubo
- R15 Desastres e danos nos ativos
- R16 Obrigações regulamentares, legais e fiscais
- R17 Práticas comerciais ou de mercado incorretas
- R18 Riscos de Projetos
- R19 Outsourcing
- R20 Outros problemas de relações com terceiros

Captura de perdas operacionais

A captura (i.e., a identificação, registo e caracterização) de perdas operacionais e dos eventos que lhes deram origem tem por objetivo reforçar a consciência para o risco operacional e facultar informação relevante aos *process owners*, destinada a ser incorporada na gestão dos seus processos, tratando-se também de um instrumento relevante para avaliar a exposição ao risco e validar genericamente as avaliações de risco dos RSA.

A deteção e reporte das perdas operacionais é uma responsabilidade de todos os Colaboradores do Grupo, cabendo aos *process owners* a dinamização e formalização desses procedimentos de captura de eventos no âmbito dos processos pelos quais são responsáveis.

Os eventos identificados em que as perdas, efetivas ou potenciais, superem os limites de materialidade definidos (para cada geografia), são registados e caracterizados pelos *process owners* e *process managers* dos processos com os quais as perdas são relacionadas, o que inclui a descrição da respetiva causa-efeito, a valorização da perda e a descrição de eventuais ações de mitigação identificadas. Para as perdas de montante superior a determinados limiares (definidos por geografia), são elaborados relatórios de *Lessons Learned*. Tanto estes relatórios como as maiores perdas registadas em cada mês são apresentados/discutidos em sede do órgão de governo especializado para o risco operacional (o Comité de Compliance e Riscos Operacionais, que emana da CE).

Nos gráficos seguintes apresenta-se o perfil das perdas operacionais capturadas na respetiva base de dados, em 2020:



Como se pode ver pela distribuição de eventos de perda por causa (em montante de perda), os riscos externos e riscos de pessoas assumiram uma preponderância marcada no conjunto de perdas registadas em 2020, representando praticamente 90% do valor global das perdas. Tal resultou, respetivamente, de um evento de fraude por parte de um cliente empresarial e dos custos extraordinários com a resposta à pandemia COVID-19 equiparados a perdas operacionais (e assim registados).

No que se refere à distribuição de perdas por classe de montante (em número de perdas), não se registou alteração do perfil típico de distribuição de perdas operacionais). Quanto à distribuição de perdas por segmento de atividade bancária, verifica-se uma concentração expectável nos segmentos de banca de retalho e banca comercial, sendo que o peso desta última atividade foi também influenciado pelo evento de fraude empresarial já referido.

Indicadores de risco (KRI)

Os KRI alertam para alterações do perfil dos riscos ou da eficácia dos controlos e, por essa via, permitem identificar a necessidade de introduzir ações corretivas sobre os processos, para prevenir que riscos potenciais se materializem em perdas. Estes indicadores abrangem atualmente todos os processos das principais operações do Grupo (Portugal, Polónia e Moçambique).

Na gestão dos processos são também utilizados indicadores de desempenho e de controlo (KPI - *Key Performance Indicators* e KCI - *Key Control Indicators*), cuja monitorização, embora mais orientada para aferir a eficiência operativa, contribui também para a deteção de riscos.

Gestão da continuidade do negócio

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia do COVID-19, que colocou à prova formas de viver e trabalhar, constituindo uma verdadeira ameaça que nem os mais exigentes cenários e testes poderiam antecipar. O Grupo soube responder desde cedo, ativando os Planos de Contingência desenvolvidos no âmbito dos Sistemas de Gestão da Continuidade de Negócio, de cada Entidade do Grupo.

Conforme previsto nestes planos, o Grupo implementou um conjunto de medidas de resposta, seguindo as orientações das autoridades de saúde, das quais se salientam:

- Procedimentos de resposta de emergência perante ocorrências - como a deteção e encaminhamento de Colaboradores afetados, criação de salas de isolamento, isolamento profilático em teletrabalho de Colaboradores com contacto com potenciais infetados, equipas especiais para apoio aos casos de infeção reportada);
- Medidas de prevenção e proteção: criação de canal de informação específico interno para divulgação de medidas de prevenção (comportamentos a observar), distribuição de equipamentos de proteção (luvas, máscaras, desinfetantes, separadores em acrílico, etc.), reforço das rotinas de limpeza;
- Medidas destinadas a assegurar continuidade das operações do Banco, nomeadamente: a criação de condições para colocação em teletrabalho de grande quantidade de Colaboradores, a segregação das equipas mais críticas (envolvendo nalguns casos a movimentação de Colaboradores para espaços alternativos destinados à recuperação de negócio, por forma a garantir o distanciamento social recomendado), bem como a necessária articulação com os principais Fornecedores/*Outsourcers*.

Estas medidas foram e são permanentemente avaliadas e ajustadas à evolução da pandemia por parte dos Gabinetes de Gestão de Crise, órgãos que integram elementos da administração executiva e gestão de topo de cada Entidade do Grupo (em Portugal, todos os membros da Comissão Executiva e os Diretores Coordenadores responsáveis pelas áreas de negócio e suporte ao negócio mais críticas para o Banco).

Contratação de seguros

A contratação de seguros para riscos de natureza patrimonial, pessoal ou relacionados com responsabilidades perante terceiros é também um instrumento relevante de gestão do risco operacional, tendo por objetivo a transferência - total ou parcial - de riscos.

As propostas para a contratação de novos seguros são submetidas pelos *process owners* no âmbito das respetivas competências para a gestão do risco operacional inerente aos seus processos ou apresentadas pelos responsáveis de área ou de unidade orgânica, sendo analisadas pelo Comité de Compliance e Risco Operacional e autorizadas pela CE.

Risco Legal e de *Compliance*, Conduta e Crime Financeiro

No exercício da sua atividade, o Banco Comercial Português rege-se por princípios de atuação que configuram a boa conduta da atividade bancária, seguindo as melhores práticas internacionais e adotando as medidas adequadas em matéria de prevenção de riscos de conformidade e conduta. Com o objetivo de adequar permanentemente as suas práticas internas às boas práticas do mercado, à evolução da atividade bancária, e da sociedade como um todo, o Banco procede à revisão regular dos seus normativos internos para garantir que a conduta dos seus Colaboradores se pauta pelos mais elevados princípios éticos, de satisfação e proteção dos interesses do Cliente e do Banco, e na prossecução de uma rendibilidade sustentável. Robustecendo o acompanhamento da sua atividade e a monitorização da conduta interna, o Compliance Office implementou um sistema de monitorização das potenciais situações de conflitos de interesse, abrangendo vários aspetos desta temática como por exemplo as operações com partes relacionadas, as operações de crédito, os pedidos de autorização para o desenvolvimento de atividades extraprofissionais e a receção de liberalidades pelos Colaboradores.

Por forma a cumprir com os normativos legais e regulamentares relevantes em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PBC/FT), bem como em acautelar as melhores práticas internacionais sobre este assunto, o Banco dispõe de um conjunto de políticas, procedimentos e sistemas que visam garantir um controlo eficaz da prevenção do crime financeiro, assegurando igualmente um modelo operativo que lhe permite identificar, avaliar e mitigar os riscos potenciais inerentes à atividade dos seus Clientes, não Clientes e relações de negócio com uns e outros estabelecidas.

O impacto e a relevância deste risco na atividade bancária desenvolvida, faz com que o Banco o enfrente em múltiplas dimensões e de forma contínua, quer no estabelecimento de novas relações de negócio, quer na avaliação que é promovida ao longo de uma relação já estabelecida. Através de uma avaliação e acompanhamento baseado no risco (RBA - *Risk Based Approach*) o Banco dá cumprimento a todos os deveres consagrados na Lei nº83/2017, de 18 de agosto, de diligência, abstenção, recusa ou reporte, que se manifestam necessários, quer no decurso de relações de negócio, quer na execução de transações ocasionais.

Para uma atividade de PBC/FT eficiente e eficaz, o Banco suporta as suas políticas e procedimentos num conjunto alargado de sistemas de informação de *Compliance*, onde se incluem os seguintes sistemas:

- Sistema de alarmística e monitorização de relações de negócio;
- Sistema de filtragem de transações financeiras;
- Sistema de filtragem de entidades;
- Sistema de validação de novas relações de negócio;
- Plataformas de informação externas.

Numa ótica de melhoria contínua dos processos de controlo interno, manteve-se ao longo de 2020 a robustez do sistema de gestão deste risco, por forma a preparar o Banco para a evolução das dinâmicas do mercado, para as evoluções regulatórias, e para as exigências que se perspetivam para o futuro do negócio bancário. Do conjunto de iniciativas que foram desenvolvidas destacam-se as seguintes:

- Reforço e especialização dos recursos afetos ao modelo operacional de PBC/FT;
- Definição de um novo modelo de avaliação de risco PBC/FT para as subsidiárias e filiais do Grupo;
- Criação de Comitês Internacionais PBC/FT de acompanhamento específico das subsidiárias e filiais do Grupo;
- Fortalecimento da estratégia de comunicação "Cultura de Compliance", com ações de comunicação regulares à 1ª Linha de Defesa do Banco;
- Em conjunto com a Direção de Comunicação-Área de Sustentabilidade, foi desenvolvida uma série de ações de comunicação sobre temas relacionados com o Código de Conduta;
- Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação para incentivo ao uso do canal de denúncias (*whistleblowing*);
- Implementação de novos controlos de PBC/FT em processos comerciais específicos;
- Implementação de novos controlos formativos de compliance, com foco nos cursos de PBC/FT;
- Revisão do processo de desenvolvimento e aprovação de novos produtos e serviços;

- Robustecimento do processo de subcontratação no que diz respeito à identificação de situações de conflitos de interesse;
- Desenvolvimento de um novo processo de monitorização de mudanças Legislativas / Regulatórias;
- Atualização dos conteúdos e programas de formação referentes a PBC/FT e ao Código de Conduta.

Riscos de mercado

Os riscos de mercado consistem nas perdas que podem ocorrer em resultado de alterações de taxas (de juro ou de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respetivas volatilidades.

Para efeitos de análise de rendibilidade e da quantificação e controlo dos riscos de mercado, são definidas as seguintes áreas de gestão para cada entidade do Grupo:

- **Negociação** - Gestão das posições cujo objetivo é a obtenção de ganhos a curto prazo, através de venda ou reavaliação. Estas posições são ativamente geridas, transacionam-se sem restrições e podem ser avaliadas frequentemente e de forma precisa. Nas posições em causa incluem-se os títulos e os derivados de atividades de vendas;
- **Financiamento** - Gestão dos financiamentos institucionais (*wholesale funding*) e das posições de mercado monetário;
- **Investimento** - Gestão de todas as posições em títulos a deter até à maturidade ou durante um período alargado de tempo, ou que não sejam transacionáveis em mercados líquidos;
- **Comercial** - Gestão das posições resultantes da atividade comercial com Clientes;
- **Estrutural** - Gestão de elementos de balanço ou de operações que, dada a sua natureza, não são diretamente relacionáveis com nenhuma das áreas de gestão anteriormente referidas; e
- **ALM** - Gestão de Ativos e Passivos (*Assets & Liabilities Management*).

A definição destas áreas permite uma efetiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária, bem como uma correta afetação de cada operação à área de gestão mais adequada, de acordo com o respetivo enquadramento e estratégia.

De modo a garantir que os níveis de risco incorridos nas diversas carteiras do Grupo estão de acordo com os níveis pré-definidos de tolerância ao risco, são estabelecidos, com periodicidade mínima anual, vários limites para riscos de mercado que se aplicam a todas as carteiras das áreas de gestão sobre as quais os riscos incidem. Estes limites são acompanhados numa base diária (ou intra-diária, no caso das áreas de mercados financeiros) pelo Risk Office.

São também definidos limites de *stop loss* para as carteiras das áreas de mercados financeiros - Negociação e Financiamento - com base em múltiplos dos limites de risco definidos para as mesmas, visando limitar as perdas máximas que possam ocorrer nestas áreas. Quando estes limites são atingidos, é obrigatória uma revisão da estratégia de negócio subjacente e dos pressupostos relativos à gestão das posições em causa.

Riscos de mercado da carteira prudencial de negociação (*)

O Grupo utiliza uma medida integrada de riscos de mercado que permite uma monitorização de todas as sub-tipologias de risco consideradas relevantes. Esta medida integra a avaliação do risco genérico, do risco específico, do risco não linear e do risco de mercadorias. Cada um destes sub-tipos de risco é medido individualmente, utilizando-se um modelo de risco adequado, sendo a medida integrada apurada a partir das medidas para cada um, sem considerar qualquer tipo de diversificação entre os quatro sub-tipos (*abordagem de worst case scenario*).

Para a medição diária do risco genérico de mercado - incluindo o risco de taxa de juro, o risco cambial, o risco de ações e o risco de preço dos *Credit Default Swaps* (índices) - é utilizado um modelo de VaR (*Value-at-Risk*), considerando-se um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%.

(*) *Trading Book* - posições afetas à Área de Gestão de Negociação (e não, especificamente, à carteira de negociação contabilística)

Para risco não-linear, é aplicada uma metodologia desenvolvida internamente que replica o efeito que os principais elementos não-lineares das posições em opções podem ter no apuramento dos resultados das diversas carteiras em que estão incluídas, de uma forma semelhante ao considerado na metodologia VaR e utilizando-se o mesmo horizonte temporal e o mesmo nível de significância.

O risco específico e o risco de mercadorias são medidos tendo por base as metodologias padrão definidas na regulamentação aplicável, com uma alteração adequada do horizonte temporal considerado.

No quadro seguinte, apresentam-se os valores em risco para a carteira de negociação, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, medidos pelas metodologias atrás referidas, os quais registaram níveis moderados durante o período em análise:

	(Milhares de EUR)			
	dez/20	Máximo risco global no período	Mínimo risco global no período	dez/19
RISCO GENÉRICO (VaR)	3.863	4.895	826	2.095
Risco de taxa de juro	3.770	3.244	800	1.876
Risco cambial	341	4.555	183	1.170
Risco de acções	318	195	91	81
<i>Efeito de diversificação</i>	<i>(567)</i>	<i>(3.100)</i>	<i>(249)</i>	<i>(1.033)</i>
RISCO ESPECÍFICO	19	10	10	3
RISCO NÃO LINEAR	0	0	0	0
RISCO DE COMMODITIES	—	—	3	5
RISCO GLOBAL	3.882	4.905	839	2.103

Monitorização e validação do Modelo VaR

Com o intuito de verificar a adequação do modelo interno de VaR para avaliação dos riscos envolvidos nas posições assumidas, são levadas a cabo diversas validações ao longo do tempo, com diferentes âmbitos e frequências, nos quais se incluem o *backtesting*, a estimação dos efeitos de diversificação e a análise da abrangência dos fatores de risco.

Relativamente ao exercício de *backtesting* hipotético do modelo VaR para a carteira de negociação de Portugal, durante o ano de 2020, o mesmo resultou em 3 excessos de valor negativo (e 2 positivo) sobre os resultados previstos pelo modelo, o que representa uma frequência de 1% em 257 dias de observação, em termos de excessos negativos. Assim, o resultado deste *backtesting* em termos da frequência de excessos verificada permite validar a adequação do modelo para a medição do risco em causa.

Stress Tests sobre a carteira de negociação

Complementarmente ao apuramento do VaR, são testados continuamente um conjunto alargado de cenários de esforço (*stress scenarios*), analisando-se os respetivos resultados com vista à identificação de concentrações de risco não capturadas pelo modelo VaR.

Os resultados destes testes sobre a carteira de negociação do Grupo, em 31 de dezembro de 2020, no que se refere aos impactos sobre os resultados desta carteira, foram os seguintes:

		(Milhares de euros)
	Cenário com impacto negativo	Impacto
CENÁRIOS STANDARD		
Varição paralela da curva de rendimentos em +/- 100 p.b.	- 100 p.b.	-10.495
Varição no declive da curva de rendimentos, para maturidades entre 2 e 10 anos, até +/- 25 p.b.	- 25 p.b.	-2.321
4 combinações possíveis dos 2 cenários anteriores	- 100 p.b. e + 25 p.b.	-7.995
	- 100 p.b. e - 25 p.b.	-13.049
Varição dos principais índices acionistas em +/- 30%	-30 %	-380
Varição das taxas de câmbio (em relação ao Euro) em +/- 10% para as principais moedas e +/- 25% para as restantes moedas	-10%, -25%	-316
Varição dos spreads dos swaps em +/- 20 p.b.	- 20 b.p.	-315
CENÁRIOS NÃO-STANDARD		
Alargamento/Estreitamento do <i>Bid-Ask Spread</i>	Estreitamento	-2.497
Vértices significativos ⁽¹⁾	VaR sem diversificação	982
	VaR com diversificação	323
Cenários históricos ⁽²⁾	07/mai/10	-5.298
	18/jul/11	-6.803

(1) Cenários em que se aplicam à carteira atual as variações mais adversas dos últimos sete anos, relativamente aos cinco fatores de risco mais significativos para a carteira.

(2) Cenários em que se aplicam à carteira atual variações de mercado passadas extremas; no caso, datas marcantes da crise de Dívida Pública da Zona Euro (a partir de 2010).

Estes resultados mostram que a exposição da carteira de negociação do Grupo aos diversos fatores de risco considerados continua a ser relativamente limitada. Em termos de cenários *standard*, o principal cenário adverso a ter em conta é a descida generalizada das taxas de juro quando acompanhada por uma diminuição do declive da curva de rendimentos (caso de uma descida mais acentuada nos prazos mais longos do que nos prazos mais curtos). Relativamente aos cenários não-standard, o principal cenário de perda refere-se à aplicação à carteira atual das variações ocorridas em 18 de julho de 2011 (cenário relativo à crise de Dívida Pública da Zona Euro).

Risco de taxa de juro da carteira bancária

O risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária (*Banking Book*) é avaliado pelo Banco segundo duas perspetivas complementares: o método do valor económico da carteira (EVE - *economic value of equity*) e o método da sensibilidade da margem financeira (NII - *net interest income*), através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o Balanço consolidado do Grupo, discriminando-se esta análise por moeda de exposição.

As variações das taxas de juro de mercado têm efeito ao nível da margem financeira e do valor económico do Grupo, tanto numa ótica de curto prazo, com impacto direto na margem financeira do Banco (NII), como de médio/longo prazo, afetando o valor económico do balanço (EVE).

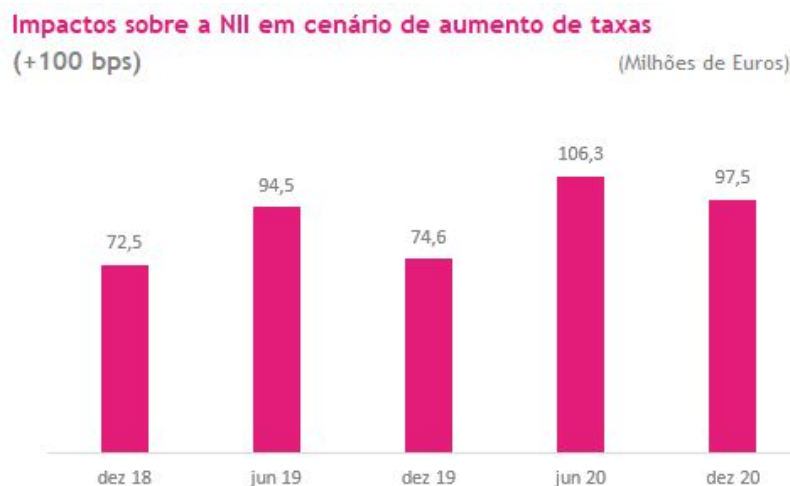
Os principais fatores de risco de taxa de juros advêm do *mismatch de repricing* das posições da carteira (*gap risk*) que pode originar perdas financeiras diretas ou indiretas na carteira bancária devido a movimentos nas taxas de juro que afetem diferentemente classes de ativos e passivos, tornando o Banco vulnerável a mudanças na curva de taxas de juros (*yield curve*). Por sua vez, as variações de taxas de juro podem alterar os perfis comportamentais de Clientes e produtos, induzindo pagamentos/levantamentos antecipados de ativos e passivos, incluindo o exercício de direitos de opção incorporados no desenho dos produtos (*behavioural and optional risk*). Adicionalmente - embora com menor impacto - existe o risco de variações desiguais em diferentes indexantes com o mesmo prazo de *repricing* (*basis risk*).

Por forma a identificar a exposição da carteira bancária do Grupo a estes riscos, a monitorização do risco de taxa de juro entra em consideração com as características financeiras de cada um dos contratos relevantes, sendo efetuada uma projeção dos respetivos *cash-flows* esperados (capital e juros, sem a componente de *spread* mas incluindo as componentes de custos de liquidez, capital, operacionais e outros) de acordo com as datas de *repricing*, calculando-se assim o impacto no valor económico resultante de cenários alternativos de alteração nas curvas de taxas de juro de mercado. São igualmente considerados os impactos decorrentes do comportamento dos Clientes, em particular nos produtos para os quais este é especialmente relevante - nomeadamente, produtos sem maturidade definida (e.g. depósitos à ordem, crédito *revolving*) - bem como os impactos decorrentes da alteração de *cashflows* contratuais (reembolsos antecipados de créditos) e impactos de eventuais pré-pagamentos potenciais em créditos com maturidade definida.

O resultado desta análise para uma variação de +100 pontos-base (p.b.) no nível das taxas de juro do euro (para todos os prazos, i.e., assumindo-se uma deslocação paralela da curva de rendimentos), sobre a carteira bancária, em 31 de dezembro de 2020, apurou um impacto positivo sobre o valor económico do balanço de cerca de 67,4 milhões de euros. Por outro lado, o impacto de uma descida generalizada de taxas do euro de -100 p.b. e considerando um *floor* de 0% para as taxas de desconto dos *cashflows*, seria de cerca de +61.6 milhões de euros. Assim, nessa data, o Grupo encontrava-se exposto positivamente a variações, em ambos os sentidos, de taxas de juro.

Em complemento à abordagem anterior, o Banco calcula mensalmente o impacto na margem financeira, projetada para os 12 meses seguintes, decorrente de alterações nas taxas de juro de mercado (método NII). Para o efeito, são considerados todos os produtos geradores de juros do ativo, passivo e fora de balanço, sendo o cálculo dos fluxos de caixa de juros realizado com base nas características de *repricing* e de amortização dos produtos (considerando igualmente o efeito dos modelos comportamentais acima referidos) e em curvas de rendimentos a 12 meses. Neste exercício é assumido um balanço estático a 12 meses em que, para cada amortização, é gerada uma exposição com as mesmas características de maturidade original e preço. Por forma a capturar a sensibilidade da margem financeira, são processadas várias simulações correspondentes a 10 diferentes cenários de evolução das taxas de mercado. O gráfico mostra os valores de impacto estimado sobre a margem financeira, nos pontos semestrais dos últimos 2 anos, considerando-se uma variação de +100 pontos-base nas taxas de mercado e o cenário para os coeficientes de transmissão das variações de mercado sobre as taxas de depósitos e outros passivos geradores de juros ('betas'), o que ilustra a evolução da sensibilidade da margem financeira à variação das taxas de mercado:

Assim, para uma variação de taxas de juro de +100 p.b. em 31 de dezembro de 2020, a margem financeira teria um acréscimo de cerca de 100 milhões de euros, sendo, todavia, a sensibilidade a uma descida de 50 p.b. de cerca de 20 milhões de euros.



Risco cambial e de ações da carteira bancária

O risco cambial da carteira bancária é transferido internamente para a Área de Negociação, de acordo com o modelo de especialização de riscos seguido pelo Grupo para a gestão do risco cambial do Balanço. As exposições sujeitas a risco cambial que não são integradas nesta transferência - as participações financeiras

nas subsidiárias, em moeda estrangeira - são cobertas por operações em mercado, tendo em conta a política definida e a disponibilidade e condições dos instrumentos.

Em 31 de dezembro de 2020, as participações financeiras do Grupo em moeda estrangeira convertível encontravam-se cobertas. Estas coberturas, em base consolidada, estão identificadas em termos contabilísticos como coberturas de *Net Investment*, de acordo com a nomenclatura IFRS. Em base individual é também efetuada contabilidade de cobertura de participações, neste caso aplicando-se *Fair Value Hedge*.

Excluindo as participações financeiras nas subsidiárias do estrangeiro, a exposição a risco cambial corresponde a 0.34 milhões de euros em termos de VaR, a 31 de dezembro de 2020.

No que se refere ao risco de ações, o Grupo mantém um conjunto de posições de pequena dimensão e risco reduzido, essencialmente na carteira de investimento, as quais não se destinam a ser negociadas com objetivos de *trading*. A gestão destas posições é feita por uma área específica do Grupo, sendo o respetivo risco controlado em base diária, através das métricas e limites definidos para controlo dos riscos de mercado.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na potencial incapacidade do Grupo em cumprir as suas obrigações de reembolso de financiamentos sem incorrer em perdas significativas, seja por condições de financiamento gravosas (risco de financiamento), seja por venda de ativos por valores inferiores aos de mercado (risco de liquidez de mercado).

A estrutura de financiamento *wholesale* (WSF) do Grupo é projetada, para cada período anual, pelo Plano de Liquidez, que faz parte integrante do processo de orçamentação e é formulado a nível consolidado e para as principais subsidiárias do Grupo. A preparação deste plano é coordenada pelo Group Treasurer, sendo a respetiva execução acompanhada continuamente ao longo do ano e procedendo-se à respetiva revisão sempre que necessário.

A pandemia do COVID-19, cujos efeitos negativos para a economia e em particular para o setor bancário ainda não são completamente conhecidos, levaram os supervisores e os Bancos Centrais a tomarem desde logo um conjunto alargado de medidas de mitigação. No caso do BCE, estas foram anunciadas ao longo do mês de Abril, envolvendo, entre outras, a provisão de liquidez adicional ao sistema bancário através da criação da “Operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada III” (“ORPA III”, “TLTRO III” na abreviatura inglesa) e a redução transversal dos *haircuts* aplicáveis a todos os tipos de ativos elegíveis para desconto junto do BCE.

Embora a monitoração em base diária de todos os indicadores de liquidez tenha evidenciado desde o início da crise, quer no Banco quer nas suas subsidiárias, uma total estabilidade da base de depósitos e dos *buffers* de liquidez junto dos respetivos Bancos centrais, o Banco decidiu numa ótica cautelosa ajustar com celeridade a sua política de financiamento: ainda em abril, o Banco tomou no BCE 1,5 mil milhões adicionais por recurso a Operações principais de refinanciamento (“OPR”) com prazo de 3 meses, elevando assim a sua exposição total ao Banco central de 4,0 mil milhões de euros relativos à Operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada II (“ORPA II”) para 5,5 mil milhões de euros; e em Junho, na data de vencimento das ORPA II e das OPR anteriormente referidas, tomou 7,6 mil milhões de euros na ORPA III. Após estas operações, o financiamento líquido junto do BCE atingiu um máximo de 4,9 mil milhões de euros em setembro de 2020, decrescendo até ao fecho do exercício para 3.3 mil milhões de euros, mais 3,0 mil milhões de euros que no período homólogo de 2019.

A liquidez adicional assim obtida, acrescida da que resultou da redução do gap comercial em Portugal ao longo de 2020, foi aplicada no reembolso de empréstimos de longo prazo do Banco Europeu de Investimentos, que totalizou 1,1 mil milhões de euros em 2020 (dos quais 750 milhões de euros por reembolso antecipado em Junho), no reforço das carteira de títulos em Portugal em 3,8 mil milhões de euros, dos quais 3,6 mil milhões de euros em dívida soberana e em liquidez depositada no Banco de Portugal (acréscimo de 638 milhões de euros, para 4,3 mil milhões de euros).

O quadro seguinte ilustra a estrutura de WSF (líquido) em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, em termos do peso relativo de cada um dos instrumentos utilizados:

	dez/20	dez/19	Variação peso
Mercado monetário	6,0 %	-0,7 %	6,7 %
BCE	48,1 %	5,9 %	42,2 %
<i>Private placements</i>	0,0 %	1,5 %	-1,5 %
Repos	0,6 %	0,0 %	0,6 %
Acordos de empréstimo	8,2 %	39,3 %	-31,2 %
EMTN	0,8 %	1,2 %	-0,4 %
Obrigações Hipotecárias	14,6 %	20,8 %	-6,3 %
Dívida Subordinada	21,6 %	31,9 %	-10,3 %
Total	100,0 %	100,0 %	

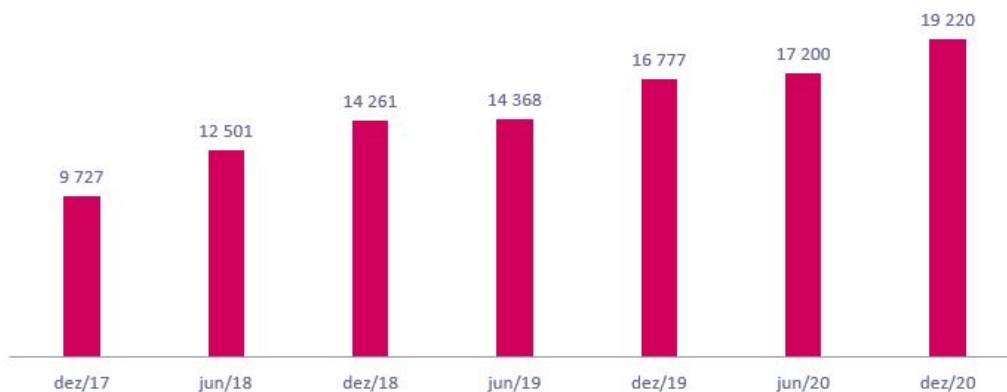
As decisões de financiamento acima descritas resultaram num aumento do peso do financiamento líquido do BCE, de 5,9% para 48,1%, e numa redução no peso dos empréstimos bancários, de 39,3% para 8,2%, entre outras variações de menor magnitude.

Em Portugal, o reforço das carteiras de dívida soberana refletiu-se num aumento de dimensão aproximada da carteira de ativos elegíveis para desconto no BCE, que beneficiou ainda, no âmbito de uma gestão prudente da liquidez, da inclusão na *pool* de política monetária de uma emissão de obrigações hipotecárias próprias avaliada atualmente em 1,8 mil milhões de euros após *haircuts*. Juntamente com as medidas de flexibilização de colateral determinadas pelo BCE, esta decisão contribuiu para elevar a 22,5 mil milhões de euros o saldo dos ativos elegíveis para desconto (após *haircuts*) em dezembro de 2020, mais 5,4 mil milhões de euros que um ano antes.

No mesmo período, o *buffer* de liquidez junto do BCE aumentou 2,4 mil milhões de euros, para 19,2 mil milhões de euros.

Buffer de liquidez junto do BCE

(Milhões de EUR)



Tal como no BCP, todos os indicadores relativos ao Bank Millennium (Polónia) e ao Bim (Moçambique), regulatórios ou internos, demonstraram ao longo da crise do COVID-19 a resiliência das suas posições de liquidez, suportadas desde logo na estabilidade das bases de depósitos e na solidez dos *buffers* de liquidez junto dos respetivos Bancos Centrais. Em conformidade, ambas as operações posicionaram-se ao longo de 2020 na zona de conforto dos indicadores de risco de liquidez adotados transversalmente ao Grupo, bem como em todos os indicadores regulatórios.

A *counterbalancing capacity* do Grupo é definida pela capacidade de geração de liquidez adicional no curto prazo para fazer face a eventuais situações de *stress* financeiro. As medidas para o seu reforço são descritas no Plano de Recuperação e, à data de 31 de dezembro de 2020, apresentavam para Portugal um valor total estimado de 1.925 milhões de euros, com as seguintes origens: venda de obrigações *corporate*, securitização de uma carteira de crédito ao consumo e emissão própria de obrigações hipotecárias a mobilizar para a *pool* de política monetária do BCE.

Em termos consolidados, o risco de refinanciamento de instrumentos de médio longo prazo manter-se-á em níveis muito reduzidos nos próximos anos, dado que apenas em 2022 atingirá 1,0 mil milhões de euros. Mesmo neste caso, envolverá o pagamento de uma emissão de obrigações hipotecárias nesse exato valor, cujo colateral será integrado no *buffer* de liquidez descontável no BCE após o reembolso, significando por isso uma perda pouco significativa de liquidez.

As conclusões do processo de ILAAP do Banco reiteram a adequação da posição de liquidez do Grupo para fazer face aos seus compromissos de liquidez, bem como a conformidade dos processos de gestão de liquidez e do seu risco com os padrões exigidos pela supervisão.

Controlo do risco de liquidez

O Grupo efetua o controlo do seu perfil de liquidez nas vertentes estrutural e de curto prazo através do acompanhamento regular de um conjunto de indicadores internos e regulatórios que visam caracterizá-lo, para os quais são definidos limites pré-estabelecidos, revistos periodicamente, e que no seu conjunto definem o apetite do Banco ao risco de liquidez, como sejam: o rácio de transformação de depósitos em crédito (83% em 31 de dezembro de 2020), os indicadores regulamentares LCR (*Liquidity coverage ratio*) e NSFR (*Net stable funding ratio*) - respetivamente 230% e 140% em 31 de dezembro de 2020 (níveis muito confortáveis e reforçados face a 31 de dezembro de 2019) - e, ainda, a dimensão da folga de colateral disponível para desconto em Bancos Centrais do espaço da União Europeia face ao total de depósitos de Clientes - indicador já anteriormente referido e que se situou confortavelmente dentro dos níveis de liquidez considerados adequados, no âmbito do apetite ao risco do Grupo.

Risco do Fundo de Pensões

Este risco decorre da desvalorização potencial da carteira de ativos do Fundo associado ao plano de Benefício Definido ou da diminuição dos respetivos retornos esperados, bem como de diferenças atuariais que se verifiquem dada a evolução de fatores demográficos face aos pressupostos atuariais considerados. Perante cenários desta natureza, o Grupo poderá ter de efetuar contribuições não previstas, por forma a manter os benefícios definidos pelo Fundo. A monitorização regular deste risco e o acompanhamento da respetiva gestão cabem ao Comité de Acompanhamento do Risco dos Fundos de Pensões.

Em 2020 o Fundo de Pensões do Grupo BCP registou uma performance líquida de 5.77% para a qual contribuiu decisivamente a componente de ações através de uma valorização de 15%. Esta expressiva valorização tem origem na participação em EDP e no investimento em ativos que replicaram o mercado Norte Americano, beneficiando o Fundo via seleção (EDP e EUA) mas também via alocação, já que o fundo manteve um *overweight* na classe com exceção dos últimos dias de Dezembro onde se posicionou de forma mais conservadora, reduzindo nessa altura a exposição.

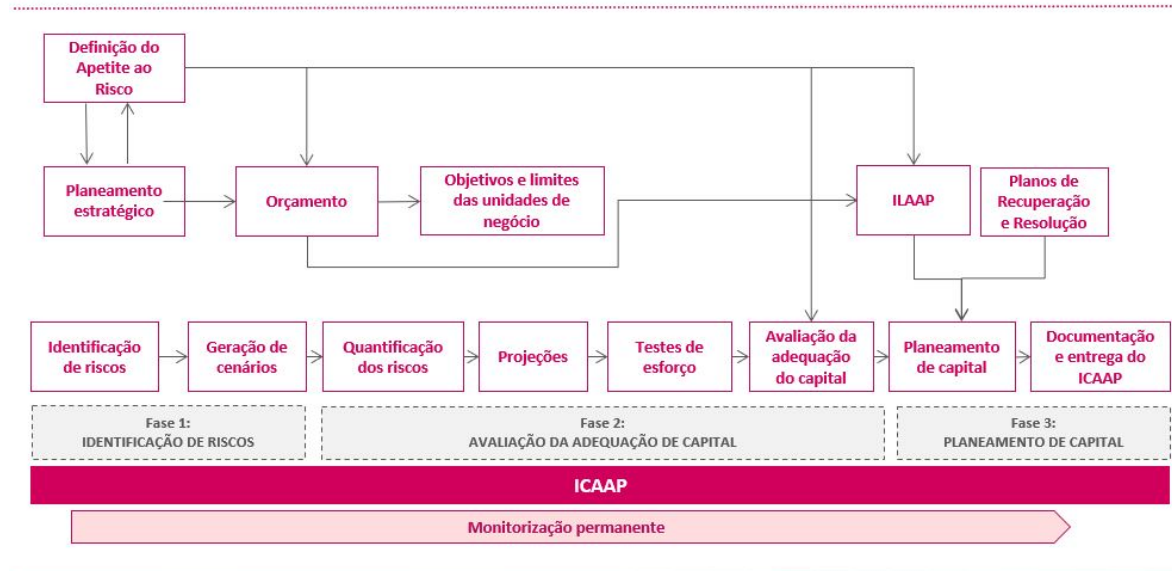
Na componente de Obrigações o fundo atingiu igualmente uma performance positiva quer na vertente de taxa fixa quer de taxa indexada. O posicionamento foi caracterizado por uma preponderância em ativos de taxa fixa mas com duração inferior à do *benchmark*. Nesta componente foi ainda privilegiada a exposição a países periféricos beneficiando do estreitamento de margens na componente de dívida pública da Zona Euro.

Na componente de investimentos alternativos e imobiliário, o Fundo manteve um expressivo *underweight* mas com ambas as classes a apresentaram rendibilidades positivas em 2020.

A evolução das taxas de juro de mercado em 2020 conduziu à necessidade de atualização da taxa de desconto para apuramento das responsabilidades do Fundo. Assim, a taxa de desconto em vigor em 31.12.2019, de 1,4%, foi alterada para 1,55% em 30.06.2020 e novamente alterada para 1,05% em 31.12.2020. Nesta data, a cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões apresentava um excesso de cerca de 93 milhões de euros.

Processo interno de avaliação da adequação do capital (ICAAP)

A adequação do capital para cobrir o nível de riscos a que está sujeita a atividade do Grupo é objeto de acompanhamento permanente no âmbito ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*). A figura seguinte ilustra sinteticamente o processo em causa:



O ICAAP é um processo chave no quadro da função de gestão de risco do Grupo BCP e desenvolve-se sob um modelo de governação interna que garante o envolvimento do CA (órgão responsável pela aprovação dos resultados) e da sua Comissão de Avaliação de Riscos (CAvR), da CE e da gestão de topo do Grupo, nas suas diversas fases.

Os resultados do ICAAP permitem aos órgãos de gestão testar se o Banco está adequadamente capitalizado face aos riscos decorrentes da sua atividade no presente, bem como em relação aos riscos inerentes às projeções de balanço e resultados do plano estratégico e orçamento, por forma a assegurar a sustentabilidade do Grupo no médio prazo, com respeito pelos limites de risco definidos no RAS (*Risk Appetite Statement*) aprovado pelo CA.

Para este efeito, o ICAAP parte de uma visão prospetiva dos impactos da materialização dos diversos riscos sobre o capital do Grupo (requisitos de capital), considerando a respetiva escala ou dimensão, complexidade, frequência, probabilidade de ocorrência e materialidade, tendo como pano de fundo os desenvolvimentos projetados para a atividade do Grupo num horizonte temporal de médio prazo (3 anos). Os impactos são estimados sob diferentes cenários, incluindo cenários de *stress* com uma evolução severamente penalizante dos indicadores macroeconómicos. Através deste processo é possível testar a resiliência do Grupo, verificando se os níveis de capital são adequados para cobrir os riscos a que as suas atividades possam vir a estar sujeitas. Para o efeito, os diferentes riscos são modelizados ou incorporados no quadro da metodologia de testes de esforço do Grupo.

O processo de identificação dos riscos materiais aos quais a atividade do Grupo está sujeita constitui a primeira fase de cada ciclo anual do ICAAP. Neste processo é envolvida a gestão de topo do Banco e das principais subsidiárias no exterior, seguindo-se uma abordagem metodológica assente numa taxonomia interna de riscos, cobrindo mais de 60 tipos de riscos diferentes, avaliando-se, numa primeira fase, a importância para a atividade do Grupo de cada tipo de risco, a partir da probabilidade de ocorrência e da magnitude dos impactos - quer antes, quer após aplicação de medidas de mitigação de riscos.

O resultado desta fase é a identificação dos riscos a incorporar no ICAAP bem como das variáveis a considerar na geração quer do cenário-base, quer dos cenários de esforço. A aprovação dos resultados do processo de identificação de riscos é uma competência atribuída à CAvR.

Numa segunda fase, são definidos os cenários base e de esforço que enquadram este processo. Enquanto o primeiro dos cenários corresponde à visão do Grupo relativamente à evolução mais provável das condicionantes do negócio no médio prazo (cenário-base), os cenários de esforço incorporam condições extremas, com baixa probabilidade de ocorrência e com severo impacto na atividade do Grupo (cenários

adversos), para testar a resiliência do Grupo em situações-limite. A aprovação dos cenários a considerar no ICAAP é igualmente uma competência da CAVR.

Na terceira fase, procede-se à modelização do impacto dos riscos identificados na data de referência, apurando-se os requisitos de capital para essa data. Todos os riscos materiais identificados pelo Banco são quantificados em termos de impacto no nível dos RWA, ou em resultados, de acordo com um conjunto de metodologias e modelos internos, formalmente aprovados, documentados, validados e auditados internamente, considerando um nível de significância alinhado com os requisitos de capital no âmbito do Regulamento (EU) 575/2013 (CRR - *Capital Requirements Regulation*) ou Solvência 2 e um horizonte temporal de 1 ano (embora para a carteira de negociação, dada a respetiva natureza, o prazo seja inferior a 1 ano). Os riscos não quantificáveis ou não materiais são considerados através de um *buffer* adicional ao capital. A aprovação das metodologias de estimação dos impactos dos riscos na atividade do Grupo é da competência do Comité de Risco.

Uma vez estimados os impactos dos diversos riscos sobre a conta de exploração e o balanço do Grupo - em particular, sobre os fundos próprios - o Grupo está em condições de aferir sobre a adequação da sua capacidade de absorção de riscos face ao perfil esperado para a sua atividade.

O Grupo assume uma capacidade de absorção de riscos (RTC - *Risk Taking Capacity*) alinhada com a definição dos rácios de capital regulamentar nos termos da Diretiva 2013/36/EU e do CRR, incluindo alguns ajustamentos por forma a incluir outros elementos ou instrumentos de capital que o Grupo considera apropriados para cobrir os riscos existentes, projetados de forma prudente ao longo do horizonte temporal em análise.

Os resultados do ICAAP são avaliados pela CE e pela CAVR e aprovados pelo CA, constituindo uma das principais fontes para a revisão do RAS e da estratégia de risco do Grupo.

Trimestralmente, o Banco procede à revisão dos pressupostos assumidos no ICAAP, avaliando, nomeadamente: a materialidade dos riscos anteriormente classificados como 'não materiais'; a atualidade das projeções consideradas nos cenários macroeconómicos; a análise de desvios face ao plano de negócio; a atualização da quantificação dos principais riscos materiais do ICAAP; e o cálculo da capacidade de absorção de riscos. Os resultados desta revisão são reportados ao órgão de gestão do Banco através das suas CE e CAVR.

Os resultados do ICAAP demonstram que os níveis de capitalização são adequados para o horizonte temporal de 3 anos, quer no cenário-base, quer nos cenários de esforço/adversos, o que é confirmado pela monitorização trimestral efetuada pelo Banco.

Validação e acompanhamento de modelos

Esta função é assegurada pelo Gabinete de Acompanhamento e Validação de Modelos (GAVM), com reporte hierárquico ao *Chief Risk Officer*.

O GAVM é uma unidade de estrutura da segunda linha de defesa no âmbito da gestão de risco de modelo, funcionalmente independente das áreas responsáveis pelos modelos (*model owners e developers*) e da Direção de Auditoria, estando assim assegurada uma adequada segregação de funções. Como missão, deve acompanhar e validar os modelos internos de avaliação de risco utilizados no BCP e nas entidades que integram o Grupo em Portugal, bem como assegurar, de forma independente, a qualidade e adequação da estrutura de gestão de riscos ao nível dos modelos internos, métricas e completude dos registos a eles associados (*framework* de MRM/*Model Risk Management*).

O âmbito de atuação do GAVM abrange, entre outros, a validação dos modelos internos de risco de crédito, de risco de mercado e dos riscos tratados ao nível do ICAAP, bem como o acompanhamento regular do seu desempenho e evolução. Os resultados dos exercícios de validação e de acompanhamento são reportados ao Subcomité de Acompanhamento e Validação de Modelos e ao Comité de Risco.

Para além das atividades diretamente relacionadas com a função de acompanhamento e validação da qualidade e performance dos modelos, o GAVM é responsável pela coordenação das atividades de *Model Risk Management* (MRM), incluindo a manutenção de um repositório completo dos modelos internos de risco utilizados pelo Banco e o seu acompanhamento e atualização permanentes, através da utilização da ferramenta de gestão e de avaliação de risco dos modelos, implementada no Banco como suporte ao *framework* de MRM.

No ano de 2020, foram realizadas diversas ações de acompanhamento e validação dos modelos internos em utilização pelo Banco, incluindo o reporte regulamentar dos novos *templates* sobre os resultados de validação dos modelos internos de risco de crédito à luz das instruções do BCE - “*Instructions for reporting the Validation results of internal models*”. Essas ações visam, entre outros, reforçar a confiança sobre os modelos, acompanhar o seu desempenho e evolução, verificando a sua adequação à realidade do negócio e a sua conformidade com os requisitos regulamentares aplicáveis e boas práticas, bem como reforçar a capacidade de identificação e reação a alterações da sua qualidade preditiva.

No âmbito da validação de modelos, destaca-se a validação dos modelos internos de risco de crédito relativos a Probabilidade de *Default* (PD) aplicáveis aos segmentos de Retalho, Empresas e Promoção Imobiliária e do modelo de *Slotting Criteria* (SL) aplicado a *Project Finance*. Destaca-se, ainda, a validação do modelo de Loss Given Default (LGD) aplicável ao segmento de Retalho, a validação do modelo interno aplicável a riscos de mercado e as atividades de validação associadas à quantificação de riscos no âmbito do ICAAP.

É responsabilidade do GAVM manter um processo de validação robusto e documentado para os sistemas e modelos internos de risco, em linha com a regulamentação em vigor, desafiando os sistemas e modelos existentes. Nesse sentido, desenvolve e aplica procedimentos e metodologias de validação capazes de assegurar uma avaliação adequada dos modelos e o alinhamento com os requisitos regulamentares aplicáveis, com o reforço (i) do âmbito dos exercícios de validação, (ii) da profundidade das análises realizadas e (iii) da transparência e auditabilidade do trabalho realizado.

Na componente do acompanhamento de modelos, o GAVM assegurou, entre outros, a apresentação trimestral ao Comité de Risco de informação sobre a evolução e qualidade dos modelos internos no âmbito da abordagem IRB, assim como a participação no exercício 2020 EBA Benchmarking aplicável a modelos internos de risco de crédito.

Plano de Recuperação

Nos termos da legislação aplicável - a Diretiva 2014/59/UE e a respetiva transposição para o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) através do DL 23-A/2015, de 26 de março - o Grupo atualiza anualmente o Plano de Recuperação para o seu negócio e atividades, através do qual se define um conjunto alargado de diversos indicadores-chave, os quais são monitorizados em permanência, permitindo uma atuação imediata da gestão sempre que os desvios excedem determinados patamares (igualmente definidos no Plano), sendo obrigatoriamente reportados aos órgãos de gestão e de supervisão do Grupo.

A partir da análise estratégica e do estabelecimento de cenários possíveis para a evolução do negócio e da envolvente externa e da modelização de todas as variáveis apropriadas, medidas e cenários considerados relevantes, a evolução do negócio do Grupo é permanentemente acompanhada, à luz do Plano de Recuperação e dos respetivos indicadores.

No Plano de Recuperação definem-se prioridades, responsabilidades e medidas específicas a tomar na ocorrência de uma situação de contingência de capital e/ou de liquidez, suportado num sistema de sinais de alerta precoce (EWS - *Early Warning Signals*) destinado a antecipar a ocorrência de eventuais crises, nomeadamente, de liquidez. Simultaneamente, o Plano de Recuperação contém um guia de implementação conciso (“*playbook*”), visando fornecer informação chave que permita uma tomada de decisão rápida numa situação de crise.

O Plano de Recuperação do Grupo integra o Plano de Recuperação do Bank Millennium (Polónia) e está alinhado com a definição do *framework* de continuidade de negócio e respetivos planos (ver secção de risco operacional), com o Plano de Comunicação com o mercado e *stakeholders* (em situações de contingência) e com os resultados dos processos de avaliação da adequação de capital e liquidez atrás referidos (ICAAP e ILAAP).

Ratings do BCP

Durante o ano de 2020, assistiu-se a uma deterioração dos indicadores macroeconómicos em Portugal, decorrente do impacto da pandemia COVID-19, apesar das medidas implementadas para conter a propagação da pandemia e minorar os impactos económico e sociais. Nomeadamente, a degradação da posição externa e a deterioração da posição orçamental, sendo esperado um défice orçamental de 7,3% do PIB em 2020. Adicionalmente, a economia portuguesa continua a registar um nível de dívida pública em percentagem do PIB acima da média da Zona Euro.

Não obstante o enquadramento negativo, de realçar a estabilidade da sustentabilidade da dívida pública, reconhecida pelas agências de *rating* através da manutenção do *rating* da República Portuguesa num ano com elevadas pressões sobre os *ratings* soberanos. Durante 2020, a *Fitch Ratings* e a *Standard & Poor's* reviram em baixa o *outlook* da República Portuguesa, de Positivo para Estável, em 17 e 24 de abril, respetivamente.

Os bancos portugueses continuaram a desenvolver a sua atividade num contexto desafiante durante 2020, com o BCE a manter as taxas de juro em níveis historicamente baixos. Esta envolvente condiciona a evolução da margem financeira. No entanto, e nalguns casos, o impacto negativo na margem foi compensado por operações de refinanciamento de longo-prazo (TLTRO III) anunciadas pelo BCE, por ganhos de *trading* e pela continuação da redução dos custos operacionais.

É ainda de assinalar o progresso alcançado nos últimos anos na melhoria da qualidade dos ativos dos bancos portugueses - através da redução de NPE -, bem como o reforço dos níveis de capital e

liquidez, permitindo perspetivas favoráveis relativamente ao desempenho do setor bancário português mesmo em contexto adverso.

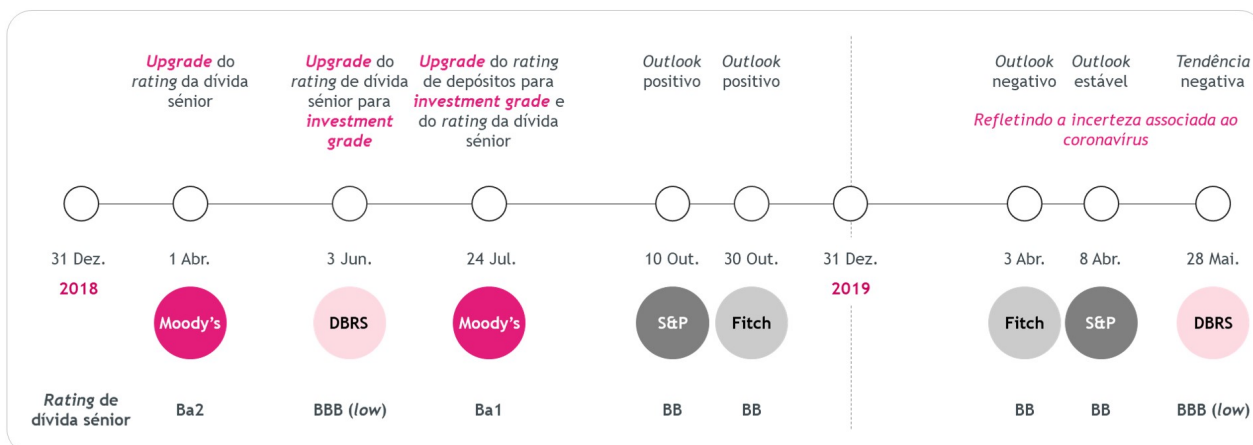
Apesar da redução de ativos problemáticos por parte dos bancos portugueses, estes continuam com valores elevados nos respetivos balanços, mantendo-se, a par da rendibilidade e dos níveis de capitalização, como uma das principais preocupações das agências de *rating*.

Em 2020, tendo por base o choque económico sem precedentes após as medidas rigorosas de confinamento para conter a crise sanitária, o que representa um risco para a generalidade do setor, três agências de *rating* atuaram sobre o *outlook* do BCP:

A 3 de abril, a *Fitch Ratings* reviu em baixa o *Outlook* do BCP, de estável para negativo. A 8 de abril, a *Standard & Poor's* reviu em baixa o *Outlook* do BCP, de positivo para estável. E, por fim, a 28 de maio, a DBRS reviu a Tendência do *rating* do BCP de estável para negativa.

Estas ações das Agências de *Rating* - transversais a todo o setor - têm por base o elevado grau de incerteza causado pelo atual contexto sanitário e sócio-económico, existindo o risco de deterioração da qualidade dos ativos e da rendibilidade no setor em 2021. Contudo, o setor financeiro português está hoje melhor preparado para enfrentar esta crise financeira global do que quando entrou na anterior. Os bancos portugueses melhoraram substancialmente a qualidade dos seus ativos e os seus níveis de capitalização e liquidez, apresentando ainda estruturas de custos mais eficientes.

As Agências de Rating alteraram o Outlook desde abril de 2020



Moody's

Baseline Credit Assessment	ba2
Adjusted Baseline Credit Assessment	Ba2
Avaliação de risco de Contraparte LP / CP	Baa2 (cr) / P-2 (cr)
Rating de Risco de Contraparte LP / CP	Baa2 / P-2
Depósitos LP / CP	Baa3/P-3
Dívida Sênior LP / CP	Ba1/NP
Dívida Sênior Não Preferencial	Ba3
Outlook depósitos / sênior	Estável
Dívida Subordinada - MTN	(P)Ba3
Dívida Subordinada	Ba3
Additional Tier 1	B2(hyb)
Outra dívida de curto prazo	P(NP)
Obrigações Hipotecárias	Aa3

Ações de Rating**Standard & Poor's**

Stand-alone credit profile (SACP)	bb
Rating de Contraparte de resolução LP / CP	BBB-/A-3
Rating de Emitente LP / CP	BB/B
Dívida Sênior	BB
Dívida Sênior Não Preferencial	B+
Outlook	Estável
Dívida subordinada	B
Additional Tier 1	CCC+

Ações de Rating

8 de abril de 2020 - Revisão em baixa do *outlook*, de positivo para estável. Confirmação das notações de *rating* do SACP em 'bb', de Contraparte de resolução em 'BBB-/A-3' e de Emitente em 'BB/B'.

Fitch Ratings

Viability Rating	bb
Suporte	5
Floor de Suporte	Sem Floor
Depósitos LP / CP	BB+/B
Dívida Sênior LP / CP	BB/B
Dívida Sênior Não Preferencial	BB-
Outlook	Negativo
Subordinated Debt Lower Tier 2	B+
Additional Tier 1	B-
Obrigações Hipotecárias	BBB+

Ações de Rating

3 de abril de 2020 - Revisão em baixa do *outlook*, de estável para negativo.
7 de abril de 2020 - Confirmação do *Rating* de Obrigações Hipotecárias em 'BBB+'.
22 de outubro de 2020 - Confirmação das notações de *rating* do *Viability Rating* em 'bb', de Subordinated Debt Lower Tier 2 em 'B+', de Dívida Sênior em 'BB/B', de Dívida Sênior Não Preferencial em 'BB-' e de Depósitos em 'BB+/B'.

DBRS

Intrínseco	BBB(low)
Obrigações críticas	BBB (high) / R-1 (low)
Depósitos LP / CP	BBB/R-2 (high)
Dívida Sênior LP / CP	BBB (low) / R-2 (middle)
Dívida Sênior Não Preferencial	BB (high)
Tendência	Negativa
Dívida Subordinada	BB
Additional Tier 1	B
Obrigações Hipotecárias	A

Ações de Rating

28 de maio de 2020 - Revisão em baixa do *outlook*, de estável para negativo. Confirmação da notação do *rating* de Depósitos em 'BBB/R-2 (high)'.

Capital

De acordo com a nossa interpretação da CRD IV/CRR à data, o rácio CET1 estimado em 31 de dezembro de 2020, fixou-se em 12,2%, quer em base *phased-in*, quer em *fully implemented*, em linha com os valores na mesma data de 2019 (12,2% em base *phased-in* e *fully implemented*) e acima dos rácios mínimos exigidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2020, atualizados pela antecipação da entrada em vigor da faculdade prevista na revisão da Diretiva de Capital - CRD V, que possibilita a utilização parcial de instrumentos de capital não qualificados como CET1 no cumprimento dos requisitos de Pilar 2 (CET1 8,828%, T1 10,75% e Total 13,313%).

Em 12 de março de 2020 Banco Central Europeu anunciou um conjunto de medidas a adotar por forma a garantir a capacidade de financiamento dos bancos às famílias e empresas com dificuldades temporárias, devido aos efeitos económicos que se fazem sentir a nível mundial. As medidas de supervisão anunciadas visam apoiar os bancos no serviço à economia e na abordagem operacional aos desafios que se perspetivam, incluindo a pressão sobre os seus colaboradores.

Os *buffers* de capital requeridos pelo regulador foram estabelecidos com o objetivo de permitir aos bancos enfrentar choques adversos. Tendo o setor bancário europeu constituído um montante significativo de *buffers*, o BCE permite que os bancos operem temporariamente abaixo do nível de capital definido pela orientação de Pilar 2 (P2G) e pelos *buffers* de conservação de capital (CCB) e sistémico (O-SII). Adicionalmente, várias Autoridades de Supervisão Nacionais reduziram ou eliminaram temporariamente a necessidade de constituição de *buffers* contracíclicos (CCyB).

A evolução do rácio CET1 *phased-in* no ano de 2020 reflete sobretudo geração orgânica de capital, que permitiu colmatar os impactos negativos do aumento dos riscos ponderados e do fundo de pensões, mantendo o rácio CET1 nos mesmos níveis de 2019, em linha com os objetivos de médio prazo do banco.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

(Milhões de Euros)

	31 dez. 20	31 dez. 19	31 dez. 20	31 dez. 19
	PHASED-IN		FULLY IMPLEMENTED	
FUNDOS PRÓPRIOS				
<i>Common Equity Tier 1</i> (CET1)	5.657	5.508	5.651	5.496
<i>Tier 1</i>	6.194	6.012	6.187	6.000
FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	7.212	7.036	7.213	7.028
RISCOS PONDERADOS	46.413	45.031	46.322	44.972
RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (*)				
CET1	12,2%	12,2%	12,2%	12,2%
<i>Tier 1</i>	13,3%	13,4%	13,4%	13,3%
Total	15,5%	15,6%	15,6%	15,6%

(*) Inclui os resultados líquidos acumulados em cada período.

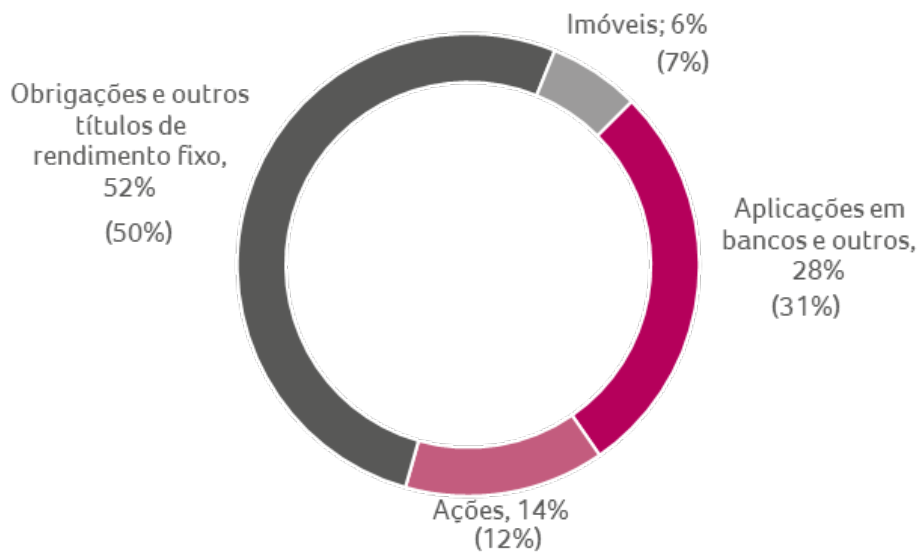
Fundo de pensões

As responsabilidades assumidas pelo Grupo Banco Comercial Português estão relacionadas com o pagamento aos seus colaboradores de pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2020, estas responsabilidades ascendem a 3.658 milhões de euros, que compara com 3.490 milhões de euros relevados no final do ano anterior.

No final de 2020 os ativos do Fundo de Pensões afetos ao financiamento das referidas responsabilidades totalizavam 3.751 milhões de euros (3.501 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019), tendo sido apurada uma taxa de rendibilidade acumulada positiva de 5,8%, que compara favoravelmente com as taxas de 1,40% e 1,55% consideradas nos pressupostos atuariais para o primeiro semestre e segundo semestre do ano, respetivamente. De salientar, neste contexto, que a taxa de desconto considerada para efeitos da avaliação das responsabilidades foi alterada de 1,40% para 1,55% no final do primeiro semestre de 2020 e para 1,05% no final do ano.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura da carteira de ativos do Fundo de Pensões evidencia, em comparação com o ano anterior, padrões idênticos de diversificação. No final dos anos de 2020 e 2019, a carteira de ativos do Fundo de Pensões apresentava a seguinte distribuição para as principais categorias de ativos:

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE ATIVOS DO FUNDO DE PENSÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020



(xx%) Proporção em 31 de dezembro de 2019

Os pressupostos atuariais utilizados para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma basearam-se na análise dos indicadores de mercado, nomeadamente das perspetivas de evolução da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores. Os principais pressupostos atuariais utilizados para efeitos da determinação do montante das responsabilidades nos exercícios de 2020, 2019 e 2018 foram os seguintes:

PRESSUPOSTOS	2020	2019	2018
Taxa de desconto	1,05%	1,40%	2,10%
Taxa de crescimento salarial	0,75%	0,75 %	0,25% até 2019 0,75% após 2019
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50 %	0% até 2019 0,5% após 2019
Taxa de rendimento do fundo	1,05%	1,40 %	2,10 %
Tábuas de mortalidade			
Homens	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 - três anos	TV 88/90 - três anos	TV 88/90 - três anos
Taxa de invalidez	Não aplicada	Não aplicada	Não aplicada
Taxa de turnover	Não aplicada	Não aplicada	Não aplicada
Idade normal de reforma	66 anos e 5 meses	66 anos e 5 meses	66 anos e 4 meses
Taxa de crescimento do salário total para efeitos da Segurança Social	1,75%	1,75%	1,75%
Taxa de revalorização dos salários/pensões da Segurança Social	1,00%	1,00%	1,00%

Em setembro de 2019, o Banco celebrou um acordo com os sindicatos de trabalhadores sobre a revisão das tabelas salariais e outras cláusulas pecuniárias para os anos de 2018 e 2019, com referência a 1 de janeiro de 2018 e a 1 de janeiro de 2019, respetivamente. Este acordo estabelece, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, a atualização do salário base em 0,75% até ao nível 6 e em 0,50% dos níveis 7 a 20 e o aumento de outras cláusulas de expressão pecuniária, tais como o subsídio de almoço, diuturnidades, entre outras.

No final do ano de 2019, o Banco iniciou um processo negocial para a revisão integral do Clausulado dos Acordos Coletivos de Trabalho, tendo os trabalhos continuado a decorrer durante os primeiros meses de 2020, até serem interrompidos no mês de março, face aos constrangimentos impostos pela pandemia. No mês de junho, foram retomadas as negociações com os Sindicatos relativas à atualização das tabelas salariais para 2020 e restantes cláusulas de expressão pecuniária dos Acordos Coletivos de Trabalho. O Banco apresentou formalmente, em 3 de julho, uma contraproposta para a atualização das tabelas salariais em 0,3%, em linha com a variação registada em 2019 no Índice de preços ao Consumidor, de acordo com a informação oficial do Instituto Nacional de Estatísticas.

De salientar que, no final do mês de julho o Banco chegou a acordo com o SBN - Sindicato dos Bancários do Norte, entretanto renomeado para SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Sector Financeiro de Portugal, com o SNQTB - Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários e com o SIB - Sindicato Independente da Banca, para atualização das prestações pecuniárias para o ano de 2020. O acordo estabelecido prevê efetivamente a atualização salarial em 0,3% sobre as remunerações de nível de cada Colaborador, o aumento do subsídio de almoço, o aumento do subsídio de natalidade e o aumento de outras prestações pecuniárias nomeadamente, diuturnidades, ajudas de custo e subsídios de estudo, entre outras.

Durante o mês de setembro de 2020 foi alcançado um entendimento com os restantes sindicatos subscritores dos Acordos Coletivos de Trabalho do Grupo, nomeadamente com o SBSI - Sindicato Bancários Sul e Ilhas, entretanto renomeado para Mais Sindicato do Sector Financeiro e o SBC - Sindicato Bancários do Centro, consubstanciado num acordo de princípio à atualização salarial acordada com os outros sindicatos. Este entendimento permitiu assim que, no processamento salarial de setembro de 2020, fosse aplicada a mesma atualização salarial a todos os Colaboradores do Banco, independentemente da sua filiação sindical. No mês de setembro, foram retomadas as negociações com todos os Sindicatos subscritores dos Acordos Coletivos de Trabalho do Grupo, para a conclusão da revisão integral do respetivo Clausulado, negociações essas que ainda decorrem. Está em curso a publicação no Boletim do Trabalho e Emprego dos Acordos com os respetivos Sindicatos relativos à revisão das tabelas salariais.

As diferenças atuariais reconhecidas em 2020 foram negativas em 89 milhões de euros, antes de impostos (285 milhões de euros, antes de impostos, de desvios atuariais também negativos em 2019) e incluem 140 milhões de euros de desvios financeiros positivos relacionados com o diferencial entre o rendimento esperado e o rendimento do Fundo de Pensões, 198 milhões de euros de perdas atuariais apuradas na sequência da redução da taxa de desconto e 31 milhões de euros de desvios atuarias negativos apurados entre as responsabilidades esperadas e as efetivamente verificadas.

Os principais indicadores do Fundo de Pensões com referência ao final dos exercícios de 2020, 2019 e 2018 encontram-se sistematizados no quadro seguinte:

PRINCIPAIS INDICADORES	Milhões de Euros		
	2020	2019	2018
Responsabilidades com pensões	3.658	3.490	3.066
Nível mínimo de responsabilidades a cobrir*	3.596	3.431	3.015
Valor do Fundo de Pensões	3.751	3.501	3.078
Cobertura de responsabilidades	102,5%	100,3%	100,4%
Cobertura do nível mínimo de responsabilidades*	104,3%	102,0%	102,1%
Rendibilidade do Fundo de Pensões	5,8%	8,1%	0,2%
(Ganhos) / Perdas atuariais	89	285	98

* De acordo com os requisitos do Banco de Portugal (assumindo a aplicação do requisito mínimo a todas as entidades do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2020, as responsabilidades do Grupo evidenciavam um grau de cobertura de 102,5%, encontrando-se desta forma totalmente financiadas em níveis superiores aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal.

Informação sobre tendências

Impacto da COVID-19

O ano de 2020 foi marcado pelo aparecimento e disseminação da COVID-19 à escala global, levando à declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Os impactos imediatos desta pandemia atingiram uma dimensão sem precedentes na situação de alarme social gerado, no esgotamento dos sistemas de saúde e nas severas medidas de contenção e de combate implementadas em inúmeros países, incluindo em Portugal. Adicionalmente, foram impostos *lockdowns* pelos Governos Europeus, com restrições severas à circulação de pessoas e à atividade económica.

O setor financeiro português está hoje melhor preparado para esta crise do que quando mergulhou na anterior crise financeira global. Os bancos portugueses melhoraram substancialmente a qualidade dos ativos, os níveis de liquidez e capitalização e possuem estruturas de custos mais eficientes. Não obstante a maior robustez do setor financeiro português e o início do processo de vacinação em dezembro - o percurso até ser atingido um nível de imunidade que permita um regresso gradual à normalidade é ainda longo -, o impacto económico observado em 2020 não tem precedentes, espelhado na diminuição de 7,6% do PIB português.

Em 2021, as projeções do Banco de Portugal apontam para uma retoma moderada, com o PIB a crescer 3,9% e com a taxa de desemprego a atingir 8,8%.

Ao nível europeu, tendo em vista acelerar a recuperação económica, foi aprovado, em julho, um pacote extraordinário de fundos europeus (NextGeneration EU) no valor total de 750 mil milhões de euros, distribuídos entre subvenções e empréstimos, que vigorará entre 2021 e 2023 e que será financiado através da emissão de dívida europeia.

Impacto na atividade do Grupo

O atual contexto económico e social apresentou, em 2020, um conjunto de desafios ao desenvolvimento da atividade do Banco. As repercussões da crise originada pela pandemia vão continuar a fazer-se sentir nos próximos anos.

Não obstante a recente tendência de redução e/ou de manutenção dos níveis das taxas de juro em valores historicamente reduzidos - em muitos casos, valores negativos - é projetado um ligeiro crescimento da margem financeira do Grupo em 2021. Em Portugal, o crescimento da margem continuará a beneficiar da TLTRO III e do esperado crescimento de volumes, com especial ênfase na nova produção de crédito hipotecário.

Na atividade internacional, com especial foco na operação polaca, o forte crescimento da nova produção de crédito hipotecário deverá ser a principal linha orientadora do crescimento da margem financeira do Bank Millennium, em 2021.

Os níveis de comissionamento têm sido alvo de fortes limitações regulamentares, particularmente na operação portuguesa, originando um constrangimento à sua contribuição para a rentabilidade do Grupo. Tendo em consideração estes desafios, o Banco tem promovido a passagem de recursos de Clientes *on-Balance Sheet* para *off-Balance Sheet*. Adicionalmente, o atual contexto de pandemia aumentou os níveis de volatilidade nos mercados financeiros, levando a uma maior adesão de Clientes aos serviços relacionados com os mercados financeiros. Nesse sentido, o Banco tem apostado no desenvolvimento e melhoria de soluções digitais para aumentar/melhorar a oferta de serviços relacionados com os mercados financeiros. É esperado, para 2021, um crescimento das comissões no Grupo, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

A otimização dos níveis de eficiência e a consolidação da posição do Banco enquanto um dos mais eficientes na Zona Euro são prioridades que continuarão a delinear a atividade do Banco no futuro. No mesmo âmbito, o processo de digitalização que tem vindo a ser implementado, tanto ao nível das operações do Grupo como dos serviços disponibilizados a Clientes, continuará a ser uma prioridade na estratégia do Grupo.

O custo do risco, um dos indicadores de maior relevância no atual contexto de crise económica originada pela pandemia, deverá manter-se, em 2021, alinhado com o *guidance* previamente estabelecido pelo Banco, entre 90 e 120 pontos base. Este *guidance* é baseado na projeção presente no cenário macroeconómico central do Banco de Portugal, sendo, naturalmente, impactado por possíveis desvios face a esse mesmo cenário, que, no atual contexto, poderão dever-se a uma recuperação económica mais lenta ou a um período superior ao previsto no combate à pandemia. É projetado que, por cada queda adicional de 100 pontos base do PIB, face ao cenário central do Banco de Portugal, o custo do risco do Banco aumentará em cerca de 10 pontos base.

A diminuição significativa da exposição a créditos problemáticos tem sido uma das principais prioridades do Grupo. Porém, a entrada desta nova crise económica poderá demonstrar-se um desafio na continuação da execução desta redução.

A implementação de medidas de apoio públicas e privadas, com especial ênfase nas moratórias de crédito, tem como principais objetivos proteger os Clientes dos impactos económicos originados pela pandemia e o setor financeiro face a um possível aumento da exposição a NPE. Tendo em conta a duração dos apoios concedidos, na sua maioria até ao final de setembro de 2021, a visibilidade do impacto da pandemia na criação de novos NPE durante 2021 será limitada. Contudo, tendo em conta o ritmo de redução de NPE apresentado pelo Grupo recentemente, bem como pelas projeções de entradas líquidas, é esperado que as novas entradas sejam compensadas por vendas e *write-offs* de NPE.

Os volumes da atividade comercial do Grupo foram fortemente influenciados, durante 2020, pela pandemia. Se, por um lado, se observou um crescimento significativo dos recursos totais de Clientes, fomentado pela pandemia e períodos de confinamento, por outro, verificou-se uma contração da nova produção de crédito pessoal, mais do que compensada pelo crescimento da nova produção de crédito a empresas, decorrente da forte procura por linhas de crédito com garantia estatal, criadas para combater as consequências económicas da pandemia através da injeção de liquidez no tecido empresarial português. Para 2021, é projetada uma continuação do bom desempenho da atividade comercial do Grupo, ainda que a um ritmo mais atenuado, com nova expansão do volume de carteira de crédito.

MREL

Em 30 de outubro de 2019, o o Conselho Único de Resolução (SRB) atualizou e confirmou os *Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities* (MREL) aplicáveis ao BCP, com base na informação a 31 de dezembro 2017 e no âmbito da 1.ª Diretiva Europeia de Recuperação e Resolução Bancárias (BRRD1):

- A estratégia de resolução é a *Multiple Point of Entry* (Portugal, Polónia e Moçambique);
- O Grupo de Resolução BCP é constituído pelo Banco Comercial Português, S.A., pelo Banco ActivoBank, S.A., pelo Millennium bcp Bank & Trust (Cayman) e pelo Banque Privée BCP (Suisse), Lda.;
- A medida de resolução para o Grupo de Resolução BCP é o *bail-in*;

A entrada em vigor da nova regulamentação bancária, em especial da 2.ª Diretiva Europeia de Recuperação e Resolução Bancárias (BRRD2) e o contexto COVID-19 vieram alterar o contexto:

- A necessidade de cumprimento do requisito MREL foi adiada para 1 de janeiro de 2024. Deverão ser também estabelecidos pelo SRB *targets* intermédios para 1 de janeiro de 2022 (vinculativo) e para 1 de janeiro de 2023 (indicativo);
- Os requisitos revistos serão estabelecidos pelo SRB no âmbito do *resolution planning cycle* de 2020 e deverão ser comunicados ao Banco até meados de 2021;
- O SRB informou publicamente a intenção de utilizar o poder discricionário e a flexibilidade dada pela regulamentação em vigor para estabelecer novos períodos de transição e *targets*. Esta análise será efetuada caso a caso.

Só será possível aferir com precisão as necessidades de financiamento do Grupo de Resolução após a clarificação do SRB sobre o requisito a cumprir pelo Grupo.

Vários bancos, entre os quais o BCP, reequilibraram os seus perfis de financiamento face à crise anterior. O rácio de crédito sobre depósitos situa-se, para o setor, abaixo de 100%. Os bancos detêm *buffers* de liquidez relativamente amplos.

Créditos denominados em francos-suíços

No que respeita aos empréstimos hipotecários concedidos pelo Bank Millennium indexados ao franco suíço (CHF), existem riscos relacionados com sentenças a proferir por tribunais polacos em ações judiciais, instauradas contra os bancos (incluindo o Bank Millennium) por mutuários em empréstimos hipotecários indexados a moeda estrangeira, bem como pela eventual aplicação de uma solução sectorial, i.e., uma solução aplicada de forma generalizada a todos os contratos (de empréstimos hipotecários concedidos/indexados ao franco suíço) existentes no setor financeiro polaco. A Autoridade de Supervisão Financeira da Polónia sugeriu, em dezembro de 2020, uma possível solução sectorial que se encontra desde então a ser analisada pelos bancos polacos.

No dia 3 de outubro de 2019, o Tribunal de Justiça de União Europeia (TJUE) emitiu uma decisão sobre o processo n.º C-260/18. A decisão emitida contém interpretações legais a questões preliminares formuladas pelo Tribunal Distrital de Varsóvia no âmbito da sua análise do processo contra o Raiffeisen Bank International AG, relativo a empréstimos indexados a CHF.

Desde então, a tendência de decisões em tribunal, até aí maioritariamente favoráveis aos bancos, começou a inverter-se. A decisão do TJUE respeita apenas a situações em que o tribunal nacional determinou previamente que as cláusulas do contrato são abusivas. É competência exclusiva dos tribunais nacionais avaliar, no decorrer dos processos judiciais, se uma cláusula particular de um contrato pode ser identificada como abusiva de acordo com as circunstâncias do processo.

Em 29 de janeiro de 2021, foi publicado um conjunto de questões dirigidas pelo Primeiro Presidente do Supremo Tribunal à Câmara Cível do Supremo Tribunal, que podem ter consequências importantes em termos de esclarecimentos de aspetos relevantes das decisões judiciais e respetivas consequências. A Câmara Cível do Supremo Tribunal foi chamada a responder a determinados requisitos relacionados com empréstimos hipotecários indexados a moeda estrangeira: (i) é permitido substituir - através das disposições legais ou consuetudinárias - as cláusulas abusivas de um contrato que recorra à determinação da taxa de câmbio; para além disso, (ii) na impossibilidade de determinação da taxa de câmbio de uma moeda estrangeira à qual um contrato de empréstimo se encontra indexado/denominado - é possível manter o contrato em vigor durante o seu prazo remanescente; assim como, (iii) se, em caso de anulação do contrato de empréstimo em CHF, seria aplicável a teoria da equidade (i.e., é originada uma única reclamação que é igual à diferença entre o valor das reclamações do banco e do cliente), ou a teoria das duas condições (são originadas reclamações separadas para o banco e para o cliente que devem ser tratadas separadamente). O Supremo Tribunal foi também chamado a pronunciar-se sobre (iv) a determinação do momento a partir do qual deve ter início a contagem do prazo de prescrição no caso de ser apresentada uma reclamação por parte de um banco de reembolso de valores mutuados e, (v) se os bancos e os clientes podem receber remuneração sobre os seus créditos pecuniários sobre a outra parte emergentes do contrato. A data da reunião do Supremo Tribunal, que estava agendada para 25 de março de 2021, foi, entretanto, alterada para 13 de abril de 2021. O Bank Millennium avaliará em devido tempo as implicações das potenciais decisões do Supremo Tribunal sobre o nível das provisões constituídas para o risco legal. Dada a impossibilidade do Grupo prever os resultados daquela decisão do Supremo Tribunal, esta matéria não foi considerada na determinação da provisão.

Em 8 de dezembro de 2020, Mr. Jacek Jastrzębski, Presidente da Autoridade de Supervisão Financeira da Polónia (PFSA), propôs uma solução de “setor” para lidar com os riscos do setor relacionados com empréstimos hipotecários indexados a moeda estrangeira. A solução consistiria em os bancos oferecerem aos seus clientes a possibilidade de celebrar acordos de liquidação das responsabilidades como se o empréstimo tivesse sido, desde o início, indexado

ao PLN, com juros a uma taxa WIBOR apropriada, acrescida da margem historicamente utilizada para tal empréstimo.

Na sequência desse anúncio público, a ideia foi objeto de consultas entre bancos sob os auspícios da PFSA e da Polish Bank Association. Os bancos estão a avaliar as condições em que tal solução poderá ser implementada e quais os impactos decorrentes da mesma.

Na opinião do Conselho de Administração do Bank Millennium, são aspetos importantes a ter em consideração na decisão sobre a eventual implementação dessa solução os seguintes: a) parecer favorável ou, pelo menos, não objeção de instituições públicas importantes; b) apoio do National Bank of Poland (NBP) para a implementação; c) grau de segurança jurídica sobre os acordos de liquidação a serem firmados com os clientes; d) nível do impacto financeiro antes e depois de impostos; e) consequências no capital, incluindo ajustes regulatórios ao nível dos requisitos de capital associados a empréstimos hipotecários indexados a moeda estrangeira.

Na data de publicação do Relatório Consolidado do Grupo, nem o seu Conselho de Administração nem qualquer outro órgão social do Bank Millennium ou do Banco tomou qualquer decisão relativa à implementação da referida solução. Por este motivo, os potenciais efeitos desta matéria não foram refletidos na determinação da provisão. Se, ou quando, uma recomendação sobre a solução estiver pronta, o Conselho de Administração do Bank Millennium irá submetê-la ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral de Acionistas, tendo em consideração a relevância de tal decisão e as suas implicações.

De acordo com cálculos preliminares, a implementação de uma solução através da qual os empréstimos seriam voluntariamente convertidos em PLN como se tivessem sido um empréstimo em PLN desde o início, com juros a uma taxa WIBOR apropriada, acrescida da margem historicamente utilizada para tais empréstimos, poderia implicar provisões para as perdas resultantes da conversão de tais empréstimos (se toda a carteira atual fosse convertida) com um impacto antes de impostos entre PLN 4,100 milhões (Euros 899,06 milhões) e PLN 5,100 milhões (Euros 1.118,35 milhões) (dados não auditados). Os impactos podem mudar significativamente em caso de variação da taxa de câmbio e de outras premissas de natureza diversa. Os impactos no capital poderiam ser parcialmente absorvidos e mitigados pela combinação do excedente de capital existente sobre os requisitos mínimos atuais, a redução dos ativos ponderados pelo risco e a redução ou eliminação do buffer Pilar 2. O impacto supra mencionado seria substancialmente superior ao impacto estimado de PLN 500 milhões (Euros 109,64 milhões) a PLN 600 milhões (Euros 131,57 milhões) (dados não auditados) no cenário de substituição da taxa de câmbio aplicada aos contratos pela taxa de câmbio média do NBP. Por

último, deverá ser mencionado que o Bank Millennium, em 31 de dezembro de 2020, manteve fundos próprios adicionais para cobertura de requisitos de capital adicionais relacionados com riscos da carteira de empréstimos hipotecários indexados a moeda estrangeira (*buffer* Pilar 2), no montante de 3,41 p.p. (3,36 p.p. ao nível do Grupo BCP), parte do qual está afeto a risco operacional/legal.

Devido à complexidade e incerteza relativamente ao veredito final daqueles processos judiciais, assim como à eventual implementação da solução sugerida pelo Presidente da PFSA ainda em análise, bem como a incerteza das aguardadas decisões do Supremo Tribunal, é difícil estimar com segurança os impactos potenciais de tais resultados e a sua influência na data de publicação das demonstrações financeiras do Grupo.

Fundo de Resolução

Não é possível ainda determinar qual o impacto final que a resolução do Banco Espírito Santo poderá ter para o BCP, enquanto instituição participante do Fundo de Resolução criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro.

Relativamente aos pagamentos a efetuar em 2020 ao abrigo do Acordo de Capitalização Contingente, refere-se, no Relatório e Contas de 2019 do Fundo de Resolução: “As contas do Novo Banco, S. A., referentes a 2019, tal como apresentadas publicamente pelo respetivo Conselho de Administração Executivo em 28 de fevereiro de 2020, incluem a quantificação da responsabilidade emergente do acordo de capitalização contingente, no montante de 1 037 000,0 milhares de euros. Neste contexto, e sem prejuízo dos procedimentos de verificação a realizar previamente ao desembolso por parte do Fundo de Resolução, foi constituída, com referência a 2019, uma provisão naquele montante”.

De acordo com comunicado do Fundo de Resolução a 4 junho 2020, o pagamento realizado pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco, a maio 2020, no montante de 1.035 milhões de euros, resulta da execução dos acordos celebrados em 2017, no quadro da venda de 75% da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, e respeitou todos os procedimentos e limites aí definidos. No mesmo comunicado, o Fundo de Resolução esclarece ainda que “O Fundo de Resolução e o Novo Banco iniciaram um procedimento arbitral com vista a esclarecer o tratamento que devem merecer, à luz do Acordo de Capitalização Contingente celebrado entre ambos, os efeitos decorrentes da intenção do Novo Banco em prescindir do regime transitório de que atualmente beneficia e que visa reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios das instituições de crédito. Esta questão enquadra-se no âmbito da execução do Acordo de Capitalização Contingente, que fixa em 3.890

milhões de euros o montante máximo de pagamentos a realizar pelo Fundo de Resolução. Assim, mesmo que o procedimento arbitral viesse a ter um desfecho desfavorável para as pretensões do Fundo de Resolução, os seus efeitos seriam incluídos no limite máximo de 3.890 milhões de euros previsto no Acordo de Capitalização Contingente. O procedimento arbitral referido não representa, portanto, risco adicional face ao limite de 3.890 milhões de euros”.

Assim, considerando os pagamentos já realizados e o valor da provisão registada no exercício de 2019, o valor remanescente suscetível de ser ainda utilizado ascende a 912 milhões de euros.

Num outro comunicado a 16 junho 2020, o Fundo de Resolução esclarece que “o Fundo de Resolução também já prestou à Comissão de Orçamento e Finanças, por escrito, todos os esclarecimentos sobre a sua decisão de deduzir, ao valor apurado nos termos do mecanismo de capitalização contingente, o montante relativo à remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração Executivo do Novo Banco”.

Na sequência do pagamento realizado em maio de 2019 pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco em cumprimento do Acordo de Capitalização Contingente, foi realizada uma auditoria especial determinada pelo Governo. De acordo com comunicado do Fundo de Resolução de 3 de setembro, “A informação apresentada pela entidade independente que realizou a auditoria especial evidencia, designadamente, que o Novo Banco tem vindo a operar num quadro fortemente marcado pelo vasto legado de ativos não produtivos, gerado ainda na esfera do Banco Espírito Santo, S.A., com o conseqüente registo de imparidades e provisões, mas que tem também robustecido os seus procedimentos internos. No que respeita ao exercício dos poderes do Fundo de Resolução no âmbito do Acordo de Capitalização Contingente, os resultados da auditoria traduzem a adequação dos princípios e critérios adotados”.

Envolvimento dos Stakeholders

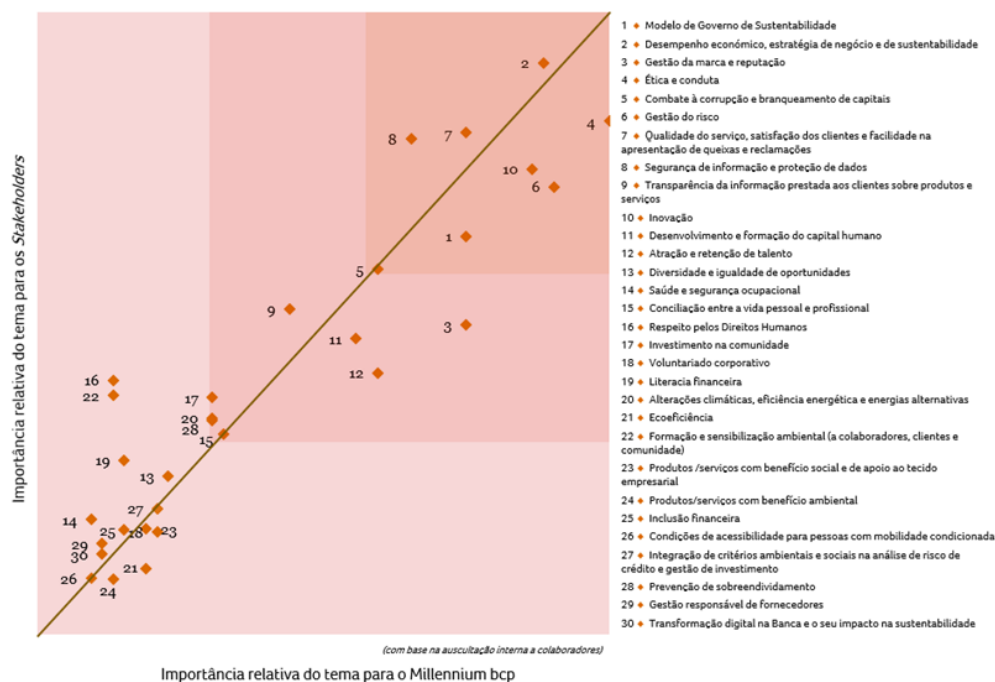
O Grupo BCP define estratégias e prossegue políticas ajustadas aos desafios impostos pelas partes interessadas com que se relaciona, materializando um modelo de negócio assente num diálogo contínuo e transparente que permita interpretar, compreender e integrar as expectativas dos seus Stakeholders.

Realizámos, em 2019, mais uma auscultação regular de Stakeholders. Este processo, que envolveu, através de uma amostragem representativa, as principais partes interessadas do Banco, nomeadamente (i) Acionistas qualificados, (ii) Clientes de todos os segmentos, (iii) Colaboradores, (iv) Comunidade, (v) Fornecedores e (vi) Imprensa, obteve uma taxa de resposta de 66%, permitindo rever e atualizar a identificação dos temas com maior relevância e impacto na atividade do Banco.

Matriz de materialidade

É neste contexto que a identificação e o acompanhamento continuado dos temas considerados materiais pelos Stakeholders do Millennium bcp tem permitido conhecer as áreas de atuação que apresentam melhores desempenhos no âmbito da Sustentabilidade, mas tem também viabilizado a rápida deteção e caracterização de oportunidades de melhoria, sendo um forte contributo para a adaptação da estratégia de Sustentabilidade assumida pelo Banco a novas realidades, desafios e imposições.

Matriz de Materialidade



A importância relativa dos temas materiais constantes da matriz, que nos orientará até 2021, reflete o nível de maturidade do Banco nos eixos de atuação identificados como prioritários, mas também o grau de concretização e conformidade já alcançado.

Política de Sustentabilidade

A política de sustentabilidade adotada, que fomenta uma cultura de Responsabilidade Social, tem como principal objetivo influenciar positivamente a proposta de valor da organização a longo prazo, em equilíbrio com o bem-estar das pessoas, da empresa e das comunidades em que está inserida e com a preservação dos recursos naturais, do clima e do meio ambiente.

Neste quadro, é possível dividir a intervenção do Banco em três eixos fundamentais:

- Ambiente - implementação de medidas que fomentem a transição justa e inclusiva para um modelo de desenvolvimento económico descarbonizado, incluindo a incorporação da vertente ambiental nos modelos de risco do Banco;
- Social - envolvimento com a comunidade externa e com a comunidade interna;
- Governo corporativo - integração dos princípios de sustentabilidade nos processos de decisão do Banco.



A responsabilidade social das empresas requer cada vez mais a adoção de comportamentos e compromissos com as comunidades em que estamos inseridos, tais como a proteção do ambiente, o bem-estar social e a qualidade de governo das instituições. Mais recentemente, um comportamento fiscal consciente e justo por parte das empresas tem vindo a ganhar relevo como dimensão integrante da responsabilidade social corporativa das organizações. As empresas vêm-se confrontadas com níveis elevados de carga tributária (impostos, taxas e contribuições), o que frequentemente conduz a esquemas de planeamento fiscal agressivo que colocam em causa os padrões de responsabilidade fiscal desejados.

O pagamento de uma quantia justa de impostos pelas empresas tem-se tornado um dos principais desafios da União Europeia (EU (2018) Plano de Ação para uma Tributação mais Equitativa e Eficaz das Empresas na EU) e da OCDE, no recente Relatório BEPS - (*Base Erosion Profit Shifting*) cuja atuação tem passado por controlar comportamentos anti evasivos e de fuga aos impostos. Neste contexto, o conceito de governança fiscal surge como parte fundamental da responsabilidade social das empresas, requerendo por parte destas a adoção de práticas de boa governança fiscal, tais como (i) o cumprimento e pagamento atempado das suas obrigações fiscais; (ii) a gestão dos riscos fiscais; (iii) o bom relacionamento com as Autoridades fiscais, os acionistas, investidores e demais *stakeholders*.

As boas práticas de responsabilidade fiscal das empresas passam pela promoção de princípios como a transparência fiscal, a definição cuidada e transparente das estratégias fiscais e a divulgação das práticas de governança fiscal. Consciente da relevância deste tema, o BCP cumpre com a carga tributária a que está sujeito, tendo adotado uma política de transparência fiscal assente na boa prática de divulgação do valor dos seus impostos e contribuições, conforme fica expresso nas notas 6 e 30 de divulgação do anexo às contas.

É também através deste relevante contributo, que o BCP se assume como uma instituição com um contributo relevante para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, justa e sustentável.

O Millennium bcp assume assim, como parte integrante do seu modelo de negócio, o compromisso de criar valor social, desenvolvendo ações para e com os vários grupos de *Stakeholders* com o objetivo de, direta e indiretamente, contribuir para o desenvolvimento dos países em que opera.

Respeitando os Princípios do *Global Compact*, propostos pelas Nações Unidas, o Grupo BCP compromete-se a apoiar os seus 10 Princípios que estabelecem um conjunto de valores no âmbito dos Direitos Humanos, Condições de Trabalho, Proteção do Ambiente e Anticorrupção.

O BCP reconhece também a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Considerando que a persecução destes 17 objetivos implica um esforço conjunto dos estados e das entidades privadas, nomeadamente das empresas, o Grupo BCP assume o compromisso de trabalhar de forma ativa para um desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável, em todos os territórios em que opera. Foi neste contexto que o Banco publicou, em 2020, o seu primeiro relatório de progresso sobre o “Contributo do BCP para os ODS das Nações Unidas”: https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/sustentabilidade/Documents/2020/Relat-ODS-Millenniumbcp_pt_16set20.pdf.



A estratégia do Millennium bcp no âmbito da Sustentabilidade está refletida no Plano Diretor de Sustentabilidade 2021 (PDS), um plano de compromisso que constitui o quadro de referência das ações a concretizar pelo Banco. As linhas de orientação e a definição das iniciativas que compõem o PDS resultam do balanceamento e justaposição dos temas materiais relevantes, dos recursos disponíveis e dos enquadramentos económico e de mercado.

Plano Diretor de Sustentabilidade

O novo Plano Diretor de Sustentabilidade 2021, que orienta o Banco na implementação de políticas e práticas ESG (*Environmental, Social e Governance*) e que constitui um instrumento integrador através do qual se pretende, com base numa relação transparente, próxima e consequente, dar resposta às expectativas identificadas na auscultação dos principais *Stakeholders* do Banco, prevê, nas suas diferentes valências, as seguintes dimensões e linhas de atuação:

PLANO DIRETOR DE SUSTENTABILIDADE (PDS) 2021

Dimensão	Linha de atuação
Modelo de Governo de Sustentabilidade e Políticas Corporativas	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um modelo de governo da Área de Sustentabilidade que permita uma ação pluridisciplinar e transversal à organização, incluindo, sempre que se justifique, as operações internacionais; - Rever e atualizar as políticas corporativas do Grupo; - Rever políticas de avaliação e remuneração.
Formação sobre Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Curso e-Learning sobre Sustentabilidade (e <i>Sustainable Finance</i>).
Gestão da marca e reputação	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar o posicionamento do Millennium bcp nos índices de sustentabilidade; - Aderir a princípios e compromissos sobre sustentabilidade; - Definir o posicionamento do BCP relativamente aos ODS; - Integrar sustentabilidade nos eventos corporativos; - Reforçar a comunicação e divulgação do Microcrédito; - Melhorar o reporte e a comunicação sobre sustentabilidade.
Gestão de risco, ética e conduta	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar uma cultura de <i>compliance</i> e gestão rigorosa do risco; - Assegurar integração dos riscos ambientais e sociais no processo de análise de risco.
Segurança de informação e proteção de dados	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a gestão e informação dos Colaboradores.
Qualidade do serviço e satisfação dos clientes	<ul style="list-style-type: none"> - Otimizar níveis de satisfação; - Fomentar cultura de melhoria contínua; - Criação de um <i>Customer Charter</i>.
Gestão responsável de fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> - Formalizar o cumprimento com requisitos sociais e ambientais na relação com os Fornecedores.
Inovação	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar uma cultura de inovação.
Políticas e regulação de financiamento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar desenvolvimento do Plano de Ação para finanças sustentáveis da Comissão Europeia.
Transparência da informação prestada aos clientes sobre produtos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar na comunicação com os clientes aspetos de sustentabilidade dos investimentos propostos.
Gestão de risco	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar riscos ESG nos procedimentos de gestão de risco; - Sensibilizar Clientes Empresa, de setores de atividade com maior exposição a riscos e regulamentação ambiental, para o tema das alterações climáticas; - Identificar e classificar Clientes <i>Corporate</i> com maiores riscos sociais e ambientais.
Oferta de produtos inclusivos e sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Promover e lançar produtos e serviços que respeitam princípios de responsabilidade social e respondam aos novos desafios ambientais; - Desenvolver uma oferta de produtos “ESG”, que promovam a transição da economia para um modelo sustentável.
Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a implementação de horários diferenciados para atendimento aos clientes; - Melhorar acessibilidade digital dos clientes.
Atração e retenção de talento	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à adoção de estilos de vida saudáveis; - Reforçar os mecanismos de proximidade entre os Colaboradores e a gestão de topo; Promoção do equilíbrio trabalho - família.
Voluntariado	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e aprovar uma Política de Voluntariado; - Programa de voluntariado.
Projeto <i>Conscious Business</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Organização consciente.
Direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar e comunicar posicionamento em matéria de gestão de risco de direitos humanos.

Literacia financeira	- Programa de literacia financeira; - Implementar ações de sensibilização, social e/ ou ambiental, transversais ao Grupo.
Investimento na comunidade	- Desenvolver campanhas em parceria com ONGs/IPSSs no âmbito do desenvolvimento sustentável; - Reforçar associação à Fundação Millennium bcp; - Reforçar e sistematizar parcerias com entidades que dinamizem e desenvolvam o Empreendedorismo junto das comunidades locais; - Desenvolver ações de responsabilidade social; - Medir o impacto na comunidade.
Alterações climáticas, eficiência energética e energias alternativas	- Contribuir para a limitação do aquecimento global a 2 ^o C (Acordo de Paris).
Desempenho ambiental	- Minimizar impacto ambiental das operações.

Compromissos

No âmbito do “Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável em Portugal”, promovido pelos Ministérios do Ambiente, das Finanças e Economia (no contexto do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050) e que contou com a participação dos principais Bancos do mercado, Supervisores e Associações sectoriais, foram produzidos dois documentos; (i) “Linhas de orientação para acelerar o financiamento sustentável em Portugal”; e (ii) “Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal”, subscritos pelo Millennium bcp em 2019, que procuram evidenciar a importância da integração dos riscos ambientais, sociais e de governação nos processos de decisão e de gestão de risco do setor financeiro.

Ainda em 2019, o Banco aderiu também ao “Pacto Empresarial de Mobilidade de Lisboa”, uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Lisboa (CML), do WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development* e do BCSD Portugal, que agrega, num acordo voluntário público, empresas que desenvolvem atividade em Lisboa e têm como ambição comum melhorar e transformar a mobilidade na cidade, tornando-a mais sustentável.

Já em 2020, o Millennium bcp subscreveu o “Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020”, promovido pela CML, que juntou 200 entidades com presença na cidade, entre empresas, escolas e instituições, num compromisso coletivo em prol da ação climática e rumo à sustentabilidade.

Também em 2020, o BCP assinou o “*Statement from Business Leaders for Renewed Global Cooperation*”, uma declaração internacional que visa demonstrar o compromisso com uma liderança ética, assente em boas práticas de governance, materializada através de valores, estratégia, políticas, operações e relações de proximidade e envolvimento com todos os *stakeholders*.



O Banco subscreveu ainda o Manifesto “Aproveitar a crise para lançar um novo paradigma de desenvolvimento sustentável” promovido pelo BCSD Portugal, assumindo a sua determinação em contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento baseado em cinco princípios fundamentais: (i) Promoção do crescimento, (ii) Busca da eficiência, (iii) Reforço da resiliência, (iv) Cidadania corporativa e (v) Promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Na Polónia, o Bank Millennium adotou uma Política Ambiental em que se compromete a apoiar o financiamento de investimentos ambientalmente responsáveis e de redução do consumo de energia, ao mesmo tempo que prevê exclusões sectoriais no que respeita ao financiamento de novas minas de carvão e novos investimentos com geração de energia a partir de fontes de carvão, com exceção das iniciativas destinadas a reduzir os níveis de poluição.

Parcerias

O BCP, consciente da importância da partilha de boas práticas e da participação ativa no aprofundamento dos princípios de Negócio Responsável, é associado e parte dos órgãos sociais do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

É também membro do *Global Compact Network* Portugal das Nações Unidas e, numa lógica de proximidade e de apoio às comunidades envolventes, do Programa Oeiras Solidária (POS).

Participa ainda num conjunto selecionado de grupos de trabalho e de fóruns de reflexão sobre Finanças Sustentáveis, presença que deve ser entendida no contexto do Plano de Ação da União Europeia, das alterações em curso no quadro normativo e regulamentar e da evolução das práticas de gestão de risco e de negócio aplicáveis a matérias ESG (*Environmental, Social e Governance*), no que constitui também uma oportunidade para (re)avaliar impactos, antecipar tendências e projetar transformações futuras.

Assim, integra os Grupos de Trabalho sobre *Sustainable Finance* da (i) APB - Associação Portuguesa de Bancos, (ii) EBF - *European Banking Federation*, (iii) BCSD Portugal e (iv) AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado.

É igualmente parte do (v) Grupo Técnico de Reflexão para o Financiamento Sustentável em Portugal do Ministério do Ambiente, (vi) Subcomissão Técnica de Finanças Sustentáveis ISO/TC 322 da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial e da ISO - *International Organization for Standardization* e (vii) da *Task Force* sobre Taxonomia ESG da APB.

Tabela de Correspondência entre o Relatório de Gestão e o Decreto-Lei 89/2017

Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho	Capítulo/secção	Página/s
<p>Art.º 3.º (remetido para Art.º 66.º-B e 508.º-G do CSC): A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:</p>		
a) Breve descrição do modelo empresarial da empresa	Relatório de Gestão 2020: Informação sobre o Grupo BCP Modelo de Negócio	Pág. 10-29 Pág. 30-43
b) Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devidamente aplicados	Relatório de Gestão 2020: Envolvimento dos <i>Stakeholders</i>	Pág. 158-163
c) Os resultados dessas políticas	Relatório de Gestão 2020: Valor Criado para cada Grupo de <i>Stakeholders</i> Impacto ambiental	Pág. 165-186 Pág. 187-194
d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa	Relatório de Gestão 2020: Principais riscos e incertezas Gestão do Risco Valor Criado para cada Grupo de <i>Stakeholders</i>	Pág. 110-112 Pág. 113-147 Pág. 165-186
e) Indicadores -chave de desempenho relevante para a sua atividade específica	Relatório de Gestão 2020: Principais de indicadores Principais destaques Valor Criado para cada Grupo de <i>Stakeholders</i>	Pág. 11-13 Pág. 10 Pág. 165-186
<p>Art.º 4.º (remetido para o Art.º 245.º- N.º 1 r) e N.º 2 do CVM): Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.</p>		
	Relatório de Gestão 2020: Demonstração Não Financeira	Pág. 158-194
	Relatório de Governo Societário 2020	Secções sobre política de diversidade dos órgãos sociais e sobre as competências da Comissão de Nomeações e Remunerações

Valor Criado para cada Grupo de Stakeholders

Um Banco Sustentável e (mais) Preparado para o Futuro

Em 2020, o Banco obteve um lucro de 183,0 milhões de euros, fortemente influenciado pelos impactos económicos e sociais decorrentes do aparecimento e propagação da pandemia COVID-19. Os resultados nas atividades doméstica e internacional diminuíram, de 144,8 milhões de euros para 134,5 milhões de euros, e de 143,8 para 48,5 milhões de euros, respetivamente. Adicionalmente, os resultados da atividade internacional refletem a continuação do provisionamento para riscos legais associados à carteira de crédito à habitação em francos suíços, na Polónia. O Millennium bcp apresenta-se como um dos bancos mais eficientes da zona euro, com rácios de eficiência operacional *cost-to-core income* e *cost-to-income* de 48% (50% incluindo itens não habituais) e 47% (49% incluindo itens não habituais), respetivamente, em 2020. O *Return On Equity* (ROE) situou-se em 3,1%.

SABEMOS O QUE CONTA

SUSTENTABILIDADE



De ressaltar a melhoria da qualidade dos ativos, materializada pela redução das *Non-Performing Exposures* (NPE) em Portugal para 2,4 mil milhões de euros, em 31 de dezembro de 2020, o que configura uma redução de 10,4 mil milhões de euros desde 31 de dezembro de 2013. Manutenção de uma confortável posição de liquidez, refletida pelo rácio de crédito sobre depósitos de 85%. O rácio de capital *Common Equity Tier 1*, de acordo com os critérios *fully implemented*, situou-se em 12,2%.

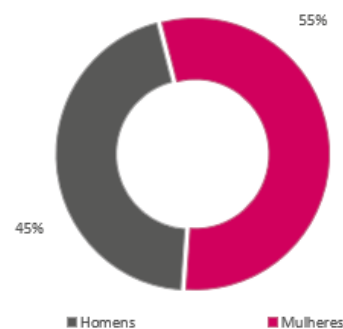
Durante o ano de 2020, a Ação BCP apresentou uma desvalorização de 39,3%, refletindo as incertezas relacionadas com o aparecimento, propagação e impactos económicos e sociais decorrentes da pandemia Covid-19. Adicionalmente, refletiu ainda fatores específicos, nomeadamente, associados à operação polaca, como a incerteza em torno da evolução do tema dos créditos concedidos em moeda estrangeira.

Colaboradores

O Grupo BCP garante, nas suas diferentes operações, um tratamento justo e com igualdade de oportunidades aos seus Colaboradores, promovendo a meritocracia em todas as fases dos percursos profissionais e definindo a sua remuneração de acordo com a categoria e grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Nos princípios gerais que regem o Grupo BCP foram instituídos valores e referenciais de atuação, aplicáveis universalmente a todos os Colaboradores, de que resulta uma orientação clara e inequívoca para que, independentemente do nível hierárquico ou de responsabilidade, se atue sempre de forma justa e com recusa expressa de qualquer situação de discriminação, mas também de reafirmação dos dez Princípios do *Global Compact*, no âmbito dos quais o Grupo reconhece e apoia a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva de acordos de trabalho e rejeita a existência de qualquer forma de trabalho forçado e compulsório, bem como de trabalho infantil.

Distribuição por género (%)

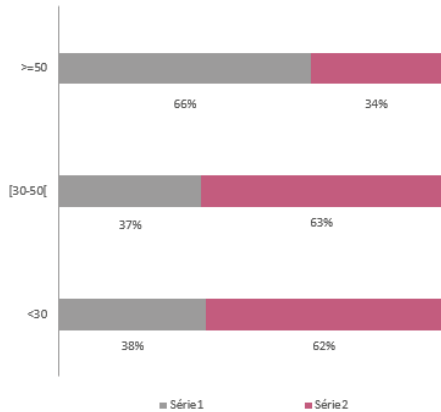


Os compromissos assumidos pelo Grupo BCP no âmbito dos direitos humanos, condições de trabalho e igualdade de oportunidades, encontram-se também inscritos em Políticas corporativas, de que são exemplo as de Direitos Humanos, Igualdade e Não Discriminação e Saúde e Segurança no Trabalho, que se encontram disponíveis para consulta no *website* (www.millenniumbcp.pt) do Banco, na área de Sustentabilidade.

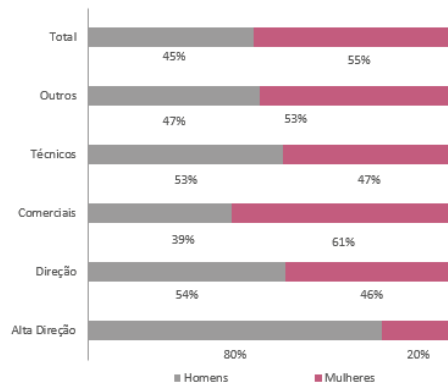
No âmbito da diversidade de género do Conselho de Administração, em 2020, o BCP tinha, em Portugal, 23,5% de mulheres na sua composição.

Ainda no âmbito da diversidade de género em funções de Direção (Comissão Executiva/Alta Direção e Direção), em 2020, no global, 44% destas funções foram desempenhadas por mulheres - 22% em Portugal, 59% na Polónia e 27% em Moçambique. Já em funções Comerciais, este valor sobe para 61% no Grupo, distribuídos por 48% em Portugal, 75% na Polónia e 61% em Moçambique.

Faixa etária por género
(Porcentagem %)



Categoria profissional por género
(Porcentagem %)



Informação sobre o número de Colaboradores (não FTE's - full time equivalent) para: Portugal, Moçambique, Suíça e Polónia.

Em 2020, o Banco, em Portugal, publicou uma versão revista e atualizada do seu Plano para a Igualdade de Género, documento que elenca um conjunto de ações e práticas concretas, a implementar até ao final de 2021, com vista a fomentar a diversidade e inclusão.

Em 2019, o Millennium bcp tinha já subscrito o “Guia do CEO sobre Direitos Humanos”, uma iniciativa do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD Portugal). O Guia incorpora políticas e práticas de referência e pretende contribuir para a implementação e promoção dos direitos humanos nas organizações e nas suas cadeias de valor.

Já em 2021, o BCP integrou ainda, pela segunda vez consecutiva, o *Bloomberg Gender-Equality Index*, juntando-se ao grupo de empresas que a nível mundial se destacam na implementação de práticas e políticas de igualdade de género, diversidade e inclusão.

A presença neste índice, que reúne empresas de 44 países, é um marco que reflete o compromisso do Banco com o desenvolvimento do seu plano de Sustentabilidade e um reconhecimento do desempenho em matérias de igualdade de género e de relato Não Financeiro claro e transparente.

Em 2020, os processos de gestão de Pessoas foram marcados pelas ações de prevenção e controlo desenvolvidas no quadro da pandemia provocada pela COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a 11 de março, e que levou o Banco a acionar o seu Plano de Contingência com dois objetivos claros: (i) salvaguardar as pessoas, Colaboradores e toda a comunidade envolvente; e (ii) manter os níveis de serviço aos clientes.

Formação

Os Colaboradores são um dos pilares estratégicos do Grupo BCP, o que justifica que a formação continue a ser assumida como uma prioridade para o desenvolvimento das suas competências profissionais e pessoais. A busca da excelência, na qualidade do serviço a prestar aos Clientes, passa pela identificação da formação mais adequada às necessidades específicas de cada Colaborador tendo em conta os objetivos estratégicos do Banco.

FORMAÇÃO

	2020	2019	2018	VAR.% 20/19
NÚMERO DE PARTICIPANTES ⁽¹⁾				
Presencial	18.231	31.043	42.906	-41,3 %
E-learning	376.977	311.211	158.845	21,1 %
À distância	61.648	59.592	63.512	3,5 %
NÚMERO DE HORAS				
Presencial	128.153	319.236	298.361	-59,9 %
E-learning	421.190	343.403	121.634	22,7 %
À distância	136.504	184.544	205.998	-26 %
POR COLABORADOR	40	46	39	(13,2 %)

⁽¹⁾ O mesmo Colaborador pode ter frequentado diversas formações.

Em termos globais, no Grupo, foram ministradas 3.670 ações de formação, a que corresponderam mais de 685 mil horas de formação, com uma média de 40 horas por Colaborador. Ao longo de 2020 o esforço formativo manteve o enfoque nas áreas comerciais, mas também nas áreas técnicas, operacionais, de *compliance* e na gestão de equipas.

Gestão do Talento

A gestão das pessoas no Grupo BCP constitui um dos vetores mais relevantes da competitividade e sustentabilidade do Banco. A par da valorização das competências genéricas e específicas, é essencial, numa perspetiva de valorização organizacional, identificar os Colaboradores com potencial e talento para virem a assumir funções de responsabilidade e complexidade acrescidas.

Os programas de desenvolvimento que têm vindo a ser realizados nas várias geografias do Grupo BCP são assim uma resposta concreta aos Colaboradores com elevado desempenho e potencial, e permitem: i) aos Colaboradores recém-admitidos uma visão transversal do negócio e das melhores práticas da Organização; e ii) aos Colaboradores com experiência, a oportunidade de adquirirem as competências necessárias para que, no futuro, possam vir a assumir funções com maior nível de complexidade e responsabilidade.

De uma forma integrada, o Banco continua a investir em programas e iniciativas que aumentem os níveis de motivação dos Colaboradores, com o objetivo de lhes proporcionar uma experiência diferenciadora ao longo da sua jornada profissional. Como exemplo deste tipo de iniciativas, que se mantiveram ao longo deste ano apesar do contexto pandémico, destacam-se os programas de desenvolvimento de talento, nomeadamente a continuidade de aposta no *inGenious* para os mais jovens e no *M Power* para as lideranças mais promissoras.

Em 2020, resultado das políticas e práticas de gestão de Pessoas, o Millennium bcp foi considerado, em Portugal, uma das melhores empresas do setor financeiro para se trabalhar. A conclusão é da *Randstad Employer Brand Research*, estudo anual que reúne a opinião de uma amostra da população ativa portuguesa sobre quais as empresas mais atrativas para trabalhar, entre os 150 maiores empregadores a nível nacional.

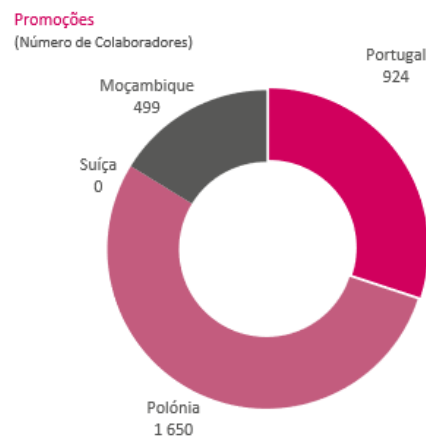


Avaliar e Reconhecer

No Grupo BCP, os modelos de avaliação individual de desempenho, assentes num processo de aconselhamento e orientação para o desenvolvimento das competências, potenciam oportunidades de diálogo entre as hierarquias e os seus Colaboradores, permitindo aprofundar uma cultura de responsabilização pessoal pelo desenvolvimento das respetivas carreiras.

Em paralelo com uma atitude de incentivo à valorização dos Colaboradores e à adoção de práticas de excelência, o Grupo BCP mantém uma política de reconhecimento face ao mérito e empenho individual de cada Colaborador, em particular através de um sistema de incentivos, de um plano de valorização profissional por mérito e de distinções específicas atribuídas a Colaboradores excelentes na sua função.

Assim, materializando uma política consequente de reconhecimento do mérito, o Grupo garantiu a valorização profissional 3.073 Colaboradores (1.802 mulheres e 1.271 homens).



Satisfação com os clientes internos

Sendo os Colaboradores um dos pilares estratégicos do Grupo BCP, o seu nível de satisfação com o serviço prestado pelas diferentes áreas internas - com relação e reflexo direto na qualidade do serviço garantido aos Clientes - constitui um importante indicador endógeno de aferição da eficácia e eficiência percecionada pelo Banco.

Mantivemos assim, em 2020, o inquérito anual de opinião à satisfação com o serviço interno junto dos Colaboradores em Portugal, cujo valor global obtido foi de 80,6 p.i., acima do registado no ano anterior (79,8 p.i.), sendo mesmo o melhor valor de sempre o que, no contexto pandémico que atravessamos, é particularmente valorizável.

Foram ainda realizados outros 26 inquéritos a Colaboradores, com objetivos específicos, uns numa componente de melhoria de processos operativos, mas, a maioria, relativos ao Plano de Contingência COVID, que permitiram a monitorização e gestão próxima e eficiente de temas relacionados com a pandemia (Testes COVID, Vacinação, Separadores acrílicos, Desinfetantes e Máscaras nas Sucursais).

Na Polónia o valor registado em 2020 foi de 89 p.i., refletindo uma melhoria de 2 p.i. face a 2019 (87 p.i.). Já em Moçambique o valor registado em 2020 foi de 70 p.i., o que reflete uma diminuição em relação aos 73 p.i. de 2019, e de 71 p.i. na Suíça, que comparam com os 73 p.i. obtidos no ano transato.

Benefícios

O Grupo BCP disponibiliza um conjunto de benefícios sociais aos Colaboradores que vão além do que se encontra estabelecido na legislação aplicável. No âmbito da saúde e segurança, os Colaboradores do Millennium em Portugal e na Polónia beneficiam de unidades de medicina e de um quadro de médicos dedicado, que, na operação portuguesa, inclui também as especialidades de Nutrição e Psicologia Clínica. Beneficiam, ainda, da realização de um check-up médico regular.

Em Moçambique, o Millennium bim dispõe de: i) gabinete médico, onde para além das consultas de medicina geral, são também garantidas algumas especialidades e cuidados básicos de saúde; ii) gabinete HIV, um espaço onde é garantida a prevenção e o acompanhamento desta patologia; e iii) gabinete de apoio social para aconselhamento de Colaboradores.

Num contexto de pandemia, como o vivido em 2020, um dos principais desafios para as diferentes geografias do Grupo BCP foi garantir, com a informação científica disponível e em articulação com as autoridades públicas, a definição e implementação tempestiva das medidas que, a cada momento, se revelassem mais adequadas a assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável para os Colaboradores, Clientes e de todos os que

conosco contactam, de que são exemplo a colocação quase imediata de um número significativos de Colaboradores em regime de teletrabalho e as medidas de proteção adotadas nas Sucursais.

SERVIÇOS DE SAÚDE ⁽¹⁾

	2020	2019	2018	VAR.% 20/19
SERVIÇOS DE MEDICINA				
Consultas efetuadas	35.007	26.539	22.507	8,4%
Check-up efetuados	6.487	9.416	9.142	3,0%
SEGUROS DE SAÚDE				
Pessoas abrangidas	46.737	46.311	47.257	-2,0%

⁽¹⁾ Inclui Colaboradores no ativo e Colaboradores reformados.

Os Colaboradores do Grupo BCP têm a possibilidade de usufruir de crédito para habitação própria permanente em condições especiais. O crédito é concedido respeitando os princípios de análise de risco de crédito instituídos nas normas do Banco. Os Colaboradores podem também beneficiar de crédito para fins sociais que, entre outros, contempla situações de necessidade de financiamento para fazer face a despesas com educação, saúde, benefícios em habitação própria ou arrendada ou outros bens e serviços de natureza excecional.

CRÉDITO A COLABORADORES ⁽¹⁾

	Milhões de euros					
	2020		2019		2018	
	Montante	Colaboradores	Montante	Colaboradores	Montante	Colaboradores
HABITAÇÃO						
Em carteira	529,8	7.940	562,1	8.294	607,7	8.747
Concedido no ano	23,1	217	29,8	281	25,8	304
FINS SOCIAIS						
Em carteira	9,1	2.199	11,1	2.429	11,3	2.548
Concedido no ano	3,2	265	3,9	981	3,5	870

⁽¹⁾ Inclui Colaboradores no ativo e Colaboradores reformados.

Evolução do Quadro de Colaboradores

Em 2020, o número de Colaboradores do Grupo BCP registou um decréscimo de 6,7%, (menos 1.250 Colaboradores) face ao ano anterior, justificado essencialmente pela racionalização da operação na Polónia, decorrente da aquisição do *Eurobank* em 2019. Cerca de 60% dos colaboradores do Grupo desempenhavam funções na atividade internacional e 40% em Portugal.

COLABORADORES ⁽¹⁾

	2020	2019	2018	Var. % 20/19
TOTAL EM PORTUGAL	7.013	7.204	7.095	-2,7 %
Polónia	7.645	8.615	6.270	-11,3 %
Suíça	82	82	77	— %
Moçambique	2.591	2.680	2.619	-3,3 %
TOTAL INTERNACIONAL	10.318	11.377	8.966	-9,3 %
TOTAL DO GRUPO	17.331	18.581	16.061	-6,7%

⁽¹⁾ Informação sobre o número de Colaboradores (e não FTE's - *full time equivalent*) para: Portugal, Moçambique, Suíça e Polónia (incluindo *EuroBank*).

Nota: não inclui Colaboradores Millennium bcp Bank & Trust.

Em Portugal registou-se uma redução no quadro de colaboradores, com um decréscimo de 191 colaboradores face ao ano anterior. Foram admitidos 132 novos colaboradores (52% de mulheres), maioritariamente para desempenho de funções técnicas na área da Banca Digital (54%) e comerciais (39%), tendo saído 322 colaboradores, 73% por mútuo acordo e/ou planos de reforma e 18% por iniciativa do colaborador. Dos Colaboradores que saíram, 53% desempenhava funções comerciais e 22% funções de direção.

Na Polónia, o quadro de Colaboradores sofreu uma redução de cerca de 11% (menos 970 colaboradores face a 2019) decorrente da reorganização da operação motivada pela aquisição do *Eurobank*, ascendendo a 7.645 colaboradores, dos quais 67% são mulheres.

Em Moçambique também se assistiu a um decréscimo no quadro de colaboradores (-3,3% face a 2019), com a contratação de 45 novos colaboradores, 56% para desempenho de funções técnicas. Saíram 130 colaboradores, dos quais 51% estavam afetos a funções de âmbito comercial.

Clientes

Inquéritos de Satisfação

Em Portugal, o Millennium bcp continua a apostar no modelo de avaliação das experiências dos Clientes. 24 horas após a interação com o Banco, o Cliente é convidado a responder a um pequeno questionário que pretende aferir a sua satisfação com essa sua experiência e o grau de recomendação com o Banco.

Foram avaliadas mais de 120.000 experiências de Clientes que visitaram as Sucursais do Millennium bcp ou que foram contactados pelos Gestores.

Em 2020, o indicador NPS (*Net Promoter Score*) que traduz o nível de recomendação com o Banco, registou, no caso dos Clientes Prestige, uma subida para 65,4 pontos, mais 0,5 pontos do que em 2019, sendo que, no segmento de Clientes Mass Market, essa melhoria se traduziu num aumento de 2,3 pontos, para um valor de 74,1. Quanto ao NPS dos Clientes Negócios, registou igualmente uma melhoria, progredindo para 64,3 pontos (62,4 em 2019). Com base nestes resultados por segmento, o NPS global do Millennium bcp é de 71,8 pontos, indicador este que tem evoluído positivamente desde que se iniciou o processo em 2013, atingindo este ano o valor mais elevado de sempre (69,8 pontos em 2019).

Para além das experiências dos Clientes nas Sucursais Millennium e com os Gestores de Cliente, em que se baseiam os indicadores atrás referidos, o Millennium bcp avalia outras experiências dos Clientes, designadamente (i) a Abertura de Conta de Particulares e de Empresas, (ii) o tratamento de Reclamações, (iii) a interação com o Centro de Contactos, (iv) o Crédito à Habitação, (v) o momento do Encerramento de Conta no sentido de apurar os motivos de abandono dos Clientes, (vi) a utilização do Internet Banking e (vii) a utilização das Máquinas de Transações Millennium (MTM). No total, em 2020, os Clientes avaliaram mais de 215.000 experiências com o Millennium.



Em 2020 realizaram-se apenas duas das quatro ações de “Cliente Mistério” previstas para as sucursais Mass Market. A 1ª vaga foi realizada até março com 421 visitas a sucursais do Millennium bcp e um resultado global de 74%. O estudo foi interrompido face à situação pandémica e apenas retomado em outubro com a realização de 432 visitas a sucursais do Millennium bcp com melhoria do resultado global para 76%.

Para reforçar as competências dos Colaboradores e melhorar o serviço prestado ao Cliente, demos continuidade ao “Programa #1”, com alargamento ao segmento de negócios - foi feito um diagnóstico completo do segmento e definido um plano de ação a implementar em 2021. Nos segmentos Mass Market e Prestige, reformulamos este programa para “#1 no Coração do Cliente”, passando a formação comportamental a ser trimestral e suportada em módulos elaborados por especialistas.

Demos também continuidade ao projeto “Momento #1”, que pretende transmitir, de forma simples, através da divulgação semanal de vídeos curtos e dirigidos, conhecimento prático sobre temas com impacto direto no atendimento ao Cliente.

Quanto aos índices de satisfação com os canais remotos de Empresas, mantiveram-se em patamares elevados, de que os 89% de Clientes utilizadores que responderam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a Internet Banking - Empresas e os 80% do Mobile Banking Empresas são exemplo.

Em 2020, o Millennium bcp foi mais uma vez reconhecido no âmbito dos seus Canais Digitais, pelos Prémios *Global Finance “World’s Best Digital Bank Awards”*, nas categorias “*Best Consumer Digital Bank in 2020*” em Portugal e, “*Best Corporate/Institutional Information Security and Fraud Management 2020*”, na Europa Ocidental. Foi ainda distinguido para “*Melhor Site de Homebanking*” em Portugal, no âmbito dos Prémios *Leitor PC Guia 2020*.

Com o objetivo de reforçar a medição da satisfação e lealdade dos diversos segmentos de Clientes, o Millennium bcp continuou a acompanhar vários estudos de mercado realizados por empresas especializadas, de forma a obter indicadores que permitam posicionar o Banco no setor e aferir, de forma evolutiva, a perceção do mercado no que respeita (i) à qualidade do serviço prestado, (ii) à imagem do Banco e (iii) aos produtos e serviços que comercializa. São exemplo destes estudos o CSI Banca (Marktest), o BFin (DataE), o BrandScore e o Consumer Choice.

Já na atividade internacional, o índice de satisfação global dos Clientes com o Banco não sofreu alteração, mantendo o valor de 81,5 pontos índice (p.i.).

A Polónia, com 89 p.i. de satisfação global, viu os canais Internet banking e Mobile banking atingirem 95% e 97%, respetivamente, de avaliações positivas em 2020.

Satisfação dos Clientes
(Pontos índice)



Informação não disponível para a Suíça.

Reclamações

Em Portugal, o processo de reclamações é acompanhado pelas áreas comerciais e pelo Centro de Atenção ao Cliente (CAC). Nesta operação, o número de reclamações registou um acréscimo face ao ano anterior, com um total de 44.474, explicado maioritariamente por temas relacionados com cartões, designadamente a aquisição de produtos e serviços através dos canais digitais. O esforço com vista à rápida resolução das reclamações tem sido uma preocupação constante do Banco, que conseguiu melhorar o prazo médio de resolução de 6 para 4 dias úteis.

RECLAMAÇÕES (Portugal e Internacional)

	2020	2019	2018	VAR.% 20/19
RECLAMAÇÕES REGISTADAS	172.674	136.562	108.244	26,4%
RECLAMAÇÕES RESOLVIDAS	160.638	125.888	125.888	27,4%

Nota: Inclui efeito de alteração estrutural no processo de tratamento de reclamações no Bank Millennium Polónia, visando a melhoria da experiência do Cliente e a otimização do tratamento imediato.

Na atividade internacional: i) a Polónia registou um acréscimo no número de reclamações face ao ano anterior de cerca de 30%, maioritariamente atribuíveis ao crédito habitação, contas à ordem e transações com cartões; ii) em Moçambique, o número de reclamações registou um decréscimo na ordem dos 10,9%, essencialmente devido à redução das reclamações diversas.

O prazo médio de resolução na Polónia melhorou, sendo agora de 6 dias, e em Moçambique agravou-se para 7 dias.

Cultura de Rigor

O Grupo BCP considera que o respeito pela missão e valores da organização, bem como o cumprimento da estratégia aprovada, depende, antes de mais, de cada Colaborador, pelo que fomenta uma cultura de rigor e responsabilidade suportada em mecanismos de divulgação de informação, formação e monitorização, que garanta, em permanência, o estrito cumprimento das regras de conduta instituídas.

É neste contexto que a realização de ações de formação específicas e com o acompanhamento das equipas do Compliance Office têm sido uma prioridade e uma constante. Assim, a atuação conjunta com as diversas áreas de negócio permitiu a presença de 13.231 colaboradores em Ações de formação em Portugal nos vários temas inerentes à atividade do Compliance Office, sempre com foco na sensibilização dos Colaboradores para a necessidade de adotarem comportamentos e uma conduta profissional em conformidade com uma cultura de ética e de rigor no desempenho das funções diárias.



Este valor, que traduz um aumento significativo quando comparado com o verificado em 2019, resulta de diversas ações de formação de que destacamos as ministradas sobre práticas de prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, *Trade Finance* e Código de Conduta. Em 2020, o reforço da cultura de *compliance* foi uma das prioridades do Banco, quer através do normal desenvolvimento do Plano de Formação quer através de programas de comunicação de proximidade a todas as áreas do Banco, em particular das redes comerciais. O “100% Compliance”, o “Compliance A a Z” e a “Cultura de Compliance” são as faces mais visíveis da transformação que se iniciou em 2019, onde através de rubricas regulares dirigidas a todas as redes do Banco, se procura dar a conhecer, esclarecer e apoiar quanto aos aspetos mais importantes a ter em conta tanto na vertente do risco de crime financeiro, como nos restantes riscos de conformidade e cumprimento normativo, com uma linguagem simples, mas informativa e formativa. Em conjunto com a Direção de Comunicação - Área de Sustentabilidade, foram ainda desenvolvidas uma série de ações de comunicação sobre temas relacionados com o Código de Conduta.

NÚMERO DE SESSÕES DE FORMAÇÃO ⁽¹⁾

AML/CTF, Abuso de Mercado, Controlo Interno, Monitorização de Transações e Temas Legais

	2020	2019	2018	VAR.% 20/19
Atividade em Portugal ⁽²⁾	25.828	5.798	30.300	345,5%
Atividade Internacional	28.507	20.733	2.219	37,5 %
TOTAL	54.335	26.531	32.519	104,7 %

⁽¹⁾ O mesmo Colaborador pode ter frequentado diversas formações.

⁽²⁾ Inclui Sucursal de Macau.

Continuou a assegurar-se a adequação do sistema de controlo interno do Banco e a eficácia dos processos de identificação e gestão de riscos e de governação do Banco e do Grupo, através de programas de auditoria que incluem a análise de matérias de natureza comportamental, cumprimento de legislação, normas e códigos de conduta, correta utilização das competências delegadas e respeito pelos demais princípios de atuação em vigor no relacionamento com Clientes, externos e internos.

Em 2019, o Banco, ao nível do Grupo, procedeu à revisão e atualização do seu quadro normativo relacionado com governação e políticas de *compliance*, da qual realçamos a “Política de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo” e “Sistema de Controlo Interno”, processo que se prolongou até ao início de 2020, com a atualização do “Código de Conduta” e da “Política para a Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesse”.

O Código de Conduta e um conjunto de normas e políticas de *compliance* que regem a atividade do Banco encontram-se disponíveis para consulta no website, na área Governação.

Foi ainda mantido o relacionamento de cooperação e lealdade com as autoridades judiciais e com as autoridades de supervisão comportamental nacionais e internacionais. Neste âmbito, e por iniciativa própria, foram realizadas, em todas as geografias do Grupo BCP, 1.925 comunicações a Entidades Judiciais locais e foram respondidos 3.124 pedidos.

Produtos e Serviços Sociais e Ambientais

O Grupo BCP garante uma oferta completa e abrangente de produtos e serviços financeiros e tem vindo a disponibilizar um crescente número de produtos e serviços que incorporam princípios sociais e de respeito pelo ambiente e pela natureza, no âmbito do desenvolvimento das suas linhas de negócio responsável.

Exemplo deste compromisso foi o lançamento, já em 2021, de dois novos produtos, o Crédito Pessoal Energias Renováveis e o Crédito Pessoal Eficiência Energética, para aquisição de equipamentos destinados à produção de energias renováveis e de soluções energeticamente mais eficientes. Está também consciente que a implementação de critérios e *standards* sociais e ambientais na oferta comercial se traduz numa gestão de risco mais eficaz, valor reputacional e melhor qualidade dos produtos e serviços disponibilizados aos clientes, indo de encontro às necessidades e pretensões de um mercado cada vez mais identificado com a sustentabilidade.



Em Portugal, o Microcrédito Millennium bcp permanece como uma alternativa de financiamento e de viabilização do empreendedorismo e de criação do próprio emprego, tendo aprovado 87 novas operações, a que corresponde um total de crédito concedido de 1.458 milhares de Euros, e ajudado a criar 158 postos de trabalho. O volume de crédito concedido às 628 operações em carteira foi de 8.563 milhares de Euros, com um capital em dívida de 5.353 milhares de Euros.

O Millennium bcp, com o objetivo de continuar a apoiar Clientes em dificuldades financeiras e evitar situações de incumprimento, manteve igualmente o enfoque na dinamização e aplicabilidade dos pacotes SAF (Serviço de Acompanhamento Financeiro). Neste âmbito, durante 2020, foram efetuadas 6.681 alterações contratuais (3.163 crédito imobiliário e 3.569 crédito ao consumo), que totalizaram um valor de reestruturação de 284 milhões de Euros (267 em crédito imobiliário e 17 em crédito consumo) e abrangeram 7.280 Clientes (3.711 crédito imobiliário e 3.569 crédito ao consumo).

No âmbito das Entidades que integram o setor social, o Millennium bcp tem mantido disponível a Conta Associações sem Fins Lucrativos, uma conta à ordem com condições especiais, que não exige mínimo de abertura e isenta das comissões de manutenção e descoberto. Foram abertas 242 contas com estas características, o que corresponde a um total de 4.834 contas em carteira no Banco.

Já para os estudantes que decidiram prosseguir o percurso académico, o Banco celebrou, em 2020, no âmbito da Linha de Crédito Universitário, 66 novos empréstimos, no montante total de cerca de 737 milhares de Euros. O volume de crédito concedido às 370 operações em carteira é de 2.969 milhares de Euros. Já na Linha de Crédito Universitário com Garantia Mútua, foram celebrados 442 contratos, num valor total de crédito de 5.135 milhares de Euros.

Ainda em Portugal, o Banco tem continuado a reforçar o seu apoio às empresas através de linhas de crédito protocoladas, adequadas às especificidades do setor e da economia, com destaque para:

- Apoio a projetos de investimento de criação de empresas por desempregados, através das linhas de crédito: i) Linha Microinvest - financiou 43 empreendedores, num total de 624,49 milhares de Euros; e ii) Linha Invest+ - apoiou 26 empreendedores, num valor total de 929,48 milhares de Euros;
- O Millennium bcp aderiu ao Programa “Casa Eficiente 2020” promovido pelo Estado Português e cofinanciado pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI), sendo o total do financiamento a disponibilizar pelo Banco de 50 M€ (25M€ do BEI e 25m€ do Banco). Este programa, que visa conceder empréstimo em condições favoráveis a operações que promovam a melhoria do desempenho ambiental dos edifícios de habitação particular, com especial enfoque na eficiência energética e hídrica, bem como na gestão dos resíduos urbanos, está disponível desde junho de 2018 - foram concretizadas 20 operações, num total de financiamento de 171 milhares de euros;



- Linhas de financiamento, - PME Crescimento e PME Investe -, destinadas a PME's que pretendam realizar projetos de investimento ou aumento de fundo de maneiio. Concretizadas 1.089 operações, num total de financiamento de 126.415 milhares de euros;
- No âmbito do apoio a empresas no setor da agricultura e/ ou pescas, e através das linhas de crédito - PRODER/ PROMAR e IFAP Curto Prazo - foram concretizadas 154 operações, num total de financiamento de 10.644 milhares de euros;
- Com o objetivo de facilitar a inclusão das instituições do Terceiro Setor no sistema financeiro, foi lançada em 2013 a linha de crédito - Social Investe -. Em 2020, o Banco manteve uma carteira de 4 operações, com um valor total de crédito de 75 milhares de euros;
- Linhas de Crédito de Apoio ao Turismo, que visam apoiar, com condições favoráveis, as empresas que desenvolvem atividades relacionadas com o Turismo. Foram financiadas 24 operações, num total de 6.416 milhares de euros;
- Está ainda disponível a - Linha Capitalizar Mais -, protocolo celebrado entre o Millennium bcp, a Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) e as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) que criou uma Linha de Crédito com garantia mútua destinada a apoiar projetos a implementar em Portugal continental que contribuam para o reforço da capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços ou que sejam inovadores ao nível de processos, produtos, organização ou *marketing*. Foram financiadas 318 operações, com um valor total de crédito de 133.991 milhares de euros.
- Perante a evolução da situação económica nacional e internacional originada pelo COVID-19, o Millennium bcp assumiu o compromisso de apoiar as famílias e as empresas, disponibilizando um conjunto de medidas com vista a preservar a estabilidade financeira dos seus Clientes, das quais destacamos: i) Aplicação de mais de 100 mil moratórias às famílias e de 27.436 às empresas; ii) Ampliação do apoio à economia através de financiamentos efetuados com garantias do FEI no valor de 429 mio€. iii) Financiamento de 18.127 operações no montante de 2.499 Mio€, ao abrigo das Linhas Covid-19 (com o apoio do estado), através das quais foram apoiadas mais de 18.127 Empresas.

No âmbito da sua política de Sustentabilidade, o Millennium bcp estabeleceu, no contexto da campanha de migração para o extrato digital, uma parceria com a AMI - Assistência Médica Internacional, projeto Ecoética "Vamos todos ser Dinis", com o objetivo de participar no esforço de reflorestação do Pinhal de Leiria. Garantindo um contributo de 1 Euro por cada extrato em papel migrado para a sua versão digital, o Millennium bcp entregou um donativo de 50 mil Euros à AMI, valor que permitiu reabilitar cinco hectares de terreno afetado pelos incêndios de 2017 no Pinhal de Leiria e onde foram plantadas cinco mil árvores.



Já na Polónia, o cartão de crédito WWF Millennium MasterCard, disponível desde 2008 e produzido com recurso a plástico reciclável, assume um compromisso ambiental consequente. Por cada cartão subscrito o Banco transfere metade da primeira anuidade e uma percentagem de cada transação efetuada para o WWF da Polónia (*World Wide Fund For Nature*).

O Grupo BCP atende às necessidades de Investidores que consideram relevante contemplar, nos seus investimentos, fatores de risco sociais e ambientais, colocando à disposição para subscrição - Fundos de Investimento Responsáveis:

- Em Portugal, os fundos estão disponíveis através de: Plataforma online do Millennium bcp - que teve em comercialização 4 fundos ambientais, no âmbito da energia, totalizando a 31 de dezembro um valor em carteira superior a 7.398 milhares de euros; e ii) ActivoBank - que disponibilizou 16 fundos de investimento, dos quais 8 éticos e 8 fundos ambientais, com um valor acumulado em carteira superior a 1.434 milhares de euros. A 31 de dezembro de 2020 estes fundos tinham um volume de unidades de participação subscritas de 3.429 milhares de Euros, que compara favoravelmente com os 436 subscritos em 2019;
- Na Polónia, o Bank Millennium tem também uma oferta sólida de fundos SRI, destinada fundamentalmente a Clientes do segmento Prestige e Private, refletindo o investimento em negócios que incorporem nos seus princípios preocupações ambientais, nomeadamente o tema das alterações climáticas. Os 4 fundos disponíveis foram subscritos por 393 Clientes, num valor total de 5.5 milhões de euros.

Apoio à Comunidade

A estratégia do Grupo BCP visa promover uma cultura de responsabilidade social, desenvolvendo ações para e com vários grupos de *Stakeholders* com o objetivo de contribuir, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento social dos países em que opera. É num quadro de aproximação à comunidade que tem desenvolvido a sua política de responsabilidade social, centrando a sua intervenção em iniciativas de âmbito cultural, educacional e social.

Neste contexto, o Banco tem organizado, incentivado e acompanhado, no que constitui um importante contributo para a materialização da sua política de Responsabilidade Social em Portugal, ações internas de solidariedade que promovam uma cultura de proximidade e acrescentem valor social. De entre estas iniciativas - que contaram com uma especial dinamização nas Direções de Banca Direta, Marketing de Retalho, Marketing de Empresas, Operações/COM e Qualidade e Apoio à Rede, destaque para:

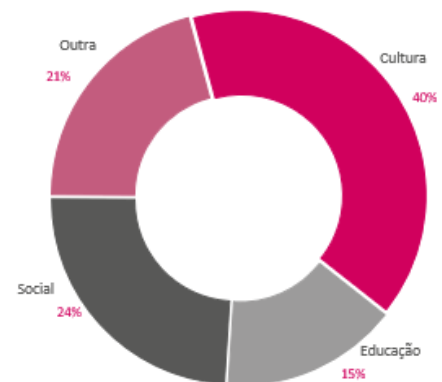
- “Millennium Solidário - Natal 2020”, campanha de recolha de donativos, incluída no movimento internacional “Giving Tuesday, a favor da Fundação do Gil, do CASA - Centro de Apoio ao Sem Abrigo e da Fundação Just a Change.
- No âmbito das campanhas semestrais de recolha de alimentos do Banco Alimentar, em 2020, na impossibilidade de garantirmos a já tradicional presença dos voluntários Millennium, participámos, com recurso às plataformas corporativas de comunicação do Banco, na campanha nacional de divulgação e apelo à participação solidária dos nossos Colaboradores, Clientes e seguidores nas redes sociais;



O Millennium bcp garantiu ainda um conjunto de iniciativas de apoio a instituições e iniciativas com capacidade para acrescentar valor social, de que salientamos:

- Apoio regular a instituições através da doação de equipamentos informáticos e mobiliário de escritório usado, mas em condições de reutilização. Mantém-se, neste contexto, o protocolo celebrado com a Entrajuda. Em 2020, entre equipamento informático e mobiliário, o Banco doou 1.058 bens a 25 instituições;
- Na sequência da liquidação da PNCB - Plataforma de Negociação Integrada de Crédito, procedeu-se à entrega do equipamento informático e de outros bens à Associação EPIS, que o fará chegar às escolas e instituições sociais incluídas na Iniciativa Jovens Especiais, destinada a promover a inserção profissional de jovens com necessidades especiais;
- Já na Cultura, destaque para a 12ª edição do Festival ao Largo Millennium bcp, iniciativa anual e de acesso gratuito que apresenta em palco, desta vez no Palácio Nacional da Ajuda e só com artistas portugueses, uma diversidade de espetáculos com o melhor da música sinfónica, da ópera e do bailado. Esta ação visa levar a arte a públicos cada vez mais abrangentes, contribuindo, assim, para o enriquecimento cultural do país;
- Apoio a iniciativas de solidariedade externas, com destaque para o projeto “Vela Sem Limites”, iniciativa do Clube Naval de Cascais que permite a cerca de 60 pessoas portadoras de deficiência a prática regular de vela e a muitas outras batismos de mar.

Donativos alocados por área de intervenção (Porcentagem %)



No âmbito da gestão e da literacia financeira, o Millennium bcp tem contribuído para aumentar os níveis de conhecimento financeiro e a adoção de comportamentos bancários adequados:

- Dinamização, no site institucional, dos instrumentos - Centro de Poupanças, Gestor de Finanças e Kit despesas imprevistas - que embora distintos e independentes têm o objetivo comum de apoiar os Clientes na gestão do seu orçamento. Na área do site M Vídeos, continua a ser possível encontrar tutoriais e sugestões de poupança;
- Em Portugal, a página do *Facebook* “Millennium bcp” prosseguiu a partilha regular de conteúdos relacionados com o planeamento financeiro, prática generalizada a todas as operações do Grupo BCP;
- Também com o objetivo de estimular hábitos de poupança, o ActivoBank disponibiliza uma app de live streaming de vídeo na sua página de Facebook, a que deu o nome de Conversas Activo (também disponíveis no *YouTube*), em que se abordam temas que contribuem para um maior conhecimento das matérias relacionadas com a prestação de “serviços financeiros”.
- Participação no Grupo de Trabalho da Associação Portuguesa de Bancos (APB), no qual estão representadas diversas Instituições Financeiras e o Instituto de Formação Bancária, e que tem como missão desenvolver e apoiar iniciativas que visem promover a educação financeira dos cidadãos. Da atividade desenvolvida em 2020, destaca-se a realização de nova Edição do *European Money Week*, concurso digital dinamizado pela Federação Bancária Europeia para testar conhecimentos de literacia financeira de jovens europeus entre os 13 e os 15 anos. Em Portugal, a APB assegurou a participação de cerca de 2.000 alunos, de 48 escolas espalhadas pelo país.
- O Millennium bcp participou ainda em paper internacional sobre Inclusão Financeira promovido pela EFMA - *European Financial Management Association* (numa parceria com a *Wavestone* e a *Ecole des Ponts Business School*), que reuniu experiências e boas práticas de um conjunto de bancos mundiais.



Na Polónia, o Bank Millennium continua a dinamizar um conjunto significativo de ações, entre as quais:

- “Financial ABCs”, programa de literacia financeira da Fundação Bank Millennium que tem por objetivo apresentar conceitos financeiros básicos a crianças do pré-escolar. Em 2020, na impossibilidade de realização de workshops presenciais, foram disponibilizados novos conteúdos formativos digitais disponíveis nas redes sociais da Fundação Bank Millennium, de que é exemplo o “*How to teach finance to children - A guidebook for parents*”, conteúdo multimédia que conseguiu mais de 420.000 visualizações. O programa “Financial ABCs” tem o alto patrocínio do Ministro da Educação e do Provedor da Criança;
- Desde 2013 que é organizado, no período do Natal, um leilão solidário para venda de artigos de artesanato. Este leilão, em que as licitações são efetuadas através da intranet corporativa, reúne várias centenas de artigos criados e produzidos pelos Colaboradores do Banco, revertendo o valor da sua venda para o tratamento de crianças com deficiência, familiares de Colaboradores. Em 2019, esta iniciativa permitiu angariar cerca de 19 milhares de Euros;



- No âmbito da educação, destaque para a atribuição, numa parceria plurianual com a Universidade de Varsóvia e com o Instituto Camões, de bolsas de estudo aos melhores alunos dos cursos de estudos portugueses;
- No âmbito da cultura, foi novamente atribuído, com o apoio do Bank Millennium, o “*Golden Sceptre*”, prémio anual organizado pela Fundação Polaca para a Cultura que visa distinguir os artistas polacos que se destaquem na área da música;
- O Bank Millennium foi mais uma vez parceiro do *Docs Against Gravity*, o maior e mais global festival de filmes documentários na Polónia. Este festival cinematográfico, suportado por uma intensa campanha de comunicação e por um conjunto de eventos paralelos, foi realizado, em 2020, em formato on-line, com mais de 60.000 bilhetes vendidos.

Em Moçambique, o compromisso social do Banco é materializado no programa “Mais Moçambique pra Mim”, uma das referências do Grupo BCP no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa e da aproximação às comunidades locais, que, mesmo em contexto pandémico, continuou a dar prioridade a projetos na área da saúde, educação, cultura e desenvolvimento comunitário:

- Clube Empresarial da Gorongosa - o Millennium bim apoia diretamente o programa “Clubes de Raparigas”, iniciativa que tem como objetivo combater o elevado índice de casamentos precoces e abandono escolar, através da dinamização de atividades que abordam a educação das raparigas, a sua segurança pessoal, a nutrição e o acesso ao planeamento familiar;
- ‘Mais Moçambique pra Mim’ - intervenção para melhoria das condições de atendimento e internamento no Hospital Central de Maputo, destacando-se nesta ação a aquisição de equipamento hospitalar e obras de reabilitação da enfermaria de Cardio-Pneumologia;
- “Millennium bim Solidário” no apoio aos Deslocados de Cabo Delgado - foram desenvolvidas várias iniciativas de apoio às populações deslocadas na sequência dos ataques terroristas ocorridos na região. De entre estas, destacam-se (i) o lançamento de uma campanha digital - “Um Like, Uma Esperança” - que permitiu reunir mais de 20.000 Mzn, valor entretanto doado à Plataforma Makobo, para aquisição de alimentos, material de higiene, entre outras necessidades dos refugiados; (ii) a promoção do auto-emprego numa parceria com a Câmara de Comércio Portugal Moçambique (CCPM), através da oferta de máquinas de costura e kits de costura contendo diverso material para o início da atividade e (iii) na oferta de material de construção e produtos alimentares, desta feita em parceria com a Seguradora Ímpar, às famílias realojadas na localidade de Nanjua, distrito de Ancuabe.



Fundação Millennium bcp

A Fundação Millennium bcp, inserida no contexto das políticas de responsabilidade social e de mecenato cultural institucional, assume-se como agente de criação de valor na sociedade e de promoção da sustentabilidade e inovação, nas áreas de intervenção, que são a Cultura, a Educação/Investigação e a Solidariedade Social.

No desenvolvimento da sua atividade, a Fundação procurou favorecer políticas e iniciativas que viessem dar resposta aos desafios que se colocam nos domínios do social, do ambiente e de governança, alinhando a atuação da Fundação com as principais linhas do Plano Diretor de Sustentabilidade do Banco Comercial Português, especialmente nas áreas de influência da Fundação.

A Fundação apoiou em 2020 um total aproximado de 100 projetos, dos quais 57% na área da Cultura, 20% no Conhecimento e 24% no âmbito da Solidariedade Social.



Na Cultura apoiou projetos orientados para a valorização dos museus nacionais, para a recuperação de património arquitetónico e artístico nacional e para a divulgação de arte contemporânea e de novos talentos artísticos.

Esses contributos inserem-se na linha de atuação estratégica da Fundação que tem procurado, ativamente, contribuir para a salvaguarda, difusão, promoção e fruição do património cultural nacional e para divulgação e promoção dos artistas nacionais.

Ao longo do ano, foram realizadas um conjunto de ações que irão permitir que a partir de 2021 exista um reforço significativo na divulgação do importante património artístico e arqueológico do Banco Comercial Português, numa lógica de partilha com a comunidade.

De entre elas, destaca-se a intervenção no Museu do Chiado do MNAC - Galeria Millennium bcp, criando as condições necessárias para que se possa vir a dar expressão prática ao protocolo de cooperação com a Direção-Geral do Património Cultural articulando nomeadamente a Coleção com os projetos expositivos do espaço Millennium - Galeria Millennium bcp.

Ultimaram-se, também, os preparativos para a reabertura do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios (NARC), local classificado como Monumento Nacional tendo em consideração os vestígios das épocas pré-romana e romana.

Após profundas obras de renovação museográfica, que decorreram ao longo do ano com projeto do atelier *Brükner*, o espaço NARC deverá reabrir em 2021 constituindo um local de excelência para apresentação e desfrute do espólio arqueológico, cultural e artístico do Banco.

Na Cultura, apoiaram-se as seguintes iniciativas:

Conservação e Divulgação do Património do Banco

- Manutenção das obras de remodelação do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios (NARC), encerrado para esse efeito em 1 de junho de 2019, estando a ser implementada uma nova museografia desenvolvido pelo atelier *Brükner*;
- No âmbito do projeto “Arte Partilhada” foi inaugurada, a 26 de junho, a exposição “Manuel Amado Pintura sem Alibi” que esteve patente até 20 de setembro na Fundação *Arpad-Szenes* Vieira da Silva, em Lisboa, tendo recebido 2.030 visitantes;
- No que concerne à divulgação do património do Banco e das iniciativas culturais próprias, a Fundação mantém um protocolo de parceria com a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) e com a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, no qual estabelece a promoção e difusão do património artístico e de atividades culturais no Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC). Esta parceria permitirá à Fundação realizar exposições num espaço do MNAC - Galeria Millennium bcp - cuja programação e a curadoria será efetuada em conjunto com o museu.

Atividades museológicas

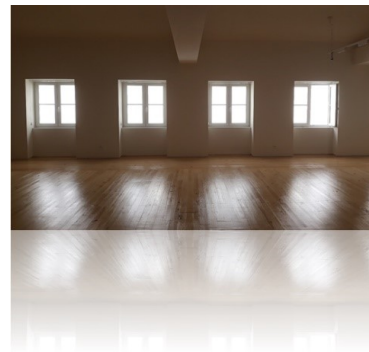
- Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) - apoio à conservação e restauro dos Painéis de São Vicente de acordo com Protocolo Mecenático, a vigorar entre 2020 e 2022, assinado entre o Museu, o Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga, a Direcção-Geral do Património Cultural e a Fundação Millennium bcp;
- Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado (MNAC) - apoio às atividades museológicas;
- Museu Nacional de Arqueologia - apoio para a elaboração do inventário e carregamento na Matriz do espólio proveniente das escavações arqueológicas do NARC.

Recuperação do património

- Associação Palácio Nacional da Ajuda - apoio à intervenção de conservação e restauro na Sala do Trono;
- Associação *World Monuments Fund Portugal* - apoio à conclusão da terceira fase de conservação de interiores do Mosteiro dos Jerónimos;
- Igreja Paroquial de São Tiago de Custóias - apoio para a construção do órgão e restauro da porta principal da Igreja.

Outras iniciativas culturais

- A.I.R. 351 (Residências Artísticas) - projeto que visa o acolhimento em Portugal de artistas nacionais e internacionais na área de artes visuais para a realização de residências de artistas. Desde o início do seu programa a AiR 351 acolheu 32 artistas e curadores de 18 nacionalidades;
- Trienal de Arquitetura - 6ª edição 2022 - apoio concedido com vista à preparação da 6ª edição desta iniciativa com data prevista para 2022;
- Igreja de São Cristóvão (Mouraria-Lisboa) - recuperação do Arco Triunfal e do quadro "Retrato de Cristo por São Lucas";
- A.I.C.A - Associação dos Críticos de Arte - Prémios AICA/MC/ Millennium bcp de artes visuais e arquitetura, que são atribuídos anualmente, em Portugal, a um artista plástico e a um arquiteto;
- Publicação de livro sobre o Mosteiro de Santa Maria de Celas - apoio concedido para o lançamento do livro "Santos, Heróis e Monstros" dedicado ao claustro da abadia;
- Livraria Lello - apoio de iniciativas visando a promoção de leitura infantil;
- DSCH - Associação Musical - Festival e Academia Verão Clássico - Edição 2020 - apoio à realização do festival e edição discográfica do álbum de Beethoven pelo DSCH - *Schostakovich Ensemble*. No âmbito da Academia, as *Masterclasses* tiveram a participação de 200 jovens músicos, 100 dos quais portugueses e 100 oriundos de mais de 20 países;
- Clube de Lisboa - 4ª Conferência " A Aceleração das Mudanças Globais" focada em temas que visam trazer o futuro para o quotidiano- mudanças climáticas, transições energéticas, revolução tecnológica, modelos de crescimento, tendências demográficas e desafios (geo)políticos;
- Escola Superior de Santarém - apoio ao Curso de Literacia Digital para o mercado de trabalho através do desenvolvimento de uma sala de imersão *Escape Room* com atividades de descoberta das competências para a empregabilidade de jovens com Dificuldades Intelectuais e de Desenvolvimento;
- Associação Internacional de Música da Costa do Estoril - apoio para a realização da 46ª Edição do Festival Estoril Lisboa, de Música Clássica;
- *Carpe Diem* Arte e Pesquisa - 5ª edição do Prémio Arte Jovem Fundação Millennium bcp atribuído a estudantes finalistas de artes visuais;
- Associação Portuguesa de Historiadores da Arte - Prémio APHA / Millennium José Augusto França 2019 - iniciativa que visa distinguir trabalhos de excelência no domínio da História da Arte realizados no âmbito dos 2.º e 3.º ciclos de estudo do Ensino Superior em Portugal;
- Câmara Municipal de Lisboa - apoio para o lançamento da coleção Lisboa Romana / Felicitas Iulia Olisipo;
- BoCA - *Biennial of Contemporary Arts* - apoio ao programa educativo que consiste num conjunto de três atividades a decorrer em três cidades ao mesmo tempo, Lisboa, Almada e Faro;



- “*Drawing Room Lisboa 2020*”, que nesta terceira edição destacou o desenho contemporâneo Português em edição presencial, à qual se juntam galerias internacionais numa edição on-line. No âmbito desta iniciativa foram atribuídos os seguintes prémios: (i) Prémio Aquisição Fundação Millennium bcp Talento Emergente, que apoia um artista através da aquisição de obra e inclusão da mesma na coleção Mbc; (ii) Prémio Projeto Artístico Destacado, que distingue um artista da edição do ano em curso; (iii) Prémio Projeto Curatorial Galeria, que distingue uma proposta curatorial de uma galeria participante.
- Câmara Municipal de Lisboa - apoio à 12ª edição do Festival TODOS - Caminhada de Culturas 2020, uma iniciativa que celebra, desde 2009, Lisboa como cidade intercultural através das artes performativas contemporâneas;
- SPIRA e Universidade Nova de Lisboa - conclusão e apresentação do Estudo “Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social”.

No âmbito da Ciência e do Conhecimento:

Projetos de Investigação Científica

- Fundação Rui Osório Castro - Prémio Rui Osório de Castro / Millennium bcp - protocolo estabelecido para o período de 2020 a 2022 que visa, mediante a atribuição de um prémio, promover o desenvolvimento de trabalhos científicos inovadores que versem a temática da oncologia pediátrica e que sejam capazes de incentivar e promover a melhoria dos cuidados prestados às crianças com doença oncológica. Em fevereiro de 2020 foi entregue o prémio da 4ª edição a Patrícia Nunes Correia, do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa;
- Instituto de História da Arte (IHA) da Universidade Nova de Lisboa - No âmbito do protocolo existente com o IHA e o MNAC/Museu do Chiado, atribuição de uma bolsa de Investigação em História da Arte que possibilite o estudo aprofundado de artistas relevantes comuns à Coleção do Millennium bcp e ao MNAC/Museu do Chiado, contribuindo para a investigação, divulgação e valorização do património relacionado;
- Comité Olímpico Portugal - protocolo celebrado para o triénio 2018-2020 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da investigação em Ciências do Desporto em Portugal e que prevê a atribuição anual de 3 Prémios e seis menções honrosas aos melhores trabalhos de investigação na área de Ciências do Desporto;
- Instituto Biologia Molecular e Celular - apoio à investigação na doença de Alzheimer;
- Universidade Católica Portuguesa - Instituto da Ciência e Saúde - apoio ao “Pedipedia”, uma enciclopédia pediátrica on-line com o objetivo de criar um recurso pedagógico de apoio à prática clínica e à formação na área da saúde. Tem como destinatários profissionais de saúde, pais, cuidadores, crianças e adolescentes da comunidade lusófona.

Ensino Superior

- Programa de bolsas de estudo Fundação Millennium bcp, destinada a alunos provenientes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor (PALOP). A gestão destas bolsas foi cedida ao Instituto Camões através de um protocolo de colaboração;
- Parceria com Millennium bim para atribuição de bolsas de licenciatura (áreas diversas), em Universidades de Moçambique, a jovens com carência económica, mas com comprovada demonstração de mérito académico. Ao longo dos 6 anos de colaboração, foi possível financiar 156 estudantes de diversos cursos oriundos de 10 universidades;
- *Junior Achievement: StartUp Programme*: (13ª edição) a iniciativa visa o desenvolvimento de programas de empreendedorismo junto de estudantes universitários através da criação de novas mini-empresas.

Ensino Básico

- Projeto MoneyLab - Laboratórios de Educação Financeira p/ estudantes do ensino secundário - roadshow que tem como objetivo colmatar a desinformação que existe entre as camadas mais jovens, no que diz respeito à literacia financeira, estando orientado para os alunos do secundário, de escolas públicas e privadas;



- Câmara Municipal de Pedrogão Grande: apoio ao “+Futuro”, um projeto focado em três vertentes: Educação e Cidadania, Prevenção Rodoviária e Sustentabilidade. Assenta na abordagem de conteúdos nos estabelecimentos de ensino (no 1º ciclo) dos municípios de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande;
- Fundação Dr. António Cupertino de Miranda: apoio à 10ª edição do projeto de Educação Financeira “No Poupar Está o Ganho”, um projeto que propõe consciencializar estudantes do ensino pré-escolar, básico e secundário para a importância do dinheiro, contribuindo para a aquisição de competências sobre este tema;

- Associação Empresários pela Inclusão Social (EPIS) - apoio à promoção de iniciativas dirigidas à criação de oportunidades de trabalho e de reinserção social de pessoas, famílias ou grupos em situações de exclusão ou risco de exclusão social.

Na área da Solidariedade Social a Fundação Millennium bcp procurou contemplar projetos relevantes no âmbito da inovação social e programas sociais estruturantes que contribuam para o desenvolvimento local, nomeadamente na ajuda às camadas mais vulneráveis da população.

A extensão e profundidade dos impactos provocados pelo COVID-19, que levou a um agravamento muito significativo das condições de vida e de isolamento das populações mais fragilizadas, motivou um especial acompanhamento e apoio aos projetos lançados com o intuito de minorar os efeitos desta pandemia.

Na área da Solidariedade Social, a Fundação apoiou assim ações de diferentes entidades, das quais se assinalam:

- Programa GOS - Gestão de Organizações Sociais - este programa resulta de uma parceria entre a AESE / ENTREAJUDA / CNIS e visa a formação em gestão de dirigentes de entidades do setor da economia social, exclusivamente sem fins lucrativos, procurando dar resposta às necessidades de formação sentidas neste sector. Em 2020, este programa contou com 68 participantes oriundos de 58 entidades.
- Banco Alimentar Contra a Fome - Campanhas de recolha de alimentos anuais e reforço de apoio à Rede de Emergência Alimentar, criada para dar resposta às novas necessidades decorrentes do COVID-19;
- Rede de Emergência Alimentar - o donativo concedido pela Fundação Millennium bcp permitiu comprar 109.072 kgs de produtos alimentares que se estima representem um total de 272.679 refeições;
- CERCICA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais - apoio ao lançamento de “Linha de Apoio às Famílias” que tem como objetivo responder ao agravamento do isolamento social das pessoas com deficiência intelectual e das suas famílias em virtude dos efeitos da pandemia Covid-19. O apoio da Fundação Millennium bcp permitiu realizar 639 acompanhamentos;
- ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE - Fundo Emergência Covid-19 - criado para apoiar as pessoas que devido ao contexto gerado pela pandemia apresentam necessidades específicas de acesso a cuidados de saúde, agregando, de forma coordenada, o acesso aos medicamentos, produtos e serviços de saúde;
- 55 MAIS - projeto de valorização de pessoas com mais de 55 anos inativas, que através de uma plataforma, tecnológica e humana, conecta as necessidades dos cidadãos com os serviços disponibilizados pelas pessoas de 55+ anos;
- Associação BUS - Bens de Utilidade Social - apoio ao desenvolvimento das atividades, as quais consistem em recolher e encaminhar bens de uso doméstico a pessoas/famílias carenciadas;
- EAPN - Projetos ACEDER - No âmbito da grave emergência sanitária provocada pela Covid-19 foi concedido apoio para a aquisição de kits de proteção, higiene e limpeza para as comunidades ciganas;
- APGES - Plataforma Global para os Estudantes Sírios - programa de bolsas de estudo de emergência para permitir que estudantes oriundos de país em conflito possam prosseguir a sua formação;
- Projeto doente oncológico no Hospital Central de Maputo - protocolo de apoio a projeto para a melhoria dos cuidados de saúde na área da oncologia em Moçambique. Este projeto contribuiu para uma diminuição de 53% da mortalidade entre os doentes com cancro da mama precoce;
- *Critical Concrete* - atribuição de uma bolsa de estudo para o programa “*Sustainable Architecture Programme*”, um programa educativo de Pós-graduação com uma duração de 1 ano no campo da construção sustentável, design participativo e no urbanismo inclusivo;
- Associação Ajuda ao Recém-Nascido (Banco do bebé) - Apoio ao projeto “Ser mais família” que compreende o apoio domiciliário a recém-nascidos com incapacidades ou em risco social;
- Fundação do GIL - apoio ao projeto Cuidados Domiciliários Pediátricos que, em parceria com 5 hospitais públicos, acompanha crianças com doenças crónicas, nos seus domicílios evitando assim deslocações desnecessárias aos hospitais, através do acompanhamento e aplicação de terapêuticas no domicílio e de um apoio psicossocial, emocional e espiritual;
- AMEC | Metropolitana - Foi atribuída uma Bolsa de Apoio Social para o curso de Direção de Orquestra. Adicionalmente, foi também entregue a esta instituição, para bolsas de apoio social, o valor que havia sido doado à Fundação Millennium bcp pelo Banco Comercial Português, S.A. relativo ao prémio atribuído pela Fósun às Direções de Banca Direta e *Digital Transformation Office* daquele Banco na *Global Conference* realizada em Shanghai;
- Associação Portuguesa de Famílias Numerosas - apoio ao projeto “Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis”, que tem como principais objetivos acompanhar, galardoar e divulgar as melhores práticas das autarquias portuguesas em matéria de responsabilidade familiar.

Referência, atento o papel da Fundação Millennium bcp na dinamização da cultura, ao reconhecimento da APOM - Associação Portuguesa de Museologia que, na edição dos Prémios APOM 2020, distinguiu, pela segunda vez (a anterior tinha sido em 2018) a Fundação Millennium bcp como um dos vencedores na Categoria de Mecenato.

Apoios sociais em contexto de pandemia

O ano de 2020 ficará indelevelmente marcado pela pandemia provocada pelo COVID-19. Em poucos meses, o novo coronavírus SARS-CoV-2 motivou alterações radicais na nossa forma de estar e de trabalhar. Nas empresas, a pandemia foi um verdadeiro stress test à capacidade de gestão, em particular de gestão das Pessoas, em contexto de elevada incerteza.

Sendo os serviços financeiros essenciais ao normal funcionamento das sociedades, das empresas e dos cidadãos, o Millennium bcp manteve-se sempre em funcionamento, mesmo durante o Estado de Emergência que vigorou de 19 de março a 30 de abril. O Banco confirmou a capacidade de adaptação perante desafios inesperados e, com agilidade, rapidamente adaptou a sua forma de operar. Mesmo antes do primeiro caso confirmado de COVID-19 em Portugal, o Millennium bcp ativou o Plano de Contingência previsto no Plano de Continuidade de Negócio, com dois objetivos claros e prioritários:

- proteger a saúde das pessoas - Colaboradores, Clientes e todos os que contactam com o Millennium bcp;
- e assegurar a manutenção de um serviço de qualidade em linha com as expectativas dos Clientes.

A celeridade na definição e implementação de medidas e a forte aposta na comunicação direta com os Colaboradores permitiu-nos proteger Pessoas e Negócio e, mesmo apesar do necessário distanciamento físico, estivemos próximos e presentes para quem de nós necessitou, interna e externamente.

O Grupo BCP esteve assim na 1ª linha da resposta de emergência à pandemia provocada pelo Covid-19, destacando-se as seguintes iniciativas, em Portugal e nas restantes geografias

- Medidas de apoio às famílias e empresas no valor total, em Portugal, de 4,7 mil milhões de Euros;
- Participação na campanha “Unidos pela Sobrevivência”, para a aquisição de meios clínicos de combate ao Covid-19;
- Ações de apoio ao SNS português, como a construção da Estrutura de Contingência de Lisboa, reconversão do Hospital Curry Cabral ou a doação de 100 ventiladores através da APB - Associação Portuguesa de Bancos;
- Contributo, no âmbito da iniciativa da EU - conferência internacional de doadores - e inserido no esforço português, para a investigação e desenvolvimento de uma vacina para a COVID-19;



- Fundação Millennium bcp apoia a Rede de Emergência Alimentar do Banco Alimentar contra a Fome, reforçando a sua contribuição anual;
- Clube Millennium bcp apoia instituições sociais com a atribuição de equipamentos de proteção individual;
- Associação Dignidade - apoio ao projeto Abem: emergência Covid 19 - criado para apoiar as pessoas que devido ao contexto gerado pela pandemia Covid-19 apresentam necessidades específicas de acesso a cuidados de saúde, agregando, de forma coordenada, o acesso aos medicamentos, produtos e serviços de saúde;
- Antecipação do pagamento de faturas a Fornecedores, em particular PME, de 30 dias para 1 semana;
- Millennium bcp integrou também o movimento Portugal #EntraEmCena, que junta artistas, empresas públicas e privadas, no apoio à Cultura;
- Na Polónia, o Bank Millennium atribuiu um apoio de 5000.000 PLN à Academia de Ciências para o desenvolvimento do primeiro teste Covid-19 local;

- Em Moçambique, o Millennium bim prescindiu da celebração dos seus 25 anos doando o respetivo valor ao Hospital Central de Maputo.

Fornecedores

No Grupo Millennium, o processo de seleção de Fornecedores obedece fundamentalmente a critérios de competência global da empresa, funcionalidade, qualidade e flexibilidade das soluções específicas a adquirir e capacidade continuada de prestação do serviço. Em todas as operações do Grupo continua a privilegiar-se a compra a Fornecedores do próprio país, registando-se um valor de 92,2% de pagamentos a Fornecedores locais.

Os principais Fornecedores do Banco são empresas que publicam a sua performance económica, ambiental e social, assegurando uma contratação de bens e serviços responsável.

Desde 2007, que o Grupo BCP, em particular em Portugal e na Polónia, inclui em anexo aos seus contratos com fornecedores os Princípios Orientadores de Sustentabilidade para Fornecedores, os quais incluem vários aspetos como conformidade legal, boas práticas ambientais e laborais, incluindo direitos humanos e aplicação destes princípios na contratação de terceiras partes.

O Millennium bcp conduz avaliações aos seus fornecedores, através da aplicação de um questionário de desempenho que inclui parâmetros relacionados com o nível de conformidade com os Princípios para Fornecedores. Em 2020 foram avaliados 489 fornecedores, cuja avaliação média foi de 4.32.

Os Fornecedores do Millennium bcp estão ainda sujeitos a um processo de avaliação, suportado: i) no relacionamento que mantêm com os Centros de Competência Técnica; ii) nas ações de avaliação de *performance* e de identificação de pontos de melhoria; e iii) nos processos instituídos de tomada de decisão para a concretização de investimentos e a renovação de contratos.

Em Portugal, o Millennium bcp é parte do Compromisso Pagamento Pontual, da ACEGE, iniciativa que visa incentivar o pagamento atempado a fornecedores como exercício ético que contribui não só para o sucesso empresarial como também para a competitividade da economia. O rácio prazo de pagamento/prazo contratualizado no Grupo BCP é de 1.

O Millennium bcp é subscritor da Carta de Princípios do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Este documento estabelece os princípios que constituem as linhas orientadoras para uma boa gestão empresarial e permite que as empresas subscritoras possam ser reconhecidas junto dos seus clientes, fornecedores e sociedade em geral pela adoção de sólidos compromissos de sustentabilidade. A Carta incentiva os subscritores a irem além do cumprimento legal, adotando normas e práticas reconhecidas e alinhadas com padrões de gestão, éticos, sociais, ambientais e de qualidade, em qualquer contexto da economia global.



Ainda em 2020, em Portugal, procedeu-se à revisão dos Princípios Orientadores de Sustentabilidade para Fornecedores em: (https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/sustentabilidade/Documents/Principios_Orient_Sustentabilidade_para_Fornecedores.pdf) que agora integram todos os contratos de aquisição e prestação de bens ou serviços celebrados pelo Millennium bcp. Este documento inclui aspetos como conformidade legal, boas práticas ambientais e laborais, mas também direitos humanos e aplicação destes princípios na contratação de terceiras partes.

Impacto Ambiental

Responsabilidade ambiental

A Abordagem climática do Grupo BCP assenta sobre a promoção de uma cultura de responsabilidade ambiental, com compromissos, medidas e investimento nos temas de alterações climáticas, eficiência energética e desempenho ambiental das operações.

Atualmente, existem várias ferramentas, compromissos e índices nos quais o BCP se revê e se alinha, a nível ambiental:



Em 2020, o BCP obteve a distinção de **A-** no CDP Climate Change.

Em 2019 o Banco definiu o seu Plano Diretor de Sustentabilidade 2021, com o objetivo de criar - cada vez mais - valor a nível económico, social e ambiental. Os eixos de atuação do plano são Gestão e Financiamento Sustentável (eixo Económico), Impacto Positivo nas Pessoas e na Comunidade (eixo Social) e Operações Sustentáveis (eixo Ambiental). O eixo Ambiental incorpora 12 ações concretas que visam contribuir para a limitação do aquecimento global (Acordo de Paris) e para a minimização do impacto ambiental das operações. Destas medidas, destacam-se a definição de metas de redução de emissões de acordo com a *Science Based Targets Initiative*; e o objetivo de “papel zero”, fruto das iniciativas de digitalização e redução de impressão em curso.

Em termos de *ownership* das iniciativas de ambiente e do PDS, o Comité de Sustentabilidade tem vindo a acompanhar a implementação do mesmo, a Comissão executiva e CEO são responsáveis pela estratégia de sustentabilidade, o Comité de Risco define a *framework* global de gestão de risco (incluindo riscos de sustentabilidade) e por fim, a Área de Sustentabilidade implementa, dinamiza e monitoriza as ações do PDS.

Operações Sustentáveis

O Banco monitoriza regularmente um conjunto de indicadores de desempenho ambiental que medem a ecoeficiência do Banco no âmbito dos seus principais consumos. O ano 2020 foi um ano atípico, marcado pelos efeitos da pandemia COVID-19 e pelos seus impactos económicos, sociais e ambientais.

A racionalização de consumos de energia, água e materiais assente numa lógica tanto de desmaterialização dos processos como de proteção do meio envolvente e de preservação dos recursos naturais, constituem objetivos que integram o essencial da Política Ambiental implementada em todas as operações do BCP.

O desempenho ambiental do Grupo foi também impactado pelo contexto pandémico do ano 2020, com grande parte dos seus colaboradores a trabalhar em casa, e as instalações do Banco subutilizadas. Neste sentido, verificaram-se reduções significativas a nível de consumo de energia, materiais, água e produção de resíduos. Estas melhorias resultaram não só numa redução do impacto ambiental das operações do Banco, como também numa significativa redução de custos associados.

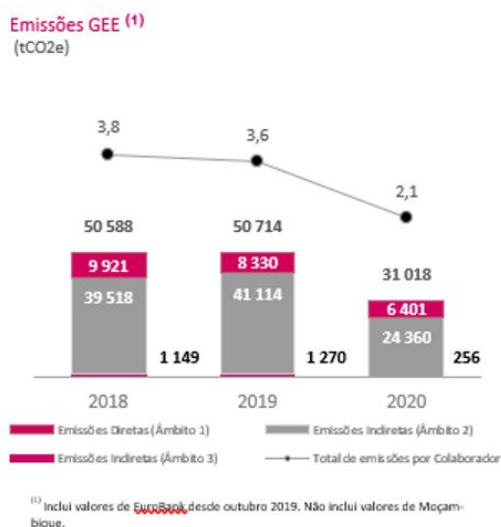


Em 2020, o Banco não só continuou a sua monitorização de indicadores ambientais, como reforçou a sua atuação a nível de análise de riscos relacionados com alterações climáticas e à incorporação de políticas, standards e procedimentos definidos para assegurar a operação contínua do Banco em caso de desastres naturais que provoquem sua interrupção. Estes temas estão sob supervisão e gestão por parte do Comité de sustentabilidade e do *Risk Office* (ROFF). O Banco tem continuado a gerir também os riscos ambientais indiretos, durante o processo de avaliação e concessão de crédito e *project finance*, realizando estudos de impacto ambiental de acordo a legislação aplicável em vigor.

Descarbonização

No âmbito do compromisso de adaptação às alterações climáticas, o BCP calcula a pegada de carbono do Grupo, tendo em vista contribuir para a redução das emissões de gases de efeito de estufa.

Em 2020 foram contabilizados os dados de Moçambique, tendo se mantido a tendência decrescente nas emissões de GEE associadas à atividade bancária do Grupo. No comparativo com o âmbito dos anos anteriores, registou-se um decréscimo de aproximadamente 40% face a 2019, dado o contexto pandémico de minimização da utilização de escritórios e de viagens, e fruto da implementação contínua de diversas medidas de eficiência energética levadas a cabo nas várias geografias onde o Banco está presente.



Redução de emissão de GEE (Gases com Efeito Estufa) nos últimos 5 anos

47%

Em termos globais, as emissões associadas ao consumo de combustíveis (âmbito 1) registaram uma redução de 23% comparativamente ao ano anterior, com foco na redução das emissões associadas aos consumos de gás natural. Quanto às emissões associadas ao consumo de eletricidade/calor (âmbito 2) registou-se uma redução de 41% face ao ano anterior. Nas emissões associadas à mobilidade em serviço (âmbito 3), registou-se uma diminuição de 80%, maioritariamente imputável à redução drástica das emissões decorrentes das viagens de colaboradores. Em linha com o Plano Diretor de Sustentabilidade (PDS), o Banco tem o compromisso de alargar o cálculo de scope 3, a montante e jusante da atividade do Grupo.

No que diz respeito à atividade doméstica (Portugal), o Millennium bcp apresentou uma redução de 35% das suas emissões de GEE face a 2019, tendo ultrapassado largamente a meta definida (-5%). As emissões diretas apresentaram uma redução de 41% comparativamente ao período homólogo, associada à redução do consumo de combustíveis, em particular gás natural.

As emissões indiretas associadas ao consumo de eletricidade apresentaram uma redução de 26% face ao ano anterior, devido à redução do consumo de eletricidade proveniente da rede pública, enquanto que as emissões indiretas associadas a deslocações em serviço (âmbito 3) registaram alterações significativas, com um decréscimo na ordem dos 96%, devido ao número reduzido de deslocações de colaboradores que se verificou em 2020.

PRINCIPAIS MEDIDAS DE REDUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL

Em 2021, toda a eletricidade que o Millennium bcp utilizar nas suas instalações em Portugal será 100% verde, num mix de energia produzida pela central fotovoltaica do Banco e de energia adquirida com certificado de origem renovável.



Em 2020 ocorreu uma iniciativa de plantação de árvores, na região de Leiria. Em parceria com a Assistência Médica Internacional (AMI) foram reabilitados cinco hectares do pinhal perdido pelos incêndios de 2017, através de um montante total de 50 mil euros, angariado através do compromisso de doação de um euro por cada cliente que adere ao extrato bancário digital, em detrimento do extrato em papel. Esta campanha permitiu, não só reduzir as emissões pela diminuição do consumo de papel, como também através da possibilitação do sequestro de carbono pelas árvores plantadas.

O Millennium BCP compensou emissões de GEE associadas a um evento interno, que contabilizou 67,0 tCO₂e, através da florestação certificada de uma área nacional. Este evento teve lugar no Pavilhão Carlos Lopes (Parque Eduardo VII), em fevereiro de 2020, onde contou com a presença de 1.560 colaboradores.

O Bank Millennium foi o banco com a melhor pontuação no ranking “Climate Leaders Poland 2021” publicado pela revista Forbes, ocupando o segundo lugar entre todas as empresas polacas na lista de redução das emissões de gases com efeito de estufa.

No âmbito do Pacto de Mobilidade para a Cidade de Lisboa, o Millennium bcp comprometeu-se a descarbonizar a sua frota automóvel de acordo com as seguintes metas: 30% até 2025 e 80% até 2030. No que toca ao Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020, este teve continuidade em 2020.

O Millennium bcp, no âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, subscreve a “Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal”, que visa contribuir para a promoção e o desenvolvimento do financiamento da Neutralidade Carbónica até 2050.

Mobilidade

- Ocorreu uma redução no consumo de combustíveis na Polónia, como resultado da substituição de carros com motores tradicionais para híbridos, verificado no período entre 2017 e 2020, e também devido à pandemia e trabalho remoto dos colaboradores. Na Polónia, o transporte de bicicletas é promovido e a infraestrutura para os ciclistas é expandida (bicicletários e chuveiros adicionais).
- Em Portugal, no final do ano 2020 existiam 19 viaturas elétricas/híbridas, que comparam com as 9 existentes no final de 2019. Por forma a acelerar a este processo, o Banco tomou as seguintes medidas: Aumentou substancialmente o número de viaturas disponíveis para escolha dos colaboradores, 22 em 76 (corresponde a 29% do total), quando no final de 2019 eram de 7 em 75 (9,3% do total); e instalou 4 postos duplos para carregamento elétrico no Taguspark.

Eficiência Energética

Como referido anteriormente, o Grupo BCP monitoriza regularmente um conjunto de indicadores de performance ambiental, que medem a ecoeficiência do Banco relativamente aos seus principais consumos (excluindo os consumos da central de cogeração e das instalações com *data centers* em Portugal). Em 2020 voltaram a ser contabilizados os consumos de energia de Moçambique, pelo que são realizadas análises com e sem esta geografia, por motivos de comparabilidade.

Em 2021, toda a eletricidade que o Millennium bcp utilizar nas suas instalações em Portugal será **100% verde**

Em 2020, registou-se mais um ano de melhoria do nível de ecoeficiência do Banco em termos globais, resultante da minimização da utilização das infraestruturas do Grupo, devido ao contexto pandémico do ano 2020, e fruto da otimização das centrais térmicas, da instalação da central termovoltáica, do investimento contínuo na otimização dos processos, com foco na desmaterialização e na alteração de comportamentos diários dos Colaboradores relativamente à utilização racional dos recursos

O consumo de energia do Banco é maioritariamente de origem indireta (elétrica e térmica), que representa cerca de 71% do consumo total. Em 2020, manteve-se a redução no consumo de energia indireta e direta, que reduziram ambas cerca de 30% face a 2019 (relativo ao mesmo âmbito - sem Moçambique).

No que diz respeito à atividade doméstica, o BCP em Portugal reduziu o seu consumo de energia em todas as suas formas, correspondendo a uma redução total de 16% e assegurando o cumprimento da meta anual (-4%). A energia elétrica consumida da rede pública registou um decréscimo de 14% face a 2019.

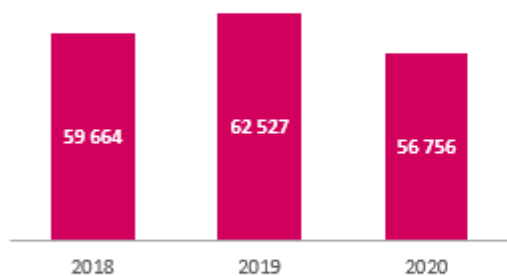
Redução do consumo total de **ENERGIA** nos últimos 5 anos

(sem Moçambique em 2020)

45%

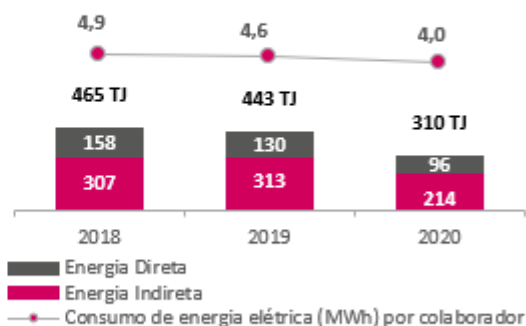
Consumo de energia elétrica⁽²⁾

(MWh)



Consumo total de energia - GRI 302-1⁽²⁾

(TJ e MWh/colaborador)



⁽²⁾ Exclui consumos de central de cogeração e instalações com data ~~cut-off~~ em Portugal e exclui dados de Moçambique.

PRINCIPAIS INICIATIVAS E DESTAQUES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Banco finalizou em 2020 a incorporação de iluminação LED nas garagens do Taguspark.

Continuação do funcionamento da central solar fotovoltaica: Em 2020, a central solar fotovoltaica no Taguspark com 1 MW de potência permitiu gerar 539 MWh para autoconsumo, o que representa 194 toneladas de CO2 evitadas, desde a sua entrada em funcionamento.

Monitorização de consumos de eletricidade e água: Em 2020, foi continuado o projeto piloto de monitorização regular de consumos de eletricidade e água num edifício do TagusPark. Esta iniciativa permite acompanhar de perto as variações de consumos, e agir rapidamente sobre qualquer anomalia, evitando consumos excessivos e gastos de consumo. Em 2020, o projeto foi aplicado aos restantes edifícios do TagusPark, e foi aumentado o número de pontos de monitorização nos edifícios de forma a melhorar o detalhe do sistema de gestão de energia existente e, por consequência, aumentar a eficiência na gestão dos recursos.

Reajustes no sistema de iluminação e aquecimento na Polónia:

Em todas as sucursais, foram substituídos logótipos bancários externos com luz LED tradicionais e foi introduzido um temporizador de iluminação. Em 2020, foram instaladas luzes LED em 4 sucursais, contribuindo para um total de 117 sucursais com iluminação LED. Na sede, 1,200 luminárias foram substituídas por tecnologia LED, o que levou a uma redução de 54% do consumo de energia;

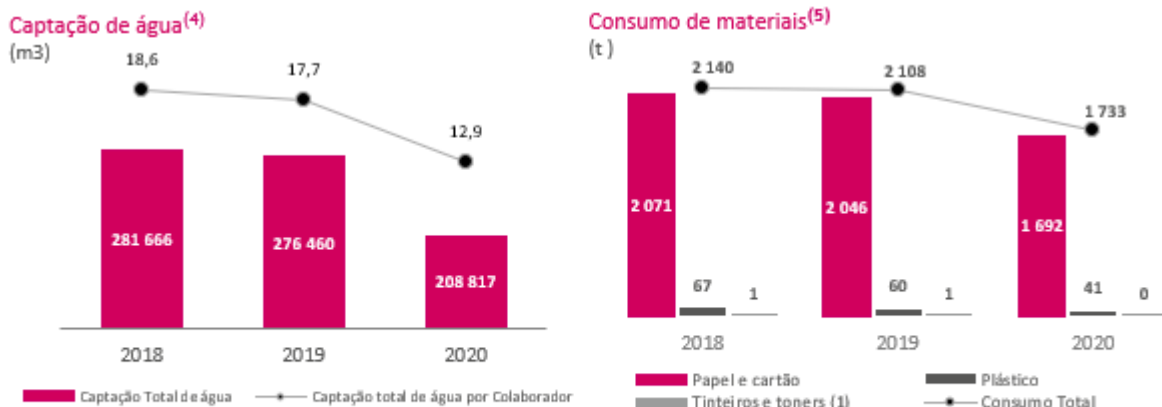
Com as alterações de horário impostas pela pandemia, os consumos associados a iluminação e funcionamento das agências foram reduzidos. Na sede, o tempo de operação da iluminação do escritório, o tempo de operação dos dispositivos de ventilação e ar condicionado e as mudanças nas configurações de temperatura em áreas individuais foram alterados.

As agências com os maiores índices de consumo de energia são inspecionadas e as recomendações para as empresas de gestão de edifícios são implementadas.

Ação de comunicação e sensibilização "push yourself, not the button" incentivou os colaboradores na Polónia a utilizarem as escadas em detrimento do elevador, com benefícios não só a nível de poupança de energia como de bem-estar e saúde os colaboradores.

Gestão de recursos (água, materiais e resíduos)

Em 2020, em termos globais, a captação total de água do Grupo BCP reduziu-se em aproximadamente 24%. Em Portugal, a captação total de água foi de 115.426 m³, tendo diminuído 37%, o que permitiu ao Banco cumprir a meta anual (-2% de captação de água).



⁽⁴⁾ Alteração na metodologia de cálculo, aplicada a todos os anos (custo unitário médio de 4,93€/m³). Não inclui e Suíça. Inclui valores de EuroBank desde outubro 2019.

⁽⁵⁾ Inclui valores de EuroBank desde outubro 2019.

Em termos globais, o BCP registou uma redução de 18% no consumo dos seus principais materiais (papel e cartão, plástico, e tinteiros e toners), mantendo assim a tendência dos anos anteriores resultante de medidas de otimização dos processos.

Os materiais consumidos com maior expressão em termos de peso e quantidade continuam a ser o papel e o cartão, os quais, em termos globais, apresentaram uma redução de 17% face a 2019, resultado das iniciativas de desmaterialização que têm vindo a ser implementadas em todas as geografias. Também os toners e tinteiros apresentaram uma redução significativa de 64%, resultado de medidas de incentivo à não impressão e digitalização.

Já em Portugal, em 2020 manteve-se a tendência de redução de consumo de materiais, nomeadamente de 33% face ao ano anterior, atingido a meta anual estabelecida (-2% do consumo de materiais). De referir que o papel A4 e A3 utilizado pelo Banco tem certificação ambiental *Eco-label* da União Europeia que certifica o processo responsável de produção de papel.

PRINCIPAIS INICIATIVAS E DESTAQUES DE GESTÃO DE RECURSOS

Programa Green IT: Redução de impressões locais e valorização da funcionalidade de digitalização no desenvolvimento de software.



Deu-se continuidade ao Projeto “GO Paperless”, que aposta na desmaterialização das operações como forma de inovar e otimizar os processos, recorrendo a soluções de produção e assinatura eletrónica de documentos. Durante o ano de 2020 foi possível poupar 3.317.687 impressões de transações de caixa, correspondendo a uma diminuição de 28% das impressões realizadas nos equipamentos das sucursais quando comparado com igual período de 2019 e que se traduz numa poupança média mensal de 552.948 impressões.

Com vista à **diminuição de emissões de CO2**, ao longo deste 2º semestre, ainda que sendo atípico devido à pandemia de COVID-19 com conseqüente adaptação às novas circunstâncias, no que respeita às ferramentas de colaboração e produtividade MS Teams e Skype, foi registado um valor acima dos 179.109 no que se refere a quantidade de sessões de reunião, 4.942.843 sessões de mensagens instantâneas, 1.002.752 sessões de áudio e 293.026 sessões de vídeo. Estes resultados permitem prosseguir uma cultura de hábitos de consumo sustentáveis na estrita medida das necessidades funcionais, reduzindo custos e desperdícios e otimizando os recursos consumidos.

Cientes com subscrição de extrato digital em 2020: 91% das contas em Portugal; 73% de clientes na Polónia; 317.308 contas em Moçambique (24%) e 96% de clientes na Suíça.

Com vista à redução da utilização e circulação de papel, no início de junho foi lançada uma Campanha de Extrato Digital em associação ao projeto da AMI - Assistência Médica Internacional, de reflorestação do Pinhal de Leiria, designado “Vamos todos ser Dinis”. O sucesso desta campanha, que decorreu até final de setembro, traduziu-se na entrega à AMI de um donativo de 50.000 euros, valor que permitiu reflorestar 5 hectares do Pinhal de Leiria, afetado pelos incêndios de 2017. Estima-se que o número de adesões ao Extrato Digital decorrentes desta campanha irá permitir poupar perto de 1 milhão de folhas de papel por ano.

O **Programa Kaizen** promove diariamente um conjunto de práticas relacionadas com a melhoria contínua das atividades das equipas, assente numa metodologia lean, contribuindo assim para processos com maior valor acrescentado para o Cliente e que tem impacto direto na sustentabilidade. Durante o ano foram implementadas 245 iniciativas de melhoria, das quais 9% representam poupança de consumíveis na ordem dos 2.979€ (ex. papel, impressões, selos de correio interno, entre outros) e recuperação de comissões não cobradas na ordem dos 120.000€.

Em **Moçambique**, as transações nas Caixas apenas imprimem o comprovativo ao cliente e os duplicados para o controlo internos são arquivados digitalmente. Ao nível do processo de abertura de contas, todos os processos são totalmente digitais, não havendo nenhuma circulação/arquivo físico de qualquer documentação.

Na **Suíça**, algumas medidas implementadas em 2020 incluem: iluminação automática nos horários fora de trabalho, promoção de uma mensagem interna para impressão apenas de documentos necessários, e promoção da utilização de videoconferências. Foi ainda criado em 2020 o grupo de trabalho chamado “The Green Team”, que promove sensibilização nos temas de sustentabilidade. Este grupo escreve mensalmente uma newsletter interna sobre o tema e prevê, no futuro, organizar eventos de sensibilização de sustentabilidade.

Na **Polónia** foram implementadas várias medidas de gestão de recursos. Entre elas destacam-se:

- Em 2020, foi concluído um investimento em 14 edifícios, consistindo na instalação de tampas especiais para torneiras que otimizam o fluxo de água. Este investimento vai permitir poupar entre 15% a 25% do consumo de água.
- Em 2020, a fim de reduzir o consumo de plástico, os copos de água de plástico descartáveis foram substituídos por copos de papel BIO ecológicos (não contêm plástico, são 100% biodegradáveis e utilizados duas vezes e posteriormente irem para composto);
- Resíduos de papéis e documentos em armazenamento anterior são destruídos em máquinas industriais e reciclados em 100%.
- Doação de 300 computadores a escolas, centros comunitários e grupos desfavorecidos na Polónia. Esta iniciativa, para além de contribuir para a reutilização de equipamento, contribui para apoiar as necessidades educacionais de desenvolvimento e financeiras de muitas famílias.

Mais detalhe sobre a informação reportada neste capítulo - Negócio Responsável -, nomeadamente critérios de cálculo, a tabela de indicadores GRI (*Global Reporting Initiative*) e a correspondência com os Princípios do *Global Compact*, está disponível para consulta no website (www.millenniumbcp.pt) Institucional do Banco, área de Sustentabilidade.



MILLENNIUM BCP ENTRE OS LÍDERES DA SUSTENTABILIDADE A NÍVEL MUNDIAL

**Sustainability Yearbook
Member 2021**

S&P Global

O Millennium bcp regressou em 2021 ao “**The Sustainability Yearbook**”, publicação de referência na área da Sustentabilidade.

A inclusão do Millennium bcp no grupo restrito das Empresas mais sustentáveis do mundo é uma consequência das práticas de **Negócio Responsável** que o Banco tem vindo a implementar e a consolidar nas **dimensões social, ambiental e económica**.

 **Sustentável**
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp
AQUI CONSIGO

Demonstrações financeiras consolidadas

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	(Milhares de euros)	
	2020	2019
Juros e proveitos equiparados	1.805.583	1.991.445
Juros e custos equiparados	(272.408)	(442.917)
MARGEM FINANCEIRA	1.533.175	1.548.528
Rendimentos de instrumentos de capital	4.775	798
Resultados de serviços e comissões	702.656	703.497
Ganhos / (perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados	(9.561)	4.837
Ganhos / (perdas) cambiais	92.144	69.391
Resultados de contabilidade de cobertura	(2.322)	(5.682)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	(27.551)	(24.909)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	100.063	99.676
Resultados da atividade seguradora	10.524	11.752
Outros proveitos / (custos) de exploração	(159.820)	(144.400)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	2.244.083	2.263.488
Custos com o pessoal	646.700	668.232
Outros gastos administrativos	335.495	376.455
Amortizações	137.149	124.785
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	1.119.344	1.169.472
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	1.124.739	1.094.016
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(513.412)	(390.308)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(10.360)	2.180
Imparidade de outros ativos	(79.173)	(96.034)
Outras provisões	(238.292)	(57.484)
RESULTADO OPERACIONAL	283.502	552.370
Resultados por equivalência patrimonial	67.695	42.989
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(6.188)	31.907
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	345.009	627.266
Impostos		
Correntes	(113.317)	(100.908)
Diferidos	(23.327)	(138.370)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	208.365	387.988
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	13.412
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	208.365	401.400
Resultado líquido do exercício atribuível a:		
Acionistas do Banco	183.012	302.003
Interesses que não controlam	25.353	99.397
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	208.365	401.400
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,010	0,018
Diluído	0,010	0,018

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	(Milhares de euros)	
	2020	2019
ATIVO		
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.303.864	5.166.551
Disponibilidades em outras instituições de crédito	262.395	320.857
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Aplicações em instituições de crédito	1.015.087	892.995
Crédito a clientes	52.120.815	49.847.829
Títulos de dívida	6.234.545	3.185.876
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ativos financeiros detidos para negociação	1.031.201	878.334
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.315.467	1.405.513
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	—	31.496
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	12.140.392	13.216.701
Derivados de cobertura	91.249	45.141
Investimentos em associadas	434.959	400.391
Ativos não correntes detidos para venda	1.026.481	1.279.841
Propriedades de investimento	7.909	13.291
Outros ativos tangíveis	640.825	729.442
Goodwill e ativos intangíveis	245.954	242.630
Ativos por impostos correntes	11.676	26.738
Ativos por impostos diferidos	2.633.790	2.720.648
Outros ativos	1.296.812	1.239.134
TOTAL DO ATIVO	85.813.421	81.643.408
PASSIVO		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Recursos de instituições de crédito	8.898.759	6.366.958
Recursos de clientes e outros empréstimos	63.000.829	59.127.005
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.388.849	1.594.724
Passivos subordinados	1.405.172	1.577.706
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Passivos financeiros detidos para negociação	278.851	343.933
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.599.405	3.201.309
Derivados de cobertura	285.766	229.923
Provisões	443.799	345.312
Passivos por impostos corrente	14.827	21.990
Passivos por impostos diferidos	7.242	11.069
Outros passivos	1.103.652	1.442.225
TOTAL DO PASSIVO	78.427.151	74.262.154
CAPITAIS PRÓPRIOS		
Capital	4.725.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	254.464	240.535
Títulos próprios	(40)	(102)
Reservas e resultados acumulados	642.397	435.823
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco	183.012	302.003
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	6.221.304	6.119.730
Interesses que não controlam	1.164.966	1.261.524
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7.386.270	7.381.254
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	85.813.421	81.643.408

Indicadores alternativos de desempenho

O Grupo BCP prepara a informação financeira de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) endossadas pela União Europeia. Como complemento dessa informação, o Grupo BCP utiliza um conjunto de indicadores alternativos de desempenho que permitem monitorizar a evolução da sua atividade ao longo do tempo. Na sequência das orientações sobre Indicadores Alternativos de Desempenho publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) em outubro de 2015 (ESMA/2015/1415), são apresentados, neste anexo, alguns indicadores relacionados com a avaliação da rentabilidade e eficiência e da qualidade da carteira de crédito, entre outros que se destinam a facilitar a compreensão sobre a evolução da posição económica e financeira do Grupo BCP. A informação apresentada neste âmbito não substitui, em qualquer circunstância, a informação financeira preparada de acordo com as IFRS. Salienta-se também que as definições e conceitos utilizados pelo Grupo BCP para o cálculo destes indicadores podem diferir dos utilizados por outras entidades no apuramento de outras medidas semelhantes, podendo não ser, por isso, diretamente comparáveis. Em conformidade com as orientações referidas, paralelamente aos indicadores alternativos de desempenho, seguidamente detalhados, é apresentada, ao longo deste documento, nos respetivos capítulos, informação adicional que reconcilia os valores contabilísticos apresentados no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e a informação financeira que reflete os critérios de gestão adotados pelo Grupo BCP. Estes indicadores e as respetivas componentes são também descritos de forma mais detalhada no glossário.

1) Crédito a clientes líquido / Recursos de clientes de balanço

Relevância do indicador: o rácio de transformação dos recursos de clientes de balanço em crédito (líquido) é um indicador de liquidez que permite avaliar especificamente a estrutura de *funding de retalho* do Grupo.

	Milhões de euros		
	31 dez. 20	31 dez. 19	31 dez. 18
Crédito a clientes (líq.) (1)	54.073	52.275	48.123
Recursos de clientes de balanço (2)	64.764	62.607	56.585
(1) / (2)	83,5%	83,5%	85,0%

2) Rentabilidade do ativo médio (“ROA”)

Relevância do indicador: permite avaliar a capacidade do Grupo para gerar resultados com o volume de ativos disponíveis.

	Milhões de euros		
	2020	2019	2018
Resultado líquido (1)	183	302	301
Interesses que não controlam (2)	25	99	118
Ativo médio (3)	84.859	79.590	73.419
[(1) + (2), anualizado] / (3)	0,2%	0,5%	0,6%

3) Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”)

Relevância do indicador: permite aferir sobre a capacidade do Grupo para remunerar os detentores do seu capital, avaliando o nível de rendibilidade gerada pelos fundos investidos pelos acionistas no Grupo.

	Milhões de euros		
	2020	2019	2018
Resultado líquido (1)	183	302	301
Capitais próprios médios (2)	5.840	5.970	5.753
[(1), anualizado] / (2)	3,1%	5,1%	5,2%

4) Rácio de eficiência (*cost to income*)

Relevância do indicador: permite monitorizar o nível de eficiência do Grupo (excluindo itens específicos), avaliando o volume de custos operacionais incorridos para gerar o produto bancário alcançado.

	Milhões de euros		
	2020	2019	2018
Custos operacionais (1)	1.119	1.166	1.024
dos quais: itens específicos (2)	46	66	29
Produto bancário (3)*	2.306	2.336	2.184
[(1) - (2)] / (3)	46,5%	47,1%	45,6%

* Exclui os itens específicos, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos na subsidiária polaca (1 milhão de euros em 2019 e um montante considerado imaterial em 2020).

5) Custo do risco, líquido de recuperações (expresso em pontos base, anualizado)

Relevância do indicador: permite aferir sobre a qualidade da carteira de crédito avaliando a relação entre as dotações para imparidade reconhecidas no período (líquidas de reversões e recuperações de crédito e juros) e o *stock* de crédito a clientes no final desse período.

	Milhões de euros		
	2020	2019	2018
Crédito a clientes ao custo amortizado, antes de imparidade (1)	55.766	54.352	50.724
Dotações para imparidade (líquidas de recuperações) (2)	510	390	465
[(2), anualizado] / (1)	91	72	92

6) *Non-performing exposures* (NPE) / Crédito a clientes (bruto)

Relevância do indicador: permite avaliar o nível de risco de crédito a que o Grupo se encontra exposto em função da proporção da carteira de crédito NPE no total da carteira de crédito a clientes (bruto).

	Milhões de euros		
	31 dez. 20	31 dez. 19	31 dez. 18
<i>Non-Performing Exposures</i> (1)	3.295	4.206	5.547
Crédito a clientes (bruto) (2)	56.146	54.724	51.032
(1) / (2)	5,9%	7,7%	10,9%

7) Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades

Relevância do indicador: permite avaliar o nível de cobertura da carteira NPE pelo volume de imparidade do crédito de balanço constituída pelo Grupo.

	Milhões de euros		
	31 dez. 20	31 dez. 19	31 dez. 18
<i>Non-Performing Exposures</i> (1)	3.295	4.206	5.547
Imparidade do crédito de balanço (2)	2.073	2.449	2.909
(2) / (1)	62,9%	58,2%	52,4%

Aplicação de resultados

Considerando:

- A. As disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal;
- B. A política de dividendos do Banco Comercial Português (BCP);
- C. A comunicação do Banco Central Europeu (ECB/2020/62), emitida em 15 de dezembro de 2020, recomendando, pelo menos até 30 de setembro de 2021, extrema prudência na gestão do capital e contenção na distribuição de resultados durante o período da crise pandémica COVID-19;
- D. Que conforme relatório e contas a submeter à aprovação dos Senhores Acionistas, o Banco Comercial Português registou no exercício de 2020, um resultado líquido consolidado de € 183.011.563,28.

O Conselho de Administração, reiterando a determinação de, uma vez ultrapassada a crise pandémica e na medida em que a situação do Banco e da economia o permitam, se considerar que estão reunidas condições para se proceder à remuneração dos Acionistas, solicitará uma convocação de uma Assembleia Geral no último trimestre do ano em curso para retomar a aplicação da Política de Dividendos aprovada, não obstante a situação extraordinária que caracterizou os anos de 2020/2021,

Propõe:

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, bem como do artigo 54.º dos Estatutos do Banco, que aos resultados líquidos individuais do exercício no montante de € 50.633.022,23, seja dada a seguinte aplicação:

- a) Para reforço da reserva legal, € 5.063.302,23;
- b) O remanescente, no montante de € 45.569.720,00, para Resultados Transitados.

Lisboa, 26 de abril de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Glossário

Ativos distribuídos - montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos - títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) - crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) - crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* - crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) - quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial - diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) - imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) - imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em default ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões - imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de goodwill de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - resultados da atividade seguradora, outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) - rácio entre os custos operacionais e o core income.

Rácio de eficiência (cost to income) - rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação - rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) - rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço - depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço - ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito - recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes - recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) - relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco - Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado Core (Core net income) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento - contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos - títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios - corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).